

**DEPENDÊNCIA, ESTADO
E SUPEREXPLORAÇÃO
DO TRABALHO NO
SÉCULO XXI**

Gil Felix (org.)

el tiple

GIL FELIX (ORG.)

**DEPENDÊNCIA, ESTADO E SUPEREXPLORAÇÃO
DO TRABALHO NO SÉCULO XXI**

el tiple



Diagramação: Laura De Bona, Fernanda Beltrão
Revisão: Sidney Wanderley
Capa: Laura De Bona

GIL FELIX (ORG.)

Catlogação na Fonte

D419 Dependência, Estado e superexploração do trabalho no século XXI / Gil Felix (org.). – Bremen : Coletivo Veredas, El Tiple, 2021. 239 p. (e-book).

Inclui bibliografia:
ISBN: 978-3-00-070553-3

1. Seminário Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe. 2. Estado. 3. Classe trabalhadora. 4. Dependência. 5. Superexploração do trabalho. I. Felix, Gil, org.

CDU: 323.33(058)

DEPENDÊNCIA, ESTADO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

1ª Edição 2021

Projeto Editorial El Tiple
<https://grupodesquisasobretrabalho.wordpress.com/el-tiple/>

1ª Edição

El Tiple / Bremen 2021

Sumário

Apresentação	9
GIL FELIX	
Seção 1. Classe Trabalhadora e Teoria	
Estado e transição socialista em dois textos de Pachukanis	15
MÁRCIO BILHARINHO NAVES	
Aportes teóricos de Ruy Mauro Marini para o marxismo e as ciências sociais hoje	27
GIL FELIX	
A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência	35
ADRIÁN SOTELO VALENCIA GIL FELIX	
Seção 2. Classe Trabalhadora e Superexploração	
2.1 Expulsões, circulação e reprodução de classe	
Cercamentos: imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil	63
MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA LÚCIO VASCONCELLOS DE VERÇOZA TAINÁ REIS DE SOUZA	

Terra, trabalho e capital em Angola: do colonialismo às tendências do século XXI 87

GARCIA NEVES QUITARI

2.2 Assalariamento rural e superexploração hoje

Estranhamento e adoecimento no corte de cana 115

TAINÁ REIS DE SOUZA

Assombrações, pesadelos, camelos e tatus: estranhamento e afetividades no cultivo mercantilizado de flores 135

JULIANA DOURADO BUENO

Vigilância e intensificação do trabalho na colheita mecanizada de cana no Complexo Agroindustrial Canavieiro paulista 159

LEONARDO FERREIRA REIS

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALVES

2.3 Crises, reestruturação e superexploração

Metalúrgicos em luta: revisita à memória das greves e mobilizações em Volta Redonda 185

SABRINA DE OLIVEIRA MOURA DIAS

ANA CLARA MATIAS ROCHA

BRUNO CECÍLIO OLIVEIRA

MARIA CAROLINA BARCELLOS FERREIRA

Crise do Capital e os Impactos da Reestruturação Produtiva na Produção de Calçados – Região do Vale dos Sinos (RS) 207

HAI DÉE DE CAEZ PEDROSO RODRIGUES

O Avanço do Capital Privado na Educação Pública e a Precarização do Trabalho Docente em Tempos de Pandemia 225

PAULIANE GONÇALVES MORAES

Apresentação

GIL FELIX¹

Este livro é fruto do *Seminário Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe*, que, a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), é organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, coordenado por mim e por Juliana Biondi Guanais.

O evento está atualmente em sua terceira edição. A primeira edição ocorreu em 2018, e a segunda em 2019, reunindo colegas, estudantes e trabalhadores interessados na região da tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu (estado do Paraná, Brasil). Em virtude da crise pandêmica, neste ano de 2021 a terceira edição do Seminário tem formato *online*.

Infelizmente, por conta das nossas próprias limitações e por conta também da nossa decisão de fomentar um evento acadêmico-científico aberto ao pensamento crítico radical e revolucionário, as duas primeiras edições não tiveram registro publicado em Anais. Contudo, a partir da terceira edição, que será realizada nos meses de fevereiro e março deste ano, disponibilizamos ao público interessado os anais do Seminário na página eletrônica do evento². E, tal como divulgamos recentemente, embora mantidas nossas pretensões de um evento pequeno e de curta duração, em meio a crises, resistências, tragédias e muita luta, também conseguimos dar mais um passo adiante, com o lançamento deste livro.

¹ Professor e pesquisador na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq/Brasil). Em: <https://grupodepesquisasobretalho.wordpress.com/>

² Disponível em: <https://trabalhoetrabalhadoresnaamericalatinaacaribe.net/>

A partir das conferências, das mesas de debate e, desde a terceira edição, também dos trabalhos submetidos para apresentação, decidimos convidar, fomentar e preparar uma publicação em formato de livro digital e de distribuição gratuita, que, a depender dos nossos apoios e das disponibilidades, pretendemos que seja o primeiro de muitos. Nesse sentido, recebemos contribuições, selecionamos e reunimos uma primeira parte dos trabalhos vinculados ao nosso Seminário e, conforme fomos recebendo mais contribuições dos colegas, em breve, esperamos reunir e publicar outros.

Cabe ressaltar que, junto ao *Seminário Trabalho e Trabalhadores na América Latina e Caribe*, a partir do nosso Grupo e de outros colegas no Brasil e em outros países do continente, também logramos publicar anteriormente outras duas coletâneas: *Superexploração do trabalho no século XXI: debates contemporâneos*, pelo Editorial Práxis, em 2018³ e, em 2019, demos início ao Editorial El Tiple, com a publicação da versão em castelhano dessa mesma coletânea, com o título *Superexplotación del trabajo en el siglo XXI*⁴. Agora, considerando a afinidade com o Projeto Editorial do Coletivo Veredas, propusemos aos colegas este livro em coedição.

Nele, o/a leitor/a encontra certa continuidade temática, em especial pela menção à superexploração do trabalho, cujo debate tem sido central na literatura sociológica e que nos apetece a partir das releituras das contribuições seminais do pensamento revolucionário latino-americano dos anos 1960 e 1970. Contudo, dadas as características anteriormente citadas, também reunimos contribuições diversas em termos referenciais e panorâmicos tanto dos debates teóricos quanto, principalmente, das pesquisas atualmente realizadas com os trabalhadores/as de diferentes ramos produtivos e de diferentes países.

No primeiro bloco, Marcio Naves sistematiza o debate da teoria do Estado em Evgeni Pachukanis, cuja obra representa um dos pontos mais altos da crítica ao direito e ao Estado e que, em grande parte, vem sendo apenas recentemente apresentada ao público brasileiro e latino-americano (como é o caso do livro por ele prefaciado em 2017⁵). No mesmo bloco, outros dois textos sistematizam algumas

revisitas ao pensamento de Ruy Mauro Marini, cuja produção teórica vinculada a uma perspectiva revolucionária socialista também vem atraindo o interesse de diversos novos pesquisadores, tanto no sentido de seu legado categorial quanto no sentido da crítica radical ao capitalismo hoje: Aportes teóricos de Ruy Mauro Marini para o marxismo e as ciências sociais hoje, de minha autoria, e A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência, de minha coautoria com Adrián Sotelo Valencia.

No segundo bloco, intitulado *Classe trabalhadora e Superexploração*, há um leque de pesquisas que apresentam, em parte, por um lado, a situação da classe trabalhadora atualmente e, por outro, também, as atuais correntes teóricas e as predileções epistemológicas, conceituais e analíticas dos/as profissionais pesquisadores/as do mundo do trabalho. Primeiro, em termos das expulsões e da circulação inerentes à produção e à reprodução da classe trabalhadora em contextos dependentes e/ou mundialmente subalternos hoje. Nesse sentido, *Cercamentos: imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil*, de Maria Aparecida de Moraes Silva, Lúcio Vasconcellos de Verçoza e Tainá Reis de Souza, por um lado, e, por outro, *Terra, trabalho e capital em Angola: do colonialismo às tendências do século XXI*, de Garcia Quitari, permitem-nos colocar em perspectiva os debates teóricos a respeito das formações sociais brasileira e angolana.

Em seguida, em termos da atual situação da exploração do trabalho de trabalhadores que integram um ramo produtivo historicamente relevante para qualquer análise teórica que vise compreender a produção mercantil no campo e, por conseguinte, as continuidades e processualidades da formação social dependente: os chamados assalariados rurais. *Estranhamento e adoecimento no corte de cana*, de Tainá Reis de Souza, *Assombrações, pesadelos, camelos e tatus: estranhamento e afetividades no cultivo mercantilizado de flores*, de Juliana Dourado Bueno, e *Vigilância e intensificação do trabalho na colheita mecanizada de cana no Complexo Agroindustrial Canavieiro paulista*, de Leonardo Reis e Francisco Alves, apresentam o contexto de vida e trabalho desses trabalhadores, com informações empiricamente relevantes e diálogos teóricos pertinentes sobre, por exemplo, a dilapidação da força de trabalho, a intensificação e o aumento da produtividade do trabalho.

Esse bloco encerra com textos que demandam reflexão acerca da processualidade capitalista no mundo do trabalho, tanto com a (re)produção da memória, como é o caso da pesquisa de Sabrina de Oliveira Moura Dias, Ana Clara Matias Rocha, Bruno Cecílio Oliveira e Maria Carolina Barcellos Ferreira sobre o operariado de Volta

3 Felix, G.; Guanais, J. (orgs). *Superexploração do trabalho no século XXI: debates contemporâneos*. Marília: Práxis, 2018.

4 Felix, G.; Guanais, J. (coords). *Superexplotación del trabajo en el siglo XXI*. Bremen: El Tiple, 2019.

5 Pachukanis, E. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos 1921-1929*. São Paulo: Sundermann, 2017.

Redonda, quanto com as reestruturações produtivas e precarizações do trabalho em decorrência dos contextos de crises. Nesse último caso, em *Crise do capital e os impactos da reestruturação produtiva na produção de calçados – região do Vale dos Sinos/RS*, Haidée de Caez Pedroso Rodrigues analisa o contexto de transformações na produção calçadista das últimas décadas, e Pauliane Gonçalves Moraes, em *O avanço do capital privado na educação pública e a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia*, apresenta considerações em curso sobre os impactos do capitalismo pandêmico dos últimos anos na exploração do trabalho docente.

Que esse livro, junto à iniciativa que ele representa, seja debatido com rigor e de forma coletiva, franca e cordial entre militantes, pesquisadores e cientistas sociais em geral, considerando, aqui, portanto, um espaço de produção e circulação de conhecimento em que as contribuições do campo de pensamento crítico radical e revolucionário não serão subtraídas do debate científico por motivos políticos, seja por conta das políticas das vertentes acadêmicas social-democratas, seja por conta das diversas vertentes liberais, ambas abertas ou capciosamente censurantes.

Foz do Iguaçu, fevereiro de 2021.
Gil Felix

Estado e transição socialista em dois textos de Pachukanis

MÁRCIO BILHARINHO NAVES¹

Merece a nossa atenção o tratamento que Pachukanis dá à questão do Estado em dois de seus textos escritos no final dos anos 1920: “Os dez anos de *O Estado e a revolução* de Lenin”, de 1927, e “O aparato de Estado soviético na luta contra o burocratismo”, de 1929.

No primeiro deles, “Os dez anos de *O Estado e a revolução* de Lenin”, Pachukanis procede à análise de duas obras do dirigente soviético: *O Estado e a revolução* e *As tarefas imediatas do poder soviético*. Notemos de imediato que a tese central de *O Estado e a revolução*, de que o Estado deve ser enfraquecido e afinal extinto do decorrer da transição para o comunismo, embora reafirmada e sustentada pelo jurista russo, parece ser minimizada pela atenção que ele passa a dedicar em seguida às funções administrativas e econômicas estatais, o que sugere a necessidade de sua manutenção. O equilíbrio entre essas duas posições logo é quebrado quando Pachukanis acolhe integralmente as teses que Lenin sustenta em *As tarefas imediatas do poder soviético*, no qual encontramos a defesa da implementação de uma férrea disciplina sobre os trabalhadores, o que exige um Estado fortalecido e separado das massas.

Essa contradição entre a tese da extinção do Estado (mesmo que atenuada) e a tese de seu reforço é, no entanto, resolvida por Pachukanis em “O aparato de Estado soviético na luta contra o burocratismo”. Nele, veremos uma espécie de retorno às posições leninistas de *O Estado e a revolução*, mas agora depurado das ambiguidades de sua análise precedente.

¹ Professor aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

O Estado e a revolução: ambivalências de uma leitura

Em seu exame de *O Estado e a revolução*, Pachukanis procura ressaltar o papel que o Estado deve cumprir na transição socialista. É assim que, comentando as divergências entre Lenin e Bukharin, ele diz:

O lado forte dos artigos de Bukharin de 1916 e seu mérito consistiam num duro posicionamento revolucionário sobre a destruição do Estado burguês. Seu lado fraco era o fato de que lá não fora, de modo nenhum, desenvolvida a parte positiva do problema, concernente às formas e tarefas do Estado proletário. Essa unilateralidade se fez conhecer mais tarde. Em 1918, Lenin, ao falar sobre a resenha do camarada Bukharin de seu livro *O Estado e a revolução*, repreendeu seu resenhista porque ele “enxerga as tarefas da ditadura do proletariado olhando para o passado, e não para o futuro”, ou seja, ele continua a frisar as tarefas de destruição do velho aparato, àquela altura em linhas gerais já realizadas, e não cita do livro de Lenin aquelas passagens em que, antes mesmo da tomada do poder, Lenin falava da instauração da disciplina, do registro e do controle, como tarefas do Estado proletário.²

Assim, Pachukanis procura demonstrar que, para Lenin, tratava-se não só de se pensar as condições da destruição do aparelho de Estado burguês – que Pachukanis considera *já realizadas* “em linhas gerais” – mas “*principalmente*” definir teoricamente a natureza do poder que vai substituí-lo, essas “formas concretas da ditadura do proletariado”, ou seja, o Estado proletário.³ Ele acentua ainda tanto uma passagem das *Cartas de longe*, de Lenin, na qual este afirma que “precisamos de um Estado”, muito embora não daquele Estado da burguesia,⁴ como o comentário do dirigente bolchevique de que, segundo Marx e Engels, a derrota da Comuna de Paris se deveu a que os revolucionários utilizaram insuficientemente “[o] poder revolucionário do Estado”.⁵

Ao mesmo tempo, Pachukanis recupera o *núcleo duro* de *O Estado e a revolução*, que radica na tese de que o proletariado deve, após a tomada do poder político, destruir o aparelho de Estado burguês:

2 Evgeni Pachukanis. Os dez anos de *O Estado e a revolução* de Lenin. In E. Pachukanis. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos 1921-1929*. São Paulo: Sundermann, 2017, p. 288.

3 *Ibidem*, p. 288-289.

4 *Ibidem*, p. 290.

5 *Ibidem*, p. 292.

Assim como na polêmica contra Bernstein, que deturpou, no espírito do mais descarado reformismo, as palavras de Marx sobre o fato de que “a classe trabalhadora não pode simplesmente tomar nas mãos a máquina estatal pronta”, também nesse caso Kautsky contornou a questão principal da destruição da máquina de Estado burguesa como condição de conquista do poder do Estado pelo proletariado.⁶

Para Lenin, então, como lembra Pachukanis, seriam quatro as características essenciais do novo Estado proletário, desse Estado-comuna, aspectos estes que são completamente diferentes dos Estados burgueses, mesmo os mais democráticos deles:

1. a participação popular na gestão estatal;
2. eleição e remoção dos funcionários públicos;
3. remuneração do funcionalismo limitada ao salário médio do operário;
4. instalação, em lugar do parlamento, de órgãos que exerçam, ao mesmo tempo, funções legislativas e executivas.⁷

Esse Estado proletário representa o nível mais elevado de democratismo, algo jamais alcançado em uma República burguesa.

Quanto mais completa for a democracia, mais próximo está o momento em que se tornará desnecessária. Quanto mais democrático for o “Estado” constituído pelos operários armados, e que já não é um Estado no sentido próprio da palavra, mais depressa começará a extinguir-se todo o Estado.⁸

Pachukanis observa que Lenin sustenta que essas transformações na máquina estatal estão estreitamente vinculadas à “reorganização socialista da sociedade”, porque a participação das massas na administração leva à derrocada do capitalismo, e o aprofundamento dessas medidas acarreta o “atrofiamento” do Estado e a consequente “passagem do regime da ditadura do proletariado à sociedade comunista”.⁹

No entanto, paradoxalmente, Pachukanis considera que foi justamente nos anos iniciais do poder soviético que a forma do

6 *Ibidem*, p. 294.

7 *Ibidem*, p. 296.

8 *Ibidem*, p. 296.

9 *Ibidem*, p. 297.

Estado-comuna esteve mais próxima de sua realização, período no qual o objetivo era destruir a maquinaria estatal e criar as condições para que o capitalismo não subsistisse. Assim, diz ele, “Nessa etapa, era fácil para o Estado proletário introduzir o princípio da igualdade, extirpar inteiramente quaisquer privilégios, permitir comícios ilimitados, a mais ampla eletividade, colegialidade etc.”,¹⁰ mas isso só foi possível porque o Estado ainda não era “uma ferramenta de construção econômico-socialista”,¹¹ o que leva, agora, à necessidade de combinar o “democratismo das massas” com a disciplina fabril.

As tarefas imediatas do poder soviético: Estado e disciplina

É a essa “combinação” que se refere Lenin quando, na citação que Pachukanis extrai de *As tarefas imediatas do poder soviético*, aponta para a necessidade de

aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras, tempestuoso, que corre como a cheia primaveril, que transpõe todas as margens, com a disciplina férrea durante o trabalho, com a obediência sem reservas à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético, durante o trabalho.¹²

Não haveria “absolutamente” nenhuma “contradição de princípio” entre esse democratismo socialista e a ditadura pessoal do dirigente no processo de trabalho. E Lenin, explica Pachukanis, procura mostrar que isso é uma exigência técnica da moderna produção:

Toda a grande indústria mecanizada, isto é, precisamente a fonte e a base material, produtiva, do socialismo exige uma unidade de vontade absoluta e rigorosíssima que dirija o trabalho comum de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas [...]. Mas como pode ser assegurada a mais rigorosa unidade de vontade? Por meio da subordinação da vontade de milhares à vontade de um só [...]. Esta subordinação pode, com uma consciência e uma disciplina ideais dos participantes no trabalho comum, recordar mais a suave regência do maestro. Se não existir uma disciplina e uma consciência ideais, ela pode tomar as formas ásperas da ditadura.¹³

10 *Ibidem*, p. 297.

11 *Ibidem*, p. 297.

12 *Ibidem*, p. 297-298.

13 *Ibidem*, p. 298.

Pachukanis trata essas medidas como sendo formas administrativas próprias de um Estado do tipo soviético. Ainda seguindo Lenin, considera que quanto mais intenso for esse poder ditatorial exercido por agentes separados das massas, mais elas deverão controlar o que Lenin chama de “possibilidade de deturpação do Poder Soviético”.¹⁴ O controle da administração pelos trabalhadores, no entanto, é inibido pelo seu grau insuficiente de cultura, de tal sorte que, como Lenin observa, na citação que dele faz Pachukanis, os soviets são “órgãos de administração para os trabalhadores [...] mas não pelas massas trabalhadoras”, situação que só pode ser solucionada por meio de “um longo trabalho de educação”.¹⁵

Uma conclusão provisória

Na leitura que Pachukanis faz desses textos de Lenin, podemos notar que a posição sobre a disciplina de fábrica que é exposta em *As tarefas imediatas do poder soviético* se sobrepõe à tese central de *O Estado e a revolução*, que é a da necessidade de destruição do Estado burguês e a extinção de todo Estado. Isso significa, a rigor, abandonar o esforço para que as massas possam apropriar-se das condições materiais da produção, que tem como condição absoluta de possibilidade a *direção coletiva do processo de trabalho pelos trabalhadores* nas unidades fabris, uma das formas de exercício da ditadura do proletariado. É assim que podem ser criados os meios efetivos para que a revolucionarização das *relações de produção capitalistas* se verifique, com a superação do trabalho manual e intelectual e da divisão entre as tarefas de direção e de execução no processo de produção.

O sistema de diretor único de empresa é um obstáculo a essas transformações e um reforço extraordinário ao poder da burguesia nas empresas estatizadas. É a isso que se refere Serge Vincent-Vidal quando, comentando as posições de Lenin, diz:

O texto não levanta a questão do lançamento de um movimento de massas, da mobilização das massas para que ela aprenda e adquira “o nível de cultura necessário”, durante sua prática social (produção, luta de classes, experimentação científica).

14 *Ibidem*, p. 299.

15 *Ibidem*, p. 300 A isto, acrescenta Pachukanis: “Um trabalho prolongado de educação e reeducação das massas trabalhadoras e da própria vanguarda da classe operária, com a firmeza das premissas políticas, ou seja, da ditadura do proletariado, e com a consciência de que ‘fizemos passar o socialismo para a vida diária’: eis aí o testamento que Lenin nos deixou”. *Ibidem*, p. 302.

Se as massas devem primeiro aprender, é então preciso estabelecer provisoriamente um compromisso histórico com aqueles que têm o saber e a técnica. É preciso “emprestar-lhes o poder”, supervisioná-los com a Inspeção Operária e Camponesa e, talvez, com o Partido, se este não estiver totalmente penetrado pelos guardas brancos; em suma, é preciso separar-se das massas.¹⁶

O reforço da disciplina sobre a classe operária significa a utilização do aparato repressivo contra ela, e não só o reforço do Estado, e não o seu enfraquecimento, como também, conseqüentemente, o reforço da separação entre o poder político e as massas.¹⁷

O assalto ao Estado: um retorno ao “núcleo duro” de O Estado e a revolução?

Posição diversa dessa, no entanto, é a que Pachukanis sustenta em seu trabalho *O aparato de Estado na luta contra o burocratismo*,¹⁸ no qual, ao distinguir o Estado burguês do Estado na transição socialista,

16 Serge Vincent-Vidal. A crítica das concepções econômicas de Stalin por Mao Tsé-tung. In Márcio Bilharinho Naves (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

17 Sobre a “destruição do Estado” na transição socialista, observa Étienne Balibar: “[...] o aparelho de Estado (entre os quais o aparelho político) não é uma simples ‘organização da classe dominante’, mas também uma organização do domínio de classe em que estão objetivamente apanhadas as classes exploradas, dominadas, em que se desenrola primeiro a sua ‘tomada de consciência’ e a sua luta pelo socialismo. O que elas têm de ‘destruir’ historicamente não lhes é puramente exterior: é a própria estrutura do seu mundo actual, para dela fazer surgir um mundo novo. [...] Um Estado (um aparelho de Estado) que não esteja logo a ‘enfraquecer’, isto é, a ceder o lugar [...] à direção política das massas, não tem qualquer possibilidade de ser alguma vez um *novo* aparelho de Estado: não será mais do que a ressurgência ou o desenvolvimento do antigo”. Étienne Balibar. *Sobre a ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1977, p. 92-93, 107. Abordando a mesma questão, Althusser assim se manifesta: “[...] Marx e Lênine [...] relacionaram [a] ‘destruição’ do Estado burguês com o ‘enfraquecimento’ ulterior do novo Estado revolucionário, ‘enfraquecimento’ indispensável para que o socialismo não se mantenha indefinidamente mas conduza ao comunismo. Por outras palavras, eles pensaram na ‘destruição’ do Estado burguês *também* na base do ‘enfraquecimento’ e do ‘fim’ de todo o Estado. Isso liga-se a uma tese fundamental de *Marx e Lênine*: não é apenas o Estado burguês que é opressivo, mas todo o Estado”. Louis Althusser. *O 22º Congresso*. Lisboa: Presença, 1978, p. 50.

18 Comentários sobre este texto podem ser vistos em João Guilherme Alvares de Farias. Pachukanis: burocratismo e luta de classes na experiência soviética. In *Anais do IX Colóquio Internacional Marx-Engels*. Campinas, 2018, Dietrich Loeber. Bureaucracy in a worker’s State: E. B. Pachukanis and the struggle against bureaucracy in the Soviet Union. In *Soviet Union*, nº 6, 2, 1979, e Márcio Bilharinho Naves. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*, op. cit.

o jurista russo sustenta a *necessidade de transformá-lo*, e não apenas de aperfeiçoá-lo, de modo que o seu *funcionamento seja completamente diferente* daquele em uma sociedade de classes.

Diz Pachukanis:

O fundo da questão consiste em que temos diante de nós um problema de luta de classes, e ademais em uma configuração original, pois o aparato de Estado nessa luta desempenha um papel que ele nunca desempenhou na história, já que pela primeira vez na história temos um caso em que o poder pertence aos trabalhadores e não aos exploradores. Toda a questão está em que nós não somente aspiramos ao aperfeiçoamento do aparato administrativo, mas queremos que ele cumpra funções *diametralmente opostas* àquelas que ele cumpre em qualquer sociedade de classes.¹⁹

O papel central passa agora a ser ocupado pelo *controle operário da máquina estatal*, que é considerada por muitos dirigentes soviéticos como algo desnecessário e fortalecedor do burocratismo, os quais preferem a promoção individual aos postos administrativos com base em critérios de elevação dos níveis educacionais e culturais das massas, quando a diretiva leninista é a de recrutar justamente os trabalhadores menos instruídos. Para Pachukanis, no entanto, trata-se de transformar a *própria natureza de classe do Estado* de modo que as massas possam penetrar nele:

[...] como conseguir que o aparato de Estado, que por toda parte sempre foi um meio de defesa dos privilégios e da desigualdade, que, particularmente na forma de uma burocracia supraclasses, serviu de escada, por cujos degraus pessoas capacitadas isoladas das camadas inferiores podiam subir em direção aos estratos privilegiados e ocupar uma posição privilegiada, como fazer com que esse aparato de Estado, cujas práticas foram criadas ao longo de milênios, seja transformado em algo diametralmente oposto, num instrumento que possa elevar a massa como um todo à vida política do Estado, que possa elevar precisamente os estratos mais iletrados, mais atrasados dos trabalhadores, que, em vez de assegurar e defender a desigualdade, proporcione a mais rápida erradicação de qualquer desigualdade?²⁰

Isso significa cancelar a característica fundamental do Estado burguês, que é a de estar ocupado por agentes isolados das massas e

19 Evgeni Pachukanis. O aparato de Estado soviético na luta contra o burocratismo. In E. Pachukanis, *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos 1921-1929*, op. cit., p. 306 (grifos meus).

20 *Ibidem*, p. 307-308.

colocados acima delas, de tal modo que as massas estejam separadas do poder político e, assim, impossibilitadas de exercê-lo.

Mas o Estado proletário soviético, tal como o descreve Pachukanis, está longe de ter sofrido essa transformação, pelo contrário, ele chama à colação diversos relatos de casos concretos nos quais essa separação entre os dirigentes e os trabalhadores alcança níveis extremos, o que o leva a considerar “totalmente correta” a observação de um jornal de província:

Os funcionários são gente de alta estirpe. O funcionário tem pretensão a uma posição exclusiva na sociedade. A relação do funcionário com as massas é desdenhosa, beira ao escárnio. Sob o burocratismo, a causa viva, os interesses das massas, é sacrificada em nome de uma minoria que administra o Estado [...]. Não é segredo [...] que, em nosso aparato de Estado, exista todo tipo de criatura, mercadores, administradores, funcionários, pessoas que trouxeram consigo um formalismo estereotipado, sua arrogância, menosprezo e desdém pelas massas.²¹

Pachukanis reconhece acertadamente que o problema do burocratismo é um *problema de luta de classes*,²² mas considera que a classe que penetrou tão profundamente no aparelho estatal foi a antiga burguesia e seus representantes, e não uma *nova burguesia* provinda dos quadros do Partido Comunista.²³ Independentemente disso, no entanto, ele considera que a questão fundamental concernente ao Estado soviético não é a do seu aperfeiçoamento técnico, mas a depuração dos elementos burgueses instalados nele. O mais significativo, no entanto, é que ele considera que essa tarefa deva ser *conduzida pelos próprios trabalhadores* da cidade e do campo,²⁴ e que reconheça que

²¹ *Ibidem*, p. 315.

²² *Ibidem*, p. 321.

²³ Sobre a questão do capitalismo de Estado, ver notadamente, Charles Bettelheim. *A luta de classes na União Soviética*, primeiro período (1917-1923). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; *A luta de classes na União Soviética*, segundo período (1923-1930). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983; *As lutas de classes na URSS*, terceiro período, t. 1: 1930-1941, os dominados. Mem Martins: Europa-América s/d; *As lutas de classes na URSS*, terceiro período, t. 2: 1930-1941, os dominantes, *op. cit.*, Bernard Chavance. *Le capital socialiste. Histoire critique de l'économie politique du socialisme (1917-1954)*. Paris: La Sycomore, 1980, Maria Turchetto. As características específicas da transição ao comunismo. In Márcio Bilharinho Naves (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005, e Gianfranco La Grassa; Maria Turchetto. *Dal capitalismo alla società di transizione*. Milão: Franco Angelo, 1976.

²⁴ Evgeni Pachukanis. O aparato de Estado soviético na luta contra o burocratismo, *op. cit.*, p. 326-327.

somente naquele momento (1929) as condições para que as massas “participem da gestão do Estado”²⁵ estariam *começando* a existir, o que é a admissão de que, passados 12 anos do triunfo da Revolução, os trabalhadores ainda não estavam no comando desse Estado nominalmente seu. Isso seria decorrência, como diz Pachukanis, da resistência que a participação das massas na gestão do Estado sofre, com muitos quadros considerando secundária essa participação no enfrentamento do burocratismo.²⁶ Pachukanis, ao contrário, sustenta que o sistema de promoção dos operários mais capazes para ocupar os cargos administrativos não é a questão que mais importa; o que é decisivo, diz ele,

na orientação leninista consiste em recrutar para a participação na gestão do Estado, toda a massa, sem exceção, e não escolhidos, não pessoas que se destaquem por certas qualidades peculiares, pois o Estado soviético deve trazer para a gestão justamente os mais atrasados, os mais iletrados, os mais humildes, para desenvolvê-lo e para elevá-lo.²⁷

Pachukanis considera que as condições para essa participação já estão dadas, não obstante a resistência a ela que ainda perdura, pois vem ocorrendo um engajamento intenso dos trabalhadores na máquina estatal, que decorre, particularmente, do incremento do *ativismo das massas*. É isso que já possibilitou o acúmulo de forças necessário para “*investir contra* [...] esse aparato de Estado soviético, e tentar *tomá-lo de todas as maneiras*, com um *ataque frontal*, mas também *sorratamente* e por *meio de cerco*”.²⁸

²⁵ *Ibidem*, p. 327.

²⁶ “[...] quando se fala das urgentes tarefas de classe, da depuração do aparato e da inserção nele dos operários, então nos deparamos, na melhor das hipóteses, com a incompreensão, com a indiferença, o desejo de se evitar, de algum modo, esse tema, de se esquivar, ficar em silêncio”. E mais adiante: “Se com a promoção unitária a questão ainda transcorre de modo extremamente difícil, pode-se imaginar a oposição que será preciso superar quando começarmos a pôr em prática, a sério, o lema leninista de participação geral dos trabalhadores na gestão do Estado. E como é possível passar placidamente ao largo dessa tarefa, como se já estivesse resolvida e não exigisse esforços especiais ou uma atenção especial? *Ibidem*, p. 332, 334.

²⁷ *Ibidem*, p. 333.

²⁸ *Ibidem*, p. 336 (grifos meus). E ainda: “Considero [...] que o gelo derreteu, que é preciso apenas aproveitar essa cheia de primavera, esse crescimento da atividade das massas, que começou a romper os entraves burocráticos. É preciso auxiliar essa causa por todos os meios, e *não somente* pela correção gradual do próprio leito do rio, ou seja, *pelo aperfeiçoamento do sistema de gestão*, mas [...] *por meio* de uma intensa intervenção, *da detonação das massas de gelo dos vestígios do passado*, que vedam o caminho das águas primaveris”. *Ibidem*, p. 336-337 (grifos meus).

Apesar desse reconhecimento implícito de que o Estado soviético não teria uma natureza proletária, já que ele reproduz a *separação entre o poder político e as massas trabalhadoras* – que é a característica fundamental do Estado burguês –, Pachukanis não é capaz de relacionar essa separação a uma outra, aquela entre os *meios de produção e o trabalhador direto*, à qual a primeira está necessariamente ligada, ou seja, ele não é capaz de identificar a existência de *relações de produção capitalistas* na formação social soviética. Pachukanis, portanto, por não dispor do conceito de capitalismo de Estado, não consegue dar um tratamento teórico consequente à sua crítica, limitando-se a constatar os efeitos de uma causa indeterminada, e não admitindo, assim, que o Estado soviético fosse dirigido por uma nova burguesia, a burguesia de Estado.

Aportes teóricos de Ruy Mauro Marini para o marxismo e as ciências sociais hoje¹

GIL FELIX²

As transformações do mundo do trabalho, em especial após a crise capitalista mundial dos anos 1970 e, mais recentemente, após a crise de 2008, instauraram processos importantes de mudança nas formações sociais centrais e dependentes. A observação de um processo de precarização do trabalho cada vez mais generalizado em todo o mundo confundiu e complexificou ambas, inaugurando um período de reanálise das teorias formuladas ao longo do século XX.

As mudanças no que outrora era associado a uma condição operária “estável” e “fixa”, que teria caracterizado fração considerável das economias centrais, vem motivando novas propostas teóricas para os estudos do trabalho. A erosão de uma condição operária anteriormente associada ao pacto fordista, por exemplo, motivou abordagens a respeito de um “retorno da superexploração”, da crise da “sociedade salarial” ou, mais recentemente, da emergência de uma “nova classe social” que estaria se mundializando.

Contudo, até que ponto seria possível considerar tais processos em termos mundiais? Até que ponto tais processos implicam mudanças nas formações sociais periféricas do capitalismo, onde um imenso exército de reserva e condições precárias de trabalho e subsistência não são novidade para grandes contingentes de trabalhadores (Cf. Felix, 2017)? Até que ponto tais transformações

1 Uma versão anterior desse artigo foi apresentada no XXXII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, Lima, 2019, e uma versão em língua inglesa do mesmo foi apresentada na Conferência de Materialismo Histórico, Santiago, 2021.

2 Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

não estão sendo pensadas apenas a partir das formações centrais do capitalismo, tendo como parâmetro, por exemplo, os efeitos do desmonte do Estado de Bem-Estar Social? O que implica, nesse caso, pensar ao revés, isto é, notar tais transformações na classe trabalhadora mundial a partir de uma mirada teórica latino-americana?

Nos países dependentes, em que, quando observada, tal condição operária pretérita abarcava apenas uma fração estatisticamente minoritária do próprio conjunto do proletariado, o processo de transformações colocadas pelo advento da acumulação flexível do capital também vem sendo analisado, mas sob outros matizes. Porém, devido a um enviesamento ideológico burguês, fruto de uma determinada mitologia da história apologética do desenvolvimento do capitalismo, as formações sociais dependentes durante grande parte do século XX tiveram menor importância teórica, tendo suas especificidades pensadas quase sempre como resquícios de uma história universal em superação e/ou em extinção, no rumo do que já se teria superado nos países centrais e, portanto, do que mais cedo ou mais tarde iria se superar nas periferias também.

Hoje, qualquer desconhecimento empírico e, por conseguinte, qualquer menosprezo teórico dessas formações sociais, ou seja, qualquer esquema teórico que não leve em conta a totalidade das transformações no mundo do trabalho, tem reduzidíssimo alcance para a explicação das suas próprias paróquias (cf. Felix, 2019). Nesse sentido, o que anteriormente se apresentava com pouca importância empírica e teórica talvez hoje seja um ponto de referência com cada vez melhor perspectiva e maior poder explicativo para a observação dos processos sociais concretos mundiais que estão em curso.

Epistemologias comprometidas com perspectivas de superação da condição dependente por meio da introdução de maior produtividade capitalista do trabalho perderam poder explicativo ante o quadro das condições de vida e trabalho dos trabalhadores apresentado nos países dependentes que se industrializam em pleno século XXI ou que se industrializaram ao longo do século XX. Da mesma forma, teleologias baseadas em estudos que privilegiam analiticamente o capitalismo avançado de maneira desconexa e/ou atemporal das formações dependentes também ficam cada vez mais esvaziadas diante do quadro de descenso das condições de vida e trabalho nos próprios países imperialistas. Atualmente, para aqueles que tomaram essa perspectiva, o sentido da modernidade aparenta estar invertido, mais nas “margens” do que no “centro” do capitalismo.

Nesse sentido, devido a um quadro de deterioração, fragmentação ou mesmo degradação das condições de vida e trabalho dos

trabalhadores nas últimas décadas, alguns autores têm se voltado para teorias outrora pensadas no âmbito das ciências sociais latino-americanas, que, particularmente a partir dos anos 1960, junto aos partidos e movimentos revolucionários, propuseram interpretações originais para a compreensão das formações sociais dos seus próprios países de forma crítica a epistemologias dogmáticas, eurocêntricas e/ou não sistêmicas do capitalismo mundial, como foi o caso daqueles que se afiliaram ao debate da dependência e, em particular, do brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997)³.

Há, nesse sentido, um crescente interesse de pesquisadores situados nos países centrais sobre sua obra e um relativo (re)descobrimto de novas gerações de pesquisadores em países como Brasil e Argentina a fim de resgatar e de debater o legado desse autor.

Contudo, para além de um debate incontornável a respeito do seu quadro teórico e de uma releitura rigorosa dos conceitos formulados por ele, nesta comunicação, gostaria de salientar a necessidade de uma revisita a algumas das premissas metodológicas presentes nos principais textos de Ruy Mauro Marini. E, a partir delas, gostaria de sustentar que fundamentaram sua construção teórica que, numa tradição materialista marxista, estava plasmada sobretudo para o devido entendimento da formação social latino-americana e também, por conseguinte, para as implicações políticas colocadas para a sua superação emancipatória.

A nosso entender, em primeiro lugar, junto a outros pensadores heréticos no campo do marxismo e do socialismo revolucionário latino-americano e não ocidental, cabe frisar a démarche metodológica de Marini. A partir de uma leitura da crítica da economia política de Marx epistemologicamente atenta e rigorosa no que se refere à esfera da circulação no modo de produção capitalista, tendo como objeto o processo histórico da formação social latino-americana, Marini se referencia fundamentalmente na premissa da unidade dialética da produção e da circulação.

Essa démarche está presente em seus trabalhos, particularmente a partir do período em que o autor se aprofunda nos estudos dos livros de ‘O Capital’, na década de 1960, e pode ser observada nas suas teses a respeito dos fundamentos da dependência, assim como na compreensão da divisão internacional do trabalho pós-“globalização”.

3 Para o leitor particularmente interessado sobre a vida e obra de Ruy Mauro Marini, sugerimos consultar a página eletrônica mantida na UNAM, disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Para uma abordagem a respeito do legado de sua obra, ver Felix e Guanais (2018) e Felix e Guanais (2019).

A implicação mais clara dessa premissa está na análise que demarca a especificidade das formações latino-americanas e da reprodução do ciclo do capital nas economias dependentes, compreendendo-as não como expressões atemporâneas do capitalismo forâneo, mas como coetâneas e sistêmicas em relação ao tempo histórico e ao modo de produção capitalista mundial. E, portanto, crítico das ideologias de viés desenvolvimentista que, por exemplo, na América Latina, importavam um modelo narrativo eurocêntrico da formação histórica dos países centrais ou avançado e que, hoje, é de pleno conhecimento de que estava equivocado tanto para a compreensão dos processos históricos da formação latino-americana, africana e asiática, quanto para a compreensão dos processos históricos dos próprios países centrais que se tomavam por objeto generalizante.

A desconstrução científica dessas teses foi possível, justamente, quando Marini, em *Dialéctica de la dependencia* e em seus escritos do mesmo período, dimensionou teoricamente com propriedade a esfera da circulação e, historicamente, a onipresença do mercado mundial:

Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo sui generis que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional. (Marini, 1973).

Outra implicação menos explícita dessa démarche, embora também claramente depreendida no quadro teórico do que o autor veio a denominar “teoria marxista da dependência”, é a indicação oposta às teses do fim da centralidade do trabalho na vida social, que se apresentavam, em especial, a partir dos anos 1970 nos centros de pesquisa europeus e estadunidenses. Tais teses, ao contrário do que propunha Marini, baseavam-se em uma narrativa eurocêntrica que, hoje, também podem ser refutadas na medida em que se observa o “sistema em seu conjunto” e se leva em conta essa sistematicidade para a compreensão da circulação do capital (com o aumento da produtividade nas indústrias das comunicações e dos transportes, por exemplo) e para a compreensão das transformações do mundo do trabalho como um todo, tanto nos países centrais quanto nos dependentes.

Uma terceira implicação dessa démarche por mim ressaltada está colocada para uma compreensão teórica não eurocêntrica das transformações recentes no mundo do trabalho e da condição proletária contemporânea que advém dessas transformações. Embora em estado preliminar e hipotético, em seus últimos escritos, Marini teria indicado pistas como:

(...) se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo – aunque no privativo – de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia – que era su causa – es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización”. (Marini, 1996).

Não por acaso, atualmente, o conceito de superexploração do trabalho pelo qual Marini atribuiu especificidade estrutural ao capitalismo dependente tem centralidade para o entendimento do que se denomina trabalho precário e, de maneira mais ampla, para o entendimento dos processos de precarização da vida e do trabalho dos trabalhadores no século XXI (cf., dentre outros, Sotelo, 2012; Smith, 2016; Felix, 2019; Guanais, 2019).

É desse modo que asserções como “retorno da superexploração” (no sentido de que estaria extinta e/ou em extinção etc), “fim da sociedade salarial” ou, ainda, tal como se propôs mais recentemente, “nova classe social”, representam um curioso eurocentrismo para aqueles que, a partir das formações dependentes ou periféricas, necessariamente, tiveram de apreender o sistema em seu conjunto para entender o que estruturalmente fundamentava o aparente “atraso” capitalista ou a composição socialmente “heterogênea” do proletariado:

(...) la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo; suponer lo contrario equivale a admitir que el capit, a medida que se aproxima de su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos explotativo y logra reunir las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas. (Marini, 1973: 98. Grifos do autor).

E é nesse sentido também que, a partir das premissas por mim brevemente ressaltadas no artigo, o legado dos aportes de Marini, ao contrário do sentido que foi apontado por seus críticos nos anos 1970, seja, justamente, não só historicamente interessante, mas, sobretudo, teoricamente relevante hoje.

Referências bibliográficas

- BIHR, A. (1998). *DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA*, SÃO PAULO, BOLITEMPO.
 BAMBIRRA, VANIA. (1978). *TEORÍA DE LA DEPENDENCIA: UNA ANTICRÍTICA*. MÉXICO: ERA.

- CASTEL, R. (1998). AS METAMORFOSES DA QUESTÃO SOCIAL. PETRÓPOLIS: VOZES.
- FELIX, GIL. (2017). “SOBRE O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA EM RUY MAURO MARINI”, REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, n. 47, p. 104-128.
- FELIX, GIL. (2018A). “CIRCULACIÓN Y SUPEREXPLOTACIÓN DEL TRABAJO”, SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, n. 92, p. 87-105.
- FELIX, G. (2019). MOBILIDADE E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: O ENIGMA DA CIRCULAÇÃO, RIO DE JANEIRO, FAPESP/LAMPARINA.
- FELIX, GIL. (2020). “SUPER-CIRCULATION: TOWARDS A POLITICAL ECONOMY OF PLATFORMISATION”, CRITICAL SOCIOLOGY, 46 (7-8): 1221-1232.
- FELIX, GIL; GUANAIS, JULIANA (ORGS.). (2018). SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: DEBATES CONTEMPORÂNEOS. MARÍLIA, BRASIL: EDITORA PRÁXIS.
- FELIX, GIL; GUANAIS, JULIANA (COORDS.). (2019). SUPEREXPLOTACIÓN DEL TRABAJO EN EL SIGLO XXI. BREMEN: EL TIPLE.
- GUANAIS, JULIANA. (2018). “SALARIO POR PIEZA Y SUPEREXPLOTACIÓN DEL TRABAJO”, SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, n. 92, p. 63-86.
- HARVEY, D. (2008). CONDIÇÃO PÓS-MODERNA. SÃO PAULO: LOYOLA.
- MARINI, R. M. ET AL. (1979). “ECONOMÍA POLÍTICA III. EL PROCESO DE CIRCULACIÓN DEL CAPITAL (TERCER SEMESTRE)”, FACULTAD DE ECONOMÍA, SISTEMA DE UNIVERSIDAD ABIERTA, UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO, 1979, DISPONIBLE EN: [HTTP://WWW.MARINI-ESCRITOS.UNAM.MX/PDF/288_ECONOMIA_POLITICA_3.PDF](http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/288_economia_politica_3.pdf). CONSULTA: 14 DE JULIO DE 2017.
- MARINI, RUY MAURO. (1978). “LAS RAZONES DEL NEODESARROLLISMO (RESPUESTA A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Y JOSÉ SERRA)”, REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA, AÑO XL/VOL. XL, NÚM. EXTRAORDINARIO (E), MÉXICO, IIS-UNAM, 1978: 57-106.
- MARINI, RUY MAURO. (1979). “EL CICLO DEL CAPITAL EN LA ECONOMÍA DEPENDIENTE”. IN: OSWALD, ÚRSULA. MERCADO Y DEPENDENCIA. MEXICO: EDITORIAL NUEVA IMAGEN-INAH, p. 37-55.
- MARINI, RUY MAURO. (1996). “PROCESO Y TENDENCIAS DE LA GLOBALIZACIÓN CAPITALISTA”. IN: MARINI Y MILLÁN (COORDS.). LA TEORÍA SOCIAL LATINOAMERICANA, VOL. IV, CUESTIONES CONTEMPORÁNEAS, MEXICO: EDICIONES EL CABALLITO, p. 49-68.
- MARINI, RUY MAURO. (1989). “ELEMENTOS PARA UN BALANCE HISTÓRICO DE TREINTA AÑOS DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA EN AMÉRICA LATINA”. IN: EL MAESTRO EN ROJO Y NEGRO. QUITO: EDITORIAL IAEN, 2012.
- MARINI, RUY MAURO, ADRIÁN SOTELO Y ARNULFO ARTEAGA. (1981). “EL PROCESO DE TRABAJO EN MÉXICO”, TEORÍA Y POLÍTICA, n. 4, ABRIL-JUNIO 1981, p. 59-74. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MARINI-ESCRITOS.UNAM.MX/322_PROCESO_TRABAJO.HTML](http://www.marini-escritos.unam.mx/322_proceso_trabajo.html).
- MARINI, RUY MAURO. (1992). AMÉRICA LATINA: DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO. SÃO PAULO: EDITORIAL BRASIL URGENTE.
- MARINI, RUY MAURO. (1973). DIALÉCTICA DE LA DEPENDENCIA. MÉXICO: ERA.
- MARINI, RUY MAURO. (1977). “LA ACUMULACIÓN CAPITALISTA MUNDIAL Y EL SUBIMPERIALISMO”, CUADERNOS POLÍTICOS 12, ABRIL-JUNIO DE 1977, p. 21-39.
- MARINI, RUY MAURO. (1993). “PREFÁCIO”. IN: SOTELO. MÉXICO: DEPENDENCIA Y MODERNIZACIÓN. MÉXICO: EDICIONES EL CABALLITO.
- MARINI, RUY MAURO. (1982). “SOBRE EL PATRÓN DE REPRODUCCIÓN DE CAPITAL EN CHILE”, CUADERNOS DE CIDAMO, n. 7, 1982. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MARINI-ESCRITOS.UNAM.MX/061_REPRODUCCION_CAPITAL_CHILE.HTML](http://www.marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html)
- MARINI, RUY MAURO. (1985). SUBDESARROLLO Y REVOLUCIÓN. MEXICO: SIGLO XXI, 1985.
- SMITH, JOHN. (2016). IMPERIALISM IN THE TWENTY-FIRST CENTURY: GLOBALIZATION, SUPER-EXPLOITATION, AND CAPITALISM'S FINAL CRISIS. NEW YORK: MONTHLY REVIEW PRESS.
- SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. (2012). LOS RUMBOS DEL TRABAJO. SUPEREXPLOTACIÓN Y PRECARIEDAD SOCIAL EN EL SIGLO XXI. MEXICO: MIGUEL ÁNGEL PORRÚA-FCPyS-UNAM.
- STANDING, GUY. (2011). THE PRECARIAT. LONDON: BLOOMSBURY.

A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência¹

ADRIÁN SOTELO VALENCIA²

GIL FELIX³

“Lo que importa señalar aquí, en primer lugar, es que la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es *inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo*; suponer lo contrario equivale a admitir que el capitalismo, a medida que se aproxima de su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos explotador y logra reunir las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas.”

Ruy Mauro Marini. 1973.

“(…) se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo - aunque no privativo - de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia - que era su causa - es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización (…).”

Ruy Mauro Marini. 1996.

1 Uma versão desse artigo foi publicada em *Astrolabio Nueva Época* (UNC), 23, pp. 1-26, 2019.

2 Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM).

3 Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

Introdução

As transformações do mundo do trabalho, em especial após a crise capitalista mundial dos anos 1970 e, mais recentemente, após a crise de 2008, instauraram processos importantes de mudança nas formações sociais centrais e dependentes. A observação de um processo de precarização do trabalho cada vez mais generalizado em todo o mundo confundiu e complexificou ambas, inaugurando um período de reanálise das teorias formuladas ao longo do século XX.

As mudanças no que outrora era associado a uma condição operária “estável” e “fixa”, que teria caracterizado uma fração considerável das economias centrais, vem motivando novas propostas teóricas para os estudos do trabalho. A erosão de uma condição operária anteriormente associada ao pacto fordista, por exemplo, motivou abordagens a respeito de um “retorno da superexploração” (Harvey, 2008), da crise da “sociedade salarial” (Castel, 1998) ou, mais recentemente, da emergência de uma “nova classe social” que estaria se mundializando (Standing, 2011).

Contudo, até que ponto seria possível considerar tais processos em termos mundiais? Até que ponto tais processos implicam mudanças nas formações sociais periféricas do capitalismo, onde um imenso exército de reserva e condições precárias de trabalho e subsistência não são novidade para grandes contingentes de trabalhadores (Cf. Felix, 2017)? Até que ponto tais transformações não estão sendo pensadas apenas a partir das formações centrais do capitalismo, tendo como parâmetro os efeitos do desmonte do Estado de Bem-Estar Social? O que implica, nesse caso, pensar ao revés, isto é, notar tais transformações na classe trabalhadora mundial a partir de uma mirada teórica latino-americana?

Nos países dependentes, em que, quando observada, tal condição operária pretérita abarcava apenas uma fração estatisticamente minoritária do próprio conjunto do proletariado, o processo de transformações colocadas pelo advento da acumulação flexível do capital também vem sendo analisado, mas sob outros matizes. Porém, devido a um enviesamento ideológico burguês, fruto de uma determinada mitologia da história apologética do desenvolvimento do capitalismo, as formações sociais dependentes durante grande parte do século XX tiveram menor importância teórica, tendo suas especificidades pensadas quase sempre como resquícios de uma história universal em superação e/ou em extinção, no rumo do que já se teria superado nos países centrais e, portanto, do que mais cedo ou mais tarde iria se superar nas periferias também.

Hoje, qualquer desconhecimento empírico e, por conseguinte, qualquer menosprezo teórico dessas formações sociais, ou seja, qualquer esquema teórico que não leve em conta a totalidade das transformações no mundo do trabalho, tem reduzidíssimo alcance para a explicação das suas próprias paróquias (ver Bohm, 1992; Felix, 2019). Nesse sentido, o que anteriormente se apresentava com pouca importância empírica e teórica talvez hoje seja um ponto de referência com cada vez melhor perspectiva e maior poder explicativo para a observação dos processos sociais concretos mundiais que estão em curso.

Nesse sentido, devido a um quadro de deterioração, fragmentação ou mesmo degradação das condições de vida e trabalho dos trabalhadores nas últimas décadas, alguns autores têm se voltado para teorias outrora pensadas no âmbito das ciências sociais latino-americanas, que, particularmente a partir dos anos 1960, junto aos partidos e movimentos revolucionários, propuseram interpretações originais para a compreensão das formações sociais dos seus próprios países de forma crítica a epistemologias dogmáticas, eurocêntricas e/ou não sistêmicas do capitalismo mundial, como foi o caso daqueles que constituíram a teoria marxista da dependência (ver Bambirra, 1978).

Este artigo sistematiza uma perspectiva crítica desse processo, analisando a precarização do trabalho a partir das ciências sociais latino-americanas, particularmente da teoria formulada pelo brasileiro Ruy Mauro Marini e do conceito de superexploração do trabalho, pelo qual ele atribuiu uma especificidade estrutural ao capitalismo dependente e que, tal como explicaremos a seguir, têm centralidade para o entendimento do que se denomina trabalho precário no mundo hoje e, de maneira mais ampla, da precarização da vida e do trabalho dos trabalhadores⁴.

Novos processos mundiais de precarização do trabalho, velhas relações sociais de produção capitalistas

Segundo o recente relatório da Organização Internacional do Trabalho intitulado “Changing nature of jobs” (ILO, 2015a), há uma tendência mundial de crescimento, ou substituição, dos empregos de tempo integral e contrato estável de trabalho para as denominadas non-standard forms of employment. Como conclusão, indica:

4 Para o leitor particularmente interessado sobre a vida e obra de Ruy Mauro Marini, sugerimos consultar a página eletrônica mantida na Unam, disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Para uma abordagem a respeito da sua obra no Brasil, ver Guanaes e Felix (2018).

Este relatório, baseado em uma análise dos padrões de emprego em mais de 180 países com vários níveis de desenvolvimento, mostra que os padrões de emprego mudaram consideravelmente ao longo da última década. Trabalhos estáveis, de tempo integral, representam menos de um em cada quatro empregos, e essa estatística não está melhorando visivelmente. Além disso, uma continuação de tendências passadas sugere que a incidência de relações de trabalho estável formará uma fração ainda menor do total de empregos nos próximos anos. (ILO, 2015a:5).

Ainda:

Na grande maioria dos países com informações disponíveis, entre 2009 e 2013, o aumento do número de empregos a tempo parcial ultrapassou o aumento em empregos em tempo integral (...). Deve ser frisado que, nos países em que há informação disponível, grande parte do aumento do emprego em tempo parcial foi involuntária (isto é, os trabalhadores se mudaram para o trabalho em tempo parcial porque as oportunidades de trabalho de tempo integral não estavam disponíveis). (ILO, 2015a: 29-30).

Como decorrência desses processos, o tempo médio de permanência no emprego estaria diminuindo em todos os países que produzem e divulgam dados a respeito, ainda que em ritmos diferentes, a partir de parâmetros historicamente distantes e sob processos também distintos (Cf. Felix, 2018a; Felix, 2019). Junto a essa constatação, outros dados recentemente divulgados por essa mesma agência também são significativos, como é o caso do aumento do número de trabalhadores assalariados, por um lado, e do aumento do desemprego, por outro (nesse caso, especialmente, mas não exclusivamente, na Europa)⁵, assim como o crescimento vertiginoso dos empregos vinculados a processos produtivos

5. Depois da crise de 2008, o desemprego aumentou quantitativamente em todo o mundo, em especial nos denominados países emergentes e em desenvolvimento (ILO, 2015a): “As economias emergentes devem verificar um aumento do desemprego de 2,4 milhões em 2016. Isso reflete, em grande parte, a piora das perspectivas do mercado de trabalho nas economias asiáticas emergentes, na América Latina e nas economias produtoras de commodities, principalmente na região dos Estados árabes e na África. Nas economias desenvolvidas, o número de desempregados deve diminuir ligeiramente, mas isso compensará apenas marginalmente o aumento esperado nas economias emergentes. Em vários países europeus, as taxas de desemprego permanecerão próximas dos picos históricos. Nos Estados Unidos e em algumas outras economias desenvolvidas, o desemprego diminuirá para índices pré-crise, mas a perspectiva é de um aumento contínuo no subemprego. Dependendo da economia, isso assume a forma de trabalho part-time ou temporário involuntário, além de taxas de participação mais baixas, especialmente entre mulheres e jovens” (ILO, 2016: 3-4)

fragmentados em dois ou mais países nas denominadas “global supply chains” (GSCs).

Em cerca de quarenta países centrais e ditos “emergentes”, um quinto dos empregos seria diretamente vinculado a essas cadeias:

Baseado na metodologia da OIT, estima-se que o número de empregos relacionados às GSC aumentou rapidamente ao longo da última década, tanto em termos absolutos quanto no número total de empregos. De quarenta países para os quais havia dados disponíveis para a aplicação da metodologia, 453 milhões de pessoas estavam empregadas em GSCs em 2013, comparadas a 296 milhões em 1995. A maior parte do aumento geral é criada pelas economias emergentes, onde os empregos relacionados às GSC cresceram estimados 116 milhões. De maneira geral, empregos relacionados às GSCs representam 20,6% do total do emprego entre os países analisados, comparado a 16,4% em 1995. (ILO, 2015a: 132).

Contudo, no período pós-crise que foi mensurado (2007-2013), esses empregos teriam diminuído na maioria dos países ditos emergentes (suprimidos ou retornados para as economias centrais) (cf, id. ib.: 125-6).

Concomitantemente, processos de modificação ou supressão das regulações estatais trabalhistas e de assistências previdenciárias públicas também têm sido observados em todo o mundo (Cf. ILO, 2015b; Felix, 2018a). O Brasil e outros países latino-americanos, em particular, modificaram significativamente legislações estatais que sintetizavam regulações laborais estabelecidas desde os anos 1940 (ILO, 2015b; DIEESE, 2017a; DIEESE, 2017b; Sotelo, abril-junho, 2013 e 2 de maio de 2017; Thé Nicole e G. Soriano, 22 de setembro de 2016). Distinções que anteriormente separavam os setores formal e informal do mercado de trabalho foram removidas com o intuito de proporcionar maior liberalidade e menor regulação do comércio de força de trabalho, retirando garantias e direitos trabalhistas até então vinculados à formalização regulada pelo Estado⁶. Tais

6 Em 2017, no Brasil, foi inserida a possibilidade de um contrato formal denominado de “trabalho intermitente”, que prevê o pagamento do trabalhador apenas pela hora trabalhada, sob convocação do patrão, semelhantemente ao Zero-hour Contract da Inglaterra, e regulamentada uma nova forma de demissão com redução de custos para o patrão, acelerando ainda mais o já extremamente rotativo mercado brasileiro. Todas as formas de terceirização também foram legalizadas, após um processo de décadas em que esse tipo de contratação se generalizou em praticamente todas as grandes empresas e em todos os setores da economia. Os trabalhadores terceirizados no Brasil são os assalariados formais que têm menores salários, maior circulação da força de trabalho, mais riscos de acidentes e menor acesso a

alterações implicam mudanças significativas na reprodução social dos trabalhadores em geral.

Essas tendências constituem novos fenômenos em expansão mundial no chamado mundo do trabalho, como os fatos que foram indicados acima, junto aos efeitos do que convencionalmente se designa como precarização, flexibilização, walmartização, mcdonaldização ou mesmo uberização do trabalho, como manifestações mais ou menos radicais e cada vez mais amplas do advento da acumulação flexível do capital e dos diversos impactos de suas tecnologias de gestão do trabalho.

Nesse caso, considerando que a acumulação flexível envolve fundamentalmente uma mudança na circulação do capital em termos de rotação, de relação tempo-espacial em compressão, há de se frisar as mudanças em curso das formas de produção, circulação e utilização da força de trabalho, que decorrem dessa nova circulação do capital. As gerências referenciadas no “novo modelo” aplicaram essas estratégias ao uso da força de trabalho no processo produtivo, tomadas das prateleiras na medida exata do que se precisa dela, isto é, no momento e na quantidade exata do que se precisa. Adquirida e descartada na quantidade e no momento o mais exato possível do que se utiliza; contratada e remunerada, em último caso, apenas pelo dia, hora, peça ou tarefa necessários em determinado processo produtivo.

Como o que se requer é o uso “flexível” da força de trabalho no processo de trabalho advindo da acumulação flexível do capital, isto é, a adoção de métodos de compra e venda just-in-time ou de “fim dos estoques” de força de trabalho, não se trata propriamente de prescindibilidade, mas de aumento de sua circulação, enquanto mercadoria, o que, por sua vez, implica uma série de mudanças também na produção e na utilização da força de trabalho⁷. Ou seja, em formas aprimoradas

garantias trabalhistas. No México, ainda que a reforma laboral de 2012 à Ley Federal del Trabajo vigente não tenha generalizado a subcontratação, no entanto, na prática, existem 5 milhões de trabalhadores mexicanos contratados sob essa permissiva modalidade e seu número tende a aumentar. Cf. Ley Federal del Trabajo, 2018, Artículo 15-A, inciso a; La Jornada, 8 de agosto de 2018.

7 Recentemente, Felix (2018a) propôs abordar a questão em termos de uma supercirculação, considerando os efeitos de uma amplificação e de uma aceleração crescentes da circulação mercantil da força de trabalho (amplificação no sentido das mudanças espaciais, quantitativas e qualitativas do exército de reserva e/ou da relação ativo-reserva e aceleração no sentido de maior compra e venda da mercadoria). Por outro lado, também tem sido ressaltado um crescente exército de reserva, certas vezes adjetivado como global ou em mundialização, confirmando, ao menos em sua constatação empírica, o que Marini tinha indicado como tendência teórica em 1996 (ver texto em epígrafe deste artigo, e, também, entre outros: Felix, 2018a; Smith, 2016; Chesnais, 2006; Huws, 2012; Magdoff, 2004; Foster; McChesney; Jonna, 2011).

de exploração, sob as atuais condições de aumento da força produtiva do trabalho.

Logo, num contexto em que se instauraram novas condições sociais na esfera da circulação e da rotação do capital, em virtude do aumento da produtividade na indústria de transportes, tecnologias de comunicação e sistemas de crédito, o processo de precarização do trabalho implica não só a invisibilização do trabalho e das relações de produção, como propunha Marx, mas também uma circulação mercantil extrema da força de trabalho que invisibiliza a própria compra e venda da mercadoria, tornada plenamente parcial, como é o caso limite da compra por peça, serviço, hora ou fração de hora (em parte, também em condições distintas de trabalho por peça e sob formas que interseccionam complexamente trabalho produtivo e improdutivo).

Todavia, esse processo decorre da própria natureza das relações sociais de produção estabelecidas no trabalho assalariado. Considerando a condição de mercadoria da força de trabalho a partir da teoria marxiana do valor, podemos compreender um processo contraditório de dilapidação da força de trabalho dado pelo aumento do tempo de circulação (tempo de não venda) da mercadoria ao tempo que aumenta o tempo de trabalho (horas de consumo), assim como podemos compreender uma tendência de redução do preço da força de trabalho (salário) abaixo de seu valor, por conta do mesmo processo (Felix, 2018a).

Ainda que estejam relacionadas a condições de trabalho tecnicamente próprias da acumulação flexível e/ou do processo de reestruturação produtiva, a rigor, essas modificações advêm do mesmo mecanismo mercantil capitalista de valorização do valor e de exploração do trabalho assalariado. No modo de produção capitalista, enquanto mercadoria, a força de trabalho é necessariamente “móvel”, isto é, sempre sujeita à “mobilidade” espacial e/ou qualitativa impostas pela circulação e acumulação do capital (Gaudemar, 1977; Marini et al., 1979; Felix, 2019).

Tais tendências globais, porém, ao tempo que mostram certa uniformidade, também indicam certa continuidade de antigas disparidades reproduzidas por meio do comércio mundial, como alguns pesquisadores já haviam observado em décadas anteriores (Marini, 1996; Sotelo, 1993; 2010; 2012; Chesnais, 1996). Um exemplo disso pode ser verificado nas distâncias salariais entre países centrais e periféricos ou dependentes. Mesmo que esteja sendo reduzida com a estagnação ou diminuição real dos salários nos países centrais, atualmente foi mensurada nesses países como tendo preços médios

acima do triplo do que é oferecido nos demais países industrializados (Cf. ILO, 2015a). Nessa diretiva inscreve-se o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (TNLC) entre os Estados Unidos, o México e o Canadá, em torno de salários muito baixos. No caso dos trabalhadores mexicanos, entre dez e 15 vezes menores do que os recebidos pelos trabalhadores dos outros países. No nível interprofissional, tal diferença salarial chega a ser de até trinta vezes por hora.

É preciso, portanto, compreender o sentido do processo instaurado pela expansão do chamado trabalho precário tanto nas formações dependentes quanto nas centrais, para o qual, tal como demonstraremos, o regime de superexploração do trabalho que historicamente estrutura as primeiras e que, em um contexto de generalização da lei do valor, como propunha Ruy Mauro Marini, se estende para além delas, é central.

Nos últimos anos, vem ganhando força uma ideia relativa à possibilidade de que se esteja estendendo no mundo desenvolvido, isto é, nas economias avançadas do capitalismo central, um intenso processo de superexploração do trabalho, em virtude de múltiplas dificuldades que o capitalismo está experimentando na escala global (Marini, 1993; 1996; Sotelo, 2010; Smith, 2016; Arrizabalo, 2016), particularmente a queda na taxa de lucro. Da nossa parte, assumimo-la de maneira propositiva e indicativa como guia de investigação e análise, não para considerá-la verdadeira e envolvê-la num esquema rígido e dogmático, mas apenas para iniciar um processo de investigação e reflexão no marco teórico-metodológico da teoria marxista da dependência, em particular, em função das últimas teses de Marini, que foi quem a formulou originalmente: “Deste modo, generaliza-se a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, aquilo que era um traço distintivo – embora não privativo – da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho” (Marini, 1996, p. 65). Embora ainda não exista um acúmulo de dados, informação e evidências com que contam outras temáticas dentro das ciências sociais, suficientes para que se possa coroar exitosamente esta tese, podem-se dar alguns passos nessa direção com o objetivo de compará-la e, no caso, validá-la à luz das mutações e crise que está experimentando o capitalismo contemporâneo na sua atual fase neoimperialista e neoliberal, com fortes tendências à quase estagnação econômica.

O novo trabalho precário tem provocado fenômenos no espectro do mundo laboral que, em nossa opinião, tendem a piorar as condições de vida e de trabalho, além de fortificar o regime de superexploração do trabalho, isto é, a eficaz articulação entre a produção

de mais-valia absoluta, a mais-valia relativa e a expropriação de parte do fundo de consumo da força de trabalho e a conseguinte redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho. É o que será visto a seguir.

Superexploração do trabalho: essência da precariedade

Para Karl Marx, o conceito de exploração do trabalho, como relação social fundamental da sociedade histórica capitalista, é um conceito relevante que edifica a teoria da mais-valia e do lucro no modo de produção capitalista. Quer dizer, na ausência do conceito de exploração é inimaginável, sequer, a elaboração e a compreensão da lei do valor como eixo central da produção e acumulação capitalistas. Não ter essa premissa ou omiti-la na análise da realidade concreta das relações sociais capitalistas de produção não é apenas limitar a visão estrutural a partir da qual se aprecia a totalidade, senão também deturpar grosseiramente a realidade social e laboral, produzindo visões fragmentadas e fetichizadas que escondem as relações fundamentais.

A partir da definição da lei do valor, Marx expõe os métodos da exploração do trabalho identificados com a mais-valia absoluta e com a mais-valia relativa, como aqueles básicos para a reprodução do sistema capitalista num contexto histórico de longo prazo. Isto supõe entender ambas as formas de mais-valia como conceitos articulados numa formação histórico-social específica, em cujo seio se conjugam os processos de trabalho e as relações sociais de produção. A periodização que pode surgir, tendo por base esses dois conceitos de mais-valia, não é outra senão a que incorpora o predomínio ou não da produtividade do trabalho com base no desenvolvimento tecnológico por sobre a extensão da jornada e a intensidade do trabalho ou sua articulação. Quer dizer, marca a pauta para estudar a gênese do desenvolvimento do modo de produção capitalista nas suas múltiplas articulações e definições resultantes.

A rigor, não existe uma fase independente do capitalismo que tenha se baseado exclusivamente na prevalência da mais-valia absoluta (no prolongamento da jornada de trabalho) e outra fase que a deixasse para trás, para se fundamentar no domínio exclusivo da mais-valia relativa; em vez disso, consideramos que a partir da Revolução Industrial que se desdobra da segunda metade do século XVIII, quando efetivamente essa forma da mais-valia começa a ganhar terreno até se tornar hegemônica no conjunto do sistema, as demais formas e mecanismos correspondentes à primeira, e a

outras formas de produção como a cooperação e o trabalho artesanal, coexistem com ela e se desdobram em cada processo histórico do seu desenvolvimento substancial.

Em outras palavras:

(...) a periodização do capitalismo, segundo Marx, não se resolve em um período em que a mais-valia absoluta prevalece e outro em que prevalece a mais-valia relativa, senão que no período manufatureiro – em que, junto à extensão da jornada, método de extração da mais-valia absoluta, observa-se o incremento da intensificação do trabalho e sua uniformização, método de produção de mais-valia relativa, assentando as bases reais para a plena vigência da lei do valor e, portanto, do império das leis do mercado – e em um período fabril em que, longe de diminuir, aumenta a pressão do capital em prol do prolongamento da jornada, tendência contraposta pelas lutas operárias para a redução da mesma e, sobre a base da Revolução Industrial, se desenvolve a produtividade do trabalho, ela também um método de produção de mais-valia relativa, abrindo-se horizontes ao desdobramento das forças produtivas, apenas limitado pelas relações de produção em que este se enquadra. (Marini, Sotelo y Arteaga, 1981, p. 66).

Ao contrário de outros autores enquadrados no estudo da dependência, a elaboração de uma economia política da dependência e da exploração na América Latina foi realizada precisamente por Marini. É esta linha de trabalho que, em nossa opinião, merece ser aprofundada, com a finalidade de apreender as condições e contradições contemporâneas da exploração capitalista. Certamente não podemos ignorar a original contribuição que Marini faz ao campo específico da exploração do trabalho, ou seja, o fato de vincular orgânica e dialeticamente as formas da mais-valia relativa e absoluta com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e, portanto, da tecnologia que os autores neoclássicos e desenvolvimentistas, junto com o investimento de capital, vislumbram tanto como “produtora de valor” quanto de “desenvolvimento social em geral”, ocultando seus profundos efeitos daninhos e degradantes no mundo do trabalho⁸.

Algumas contribuições originais de Marini são fundamentais para qualquer teorização a respeito dos processos contemporâneos. A primeira consiste na constatação de que, na época da Revolução

8 Essa última proposição não significa que a teoria da dependência está no âmbito das teorias da estagnação econômica de origem neoclássica, como pretendem infundadamente os críticos, senão que o faz no nada harmônico desenvolvimento capitalista em condições macro e microeconômicas de dependência estrutural. A tese central a respeito, afirma Marini (1973), é que quanto maior o desenvolvimento tecnológico, maior a exploração do trabalho, e não o contrário.

Industrial, a América Latina contribuiu para apressar a passagem da produção de mais-valia absoluta à relativa no capitalismo clássico. A segunda se refere ao papel que desempenha a superexploração do trabalho como alavanca para o desenvolvimento da produtividade, questão que implica relacionar a flexibilização e/ou precarização atualmente em curso da força de trabalho com a dinâmica de introdução de novas tecnologias na América Latina. O incremento da produtividade do trabalho, seja na sua aceção de produção de mais-valia relativa ou não (quando não incide em um barateamento dos bens e serviços que constituem o valor da força de trabalho), ao tempo que aprofunda a superexploração, incrementa a taxa de lucro do capital ao produzir uma maior quantidade de mercadorias. A abordagem de Marini a respeito disso é que o regime de superexploração do trabalho não implica uma impossibilidade de transformação dos países dependentes em especificamente capitalistas, pois não opõe o conceito de superexploração ao de desenvolvimento da produtividade do trabalho nos países dependentes – inclusive, sobre a base da extração de mais-valia relativa, que se desenvolve, mas em condição subordinada a esse regime.

Ninguém pode duvidar de que nos nossos países da América Latina, particularmente a partir da década dos anos cinquenta do século passado, desenvolveu-se fortemente a industrialização substitutiva de importações e se articularam os métodos de produção de mais-valia absoluta e relativa sob a hegemonia desta última, no exclusivo âmbito das indústrias de ponta (eletrônica, automotriz, bens de consumo duradouros, bens de capital), comandada pelas empresas transnacionais predominantemente norte-americanas, que exportaram seus investimentos, seus padrões tecnológicos e seus métodos de gestão empresarial e da força de trabalho, como aconteceu, por exemplo, na indústria automobilística com os sistemas fordista-tayloristas de produção em massa, impulsionados depois da Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, com o toyotismo de origem japonesa, a partir da década dos oitenta, coincidindo com a entrada do neoliberalismo e das chamadas economias de mercado, com predomínio das abordagens monetaristas, de imposição da austeridade e de redução do gasto público em detrimento do gasto social.

Os últimos textos de Marini (1993; 1996) também sistematizam elaborações importantes. O autor brasileiro define a globalização como um processo centrado na generalização da lei do valor, isto é, na determinação do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução da força de trabalho em condições, pela primeira vez, verdadeiramente internacionais, como um processo

que estimula o crescimento do exército industrial de reserva e, ao mesmo tempo, o aumento das taxas de exploração do trabalho. Ademais, esse conceito de globalização assim definido se faria extensivo não apenas à força de trabalho, mas também aos outros elementos que determinam o custo de produção, ou seja, ao capital fixo, no que contam os meios de produção, as ferramentas de trabalho etc., e a terra, considerada como meio de produção e também como meio de circulação enquanto matéria-prima que se incorpora ao produto final, a mercadoria.

No tocante à hipótese da extensão da superexploração do trabalho, cabe constatar se esta se implementa e desenvolve sob a hegemonia da mais-valia relativa (como acontece no capitalismo avançado) ou se a superexploração do trabalho sobredetermina (ao tempo que subordina e bloqueia, como supomos) a mais-valia relativa, como aconteceu durante a industrialização substitutiva de importações nos países que elevaram seus coeficientes de industrialização e desenvolveram os mercados internos de consumo e de trabalho nas economias dependentes da América Latina, ao menos até finais da década de setenta e princípios dos oitenta do século passado, contexto em que a exceção é o Brasil, pois estendeu sua industrialização por mais uma década.

Um dos fios condutores da teoria da dependência consiste em determinar a relação entre a mais-valia relativa, tal qual a definimos anteriormente, e a superexploração do trabalho: “O problema está em determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho” (Marini, 1973, p. 100, grifos no original).

É de vital importância considerar dois problemas essenciais: o primeiro, por que e devido a que causas, na economia dependente, a mais-valia relativa tem tantas dificuldades para abrir caminho e se constituir como hegemônica nos sistemas produtivos e de trabalho, como ocorreu nos países do capitalismo clássico após a Revolução Industrial na Inglaterra. Em segundo lugar, como, particularmente quando surge e se desenvolve a industrialização substitutiva de importações na América Latina, a superexploração do trabalho continua a subsumir a mais-valia relativa, evitando assim que se torne hegemônica no sistema. Nessa problemática radica para nós a essência do processo da dependência e da superexploração do trabalho, concomitantemente com os problemas de atraso e subdesenvolvimento.

Isto é assim devido a que:

... las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre el capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada que asume en el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército industrial de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización de la producción. Más que meros accidentes en el curso del desarrollo dependiente o elementos de orden transicional, estos fenómenos son manifestaciones de la manera particular como incide en la economía dependiente la ley general de la acumulación de capital. En última instancia, es de nuevo a la superexplotación del trabajo que tenemos que referirnos para analizarlos. (Marini, p. 100).

Desde o princípio o capitalismo avançado articulou e subordinou a mais-valia absoluta à mais-valia relativa, pelo menos desde o grande período da Revolução Industrial na Inglaterra, e incorporou paulatinamente os trabalhadores no consumo dos bens produzidos pelas fábricas da grande indústria. Foi isso que influenciou para que Marx em *O Capital* (Livro III, Cap. XIV, 2000, p. 235) vislumbrasse a possibilidade empírica da superexploração do trabalho – a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho – mais como um fenômeno de concorrência e de conjuntura, encaminhado a confrontar a tendência de queda da taxa de lucro, do que um comportamento estrutural de longo prazo e como regularidade da análise geral do capital. Isso era congruente com sua premissa metodológica sustentada ao longo de *O Capital*, que consiste no pressuposto de que o valor da força de trabalho (como o de qualquer outra mercadoria) corresponde sempre ao seu preço⁹.

Marini, por sua vez, forjou a categoria superexploração do trabalho como o núcleo duro e princípio orientador do desenvolvimento capitalista nas formações econômico-sociais subdesenvolvidas da periferia do sistema mundial, permitindo diferenciá-lo histórica e estruturalmente do desenvolvimento dos países do capitalismo clássico. Aplicando essa categoria na análise do capitalismo contemporâneo e, em particular, à nova etapa histórica que se abriu nos finais da década dos anos oitenta do século passado – queda do

⁹ Pressuposto teórico-metodológico do modo de exposição de *O Capital* enunciado pelo próprio Marx diversas vezes, tal como: “Para fazer nossas deduções, partíamos do pressuposto de que a força de trabalho se compra e se vende pelo seu valor. Tal valor, assim como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para sua produção” (Marx, *O Capital*, L. I, 1974, p. 177).

muro de Berlim em 1989, desintegração da União Soviética, imposição do chamado “Consenso de Washington”, invasão imperialista dos Estados Unidos no Iraque na Guerra do Golfo (1991), aplicação generalizada e em grande escala da informática na produção material e imaterial e nas telecomunicações (terceira revolução industrial) –, Marini assinala três condições que o capital teve de reunir previamente para abrir essa nova etapa da história.

Em primeiro lugar, acentuou o grau de exploração do trabalho em todo o sistema para incrementar a massa de mais-valia, o que foi possível com as derrotas do movimento operário e popular nos países do centro capitalista e nos países da periferia, incluindo a América Latina.

Em segundo lugar, intensificou a concentração de capitais nas economias avançadas para assegurar os investimentos em desenvolvimento científico-tecnológico e na modernização industrial, o que implicou fortes transferências de valor dos países dependentes da América Latina (o chamado intercâmbio desigual), que incrementaram a acumulação do capital e que, em consequência, agravaram os problemas de emprego, salário, marginalidade e miséria social de amplos setores de sua população.

Terceiro, ampliou a escala do mercado para colocar os numerosos investimentos necessários à modernização do aparelho industrial. Tudo isso, conclui Marini, reatualizou as leis e os mecanismos básicos do sistema: “... em especial a lei do valor... que opera mediante a comparação do valor real dos bens, quer dizer, do tempo de trabalho investido na sua criação, ali compreendido o tempo que demandam os insumos e meios de produção, assim como a reprodução da força de trabalho” (Marini, 1993, p. 10).

Na década de 1990, essas três condições possibilitaram a conversão da economia latino-americana numa economia dependente neoliberal sustentada em um padrão de acumulação e reprodução de capital subordinado à dinâmica do ciclo de capital dos países hegemônicos do capitalismo avançado e, cada vez mais, do ciclo reprodutivo da economia chinesa.

A configuração estrutural da economia latino-americana orientada ao mercado mundial, ao influxo de padrões de reprodução inseridos em processos de “reprimarização” e de importação de tecnologias dos países centrais, é reflexo fiel desta nova forma de dependência que a torna mais vulnerável às contradições externas. Estas impõem a acumulação capitalista numa escala mundial no século XXI.

As políticas neoliberais da década de 1980 coadjuvaram na criação das bases econômicas, políticas e institucionais para que se

pudesse operar a superexploração do trabalho. Assim, este regime deixou de ser exclusivamente um regime próprio das economias dependentes, para estender seu raio de ação aos países desenvolvidos, como observou Marini. Dessa maneira, a superexploração converte-se num elo que acorrenta os novos sistemas de organização do trabalho à intensificação do trabalho, à precariedade laboral e ao trabalho temporário, assim como numa marcada tendência de declínio dos salários reais dos trabalhadores, como acontece a partir da administração de Reagan-Bush nos Estados Unidos (Chomsky, 2004: 168 e 210).

Quando dizemos que a superexploração do trabalho se projeta na economia internacional, de forma nenhuma afirmamos que já não constitua a característica definidora da economia dependente. Significa, em vez disso, que o capital, nas suas aspirações de lucro, não tem limites para explorar à vontade a força de trabalho, redobrando a exploração para manter sua reprodução numa escala crescente, de acordo com suas prerrogativas de rentabilidade. Isto é congruente com outra afirmação de Marini, que articula a lei do valor com a tendência à universalização da superexploração nos países avançados:

Hay que tener presente que la tendencia que va en el sentido de aumentar la superexplotación no vale solamente para los capitales que ceden valor, en el proceso de transferencia, sino que rige también para los que se apropian valor, ya que es evidente que ello les permite hacerse de cantidades de valor superiores a las que podrían normalmente incorporar. En otros términos, la universalización de la ley del valor, al tender a permitir tan sólo las transferencias de valor que, en su contexto, pueden ser consideradas como legítimas, no apunta a la supresión de la superexplotación del trabajo, sino más bien a su agudización. (Marini, 1993: 10).

Marini refere-se aqui ao capitalismo dependente como “capitais que cedem valor”, enquanto os que se apropriam são os correspondentes ao capitalismo avançado. A universalização da superexploração permite ao capital com o uso da tecnologia similar, tanto nos países dependentes como nos avançados, obter massas de mais-valia maiores mediante este procedimento para os capitais hegemônicos dos países imperialistas que se apropriam de um valor suplementar. O único limite está marcado pelas lutas de classe e pelas determinações estruturais e político-sociais em ambas as formações da economia capitalista mundial.

A globalização generaliza e estimula a lei do valor, a determinação do valor da força de trabalho e das mercadorias (materiais e imateriais) pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua

produção e reprodução em condições verdadeiramente internacionais. Marini, nesse sentido, põe em alto relevo o debate sobre a questão da superexploração no mundo contemporâneo, como aquele processo que já não seria apenas exclusivo das economias dependentes latino-americanas e outras do chamado “terceiro mundo subdesenvolvido”; senão que ademais, com a mundialização do capital e os processos estruturais e superestruturais que o acompanham, se estaria generalizando a âmbitos laborais cada vez menos restritos e aos processos de trabalho dos países industrializados, afetando segmentos cada vez mais amplos da classe operária e do proletariado desses países.

Neste contexto, irrompeu uma tendência caracterizada por três fatos: 1) a difusão tecnológica tende a estandardizar as mercadorias para facilitar seu intercâmbio em escala global, o que, no largo prazo, 2) provoca uma maior homogeneização dos processos produtivos e tecnológicos e 3) desencadeia uma tendência à igualação da produtividade do trabalho e, portanto, de sua intensidade. Neste sentido, dimensiona-se a importância da superexploração do trabalho no sistema produtivo internacional e se revela a tendência do sistema a homogeneizar o capital constante e incidir diretamente na determinação da taxa de lucro. Marini encontra neste fenômeno um ponto de inflexão que divide duas épocas históricas do desenvolvimento capitalista mundial. Como resultado disso, temos uma segunda conclusão estratégica da sua análise: a homogeneização tecnológica, ao estimular a igualação das composições orgânicas do capital na economia mundial, provoca um aumento da importância do trabalhador como fonte de lucros extraordinários (Marini, 1996, p. 65 e ss.).

O resultado final consiste em que a superexploração do trabalho – ao contrário do que pressupunham as teses dos autores do “final do trabalho” (Rifkin, 1997, Habermas, 2005) – constitui o fator principal para enfrentar a agudização da concorrência capitalista em escala mundial com o fim de contra-arrestar as crescentes dificuldades com que lida o capital no seu contraditório processo de produção de valor e de mais-valia, numa perigosa pendência diante da “(...) falta de uma fonte de extração intensiva e generalizada de mais-valia relativa (que distingue a dinâmica de acumulação capitalista madura) e as tentativas de compensar tal carência recorrendo à extensão e ao aprofundamento da mais-valia absoluta...” (Piqueras, 2014, p. 144).

Em síntese, a ideia é justamente conceber a superexploração do trabalho não apenas como processo operativo e conjuntural do capitalismo avançado, senão, cada vez mais, como um mecanismo de exploração de caráter estrutural que, em princípio, operou nos países dependentes. Assim, a superexploração do trabalho está se

convertendo num importante fator da economia mundial e de seus processos de valorização e acumulação de capital que, contudo, não anula, insistimos, as relações estruturais de dependência com os centros imperialistas, como tem se sustentado, a nosso ver, equivocadamente. É claro que muitos autores nunca conceberam esta perspectiva e, no máximo, entenderam a superexploração como um fenômeno estritamente conjuntural, algo que também nos parece equivocado, por ser um processo que se estende, no mínimo, desde a crise de 1970 e, ao que tudo indica, recrudescer com a crise de 2008.

Nova classe social ou proletariado internacional?

Historicamente, a dependência, nos termos de Marini, impossibilita a realização estrutural da tese central que a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) propõe desde o seu surgimento: que, na medida em que a América Latina desenvolvesse a industrialização e a substituição de importações, retivesse e reinvestisse no “progresso técnico” e desenvolvesse os mercados internos – particularmente, nos países de maior desenvolvimento relativo como o Brasil, o México e a Argentina –, nessa mesma medida alcançaria sua plena “autonomia” econômica (conforme, por exemplo, Rostow, 1974; CEPAL, 1962, pp. 1-24; Prebisch, 1987). Isto, nas últimas décadas, não apenas não aconteceu, mas, ao contrário, cada vez mais se vislumbra, como observa Marini em diversos trabalhos, um aprofundamento dos traços duros e característicos da dependência, ainda que certamente mudem suas formas à luz da agudização de seus conteúdos¹⁰.

Diferentemente do que propunham as correntes liberais, social-democratas e neoliberais, que apresentavam um panorama lisonjeiro para os países em “vias de desenvolvimento”, como gostam de classificar os países dependentes inspirados nas abordagens dos teóricos do Banco Mundial, panorama que tenderia à “independência” e à soberania das nações e da força de trabalho; pelo contrário, as teses marxistas da superexploração do trabalho vislumbram uma tendência à exacerbação da superexploração, estimulada na atualidade

10 Essa análise sobre a Cepal está, por exemplo, em Marini (1989; 1992). Sobre o que designamos como conteúdo da dependência, sugerimos verificar os seguintes aspectos: subordinação ao mercado mundial, superexploração do trabalho, intercâmbio desigual de valor e mais-valia em benefício dos países capitalistas avançados, Estado do quarto poder e cooperação antagonica, defasagem dos sistemas produtivos das necessidades de consumo das massas trabalhadoras e subimperialismo (Cf. Marini, 1973, 1977, 1985 e 1985a).

pela precarização do trabalho, que acontece na dimensão produtiva de nossas economias e sociedades.

A compreensão da possibilidade de que o capitalismo estenda a superexploração a suas áreas avançadas ainda permanece embrionária e restrita a certas expressões teóricas, algumas empíricas, e a um reduzido núcleo de autores que a perceberam à luz das problemáticas do capitalismo contemporâneo (Sotelo, 2012; Martins, 2011; Smith, 2016; Felix, 2019). Isso se explica, em parte, pelo caráter recente do fenômeno que está se estendendo paulatinamente através de uma série de medidas econômicas e de políticas públicas que estão sendo implantadas nos países imperialistas sob as diretrizes do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, tríade também conhecida como “Troika”.

Ainda assim, o número de autores que reconhecem e valorizam a importância da superexploração do trabalho como um mecanismo específico da exploração é cada vez maior. Por exemplo, Smith (2016: 250-251) reconhece que a superexploração é um terceiro mecanismo de extração de mais-valia do trabalhador, incluindo os países dependentes:

A arbitragem do trabalho global – superexploração – isto é, rebaixar o valor da força de trabalho, a terceira forma de aumento do mais-valor, é agora a forma cada vez mais predominante da relação capital-trabalho. Os proletários dos países semicoloniais são suas primeiras vítimas, mas as grandes massas de pessoas trabalhando nos países imperialistas também enfrentam miséria. Os/as proletários/as novos/as, jovens, e do sexo feminino dos países de baixos salários desenterraram o capitalismo do buraco em que ele se encontrava nos anos 1970. Agora, junto com os trabalhadores dos países imperialistas, sua missão é cavar outro buraco – cavar o túmulo para enterrar o capitalismo e, assim, assegurar o futuro da civilização humana. (Tradução nossa).

Contudo, vão-se multiplicando os temas e conteúdos a respeito desta problemática que nos permitem abordá-la no contexto da crise do capitalismo que, independentemente das diversas interpretações sobre ela, explicita-se no aspecto social e na precarização do mundo do trabalho nos países da União Europeia, nos Estados Unidos, no Japão e, claro, na América Latina e nas demais periferias. Para o capital não há outra saída possível senão continuar aprofundando tais reformas, impulsionando, conseqüentemente, a entrada do regime de superexploração nessas sociedades e abrindo a possibilidade de constituir, pela primeira vez na história, um autêntico proletariado internacional capaz de propor tarefas comuns de transformação.

Com isso, ao contrário de supor a emergência de uma “nova classe social”, como é o caso da análise do inglês Guy Standing (2011), entendemos que há possibilidade inédita de se estabelecerem condições objetivas para a constituição de uma contraposição entre os interesses do capital, já profundamente mundializado, e os interesses de um proletariado unificado internacionalmente, metamorfoseado em sua totalidade sob uma nova condição proletária potencialmente classista e revolucionária ante um regime de superexploração do trabalho e de barbárie social¹¹. Isso porque o processo de precarização incide justamente sobre as características que sustentavam disparidades entre determinadas frações do proletariado, aproximando-as sob uma condição proletária na qual se impõe uma maior circulação mercantil da força de trabalho, o que altera as condições sociais de exploração do trabalho em todo o sistema. Por outro lado, a arbitragem mundial do preço da força de trabalho e as novas condições colocadas para a mobilidade do capital implicam uma ação social também mundial do exército de reserva. Uma vez que o proletariado é colocado em concorrência internacional, as resistências organizadas com base em identidades nacionais são cada vez mais enfraquecidas ante o capital transnacionalizado e as redes de produção global. A gestão moderna implantada nos parâmetros da acumulação flexível do capital impõe uma condição proletária que aproxima as situações de ativo-reserva, constituindo, na prática, uma classe trabalhadora cada vez mais exposta à fluidez ou liquidez com que Marx descreveu, em sua época, uma das camadas do exército de reserva.

Há, ao menos em teoria, maior condição objetiva para uma efetiva aliança classista do operariado com as demais frações proletárias exploradas, por sobre distinções nacionais ou fracionistas de antigas aristocracias operárias antes intensamente manejadas a fim de cindir e dar bases sociais para uma política colaboracionista, que se demonstrou fracassada diante dos interesses do capital e com sérias limitações para garantir as míseras conquistas trabalhistas que ainda restam tanto nos países centrais quanto nos dependentes. Assim, a luta de classes que advém da precarização mundial do trabalho é uma luta que institui as bases objetivas para organizações de base internacionalista e profundamente classista, isto é, trans-setorial, transprofissional e sob organismos unitários de interesse de classe entre os exércitos ativo e de reserva, dadas as formas de exploração

¹¹ Para um debate crítico em relação à noção de “precariado” de Standing (2011), ver, entre outros, Sotelo (2016), Munck (2013), Nielson e Rossiter (2008) e Felix (2019).

da força de trabalho no chamado trabalho precário, que imiscuem contraditoriamente “emprego” e “desemprego” sob jornadas de trabalho mais intensas, mais longas e menos remuneradas, e sob uma condição de “infantaria ligeira do capital”, tal como Marx descreveu certa fração proletária em seu tempo. Por outro lado, institui um patronato invisível, difuso e indiferenciado, que exige identificação subjetiva e entrega intensa do trabalhador à empresa, sob pena de perder o posto, mas, ao mesmo tempo, contrata-o por meio de formas temporárias e parciais e o remunera por peça, hora ou fração de hora, alternando-o sempre que necessário, ou deixando-o de sobreaviso, de acordo com as intempéries imediatas do mercado. Assim, ao tempo que o trabalho se torna mais isolado, individual e fragmentado, com menor possibilidade de visualização da interligação dos processos de trabalho, com bases para políticas de organização fundamentadas em identidades nacionais, profissionais, por empresa, discriminatórias etc., aflorando uma intensa produção de subgrupos sociais, cada vez menos poder classista tais organizações têm, já que o capital intensifica a ação social do exército de reserva e desloca em condições históricas nunca antes vistas o processo produtivo. O Estado é visto cada vez mais como um inimigo ou um “patrão” comum a todos, sobre o qual todas as atenções se voltam para definir políticas específicas, tomado, portanto, tanto como impotente ou insuficiente quanto como responsável direto pelas mazelas sociais das majorias empobrecidas.

U. Huws (2017), especialista numa das novíssimas frações proletárias advindas do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, mencionou que o “cibertariado” em formação tem um potencial considerável para ação, consciência e organização classistas internacionais, dadas as suas condições de trabalho, empregadores e relação em comum com o capital. Sob jornadas de trabalho extenuantes, sem possuir os meios de produção, e tendo sua força de trabalho consumida fisicamente com os olhos nas telas e as mãos nas teclas do computador, esses trabalhadores são imprescindíveis e internacionalmente dispensáveis:

Em geral, pode-se afirmar que está crescendo rapidamente o número de tarefas que envolvem qualificações genéricas padronizadas relacionadas à informática, seja isso medido em termos do número de pessoas que têm empregos que demandam exclusivamente essas qualificações, ou em termos da proporção de tempo que é gasto com essas tarefas por trabalhadores cujos empregos também demandam outras qualificações (ou, de fato, ambas). Isso tem consequências curiosas e contraditórias. O fato de que as qualificações são agora genéricas tem tornado

mais fácil passar lateralmente de um emprego a outro, de companhia para companhia, e de setor a setor. Mas, pela mesma razão, cada trabalhador se tornou mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível; assim, as novas oportunidades também constituem novas ameaças. A combinação dessa nova mobilidade ocupacional com uma imensa expansão do contingente potencial de trabalho também tornou mais difícil construir grupos identitários estáveis, baseados em qualificações compartilhadas. Tentativas de construir barreiras em torno de conjuntos de qualificações são frustradas pela velocidade das mudanças. Qualquer investimento de tempo e de esforço em aprender a usar um novo pacote de software pode ser varrido em questão de meses pelo lançamento de um substituto. Hierarquias existentes são questionadas no momento exato em que novas divisões são criadas. (Huws, 2017, p. 223-224).

Contudo, suas experiências classistas a partir dessa condição proletária são ainda bastante reduzidas, enquanto as estratégias gerenciais racistas e discriminatórias das principais empresas prosperam, explorando a concorrência entre trabalhadores dentro dos seus próprios países e entre os países. Nesse sentido, o desdobramento de tais condições, obviamente, está ainda em aberto. Da mesma forma, há ainda enorme necessidade de pesquisa concreta a respeito das condições de exploração do trabalho, de morfologia e de reprodução social da classe trabalhadora como um todo (mobilidades, ideologias, parentalidades, domesticidades, conjugalidades, sexualidades, etnicidades, etariedades, distinções de sexo e gênero etc.), no que se refere às implicações da nossa hipótese a respeito da superexploração do trabalho hoje, especialmente se se parte do pressuposto, junto a diversas pesquisas que já vêm sendo realizadas, de que o crescente e aparentemente irreversível processo de precarização do trabalho atinge todas as categorias, qualificações, rendas, idades e origens étnicas do proletariado mundial, ainda que em graus distintos.

Mesmo entre frações da classe trabalhadora que, nos países dependentes, nunca tiveram condições “estáveis” e “fixas” de venda da força de trabalho, como é o caso dos assalariados rurais em praticamente toda a América Latina, as mudanças mais recentes enterraram as históricas pautas legalistas de luta, as cobranças de formalização dos contratos de trabalho, os contratos coletivos etc., deixando em aberto sua referência contrastiva em relação a outras frações proletárias. Características como maior ou extrema rotatividade laboral estão sendo implantadas mesmo entre setores anteriormente remediados dessas formações, rebaixando condições

de vida e trabalho em todos os setores sociais e deixando politicamente órfãs quaisquer tentativas de superação das mazelas da sociedade burguesa por meio da conciliação de classes e/ou da disputa das institucionalidades repressivas e ideológicas criadas e mantidas a ferro e fogo por suas classes dominantes.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, RICARDO. (2018). O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO: O NOVO PROLETARIADO DE SERVIÇOS NA ERA DIGITAL. SÃO PAULO: BOITEMPO.
- ARRIZABALO MONTORO, XABIER. (2016). CAPITALISMO Y ECONOMÍA MUNDIAL. MADRID: INSTITUTO MARXISTA DE ECONOMÍA-ARCIS-UDEC.
- BAMBIRRA, VANIA. (1978). TEORÍA DE LA DEPENDENCIA: UNA ANTICRÍTICA. MÉXICO: ERA.
- BOHM, DAVID. (1992). LA TOTALIDAD Y EL ORDEN IMPLICADO. BARCELONA: KAIRÓS.
- BRAVERMAN, HARRY. (1997). TRABAJO Y CAPITAL MONOPOLISTA. MÉXICO: NUESTRO TIEMPO.
- CASTEL, R. (1998). AS METAMORFOSES DA QUESTÃO SOCIAL. PETRÓPOLIS: VOZES.
- CEPAL. (1962). “EL DESARROLLO ECONÓMICO DE LA AMÉRICA LATINA Y ALGUNOS DE SUS PRINCIPALES PROBLEMAS”, BOLETÍN ECONÓMICO DE AMÉRICA LATINA, VOL. 7, N. 1, FEVEREIRO 1962, P. 1-24, VERSÃO NA INTERNET: [HTTP://PREBISCH.CEPAL.ORG/SITES/DEFAULT/FILES/2013/PREBISCH_EL_DESARROLLO_ECO.PDF](http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf).
- CHESNAIS, F. (2006). “A MUNDIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA”, O COMUNEIRO, N. 3, SET., 2006, DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.OCOMUNEIRO.COM/NR03_01_FRANCOIS.HTM](http://www.ocomuneiro.com/nr03_01_francois.htm)
- CHESNAIS, F. (1996). A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. SÃO PAULO: XAMÃ.
- CHOMSKY, NOAM. (2004). HEGEMONÍA O SUPERVIVENCIA. LA ESTRATEGIA IMPERIALISTA DE ESTADOS UNIDOS. BOGOTÁ: GRUPO EDITORIAL NORMA.
- CORIAT, BENJAMÍN. (1985). EL TALLER Y EL CRONÓMETRO. MEXICO: SIGLO XXI.
- DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA). (2017A). A REFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL. SÃO PAULO: DIEESE.
- DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA). (2017B). IMPACTOS DA LEI 13429/17. SÃO PAULO: DIEESE.
- FELIX, GIL. (2017). “SOBRE O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA EM RUY MAURO MARINI”, REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, N. 47, 104-128.
- FELIX, GIL. (2018A). “CIRCULACIÓN Y SUPEREXPLOTACIÓN DEL TRABAJO”, SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, N. 92, 87-105.
- FELIX, G. (2019). MOBILIDADE E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: O ENIGMA DA CIRCULAÇÃO, RIO DE JANEIRO, FAPESP/LAMPARINA.
- FELIX, GIL; GUANAIS, JULIANA (ORGS.). (2018). SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: DEBATES CONTEMPORÂNEOS. MARÍLIA, BRASIL: EDITORA PRÁXIS.
- FOSTER; MCCHESENEY; JONNA. (2011). “THE GLOBAL RESERVE ARMY OF LABOR AND THE NEW IMPERIALISM”, MONTHLY REVIEW, V. 63, N. 3.
- GAUDEMAR, J.-P. (1977). MOBILIDADE DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL. LISBOA: EDITORIAL ESTAMPA.
- HABERMAS, JÜRGEN. (2005). TEORÍA DE LA ACCIÓN COMUNICATIVA, VOL. II, CRÍTICA DE LA RAZÓN FUNCIONALISTA. MÉXICO: TAURUS.
- HARVEY, D. (2008). CONDIÇÃO PÓS-MODERNA. SÃO PAULO: LOYOLA.
- HUWS, U. (2012). “BRIDGES AND BARRIERS: GLOBALISATION AND THE MOBILITY OF WORK AND WORKERS”. WORK ORGANISATION, LABOUR & GLOBALISATION, VOL. 6, N. 1.
- HUWS, U. (2017). A FORMAÇÃO DO CIBERTARIADO. CAMPINAS: EDUNICAMP.
- ILO (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION). (2015A) WORLD EMPLOYMENT AND SOCIAL OUTLOOK 2015: THE CHANGING NATURE OF JOBS. GENEVA: INTERNATIONAL LABOUR OFFICE.
- ILO (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION). (2015B). RELATÓRIO GLOBAL SOBRE OS SALÁRIOS 2014/15: SALÁRIOS E DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS. GENEVA: INTERNATIONAL LABOUR OFFICE.
- ILO (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION). (2016). WORLD EMPLOYMENT AND SOCIAL OUTLOOK: TRENDS 2016. GENEVA: INTERNATIONAL LABOUR OFFICE.
- KATZ, CLAUDIO. (2017). “ACIERTOS Y PROBLEMAS DE LA SUPEREXPLOTACIÓN”, REBELIÓN, 12 DE SETEMBRO DE 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REBELION.ORG/NOTICIA.PHP?ID=231417](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=231417).
- LA JORNADA, “CASI 5 MILLONES DE PERSONAS, EN EL PATRÓN TERCERIZADO”, 8 DE AGOSTO DE 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.JORNADA.COM.MX/2018/08/08/POLITICA/017N1POL](https://www.jornada.com.mx/2018/08/08/politica/017n1pol).
- MAGDOFF, F.; MAGDOFF, H. (2004). “DISPOSABLE WORKERS: TODAY’S

- RESERVE ARMY OF LABOR”, MONTHLY REVIEW, VOL. 55, N. 11.
- MARINI, R. M. ET AL. (1979). “ECONOMÍA POLÍTICA III. EL PROCESO DE CIRCULACIÓN DEL CAPITAL (TERCER SEMESTRE)”, FACULTAD DE ECONOMÍA, SISTEMA DE UNIVERSIDAD ABIERTA, UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO, 1979, DISPONIBLE EN: [HTTP://WWW.MARINI-ESCRITOS.UNAM.MX/PDF/288_ECONOMIA_POLITICA_3.PDF](http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/288_economia_politica_3.pdf). CONSULTA: 14 DE JULIO DE 2017.
- MARINI, RUY MAURO. (1978). “LAS RAZONES DEL NEODESARROLLISMO (RESPUESTA A FERNANDO ENRIQUE CARDOSO E JOSÉ SERRA)”, REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA, AÑO XL/VOL. XL, NÚM. EXTRAORDINARIO (E), MÉXICO, IIS-UNAM, 1978: 57-106.
- MARINI, RUY MAURO. (1979). “EL CICLO DEL CAPITAL EN LA ECONOMÍA DEPENDIENTE”. IN: OSWALD, ÚRSULA. MERCADO Y DEPENDENCIA. MEXICO: EDITORIAL NUEVA IMAGEN-INAH, p. 37-55.
- MARINI, RUY MAURO. (1985). “GEOPOLÍTICA LATINO-AMERICANA.” ARQUIVO PESSOAL DE MARINI DEPOSITADO NO PROGRAMA DE ESTUDOS DE AMÉRICA LATINA E CARIBE-UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
- MARINI, RUY MAURO. (1996). “PROCESO Y TENDENCIAS DE LA GLOBALIZACIÓN CAPITALISTA”. IN: MARINI Y MILLÁN (COORDS.). LA TEORÍA SOCIAL LATINOAMERICANA, VOL. IV, CUESTIONES CONTEMPORÁNEAS, MÉXICO: EDICIONES EL CABALLITO, p. 49-68.
- MARINI, RUY MAURO. (1989). “ELEMENTOS PARA UN BALANCE HISTÓRICO DE TREINTA AÑOS DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA EN AMÉRICA LATINA”. IN: EL MAESTRO EN ROJO Y NEGRO. QUITO: EDITORIAL IAEN, 2012.
- MARINI, RUY MAURO, ADRIÁN SOTELO Y ARNULFO ARTEAGA. (1981). “EL PROCESO DE TRABAJO EN MÉXICO”, TEORÍA Y POLÍTICA, N. 4, ABRIL-JUNIO 1981, p. 59-74. DISPONIBLE EN: [HTTP://WWW.MARINI-ESCRITOS.UNAM.MX/322_PROCESO_TRABAJO.HTML](http://www.marini-escritos.unam.mx/322_proceso_trabajo.html).
- MARINI, RUY MAURO. (1993). AMÉRICA LATINA: DEMOCRACIA E INTEGRACIÓN. CARACAS: EDITORIAL NUEVA SOCIEDAD.
- MARINI, RUY MAURO. (1992). AMÉRICA LATINA: DEPENDENCIA E INTEGRAÇÃO. SÃO PAULO: EDITORIAL BRASIL URGENTE.
- MARINI, RUY MAURO. (1973). DIALÉCTICA DE LA DEPENDENCIA. MÉXICO: ERA.
- MARINI, RUY MAURO. (1977). “LA ACUMULACIÓN CAPITALISTA MUNDIAL Y EL SUBIMPERIALISMO”, CUADERNOS POLÍTICOS 12, ABRIL-JUNIO DE 1977, p. 21-39.
- MARINI, RUY MAURO. (1993). “PREFÁCIO”. IN: SOTELO. MÉXICO: DEPENDENCIA Y MODERNIZACIÓN. MÉXICO: EDICIONES EL CABALLITO.
- MARINI, RUY MAURO. (1982). “SOBRE EL PATRÓN DE REPRODUCCIÓN DE CAPITAL EN CHILE”, CUADERNOS DE CIDAMO, N. 7, 1982. DISPONIBLE EN: [HTTP://WWW.MARINI-ESCRITOS.UNAM.MX/061_REPRODUCCION_CAPITAL_CHILE.HTML](http://www.marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html)
- MARINI, RUY MAURO. (1985). SUBDESARROLLO Y REVOLUCIÓN. MEXICO: SIGLO XXI, 1985.
- MARTINS, CARLOS E. (2011). GLOBALIZAÇÃO, DEPENDÊNCIA E NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA. SÃO PAULO: BOITEMPO/PUC-RIO.
- MARX, KARL. (1974). EL CAPITAL, VOL. I. MÉXICO: FCE.
- MARX, KARL. (2000). EL CAPITAL, T. II. MÉXICO: FCE.
- MARX, KARL. (2000). EL CAPITAL, T. III. MÉXICO: FCE.
- MONTMOLLIN, MAURICE. (1971). INTRODUCCIÓN A LA ERGONOMÍA. MADRID: AGUILAR.
- MUNCK, RONALDO (2013). “THE PRECARIAT: A VIEW FROM THE SOUTH”. THIRD WORLD QUARTERLY, VOL. 34, N. 5, p. 747-762.
- NIELSON, BRETT; ROSSITER, NED (2008). “PRECARITY AS A POLITICAL CONCEPT, OR, FORDISM AS EXCEPTION”. THEORY, CULTURE & SOCIETY VOL. 25(7-8): 51-72.
- OSORIO, JAIME. (2016). TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA. MEXICO: EDITORIAL ITACA-UAM-X.
- PIQUERAS, ANDRÉS. (2014). LA OPCIÓN REFORMISTA: ENTRE EL DESPOTISMO Y LA REVOLUCIÓN. UNA EXPLICACIÓN DEL CAPITALISMO HISTÓRICO A TRAVÉS DE LAS LUCHAS DE CLASE. MADRID: ANTHROPOS.
- PREBICH, RAÚL. (1987). CAPITALISMO PERIFÉRICO: CRISIS Y TRANSFORMACIÓN. MEXICO: FCE.
- RIFKIN, JEREMY. (1997). EL FIN DEL TRABAJO. BARCELONA: PAIDÓS.
- ROSTOW, WALT WHITMAN. (1974). LAS ETAPAS DEL CRECIMIENTO ECONÓMICO, UN MANIFIESTO NO COMUNISTA. MÉXICO: FCE.
- SMITH, JOHN. (2016). IMPERIALISM IN THE TWENTY-FIRST CENTURY: GLOBALIZATION, SUPER-EXPLOITATION, AND CAPITALISM’S FINAL CRISIS. NEW YORK: MONTHLY REVIEW PRESS.
- SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. (1993). MÉXICO: DEPENDENCIA Y MODERNIZACIÓN. MÉXICO: EL CABALLITO.
- SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. (2010). CRISIS CAPITALISTA Y DESMEDIDA DEL VAL-

OR: UN ENFOQUE DESDE LOS GRUNDRISSE. MÉXICO: EDITORIAL ITACA-UN-AM-FCPyS.

SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. (2017). “LA REFORMA LABORAL EN EL RÉGIMEN DE TEMER: SUPEREXPLOTACIÓN Y PRECARIEDAD SOCIAL EN EL SIGLO XXI”, REBELIÓN, 2 DE MAIO DE 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REBELION.ORG/NOTICIA.PHP?ID=226098](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=226098).

SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. (2013). “MÉXICO: REFORMA LABORAL Y PRECARIEDAD SOCIAL”, REVISTA PACARINA DEL SUR [ONLINE], ANO 4, NÚM. 15, ABRIL-JUNHO, 2013. DISPONÍVEL EM: [WWW.PACARINADELSUR.COMINDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=676&CATID=14](http://www.pacarinafelsur.com/index.php?option=com_content&view=article&id=676&catid=14).

SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. (2012). LOS RUMBOS DEL TRABAJO. SUPEREXPLOTACIÓN Y PRECARIEDAD SOCIAL EN EL SIGLO XXI. MEXICO: MIGUEL ÁNGEL PORRÚA-FCPyS-UNAM.

SOTELO VALENCIA, ADRIÁN. PRECARIADO OU PROLETARIADO? (2016). MARÍLIA: EDITORA PRAXIS.

SORIANO, G.; THÉ NICOLE. (2016). “NA PRIMAVERA DE 2016, UM MOVIMENTO INESPERADO: REFORMA TRABALHISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA FRANÇA”, 22 DE SETEMBRO DE 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.DTEMDEBATE.COM.BR/NA-PRIMAVERA-DE-2016-UM-MOVIMENTO-INESPERADO-REFORMA-TRABALHISTA-E-MOVIMENTOS-SOCIAIS-NA-FRANCA/](http://www.dtemdebate.com.br/na-primavera-de-2016-um-movimento-inesperado-reforma-trabalhista-e-movimentos-sociais-na-franca/).

STANDING, GUY. (2011). THE PRECARIAT. LONDON: BLOOMSBURY.

Cercamentos: imagens dos camponeses na contemporaneidade do Brasil¹

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA²

LÚCIO VASCONCELLOS DE VERÇOZA³

TAINÁ REIS DE SOUZA⁴

Os ranquenhos voltam das suas fazendas às cinco (...). Como todos os dias, nesse crepúsculo regressaram das suas pastagens. Deram com o Huiska cercado. O Huiska é um morro pelado que não esconde mineral, nem olho-d'água e tampouco tolera o mais ralo dos pastos. Para que cercá-lo?

Com o seu colar de arame, o Huiska parecia uma vaca metida num curral.

(...)

Nessa noite, a Cerca dormiu no morro Huiska. Os pastores saíram, no dia seguinte, com a roupa respingada de risinhos. Quando voltaram a Cerca já tinha engolido sete quilômetros.

(Manuel Scorza. Bom dia para os defuntos. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 42-43)

1 Este texto foi originariamente publicado na revista Eutopía, v. 16, p. 31-50, 2019.

2 Professora Sênior do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do CNPq.

3 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

4 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos.

Considerações preliminares

O Brasil é considerado um dos maiores produtores de *commodities* do mundo⁵. Segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), em dez anos a produção das principais *commodities* terá um acréscimo substantivo. A produção de soja aumentará em 33,2%; do açúcar, 23%; do algodão, 27%; da carne bovina, 22%. A área plantada com cana aumentará em 18,5%; do algodão, 41,8%; da soja, 28,4%; e a celulose terá a exportação aumentada em 36,4%⁶. Em 2017, o valor da produção agrícola atingiu R\$ 540,3 bilhões, o maior resultado dos últimos anos⁷.

Os dados projetados para o período de uma década (2017/18-2027/28) demonstram a expansão e, necessariamente, a ocupação de novas áreas para sustentar esta gigantesca produção, voltada, sobretudo, para as exportações. No Brasil, predomina a ideologia de que a ocupação de novas terras é feita em áreas vazias, não habitadas, cujos preços são baixos. Portanto, uma ideologia mascaradora da realidade, porquanto, em geral, tais terras são ocupadas por camponeses, negros, indígenas e seus descendentes. Dada a enorme extensão territorial do país, muitas áreas são ainda consideradas terras devolutas, isso é, pertencentes ao Estado.

Desde as primeiras décadas do século XX, o Estado brasileiro, independentemente da forma de governo – autoritária ou

democrática –, criou várias normativas para justificar a chamada expansão da fronteira agrícola, a partir do leste em direção ao oeste do país. Nos limites deste artigo, não é possível abordar o longo processo histórico de avanço do capitalismo nessas regiões. Isso já foi tema de estudo de vários autores⁸.

Propomos uma reflexão sobre o denominado avanço da fronteira agrícola, utilizando a cerca como metáfora para a análise do processo de acumulação primitiva⁹, que não corresponde apenas ao início do capitalismo, mas é um elemento constitutivo que acompanha sua expansão até os dias atuais. O cercamento será entendido como ora movente, ora visível, ora invisível, ora ofuscado, ora destruído, vivenciado por homens e mulheres atingidos por ele. Optamos por trabalhar com imagens de diferentes cercamentos referentes a algumas regiões em certos tempos históricos, a saber:

- cercamento das terras indígenas no oeste;
- cercamento das chapadas de camponeses no Vale do Jequitinhonha (MG);
- cercamento dos tabuleiros em Alagoas;
- cercamento dos corpos nos canaviais paulistas.

Primeira imagem. O cercamento das terras indígenas (1910-1988)

No momento atual, assistimos diariamente pelos meios de comunicações às investidas contra os povos indígenas em diferentes estados do país. Investidas que visam, sobretudo, ao apossamento de suas terras, por meio da violência, levadas a cabo pelos mandantes de empresas madeireiras, garimpeiros, fazendeiros e mineradoras¹⁰. Pela Constituição Cidadã de 1988, os povos indígenas são considerados proprietários originários das terras que habitam. Esta Constituição pôs fim à lógica assimilacionista existente até então, por meio da qual

5 No ano de 2017, o país teve uma produção recorde de grãos alcançando 237,6 milhões de toneladas para uma área plantada de 61 milhões de hectares. Outro resultado positivo foi o crescimento do PIB agropecuário de 13% no ano, enquanto o PIB da economia cresceu 1%. A área ocupada pela soja em 2018 era de mais de 33 milhões de hectares e a produção foi de 117 milhões de toneladas; o estado de Mato Grosso é o maior produtor, com mais de 31 milhões de toneladas; em 2018, a cana-de-açúcar ocupou 9 milhões de hectares e a produção foi mais de 35 milhões de toneladas; o estado de São Paulo produz mais da metade do açúcar do país. Quanto à produção de carne bovina, em 2018 foram abatidos no país mais de 38 milhões de animais, dos quais quase 5 milhões no estado de Mato Grosso; a produção de celulose em 2018 foi projetada para mais de 20 milhões de toneladas. Nos últimos anos, surgiu um novo território das *commodities*, o denominado MATOPIBA (sigla de partes dos estados do Maranhão, Tocantins Piauí e Bahia). Um território que engloba biomas muito importantes como o Cerrado, a Caatinga e a Amazônia. Neste território em 2018 foram produzidos soja, algodão, arroz e pecuária bovina. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do agronegócio, Brasil 2017/18 a 2027/28). <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em 1/8/2019.

6 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do agronegócio, Brasil 2017/18 a 2027/28). <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em 1/8/2019.

7 <http://www.agricultura.gov.br/noticias/em-2017>. Acesso em 24/6/2018.

8 A bibliografia sobre esta temática é significativa. Destacam-se: Martins 1997; Oliveira 1986; Esterici 1987; Barrozo 2007; Velho 1981; Neves e Silva 2008; Heredia 1988, entre outros.

9 O conceito de acumulação primitiva é baseado em Marx 1978. Para a redefinição deste conceito, segundo os tempos históricos: Luxemburgo 1976; Harvey 2010; Federici 2004; Sassen 2015.

10 Em 23 de julho de 2019, foi assassinado o líder indígena do estado do Amapá, Emyrá Wajãpi, supostamente, por garimpeiros ilegais. Essa reserva indígena é rica em ouro, magnésio, ferro e cobre. Além de garimpeiros, essas terras são cobiçadas por pecuaristas e madeireiros.

os indígenas eram considerados bárbaros, incapazes e necessitavam de medidas protecionistas para integrá-los à civilização¹¹. Por meio das novas normativas, cabe ao Estado a demarcação das terras indígenas, assegurando-lhes a posse e autonomia, abolindo, assim, a condição de tutela. Desde a conquista pela colonização portuguesa até os dias atuais, o processo de espoliação das terras e dos direitos indígenas é constitutivo da história agrária do país.

Nos limites deste artigo, elegemos um episódio exemplar da acumulação primitiva, o cercamento das terras indígenas, entre 1910 e 1967, período de vigência do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) – um período republicano, marcado por formas de governo democrática e ditatorial¹².

As considerações seguintes referem-se ao denominado Relatório Figueiredo. Tal relatório foi “redescoberto” durante as pesquisas da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada no governo da presidenta Dilma Rousseff em 18/11/2011, pela Lei 12.528/2011. Essa Comissão tinha como principal objetivo investigar as violações dos direitos humanos ocorridos no período entre 1946-1988 pelo Estado brasileiro. Levando-se em conta as reivindicações das populações indígenas para que os temas relacionados à violência contra elas fossem incorporados às investigações, foi produzido o relatório *Violações de direitos humanos dos Povos Indígenas*, pelo qual o Estado brasileiro reconhecia os crimes e as violações cometidos não apenas durante o período da ditadura militar, como também durante todo o período republicano. As investigações apuraram que mais de 8.500 indígenas foram mortos por ações violentas promovidas direta ou indiretamente pelo Estado entre 1946-1988 (Araújo 2018; Guimarães 2015). A violência ocorria por meio da invasão de terras, assassinatos, deslocamentos forçados, torturas e expansão de epidemias (CNV 2014).

11 O Art. 231 da Constituição de 1988, § 1º, define as terras indígenas: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Ver a respeito: <https://edudeziderio.jusbrasil.com.br/artigos/494664675/os-direitos-dos-povos-indigenas-na-constituicao-de-1988>.

12 Entre 1937-45 viveu o Estado Novo, governo ditatorial de Getúlio Vargas. De 1964-85, viveu a ditadura militar. O Decreto nº 8.072, de 1910, foi responsável pela criação do SPI, que visava dar assistência aos indígenas. A Constituição de 1934 estabelecia os direitos aos indígenas. A Lei 5.371, de 1967, extinguiu o SPI e criou a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que reconhecia a permanência dos índios nas terras em que habitavam, além dos deveres do Estado em lhes prestar assistência à saúde, à educação e preservar suas culturas.

Diante de muitas denúncias de violência contra os indígenas, advindas de vários países e também internamente, em 1967, durante a ditadura militar, foi criada a Comissão de Inquérito do Ministério do Interior, presidida pelo procurador, Jáder Figueiredo Correia, para averiguar tais crimes¹³. O relatório era de caráter administrativo, pois seu conteúdo visava relatar os crimes cometidos pelos funcionários do SPI. Os principais crimes cometidos foram, segundo o procurador Figueiredo: espancamentos, crucificação, venda de mulheres e crianças, prostituição de índias, escravização, tomada das terras, prisões em cárceres privados, propagação de epidemias, venda do gado, venda de madeiras, exploração de minérios, doação criminosa de terras, venda de produtos de artesanato indígena, massacres e sevícias, além da tortura no tronco¹⁴.

O tronco era, todavia, o mais encontrado de todos os castigos (...). Consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente (p. 3).

(...) O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados eram sumariamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada (p. 3).

O SPI abrangia 130 postos indígenas, espalhados em 18 estados do país. Segundo o relatório Figueiredo, muitos inquéritos de denúncias foram abertos, sem resultar em nenhuma punição aos culpados. Entre as chacinas, é mencionada a que ocorreu no Maranhão, onde fazendeiros liquidaram toda uma nação indígena. Em Itabuna na Bahia, foi também extinta uma tribo.

Em Mato Grosso, os Cintas-Largas foram massacrados¹⁵, devido a cargas de dinamites lançados por aviões, além da estricnina adicionada ao açúcar, enquanto os mateiros os çaçam a tiros de

13 A documentação, que resultou no chamado relatório Figueiredo, foi encontrada em várias caixas não catalogadas no Museu do Índio em 2012. Essa documentação havia sido dada como perdida, em razão de um incêndio (cujas causas não foram apuradas) ocorrido em 1967 no Ministério da Agricultura (Guimarães, 2015).

14 <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em 20/10/2018.

15 Os Cintas-Largas foram dizimados em 1963, portanto, antes do golpe militar de 1964.

pi-ri-pi-pi (metralhadora) e racham vivos, a facão, do púbis para a cabeça, o sobrevivente!!! (sic) (...). A falta de assistência, porém, é a mais eficiente maneira de praticar o assassinato. A fome, a peste e os maus-tratos estão abatendo povos valentes e fortes. São miseráveis as condições atuais dos Pacás Novos, enquanto os orgulhosos Xavantes resumem-se a uma sombra do que foram até a sua pacificação (p. 7).

(...) Em Guarita (IR-7- RS), seguindo uma família que se escondia, fomos encontrar duas criancinhas sob uma moita tendo as cabecinhas quase completamente apodrecidas de horrorosos tumores provocados pelo berne, parasita bovino (p. 8).

(...) Em Nonai, também na Jurisdição IR-7, encontramos uma “enfermaria” – antro abjeto e sórdido – ocupado conjuntamente por cães, porcos e um doente no mesmo quarto infecto. Ainda ali, encontramos um índio preso, cujo dorso riscado de muitas cicatrizes longas, indicava serem resultado de chicotadas (p. 8).

Sobre a expropriação das terras, há ainda os relatos sobre os Nabileque, em Mato Grosso, cujas terras foram apossadas por fazendeiros; os Kadieus (antigos Guaiacurus), donos das ricas terras, doadas por D. Pedro II em razão de sua valiosa ajuda na guerra do Paraguai, foram banidos de suas terras, além de o gado ser vendido pelos fazendeiros e suas mulheres prostituídas. O mesmo ocorreu em Roraima (p. 9).

O relatório Figueiredo possui mais de 6 mil páginas em vinte volumes. O extenso documento, baseado nos relatos e nas provas encontradas, revela a peculiaridade do processo de espoliação dos povos indígenas brasileiros por agentes do governo subornados por grandes fazendeiros, garimpeiros e madeireiros. A síntese do documento ao qual tivemos acesso (nota 9) expõe os nomes dos funcionários criminosos e seus respectivos crimes, cometidos não apenas contra o patrimônio (terras, gado, madeira, minérios, tachos de cobre), como contra homens, mulheres e crianças. A crueza das cenas de tortura chama a atenção do procurador ao se referir ao processo de desumanização do índio imposto pelos corruptos e corruptores.

No final do capítulo de O Capital sobre a Acumulação Primitiva, Marx afirma que o capital veio ao mundo suando sangue por todos os poros, após ter descrito o processo de violência ocorrido na Inglaterra e também na África e no continente americano, em decorrência da colonização e da escravização. Esse processo acompanha a história do capital em diferentes partes do mundo hoje, conforme

(Harvey 2010; Sassen 2015). Ainda que haja a universalidade de tal processo, as particularidades do caso brasileiro merecem algumas considerações. Tanto no Brasil como nos demais países da América, a colonização implicou um verdadeiro genocídio dos povos indígenas. Segundo autores pós-coloniais, o estado espanhol dizimou mais de 70 milhões de pessoas nos primeiros cinquenta anos da conquista, sem contar os brasileiros (Dussel 1993). Os indígenas, assim como os africanos (escravizados), foram e continuam a ser as principais vítimas de toda a sorte de violência.

As representações sobre esses dois grupos sociais eram centradas na negação do humano. Eles eram vistos não somente como bárbaros, incivilizados, mas também como não humanos, desprovidos de inteligência e sentimentos (Antonil 1982; Dimas 1992; Silva 2018). Eram representados como seres demoníacos e agentes do mal¹⁶. Esse imaginário atravessou os séculos. Ele não se desfez ao longo do tempo. O *relatório Figueiredo* é revelador desse aspecto. O índio é visto como empecilho, como o outro, como vagabundo, sinônimo de atraso e não do progresso.

A expansão capitalista no território brasileiro se fez, e ainda se faz, por meio da violência contra esses povos e os camponeses, descendentes de negros e índios, nas várias regiões do país, entre elas, o Vale do Jequitinhonha e Alagoas, como veremos mais adiante. No que tange ao momento atual, a ideologia do agronegócio camufla o processo de espoliação das terras indígenas ou de camponeses por meio da concepção de que se trata de terras devolutas (pertencentes ao Estado) e de terras vazias, isto é, sem pessoas. Portanto, há a negação da presença dessas populações, assegurada também pelo Estado por meio da produção de normativas legais justificadoras dos interesses de grandes empresas nacionais e internacionais¹⁷.

O processo de acumulação primitiva se faz após a limpeza

16 As representações demoníacas sobre índios e negros foram construídas pelos colonizadores, pela Igreja Católica e pelas ciências e artes. Ver a respeito, (Federici 2004). Sobre a representação artística, ver a pintura a óleo “O Inferno”, sobre madeira de carvalho, criado entre 1510-1515 por um pintor português cuja identidade não se conhece. Foi encontrado somente no ano de 1834 no acervo de São Bento da Saúde. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Inferno_\(MNAA\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Inferno_(MNAA)). Acesso em 10/2/2018.

17 O governo de Jair Bolsonaro emitiu a MP (Medida Provisória) 886/2019 sobre a transferência da demarcação das terras indígenas, quilombolas e de reforma agrária para o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), privilegiando os grandes proprietários de terra. Esta MP não foi, contudo, aprovada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que manteve a demarcação das terras indígenas pela FUNAI, órgão sob a jurisdição do Ministério da Justiça.

do terreno, ou seja, após a retirada das pessoas, por meio da violência, ou de seu extermínio, e do fogo na vegetação nativa, incluindo florestas. A queima da vegetação nativa cede espaço às pastagens para a pecuária, a soja e a apropriação dos recursos minerais. Com isso, os capitais do agronegócio aumentam os lucros, apropriando-se da renda da terra e eliminando todos os empecilhos (pessoas e natureza). Os métodos adotados historicamente revelam o genocídio lento das populações indígenas e a sua resistência. No livro *Utopia*, Thomas Morus observa que as ovelhas na Inglaterra seiscentista ocupavam as terras dos camponeses pelo cercamento. A peculiaridade histórica do caso brasileiro é que além do cercamento das terras e seus recursos, o processo de extermínio constitui-se na sua principal estratégia, dado que os capitais não necessitam da força de trabalho do indígena, ao contrário do caso inglês, que impeliu os expropriados da terra ao trabalho assalariado ou escravo nas manufaturas nascentes.

No Brasil, a limpeza do terreno corresponde à eliminação da natureza (terra, animais, vegetação) e dos corpos que aí vivem¹⁸. Talvez seja esse o significado da desumanização do índio, A cerca ia se movendo para outros espaços, de forma lenta e invisível para a grande maioria da sociedade. Nos dias atuais, a velocidade da cerca ainda é mais rápida, segundo notícias que nos chegam das queimadas na região Amazônica¹⁹.

18 As metas do atual governo têm sido orientadas para a expansão acelerada do capitalismo na Amazônia, seguindo os mesmos métodos do governo anterior, contra a natureza (queimada) e contra os povos originários. “Pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) concluíram que o desmatamento na Amazônia aumentou 40% nos últimos 12 meses. O desmatamento chegou ao coração da Amazônia: o cinturão verde que atravessa os estados do Acre, norte de Mato Grosso, sul do Amazonas, parte de Rondônia e vai até o oeste do Pará. Foi nessa região, por onde passam três rodovias federais, que se concentrou a maior parte das derrubadas. A destruição foi maior em áreas privadas ou sem destinação, assentamentos e unidades de conservação. Ainda de acordo com o Imazon, 83% das derrubadas se converteram em áreas de pasto e agricultura. O Imazon também alerta para outro tipo de desmatamento, menos visível, mas que vem crescendo na Amazônia: a degradação florestal. Ela é provocada por pequenas queimadas e pela extração seletiva de madeira. Esse estágio, que antecede a destruição total da área, aumentou 220% no mesmo período”. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/24/desmatamento-na-amazonia-aumentou-40-nos-ultimos-12-meses-diz-instituto.ghtml>. Acesso em 10/8/2019.

19 Incêndios se alastram pelas matas do Norte e Centro-Oeste e já podem ser percebidos até no céu de São Paulo. Maior onda de queimadas dos últimos cinco anos afeta a Amazônia, Pantanal e a Tríplice Fronteira. Aliada ao mau tempo, fumaça ajuda a escurecer a capital paulista em plena tarde. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/19/politica/1566248656_245830.html. Acesso em 19/8/2019.

Segunda imagem. A cerca nas chapadas. A terra que foi Deus quem fez

Por meio de pesquisa desenvolvida nos finais da década de 1980²⁰, foi possível acompanhar a tomada das terras de camponeses do Vale do Jequitinhonha (norte de Minas Gerais). O principal objetivo era, então, analisar o lugar de origem da grande maioria de trabalhadores assalariados nas usinas de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. Essa região era considerada uma das mais pobres do país. Uma das primeiras constatações foi a de que os assalariados eram camponeses pobres que migravam temporariamente para o trabalho nas usinas de São Paulo, durante a colheita, regressando, em seguida, para seu lugar, sua terra. Viviam em pequenas glebas, denominadas veredas, correspondentes às partes baixas, próximas às nascentes de água. A migração permanentemente temporária, como viemos a defini-la, ocorria porque os camponeses não conseguiam se reproduzir socialmente nas veredas. Essa situação de vulnerabilidade social ocorreu, sobretudo, após a expropriação das chapadas (parte alta) por grandes empresas reflorestadoras (eucalipto), a partir da década de 1970, com o apoio do Estado ditatorial, por meio de legislações que transformaram as chapadas em terras devolutas (Silva 1999).

A segunda constatação empírica relevante foi que as chapadas, a terra que foi Deus quem fez, segundo os camponeses, eram terras comuns e se situavam nas áreas mais altas. Ali, os rebanhos pastoreavam, e eram extraídos frutos, raízes e folhas de árvores que complementavam as necessidades de reprodução social. Um dos frutos importantes era o pequi, do qual se produzia o óleo para a alimentação. As raízes serviam como remédios; as folhas das árvores eram, após a fermentação, utilizadas para colorir os tecidos produzidos por artesãs. Ademais, havia a produção do algodão que era fiado e tecido pelas mulheres e, em seguida, coloridos. Outra produção artesanal importante era a de objetos de argila, cuja estética e valor artístico são muito valorizados nas localidades e também em muitas cidades da região e, até mesmo, em países estrangeiros. Enfim, as chapadas e veredas (áreas nas regiões baixas, próximas às nascentes e córregos) constituíam num espaço de vida dos camponeses. Espaço de sociabilidade e de produção da vida material e imaterial, por meio do trabalho de homens e mulheres, fincado na natureza em conjugação com a cultura, tradição, saberes, experiência e memória.

20 Pesquisa feita por uma das autoras deste artigo (M. A. M. S.), que resultou no livro *Errantes do fim do século* (1999).

A população é, na sua grande maioria, negra e quilombola (Macedo 2019; Silva 1998).

A tomada das chapadas implicou a fratura da reprodução social, além de causar maior empobrecimento aos camponeses. O eucalipto, planta das grandes empresas reflorestadoras, tem aumentado consideravelmente sua área, atingindo em 2015, 200 mil hectares; em 2007 eram 152 mil hectares nessa região. O Estado, por meio de incentivos fiscais, continua apoiando essa cultura, cujos produtos são resinas, extraídas das folhas, e carvão, após a queima da madeira, para alimentar as siderúrgicas do Vale do Aço em Minas Gerais. Ademais, tem avançado sobre as terras dos camponeses, provocando vários conflitos e contribuindo para agravar a falta de água, aumentando os períodos de seca. Há estudos que apontam para a desertificação da região, em virtude de a cultura do eucalipto consumir muita água e diminuir o volume dos lençóis freáticos²¹.

Durante mais de três décadas acompanhamos o vaivém de milhares de camponeses negros para o trabalho nos campos de cana-de-açúcar, café e laranja no estado de São Paulo. A chegada da cerca nas chapadas ocasionou a emigração de mais de 200 mil pessoas daquela região no período de 1970-1990 (Silva 1999). Uma verdadeira diáspora. Parte desse contingente se dirigiu às cidades da região onde se ocupou em trabalhos não qualificados; outros se fixaram nas cidades canavieiras do estado de São Paulo; a maioria era de temporários, safristas na agricultura paulista, submetidos ao processo de superexploração por meio da mecanização de seus corpos, como será mostrado mais adiante.

Atualmente, além do eucalipto há, no Vale do Jequitinhonha, a exploração de minérios – lítio, ferro, granito, pedras coradas e, em menor escala, ouro e diamante. São grandes empresas mineradoras que dominam a extração desses minérios. A espoliação dos recursos naturais (terra, água e minérios), que, na verdade, são bens comuns, impede que os camponeses assegurem sua reprodução social. O território camponês dessa região é cada vez mais cercado pelo agronegócio, à medida que novas jazidas de minérios são descobertas, como foi o caso do lítio em 2014.

21 Sobre a produção de eucalipto em Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha, ver Leite, Almeida, Silva, 2012. Sobre o consumo de água, Walter Viana, técnico da Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM) do norte de Minas Gerais, afirma: “o eucalipto consome 230 litros de água por metro quadrado a mais que o cerrado, além do rebaixamento do nível freático em meio metro por ano”. blogdobanu.blogspot.com/. Acesso em 10/7/2019.

Terceira imagem. A cerca, “os da rua” e a “má alegria” na região dos tabuleiros de Alagoas

A paisagem entouceirada, quase um completo continuum de cana-de-açúcar, parece por demais evidente a qualquer passageiro que transite pelas estradas planas que cortam os tabuleiros²² alagoanos. Os canaviais não têm cerca. É por que teriam? Seus limites são os acostamentos da rodovia, uma curva de rio, a saliva salobra das lagoas, o hálito seco do Agreste²³; sem pudor, adentram até mesmo bocas de grota e chegam a lamber a beira da pista do aeroporto da capital, de nome Zumbi dos Palmares. Não são os canaviais que estão cercados, mas é a maioria das cidades do leste alagoano que está cercada por eles. Ainda que seja uma cerca feita de nós, caules e de palhas verdes, ela está ali. E tem mais força do que se fosse de estacas e arames farpados. Como argutamente apontou o escritor David Foster Wallace: “as realidades mais óbvias, ubíquas e importantes são frequentemente as mais difíceis de se ver e discutir” (Wallace 2005, p. 1). Por debaixo da calejada terra dos canaviais, existe um mundo e é um mundo invisível que se articula com o visível.

Durante nossas andanças de pesquisa pelas cidades arrodeadas dessas plantações ensimesmadas, conversamos com muitos trabalhadores canavieiros. Nesses encontros era comum ouvir o termo “os da rua” como denominação para se referir aos habitantes das cidades. Provavelmente, o significado dessa expressão derive da trajetória de vida de muitos desses cortadores de cana, o que os leva a cultivar ainda hoje o imaginário da morada como lugar ligado à terra.

Durante entrevista com um çabo (fiscal) de uma usina alagoana, ouvimos o seguinte comentário: “Às vezes começa a chover, e eles [os trabalhadores do corte da cana] me dizem: ‘Que cheiro de terra molhada, e eu sem poder plantar’, lamentam... Eles têm vontade de plantar, mas não têm onde”. O “cheiro da terra” ativa as lembranças de um passado recente, de uma estação anterior à expulsão das

22 Os tabuleiros são terras altas e planas. Durante muito tempo foram considerados impróprios para o cultivo de cana-de-açúcar. Naquele período, muitos camponeses utilizavam os tabuleiros como terras comuns. Entrevistamos um camponês que viveu na área dos tabuleiros de Teotônio Vilela (atualmente repleta de canavial) que afirmou o seguinte: “É porque era muita terra, aí não era comprado, abria-se um rumo aqui e dizia: isso aqui é meu! Na Cachoeira mesmo e em Peri-peri era assim”.

23 Área entre a Zona da Mata e o Sertão, no Nordeste do Brasil. O Agreste é uma região semiárida.

fazendas, à destruição dos roçados e à expropriação das terras altas e planas dos tabuleiros²⁴. Um tempo aparentemente desfeito pela monotonia do enraizamento abusivo da cana-de-açúcar, mas que permanece vivo no subterrâneo da memória oral e dos sentimentos.

Jorge, um jovem trabalhador canavieiro que viveu a infância no campo, disse-nos o seguinte:

É muito diferente morar na cidade. Quem mora na cidade é a mesma coisa de um passarinho dentro de uma gaiola, porque não tem para onde correr, é viver do jeito que Deus quer. Tudo que a gente come e que a gente bebe na cidade é comprado; se não tiver o dinheiro, ele nem come e nem bebe [...]. Hoje, até para pisar no chão tem que pagar, se cuspir no chão tem que pagar. Hoje em dia, se uma pessoa dissesse que me daria uma casa para morar em uma fazenda com tantas tarefas de terra para morar e plantar, eu daria graças a Deus.

A fala de Jorge revela a cidade como gaiola de arames invisíveis. Arames expressos no modo de vida amplamente regido pelo dinheiro, que vai da caixa de fósforo ao “cuspe no chão”. Como bem disse o jagunço de Augusto Matraga, “o sol de cima é o dinheiro!” (Rosa 2001, p. 349). Na cidade, esse sol se apresenta sem a sombra dos roçados, do pomar, das grandes árvores frutíferas e da criação – sombras de outrora. O dinheiro se apresenta como um sol sem nuvens, como mediador universal. Tem de pagar até para “pisar no chão”, pois o chão, a terra, virou mercadoria por todos os lados.

Nem sempre foi assim. Houve época em que o trabalho não era exclusivamente sinônimo de tempo morto, enclausurado pelo dinheiro. Outrora, quando havia algum acesso à terra (mesmo que limitado e sem o título de propriedade), existia também trabalho para si, voltado para o valor de uso: abrindo uma capoeira, cultivando roça, criando pequenos animais. Nem só de dinheiro viviam os homens e

24 A modernização e a expansão da agroindústria canavieira alagoana engendraram um violento processo de expropriação, sofrido tanto pelos moradores das usinas e das fazendas de cana – que perderam o acesso ao roçado –, quanto pelos posseiros e sitiantes que ocupavam, sobretudo, áreas dos tabuleiros (terra que durante muitos anos foi considerada imprópria para o cultivo da cana). Esse processo se iniciou embrionariamente no final dos anos 1950 e se prolongou até o final dos anos 1980 (Lima 2006). Em estudo realizado no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, que incluía pesquisas de campo na área que deu origem ao município de Teotônio Vilela/AL, Heredia (1988) conseguiu reunir diversos depoimentos, além de outras evidências que comprovam que a expansão da cana para os tabuleiros só foi possível por meio da expropriação dos camponeses. Em nossas pesquisas de campo, antigos habitantes de Teotônio Vilela também relataram formas fraudulentas de expropriação das terras dos tabuleiros (Verçoza 2018).

mulheres que labutavam nos eitos de cana. A casa de farinha, hoje cada vez mais difícil de encontrar, é um símbolo desse tempo.

As palavras de Jorge tocam ainda no terreno do indizível, de algo sombrio guardado bem no fundo de muitos camponeses e ex-moradores que foram desterrados. É o que uma das depoentes de Bosi (2003, p. 177) definiu como “medo maior de todos”: o medo de passar fome. Acostumados a plantar para comer, ao não ver um mísero pedaço de chão, sem terra alguma, eles se preocupam: “Como é que vou comer?”. Na cidade, o comer e o beber não passam mais pelas nascentes, matas, por algo “que a terra deu, dá e cria”²⁵. Agora, caminham pelos boletos bancários e vão até o alcance dos holerites.

Há ainda outros elementos ocultos na condição de quem é amputado da terra; é fome que não se mede com quilos de farinha, é sede que não se mata com talagadas d’água. A vontade incontrollável de plantar ao sentir o cheiro da terra tocada pelos pingos de chuva, para além da lembrança, transborda o anseio daquilo que Weil (1979) chamou de enraizamento: desejo de fazer com que as raízes arrancadas, a contragosto, brote a conservação viva de certos tesouros do passado campesino e certos pressentimentos de futuro. Um futuro em que a terra, como bem falou o Mestre Verdellino (2006), “acabe com toda a má alegria”.

A “má alegria” de hoje está no ar lânguido das “pontas de rua”, nas esquinas tão incertas e impessoais da vida de agora. Todavia, não significa que no passado de camponês ou de morador de fazenda a vida fosse só de “boa alegria”. Claro que também tinha suas agruras – como bem demonstrou Albuquerque (2009) –, e algumas delas ainda permanecem (Vale, 1963).

Apesar da permanência de antigos “desacertos”, a exemplo das fraudes na pesagem da cana cortada (que rebaixam ainda mais o salário que é determinado por produção), no presente existe uma “má alegria” profunda que é de natureza muito distinta e que está diretamente relacionada ao desenraizamento na cidade.

Certa feita, no ônibus, ouvimos a conversa de dois sujeitos das “pontas de rua” do município de Teotônio Vilela/AL. Bisbilhotamos de canto de olho e de ouvido. Guardamos de cor o que um deles falou, como se fosse a imagem de um arrebol: “*Não sei o que o homem foi fazer na Lua. Lá não se planta feijão, milho e nem macaxeira. Não se planta nada. Foi fazer o que lá?! Eu não entendo*”.

Essa conversa, aparentemente banal, traz algo revelador, pois, se trocarmos a palavra “lua” por “rua”, encontraremos o retrato do

25 Conforme os versos da bela música do Mestre Verdellino (2006).

que é o desenraizamento camponês: na cidade, é o mesmo que estar fora da terra, flutuando sem rumo e sem um centro de gravidade, num espaço que lhe é alheio. E lá, da imensidão fria, ele olha para o brilho das estrelas, com a esperança de retorno para a terra, para o lugar de onde partiu e se sente parte.

Metáforas desse tipo têm o poder de revelar uma dimensão invisível, que muitas vezes está encoberta pela obviedade excessiva do generalizado processo de expropriação da terra. Com a metáfora do desenraizamento, Weil rememora algo que muitos já sabiam, mas não lembravam que sabiam – afinal, a necessidade de enraizamento é viva e pulsante, é intrínseca às mulheres, homens e crianças.

Muitos dos expropriados da terra (seja dos antigos roçados das fazendas ou dos tabuleiros) não conseguem mais trabalhar o solo que um dia ocuparam. Os que são empregados pelas usinas, a esmagadora maioria formada por homens²⁶, foram submetidos à exigência de médias mínimas diárias de toneladas de cana – a partir da reestruturação produtiva dos anos 1990. Os movimentos repetitivos, o suor que pinga no solo e que aduba o canavial em troca de oito reais por tonelada cortada, o paulatino aumento da intensidade do trabalho, fazem com que muitos sejam descartados ainda na flor da idade. As mulheres são, em geral, as responsáveis por cuidar dos maridos estropiados pelo trabalho – as mesmas mulheres que cozinhavam o almoço transportado na marmita e que lavavam as roupas sujas de fuligem no período em que eles eram úteis para as usinas.

Na entressafra, a incerteza de emprego faz com que muitos subam nos ônibus que partem de Alagoas; sobem nos veículos empurrados por uma espécie de mão invisível. Mas nem todos viram “assum preto”²⁷ nos poleiros do Sudeste ou passarinho aprisionado nas cidades cercadas de cana. O desejo de retorno à terra fez com que parte dos desterrados da cana se organizasse politicamente (Lima, 2013). Apesar dos dias de calor e das noites de frio debaixo da lona preta, do estigma, das ameaças, das calúnias, dos jagunços, das ordens judiciais de despejo, das marchas, dos recomeços, da cerca monocromática e sem arames por sobre os antigos roçados, a luta por reenraizamento assentou em terras alagoanas 16.142 famílias, numa área total de 149.519 hectares (Alagoas 2016).

Diante da brutal desigualdade da correlação de forças do

26 Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do total de trabalhadores empregados na cultura da cana-de-açúcar em Alagoas em 2017, apenas 2% eram mulheres.

27 Pássaro da famosa canção de Luiz Gonzaga, que teve os seus olhos perfurados para “cantar melhor”.

conflito agrário, esses números não são pouca coisa. No entanto, é preciso lembrar que, somente entre os anos 1990 e 1995, foram destruídas aproximadamente 40 mil casas de moradores das fazendas de cana (Carvalho 2009) e que, em 2006, Alagoas apresentou o pior índice de concentração fundiária entre os estados brasileiros (Alagoas 2016). Portanto, a esmagadora maioria das famílias expropriadas encontra-se atualmente nas “pontas de rua”. Ainda há a óbvia e ululante urgência da realização de uma efetiva reforma agrária, por mais que esta se encontre cada vez mais fora das pautas dos governos.

Mas, para além dos dados estatísticos da desigualdade econômica, política e social, há de se levar em consideração outras dimensões da questão agrária. É que a mutação do camponês em proletariado “insere-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis” (Silva 1990, 6). E é justamente no mundo do nem sempre visível, nas profundezas do ser, que se encontra a necessidade básica do reenraizamento, algo muito pouco compreendido, mas imensamente sentido.

Quarta imagem: cerca invisível. A mobilidade do corpo-máquina e a volta ao corpo-ser

Como dito acima, a expropriação tem sido, historicamente, a marca do aprofundamento do capitalismo no campo. Indígenas, negros e camponeses são expulsos de suas terras por processos violentos – violência física, mas também simbólica. Houve o genocídio de povos indígenas e a desapropriação de camponeses, desterrados e convertidos em força de trabalho. Muitos precisaram migrar para obter trabalho – migração permanentemente temporária, como no caso do Vale do Jequitinhonha, mas que ocorre também em outros lugares de origem, tais como Maranhão, Piauí, e Bahia.

A migração para o trabalho – especificamente no caso dos camponeses expropriados convertidos em força de trabalho – pode ser compreendida de formas diferentes. Mais do que direito de ir e vir, entendemos esse tipo de migração como um fenômeno produzido socialmente. Sob o sistema capitalista, o sujeito é livre para vender sua força de trabalho onde lhe convir, numa relação pretensamente igualitária de troca entre comprador e vendedor. Porém, o sujeito é livre também de todo e qualquer meio de reprodução social, livre de tudo que possa fazê-lo existir, exceto da força de trabalho (isso é o que lhe sobra). Configura-se o que Gaudemar (1977) denomina de mobilidade forçada.

A expropriação retira os meios de sobrevivência. É esse o processo – levado a cabo pela ação do Estado – que faz com que os sujeitos nada mais tenham do que a força de trabalho para vender. A liberdade de ir e vir é orientada pela necessidade básica de existir. Nesse sentido, afirmamos que os trabalhadores se movem orientados por uma lógica, a da sobrevivência – se vai aonde há trabalho. A mobilidade do trabalho é orientada pela lógica do capital.

Há uma relação entre a mobilidade do capital e do trabalho: quando o capital é móvel, o trabalho é fixo; quando o capital é fixo, o trabalho é móvel. No caso dos cultivos agrícolas (capital territorializado), é a força de trabalho que se move. No caso dos camponeses expropriados, a migração é menos uma opção e mais uma necessidade, pois tiveram retirados de si a terra, meio de sobrevivência. Os trabalhadores dos canaviais paulistas – mineiros, baianos, maranhenses – movem-se para buscar trabalho. Mas essa mobilidade é orientada num corredor migratório (Silva 1999), pois o local de destino é sempre o mesmo. Parte-se do Vale do Jequitinhonha para os canaviais paulistas, ano após ano. Não há liberdade de ir e vir, há uma cerca invisível e móvel. O trajeto é sempre o mesmo, a mobilidade não é livre, mas orientada – para um local e um fim.

Os cortadores de cana têm seus salários vinculados à produção: um dia de trabalho perdido significa a redução nos ganhos. Os trabalhadores encontram-se a milhares de quilômetros de distância da terra natal, o que torna remota a possibilidade de retorno no meio da safra, pois o valor da passagem é alto e o tempo de viagem é longo. A cerca que os mantém na terra que não é da gente, na cidade dos canaviais, é a própria necessidade de existir – imposta por um tipo de trabalho superexplorado e um Estado que historicamente agiu para expropriar. É uma cerca invisível.

Os cortadores de cana ficam em torno de nove meses nas cidades canavieiras do Estado de São Paulo e três meses em suas regiões de origem²⁸. Têm retirado de si o sentido de vida relacionado ao território de origem e às relações ali existentes – mais do que espaço físico, a distância é do espaço simbólico²⁹. Deixando para trás os meios de

28 Em alguns casos, os trabalhadores mudavam-se definitivamente para a cidade canavieira em que estivessem trabalhando. Contudo, em 2009 foi assinado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, pacto de livre adesão entre usinas, governo federal e representantes dos trabalhadores rurais. Esse acordo estabeleceu que, para garantir a recontração na safra seguinte, o trabalhador deveria necessariamente retornar à sua região de origem. Portanto, a ida definitiva da família foi inviabilizada.

29 Os trabalhadores migrantes têm seus mecanismos de resistência a esse processo. Um

vida, fica para trás também um ser que em simbiose com a natureza se constituiu³⁰. As relações, a sociabilidade, a cultura, tudo muda quando os camponeses não estão mais na terra da gente. O capital, portanto, produz o trabalhador. Porém, não é o ser que trabalha, e sim o corpo. O ser torna-se um corpo, mecanizado para uma função: a força de trabalho. Marx (2010) chama atenção para o estranhamento advindo dessa conversão do ser em força de trabalho. O corpo é dissociado do ser, torna-se objeto a ser trocado, entendido como capital que deve ser entregue àquele que pagar o melhor preço (Federici, 2004).

Ainda segundo a autora, propunha-se a separação corpo e mente, mas, ainda hoje, é a necessidade de suprir o corpo – alimentação, abrigo, por exemplo – que move os sujeitos em busca de outros meios de subsistência. Contudo, uma vez que a sociabilidade é orientada pela lógica do capital, é o trabalho que aparece como saída. É nesse balanço entre necessidade e controle da vontade que o corpo se converte em força de trabalho. O corpo que necessita ser suprido, o mesmo que foi expropriado dos meios para tal, é regulado para o trabalho. Essa foi a principal tarefa da acumulação primitiva na Europa: a transformação do corpo em máquina. Ademais, não se trata apenas do controle externo dos corpos convertidos em força de trabalho, mas do autocontrole.

Os trabalhadores não são vistos como sujeitos, mas como corpos. Corpo-máquina, que desfere 3.498 golpes de facão por dia e realiza 3.080 flexões de coluna para cortar em média 12,9 toneladas de cana (Laat 2010). Corpo-máquina, que extrapola a carga cardiovascular, podendo chegar a 200 batimentos cardíacos por minuto, que caminha até dez quilômetros por dia, para cortar sete toneladas de cana por dia (Verçoza 2018). Corpo-máquina que pode cortar até cinquenta toneladas de cana em apenas um dia de trabalho (Silva 2008). O trabalho do corte da cana é por produção. A este respeito, ver Guanais (2018).

Como se fosse máquina, o uso indiscriminado do corpo-trabalhador traz o desgaste. Em muitos casos, o desgaste advindo de apenas cinco, dez, no máximo 15 anos de corte de cana, resulta na perda da capacidade laboral. O corpo, separado do ser, convertido em máquina, é destruído. O ser, que foi cercado de suas relações, de

exemplo é o esforço para reproduzir a culinária da região de origem: cultivam temperos, encomendam farinha, agem para manter o sentido de pertencimento, apesar da distância.

30 Marx (2010) faz uma profunda discussão sobre a natureza como corpo inorgânico do homem.

seu espaço e de si mesmo (estranhamento), que foi transformado em corpo-máquina, é descartado. Os cortadores de cana perdem a capacidade laboral, passam a ter sérios problemas de coluna, articulações, respiratórios e cardíacos. Daiane, esposa de um ex-cortador de cana descartado, disse sentir pena do marido, pois este não conseguia realizar atividades simples do dia a dia (carregar um balde, levantar o filho do chão), apesar de ter somente 33 anos de idade.

No Vale do Jequitinhonha, as mulheres dos cortadores de cana são chamadas de viúvas de marido vivo. Isso porque os homens ficam a maior parte do ano fora, deixando-as sozinhas. São elas as responsáveis pelos cuidados com os filhos, roça, casa, subsistência³¹. Os relatos do desgaste emocional causado pela migração dos homens para os canaviais paulistas são muitos. Olga disse: “Era horrível! [pausa] Todas as gravidezes das minhas meninas ele não estava, entendeu? Eu tinha que me virar sozinha...”. Daiane: “(...) é difícil, a gente acabar de casar e o marido ir embora. Não é fácil não. A gente fica com muita... assim, acha ruim, né? (...) A gente fica... de a gente não ter felicidade, acaba de casar e o marido vai embora...”. Teresa relata a situação com os filhos: “(...) eu passei muito aperto com os meninos, chorava... a menina mais velha minha, mesmo, que era muito apegada com o pai, era muito sofrimento pra nós”. Houve, nesses casos, o que Silva (2014) chama de apropriação do afeto, quando os laços afetivos são retirados dos sujeitos exatamente por estes serem convertidos em mera força de trabalho, labor, corpo-máquina.

Podemos observar um padrão patriarcal de organização, em que o homem migra para prover a família, e a mulher permanece, sendo responsável pelo cuidado³². Entretanto, quando o homem, cortador de cana, corpo-máquina destruído e descartado, retorna, é a mulher que será a responsável pelo cuidado. É pela mão da mulher que o corpo-máquina percorre o caminho de retorno ao corpo-ser. A mulher (esposa ou mãe), que permaneceu cuidando da casa, da roça e das crianças, cercada pelo agronegócio do eucalipto, é sobrecarregada com

31 Os homens costumam enviar remessas de dinheiro no decorrer da safra aos familiares no local de origem. Contudo, nem sempre esses valores são suficientes para garantir a reprodução daqueles que permaneceram, o que faz com que essas mulheres tenham de se responsabilizar pela subsistência familiar.

32 O trabalho feminino também é empregado no corte de cana, contudo, com a redução dos postos para o corte manual, as mulheres são excluídas dos canaviais e acabam dedicando-se a outras colheitas. No Vale do Jequitinhonha é bastante comum que as mulheres migrem para a colheita de café, atividade que, pela frouxa fiscalização, permite o trabalho familiar (muitas crianças ajudam as mães nos cafezais) e tem uma safra menor que a da cana.

o cuidado do homem adoecido e descartado. As relações de gênero se reorganizam, apesar de não haver uma inversão nos polos de poder³³.

Aquele corpo-máquina não é mais útil para o capital, e justamente por isso pode voltar ao corpo-ser. Como se as cercas invisíveis e móveis se desmanchassem no momento em que o cortador de cana foi descartado. Mas, em sua retomada das relações afetivas e de si, ele permanece cercado, porém com a cerca física, dos eucaliptais no Vale do Jequitinhonha, por exemplo. A cerca muda de forma, torna-se invisível, móvel, mas não deixa de ser cerca.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre o processo de acumulação do capital em algumas regiões do Brasil, em diferentes momentos históricos, a partir de dados de investigação empírica e documental. Nosso intuito foi analisar esse processo utilizando o conceito da acumulação primitiva não apenas em seus desdobramentos econômicos, mas também sociais e subjetivos. Harvey (2010) sugere o conceito de acumulação por espoliação, segundo as distintas manifestações desse processo nas várias regiões do mundo globalizado. Já as reflexões da historiadora italiana Federici fornecem novos elementos para o debate, adentrando a esfera reprodutiva e trazendo ao palco as mulheres. Suas considerações sobre o corpo/máquina, a partir da concepção cartesiana, nos foram essenciais à compreensão da particularidade histórica brasileira, caracterizada pela escravidão de negros africanos, genocídio dos povos indígenas e superexploração de trabalhadores nos domínios do agronegócio canavieiro.

Verifica-se a contemporaneidade do cercamento da terra, dos recursos naturais e dos corpos vivenciada pelos camponeses do Brasil. A espoliação das condições objetivas – terra, bens comuns – implica também a espoliação do ser genérico, segundo a concepção marxiana. O território, tal como concebido por Mançano (2007) e outros autores da área da geografia, entre eles, Costa (2007), é um espaço de disputas e corresponde às relações de poder.

33 O homem, que antes cumpria o papel de gênero socialmente construído de provedor da família, adoecido, descartado e inviabilizado de trabalhar, vivencia a desconstrução da masculinidade calcada nas ideias de virilidade e força. Às mulheres, resta a intensificação da função de cuidadora; têm de lidar com todo o trabalho emocional resultante dessa atividade do cuidado. Mais dados sobre as relações de gênero e o adoecimento no corte de cana, consultar Reis (2017).

Em nossa análise, procuramos entender o território como um processo que, ao espoliar as condições objetivas, espolia as subjetividades ou as elimina física e/ou simbolicamente, segundo as circunstâncias históricas. As quatro imagens revelam a crueza com que esse processo foi e continua a ser a prática dos que dominam o território do agronegócio. E a resistência? E as disputas? Acreditamos que elas se acham entremeadas aos fatos apresentados. Há mais de 500 anos, as populações indígenas resistem aos massacres e genocídios. Os camponeses quilombolas existem a partir de resistência ao longo do período escravagista, e também atualmente³⁴. Os camponeses expropriados dos tabuleiros e roçados de Alagoas resistem por meio de greves nos canaviais e conservam um imaginário calcado na terra e no seu cheiro, quando caem as chuvas. Portanto, o processo de espoliação inclui os sentimentos, atingindo o ser em suas emoções e intimidades. Do mesmo modo, as lutas de camponeses nos canaviais paulistas foram muito frequentes³⁵. Lutas pelos direitos trabalhistas e pelos direitos humanos. Lutas para eliminar as cercas visíveis e invisíveis. Lutas para sobreviver num país onde, talvez, exista a *maldição dos recursos naturais*.

Referências

- ALAGOAS. 2016. ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR EM ALAGOAS. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. MACEIÓ: SEPLAG.
- ALBUQUERQUE, CÍCERO FERREIRA DE. 2009. CASA, CANA E PODER. MACEIÓ: EDUFAL.
- ANTONIL, ANDRÉ JOÃO. 1982. CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL. BELO HORIZONTE, SÃO PAULO: ITATIAIA, EDUSP.
- ARAÚJO, RAYANE BARRETO DE. 2018. “O RELATÓRIO FIGUEIREDO E AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INDÍGENAS NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1965-1968)”. REVISTA ESPAÇO AMERÍNDIO, 12, N. 2: 213-250. [HTTPS://SEER.UFRGS.BR/ESPACOAMERINDIO/ARTICLE/VIEW/83428/53066](https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/83428/53066). ACESSO EM 20/2/2019.
- BARROZO, JOÃO CARLOS. 2007. EM BUSCA DA PEDRA QUE BRILHA COMO ESTRELA. GARIMPO E GARIMPEIROS NO ALTO PARAGUAI. CUIABÁ: TANTA TINTA.
- BOSI, ECLEA. 2003. O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA: ENSAIOS DE PSICOLOGIA SOCIAL. SÃO PAULO: ATELÊ EDITORIAL.

34 A bibliografia sobre o campesinato quilombola é extensa. Para uma análise da perspectiva da mulher quilombola camponesa, ver (Macedo, 2019; Furtado, 2018).

35 Ver, entre outros Menezes, Cover (2015).

- CARVALHO, CÍCERO PÉRICLES. 2009. ANÁLISE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA ALAGOANA. MACEIÓ: EDUFAL.
- COSTA, ROGÉRIO HAESBAERT. 2007. O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DO “FIM DOS TERRITÓRIOS” À MULTITERRITORIALIDADE. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL.
- DIMAS, ANTÔNIO. 1992. “ANTONIL, A CANA E O NEGRO”. REVISTA USP, 15: 132-144.
- DUSSEL, ENRIQUE. 1993. 1492. O ENCOBRIMENTO DO OUTRO. RIO DE JANEIRO: VOZES.
- ESTERCI, NEIDE. 1987. CONFLITO NO ARAGUAIA. PEÕES E POSSEIROS CONTRA A GRANDE EMPRESA. PETRÓPOLIS: VOZES.
- FEDERICI, SILVIA. 2004. CALIBÃ E A BRUXA. MULHERES, CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. SÃO PAULO: COLETIVO SYCORAX.
- FURTADO, MARIVANIA LEONOR SOUZA. 2018. AQUILOMBAMENTO CONTEMPORÂNEO NO MARANHÃO. UM RIO GRANDE DE POSSIBILIDADES E SUAS BARRAGENS. SÃO LUÍS: EDUEMA.
- GAUDEMAR, JEAN-PAUL DE. 1977. MOBILIDADE DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL. LISBOA: EDITORIAL ESTAMPA.
- GUANAIS, JULIANA BIONDI. PAGAMENTO POR PRODUÇÃO, INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA. SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, FAPESP.
- GUIMARÃES, ELENA. 2015. “RELATÓRIO FIGUEIREDO. ENTRE TEMPOS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS”. TESIS DE MAESTRIA EN MEMÓRIA SOCIAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO.
- HARVEY, DAVID. 2010. O NOVO IMPERIALISMO. SÃO PAULO: LOYOLA.
- HEREDIA, BEATRIZ MARIA ALASIA DE. 1988. FORMAS DE DOMINAÇÃO E ESPAÇO SOCIAL: A MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM ALAGOAS. SÃO PAULO: MARCO ZERO; BRASÍLIA: MCT/CNPQ.
- LAAT, ERIVELTON FONTANA. 2010. “TRABALHO E RISCO NO CORTE ANUAL DE CANA DE AÇÚCAR: A MARATONA PERIGOSA NOS CANAVIAIS”. TESIS DE DOCTORADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. FACULDADE DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO. UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA.
- LEITE, MARCOS ESDRAS, ALMEIDA, JEFFERSON WILLIAM LOPES Y SILVA, RENATO FERREIRA DA. 2012. “ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DO EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS GERAIS NOS ANOS DE 1986, 1996 E 2010”. GEOTEXTOS, 8: 59-74. [HTTPS://PDFS.SEMANTICSCHOLAR.ORG/62F5/C60E64A0B3F037CB-CED048228EEFE10732BF.PDF](https://pdfs.semanticscholar.org/62f5/c60e64a0b3f037cbced048228eeefe10732bf.pdf). ACESSO EM 23/5/2019.

- LIMA, ARAKÊN ALVES DE. 2006. "ALAGOAS E O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL". TESIS DE DOCTORADO EN ECONOMIA. INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP, CAMPINAS.
- LIMA, JOSÉ CARLOS DA SILVA. 2013. "CPT DE ALAGOAS: UMA PASTORAL EM MOVIMENTO A SERVIÇO DAS FAMÍLIAS EMPOBRECIDAS DO CAMPO," EN TERRA EM ALAGOAS: TEMAS E PROBLEMAS COMPILADOS POR ALMEIDA, LUIZ SÁVIO DE; LIMA, JOSÉ CARLOS DA. OLIVEIRA, JOSIVAL DOS SANTOS. MACEIÓ: EDUFAL.
- LUXEMBURGO, ROSA. 1976. *L'ACCUMULATION DU CAPITAL*. PARIS: FRANÇOIS MASPÉRO.
- MACEDO, BERNARDO VAZ. 2019. "PAPAGAIO VELHO NÃO PEGA LÍNGUA MAIS, NÃO: ESTUCIANDO O JEITO DE FALAR, O JEITO DE SER, NO QUILOMBO CÓRREGO DO NARCISO DO MEIO, VALE DO JEQUITINHONHA (MG)". TESIS DE DOCTORADO EN SOCIOLOGIA. PPGS/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS.
- MANÇANO, BERNARDO FERNANDES. 2007. "ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO". EN CAMPESINATO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA, COMPILADO POR ELIANE TOMIASI PAULINO E JOÃO EDMILSON, 83-129. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR.
- MARX, KARL. 1978. *LE CAPITAL*. TOME I. PARIS: EDITONS SOCIALES.
- _____. 2010. *MANUSCRITOS ECONÓMICO-FILOSÓFICOS*. SÃO PAULO: BOITEMPO.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. 1984. *A MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL*. PETRÓPOLIS: VOZES.
- _____. 1997. *FRONTEIRA. A DEGRADAÇÃO DO OUTRO NOS CONFINS DO HUMANO*. SÃO PAULO: HUCITEC.
- MENEZES, MARILDA APARECIDA Y COVER, MACIEL. 2015. "TRABALHADORES MIGRANTES NOS CANAVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: FORMAS DE RESISTÊNCIAS E MOVIMENTOS ESPONTÂNEOS". EN ASALARIADOS RURALES EN AMÉRICA LATINA, COMPILADO POR ALBERTO RIELLA Y PAOLA MASCHERONI, 213-236. MONTEVIDEO: CLACSO, DOBLE CLIC.
- NEVES, DELMA PEÇANHA Y MARIA APARECIDA DE MORAES (COMPILADORAS). 2008. *PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NO BRASIL. FORMAS TUTELADAS DE CONDIÇÃO CAMPONESA*. SÃO PAULO: EDUNESP.
- OLIVEIRA, ARIIVALDO UMBELINO DE. 1986. *MODO CAPITALISTA DE REPRODUÇÃO E AGRICULTURA*. SÃO PAULO: ÁTICA.
- REIS, TAINÁ. 2017. "TRABALHO E GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE O ADOECIMENTO NO CORTE DE CANA." *REVISTA RURIS* 11: 83-112.
- ROSA, JOÃO GUIMARÃES. 2001. *A HORA E A VEZ DE AUGUSTO MATRAGA. SAGARANA*. RIO DE JANEIRO: NOVA FRONTEIRA.
- SASSEN, SASKIA. 2015. *EXPULSIONES. BRUTALIDAD Y COMPLEJIDAD EN LA ECONOMÍA GLOBAL*. BUENOS AIRES: KATZ.
- SILVA, MARIA APARECIDA DE MORAES 1990. "COMO EXPULSAR O CAMPONÊS DO PROLETÁRIO". *TRAVESSIA*. CEM.8: 5-13.
- _____. 1999. *ERRANTES DO FIM DO SÉCULO*. SÃO PAULO: EDUNESP.
- _____. 1998. "FIANDEIRAS, TECELÃS, OLEIRAS... REDESENHANDO AS GROTTAS E VEREDAS". *PROJETO HISTÓRIA*, 16: 75-104.
- _____. 2014. "QUANDO A MÁQUINA "DESFILO", OS CORPOS SILENCIAM. TECNOLOGIA E DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NOS CANAVIAIS PAULISTAS". *CONTEMPORÂNEA*. 4: 85-115.
- _____. 2018. "TRABALHO RURAL. AS MARCAS DA RAÇA", EN VIDAS TALHADAS NO AVESSE DA HISTÓRIA. ESTUDOS SOBRE O TRABALHO NOS CANAVIAIS, COMPILADO POR MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA Y LÚCIO VASCONCELLOS DE VERÇOZA, 149-172. SÃO PAULO: ANNABLUME, FAPESP.
- SILVA, MARIA APARECIDA DE MORAES Y LÚCIO VASCONCELLOS DE VERÇOZA. 2018. (COMPILADORES). *VIDAS TALHADAS NO AVESSE DA HISTÓRIA. ESTUDOS SOBRE O TRABALHO NOS CANAVIAIS*. SÃO PAULO: ANNABLUME E FAPESP.
- VALE, JOÃO DO.; FILHO, ABDIAS. 1993. "BALANCEIRO DA USINA". EM COISAS DO NORTE. INTÉRPRETE: MARINÊS E SUA GENTE. SÃO PAULO: RCA VICTOR, LP, FAIXA 1.
- VELHO, GUILHERME OTÁVIO. 1981. *FRENTES DE EXPANSÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA. ESTUDO DO PROCESSO DE PENETRAÇÃO NUMA ÁREA DE TRANSAMAZÔNICA*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR.
- VERÇOZA, LÚCIO DE VASCONCELLOS. 2018. *OS HOMENS-CANGURUS DOS CANAVIAIS ALAGOANOS: UM ESTUDO SOBRE TRABALHO E SAÚDE*. MACEIÓ: EDUFAL; SÃO PAULO: FAPESP.
- VERDELINHO, MESTRE. O. 2006. "GRANDE PODER". EM UNIVERSANDO. INTÉRPRETE: MESTRE VERDELINHO. MACEIÓ: COLEÇÃO MÚSICA POPULAR ALAGOANA, v. 2, CD, FAIXA 4.
- WALLACE, DAVID FOSTER. 2005. *ISTO É ÁGUA. DISCURSO DE PARANINFIA*. KENYON COLLEGE, EUA.
- WEIL, SIMONE. 1979. "EXPERIÊNCIA DA VIDA DE FÁBRICA". EM A CONDIÇÃO OPERÁRIA E OUTROS ESTUDOS SOBRE A OPRESSÃO, COMPILADO POR ECLEA BOSI. 129-146. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA.

Terra, trabalho e capital em Angola: do colonialismo às tendências do século XXI

GARCIA NEVES QUITARI¹

“Preferimos morrer. Antes de nós cultivarmos o algodão para vocês, nós tínhamos o nosso gado e as nossas lavras e nós éramos felizes. Agora nós não temos o nosso gado, nós não temos as nossas lavras. Nós não temos nada enquanto o vosso algodão está a crescer.”²

Introdução

Visando contribuir para a valorização dos estudos rurais no país, este ensaio pretende refletir em torno da relação entre a expropriação de terra e a exploração do trabalho camponês em face da presença do capital em Angola. Para tanto, assume diferentes contextos históricos e estabelece a era colonial como ponto de partida, focando sobretudo no final deste período, momento em que se assiste a uma maior intensificação de entrada do capital industrial e financeiro nas colônias portuguesas em África e particularmente em Angola.

Nossas principais referências teóricas gravitam em torno do pensamento de Samir Amin e outros autores que têm vindo a analisar os efeitos do capitalismo mundial, e de modo particular, no Sul Global. Neste sentido, três ideias do autor orientam o nosso ensaio.

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN), Angola.

² Palavras de um chefe tradicional no contexto da revolta camponesa da Baixa de Cassanje. In: Freudhental (1995, p. 270).

A primeira ideia é aquela segundo a qual o capitalismo sempre foi imperialista em todas as suas fases, estando em curso no contexto atual a terceira fase da sua expansão. A segunda é a sua afirmação segundo a qual os objetivos do capital permanecem os mesmos, designadamente: o controle da expansão dos mercados, a pilhagem dos recursos naturais e a superexploração das reservas de mão de obra da periferia mundial (Amin, 1977).

A terceira e última ideia consiste na sua visão de que a interação entre a dinâmica interna e a dinâmica global do capitalismo imperialista produz o que se denominou de culturas políticas diferenciadas.

Colonialismo “tardio”: o que difere na colonização portuguesa em África?

Em janeiro de 1961, um mês antes do assalto à cadeia de São Paulo, iniciara-se, segundo Freudhental (1995), uma das maiores revoltas camponesas da história recente de Angola, como refere o trecho abaixo:

A revolta na Baixa é a menos conhecida e apesar disso a mais compreensível de todas as revoltas de 1960-61. Foi um acto de desafio contra o sistema de cultivo obrigatório do algodão (...). As causas eram numerosas: a população local era forçada a cultivar algodão, com exclusão de alimentos, em certas áreas; os 31.652 produtores do distrito de Malange eram obrigados a vender toda a colheita a preço fixo pelo governo, muito inferior ao do mercado mundial; a leste de Malange havia uma verdadeira “cotonocracia” que atribuía ao africano o papel de ser apenas um abastecedor da companhia. (Péllissier, 1978 apud Freudhental, 1995, p. 252).

A revolta em causa foi contra a Cotonang, uma companhia belga, concessionária da exploração de algodão na região extremo norte de Angola e na fronteira com a atual República Democrática do Congo. Contudo, foi uma das muitas revoltas camponesas de que se tem registo, resultantes da presença colonial em Angola, sobretudo no final do século XX (Wheeler & Christensen, 1973; Freudhental, 1995; 2005; Péllissier, 2013 [1986]).

Para uma melhor compreensão da colonização portuguesa, faz-se necessário inicialmente debruçar-se sobre uma visão recorrente, segundo a qual se estabelece uma distinção entre sistemas de colonização por administração direta e administração indireta. Esta distinção sugere que os sistemas de colonização francesa e inglesa em África teriam adotado um sistema de governação indireta, enquanto Portugal teria exercido sua dominação por via de administração direta.

No caso de Angola, vários autores têm relativizado a importância dessas diferenças enquanto outros as refutam (Alexandre, 1993; Neto, 1997; Bender, 2004). Tal como esses, outros autores sugerem que a aplicação da administração direta nunca foi taxativa, tendo estado as ambas as opções em “cima da mesa” e, na prática, aplicadas circunstancialmente as duas formas.³ Trabalhos como o de Orre (2010) e de Florêncio (2010; 2011), sobre os chefes tradicionais em Angola, têm referido a administração indireta como tipo dominante de governação colonial em Angola.⁴

Por seu turno, Alexandre (ibidem) e Castelo (1998), referem que o carácter centralizador do Estado colonial português nas colónias africanas teria tido mais sentido apenas depois da instauração da ditadura militar em 1926 e com o Acto Colonial de 1930. Já Martinez (2010) demonstra que a legislação colonial portuguesa nunca foi uniforme e linear, variando ao longo do tempo entre momentos de maior centralismo e de descentralização, e vice-versa. Alexandre (1993), Direito (2014) e Amaral (2017) referem também semelhante variação no regime colonial relativamente às restrições e aberturas para entrada do capital estrangeiro nas colónias.

Por conseguinte, a análise crítica da história colonial não só tem colocado à prova um certo essencialismo, como também tem remetido o tipo de colonização portuguesa para um plano geral no qual as características foram mais ou menos comuns, como ilustradas no quadro abaixo:

³ Ver, por exemplo, Havik (2010).

⁴ *Grosso modo*, os chefes tradicionais devem ser entendidos aqui como autoridades políticas “nativas”, regidos pelos costumes tradicionais africanos.

Quadro nº 1 – Principais características da colonização europeia em África

Características gerais da colonização	Inglaterra/França	Portugal
Dominação e subalternização das autoridades tradicionais	<i>Controle e manipulação das autoridades tradicionais locais</i>	<i>Controle “direto” e “indireto” e manipulação das autoridades tradicionais locais</i>
Segregação racial	<i>Políticas de segregação racial</i>	<i>Zonas gentílicas e áreas de “colonos” Política do Indigenato (indígenas x Assimilados) até 1961.</i>
Exploração do trabalho forçado	<i>Recrutamento para trabalho obrigatório e compelido</i>	<i>Códigos do Trabalho do Indígena (1899 a 1928)</i>
	<i>Monocultura forçada e monopólio do comércio</i>	<i>Códigos do Trabalho do Indígena (1899 a 1928) e outros</i>
	<i>Imposição de Impostos obrigatórios</i>	<i>Impostos de palhota e imposto por cabeça</i>
Expropriação de terras	<i>Atos expropriatórios</i>	<i>Normas régias (1676 a 1899) Regulamento e Leis de Terras (1901 a 1973)</i>
	<i>Remoções e criação de assentamentos com critérios étnicos e raciais</i>	<i>Reserva para assentamento de colonos e reservas para indígenas. Juntas Provinciais de Povoamento</i>

Fonte: própria.

Como veremos um pouco mais adiante, é somente partir do século XX, quando passaria a ocorrer nas colônias uma introdução intensiva do capital metropolitano e estrangeiro, no decurso de

diferentes políticas de fomento econômico, reforçadas depois com as medidas populistas do Estado Novo (ex.: de unidade nacional pluricontinental) e de modernização do ultramar, que se pode observar um maior centralismo colonial em Angola.

Expropriação da terra e exploração do trabalho

A propósito da terra, Freudenthal (2005) refere que a partir do século XVI as terras em Angola passariam a ser incorporadas como bens da Coroa Portuguesa, e no período republicano, como bens nacionais. No mesmo sentido, Amaral (2017) refere que já em 1676 a Coroa Portuguesa colocava em marcha um processo de redistribuição de terra por regime de sesmarias. A partir da 1ª República de 1910, a redistribuição de terra passaria a ser feita também através de concessões que vigoraram até 1974, quando foi publicada a última lei de terra das províncias ultramarinas. Entretanto, esta distribuição também variou ao longo do tempo entre maior e menor autonomia dos governadores das províncias para estas concessões. De igual modo, variariam as restrições e ampliações de concessões aos estrangeiros.

Contudo, é fundamental realçar que desde o período da Coroa aos africanos não lhes eram garantido o direito à terra, salvo em reservas destinadas à população indígena para habitação e cultivo de subsistência. Durante quase todo o período colonial, os africanos só poderiam ocupar as terras baldias, mas em parcelas nunca superiores a 1 hectare por família. Para se ter uma ideia dessa desigualdade de acesso à terra, vale referir que as concessões aos colonos entre 1856 e 1973 variaram entre o mínimo de até 100 e 250 mil hectares, para unidades familiares e comerciais, respetivamente (Amaral, *ibidem*).

É também importante assinalar que os regulamentos de terra vigoraram quase concomitantemente aos vários códigos de trabalho indígena (1878, 1899, 1909, 1911, 1914, 1926 e 1928). Até abolição do Estatuto do Indigenato em 1961, os africanos não gozavam de estatuto de cidadão, mas de indígenas portugueses, regidos por regulamentos específicos, sendo o trabalho indígena parte do processo civilizador que conduziria à condição de cidadão (Castelo, *ibidem*; Neto, *ibidem*), como se pode observar num trecho do Código do Trabalho Indígena de 1928⁵:

5 DECRETO nº 16.199, de 6 de dezembro de 1928.

É certo que até 1926 se recorreu por vezes ao trabalho compelido, mas em termos que não se pode considerar como de trabalho forçado ou obrigatório, pois a compulsão traduzia-se tam somente no facto de a autoridade tomar o encargo do recrutamento, sem emprego de meios violentos, e apenas no intuito de reprimir a tendência indígena para a ociosidade e de o levar a procurar meios de subsistência, trabalhando por conta própria ou por conta de outrem. Limitava-se, pois, este recrutamento a vencer a irresolução do indígena para o trabalho, sobretudo para os trabalhos agrícolas que as suas tradições consideravam deprimentes para o homem e só próprios para mulheres. (Decreto n° 16.199, de 6 de dezembro de 1928).

Como sugerem muitos dos autores já citados, com destaque para Castelo (ibidem), desde o movimento abolicionista que Portugal vinha preterindo o fim da exploração do trabalho indígena através da introdução da figura do contrato de trabalho e de alterações nominais na legislação, nomeadamente, trabalho forçado, trabalho obrigatório, trabalho compelido e trabalho correcional, o que na prática constituía todos mecanismos de exploração de mão de obra barata.

Em Angola, assim como em muitas colônias em África, outro mecanismo através do qual se forçavam os africanos a trabalhar era o endividamento gerado pela obrigatoriedade de pagamento de impostos por parte da população indígena. Estes ainda eram obrigados ao cultivo de monoculturas como café e algodão, destinados à exportação.

Por fim, deve-se também mencionar o monopólio da comercialização dos produtos agrícolas, como foi o caso da Cotonang. Ferreira (1985) assinala que até 1931, 75% da produção agrícola para a exportação originava-se da produção dos camponeses africanos. Portanto, a exploração dos indígenas também passava pela constrição da agricultura camponesa africana. Estes, além do cultivo forçado de monoculturas, viam reduzida progressivamente a quantidade de terra disponível, à medida que se ampliavam as concessões de terras em favor dos colonos (Bender, 1973).

A partir da década de 1940, aumentava a intensidade de povoamento “dirigido” das colônias, tendo a população branca em Angola subido vertiginosamente de 78.826 em 1950 para 280 mil em 1970, o que, segundo Ferreira (ibidem), representava nessa altura 6,5% da população total.⁶ Como refere Bender (1973), esses contingentes de

⁶ Sobre este povoamento em Angola, ver, por exemplo, DOC/PT/IPAD/MU/DGE/RPAD/1415/00018F1-Proposta para criação de uma reserva de povoamento. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Ver também: Bender, 1973.

portugueses foram destinados aos diversos colonatos construídos ao longo de todo o país e direcionados ao desenvolvimento da agropecuária de média e pequena escalas.

Analisando o caso de Moçambique, Zamparoni (2012) afirma que todos esses mecanismos contribuíram decisivamente para o surgimento de uma força de trabalho negra subproletarizada e sub-remunerada. Muito antes, Amin (1977) explicava que os camponeses africanos nunca tinham sido verdadeiramente trabalhadores livres, isso porque, mesmo no contexto do contrato de trabalho, sua remuneração não comportava nem a contrapartida pelo uso de sua própria terra nem pelo valor da força de trabalho.

Considerando esses aspetos, uma das faces do carácter tardio do colonialismo português em África tem mais a ver com o fato de Portugal ter decidido – com grande impulso desde o regime militar de 1926 – por maior centralismo e integração das economias coloniais, numa tentativa de reposicionamento na economia mundial já no século XX, designadamente de fornecedor de matéria-prima bruta para uma economia exportadora de bens manufaturados centrada na agroindústria e na indústria extrativista.

Em face desses investimentos, na década de 1960-70 Angola teria alcançado posições importantes no mercado internacional de commodities agrícolas e minerais, principalmente com a produção do café, algodão, sisal, diamante, ferro e petróleo (Torres 1983; Ferreira, 1985; Roque 1997).

De modo mais amplo, era este momento que Amin (ibidem, p. 35) denominou como segunda fase da expansão capitalista imperialista, caracterizado pela industrialização e substituição das importações e em que a dominação do modo de produção capitalista na agricultura camponesa passou também a ser mais intensa. É também nesse contexto da articulação entre agricultura e indústria, com forte presença de companhia estrangeiras, em que entra em Angola um incipiente capital industrial e financeiro, como destaca Torres (1983, p. 9):

É também na década de 60 que tem início o maior movimento de expansão das instituições de crédito que Angola jamais conhecera. Anteriormente a 1960 só exerciam ali actividade o Banco de Angola (fundado em 1926, na sequência do Banco Nacional Ultramarino) e o Banco Comercial (controlado pelo Banco Português do Atlântico), fundado em 1957. Nos anos 60 foram constituídos sucessivamente: o Banco de Crédito Comercial e Industrial (1965) (...) o Banco Totta Standard de Angola (1966) (...) o Banco Pinto & Sotto Mayor (1967). Em 1973 chegou a ser fundado em Luanda o Banco Interunido, filial

comum do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e do First National City Bank de Nova Iorque (...) Caixa Económica Postal (...) Caixa de Crédito Agro-Pecuário (1961). (Torres, 1983, p. 9).

Mas a tardia decisão de Portugal, a que nos referimos atrás, não foi meramente econômica, mas também política, tendo em conta os movimentos de libertação nacional que começam a emergir em África. Nesse sentido, tais investimentos na colônia visavam também diminuir os descontentamentos na colônia. Por outro lado, o envio de portugueses para as colônias era também uma forma de responder à situação política metropolitana, particularmente à pressão pela terra. Apesar ser um problema político importante já desde a 1ª República, por exemplo, o governo do Estado Novo (1926-1974) manteve o domínio de latifundiários em Portugal a custo de um crescente número de camponeses e trabalhadores rurais sem terra, tornando a questão agrária um dos problemas sociais relevantes até 1975 (Cunha, 1968; Baptista, 1994)⁷.

Por conseguinte, a situação política e econômica - quer na metrópole, quer nas colônias portuguesas em África - exigiu como respostas algumas reformas, como foi o caso da aprovação do Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Moçambique e Angola (1954-1961), que tentou reduzir a pressão nas colônias, abolindo definitivamente todas as formas forçadas de trabalho. Ainda assim, este estatuto manteve a discriminação entre cidadãos e assimilados, sendo este último o “indígena convertido ao modo de vida português”, condição alcançada, entre outras, pela adoção do uso da língua portuguesa, pelo ingresso na função pública, casamento civil etc.⁸

Independência e guerra civil: entre ruturas e continuidades

Depois de 14 anos de luta armada, Angola proclamou a sua independência no dia 11 de novembro de 1975. Nos anos seguintes, começaria a implementar um Estado socialista de inspiração marxista-leninista e, em consequência disso, a propriedade privada teria sido abolida ainda em 1976, através da Lei nº 3/76, de 1976. Nesta démarche, as empresas privadas foram confiscadas, nacionalizadas ou intervencionada para a estatização (Ferreira, 2002; Bonfim

⁷ A Reforma Agrária em Portugal só viria a acontecer depois da Revolução de 25 de abril de 1974. Sobre isso, ver Varela e Piçarra (2016).

⁸ Neste texto, ver Neto (1997) e Amaral (2017). Ver também: Doc/PT/IPAD/MU/DGE/RR/14432/05759 – Sobre a conversão do camponês africano. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa.

et al, 2016). As infraestruturas e empresas coloniais, sobretudo da indústria transformadora, entre as quais as dos setores de pescas, alimentos, bebidas, metalurgia, agricultura, incluindo também grandes e médias fazendas agrícolas, foram revertidas para o património do Estado, constituindo as Unidades Económicas do Estado (UEE).

Segundo Ferreira (1985), algumas exceções, como no caso de empresas estrangeiras da indústria petrolífera e de mineração, passariam a constituir um resquício do setor privado, mas com a participação do Estado, representando 7% das empresas de capital misto. No setor da agricultura, foram criadas empresas estatais, a exemplo da Encafe, para produção e comercialização do café, e a Encodipa, para a aquisição e distribuição da produção agrícola, circuito no qual estavam integradas fazendas, cooperativas, associações e camponeses individuais⁹.

No que concerne ao trabalho, o fim da exploração do trabalho capitalista constituía um dos fundamentos do Estado socialista emergente, tendo o MPLA adotado em 1978 a designação Partido do Trabalho (Lopes, 1986; Ferreira, 1985). Um dos objetivos da revolução socialista era a eliminação da exploração do homem pelo homem. Com base nessa ideologia houve tentativas de mudanças no modo de organização e mobilização dos trabalhadores com a criação de um sindicato único de todos os trabalhadores (Unta – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos).

Não se dispõe de muitos estudos críticos sobre este período, mas alguns autores o identificam como um momento de fracasso das políticas agrícolas e, de modo geral, da economia de Angola. Entre os vários argumentos, assinalam: a) a diferença dos níveis de produtividade em relação ao período colonial precedente, b) a inadaptação dos camponeses ao modelo de produção coletivas, “exógeno” aos africanos, c) os desalinhamentos dos camponeses com os objetivos ideológicos da revolução, d) as dificuldades de equacionar uma economia centralizada com o capitalismo, e) os efeitos do choque causado pela crise do petróleo de 1979 e f) a guerra civil (Lopes, 1986; Ferreira, 1985; Pacheco, 2003; Milando, 2013; Bonfim et al, 2016; Paim, 2018).

Na nossa perspetiva, a visão que articula o colapso da economia como resultado do fracasso do Estado socialista é reducionista, por um lado, por nunca ter se interessado pelas transformações sociais mais amplas que resultaram da adoção do socialismo pós-independência, tais como a retomada do controlo dos recursos

⁹ Encodipa: Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas; Encafe: Empresa Nacional de Café.

naturais e a defesa da soberania – num contexto da expansão regional da influência da República Sul - Africana “racista” – e, por outro lado, por escaparem desta visão condicionantes muito importantes, como o curto período de vigência da República Socialista (1975-1990), os efeitos do fim do Bloco Socialista e a real dimensão do recrudescimento da guerra civil entre o MPLA e a UNITA desde o início da década de 1980. Note-se, por exemplo, que o modo de produção coletiva mesmo no atual contexto é a base do sistema cooperativo da agricultura camponesa. Não tem considerado também a tentativa de equacionamento das discrepâncias entre os salários dos trabalhadores rurais e dos operários urbanos feito pela UNTA.

Quando se observa a evolução do BIP da agricultura desde os últimos anos do período colonial, verifica-se a sua queda acentuada no intervalo em que Angola vive um dos momentos mais intensos da guerra civil (vide quadro abaixo).

Tabela do BIP de Angola – entre 1966-2004

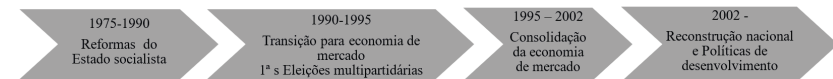
	1966	1970	1987	1996	2004
Agricultura, Silvicultura e Pescas	14.2	9.0	12.6	7.0	9.1
Indústria	22.2	29.6	57.5	67.8	58.1
Mineração	6.3	10.7	51.0	61.2	49.8
Transformadora	8.7	10.7	3.7	3.4	4.2
Electricidade e água	0.9	0.9	0.3	0.0	0.0
Construção	6.3	7.3	2.5	3.1	4.0
Serviços	63.6	61.4	29.9	25.2	32.8
Transportes e comunicações	6.3	5.9	2.7	0	0
Comércio	34.0	30.3	7.2	15.0	15.4
Outros serviços	23.3	25.2	20.0	10.1	17.5

Fonte: Banco Mundial, 1996.

Note-se que o ano de 1987 marca exatamente um desses momentos, simbolizado pela histórica Batalha do Cuito Cuanavale¹⁰. Uma das consequências graves da guerra civil para a agricultura foi a destruição das infraestruturas, particularmente as estradas e pontes, e o êxodo rural. Segundo Lopes (2018), até 2002 estimava-se que mais de 4 milhões de pessoas teriam abandonado as áreas rurais em busca de segurança, o que até esta altura representava aproximadamente 25% da população nacional.

10 A Batalha do Cuito Cuanavale (1987-88) foi um importante confronto militar na região sul de Angola, envolvendo forças estrangeiras, nomeadamente de CUBA ao lado do MPLA, e forças da antiga República Sul Africana, ao lado da Unita.

Deve-se ter em devida conta que a guerra civil representa até o presente momento mais da metade do período pós-independência. Durante este período, ocorreram em Angola pelo menos duas transições importantes, uma da implementação do socialismo e outra para a retomada da economia de mercado e a introdução do multipartidarismo, todas elas, até certa medida, fortemente condicionadas pela guerra civil (vide a figura abaixo):



O processo de transição para a economia de mercado inicia-se no fim da década de 1980, com programa de ajustes macroeconómicos realizado sob o auspício do FMI e do Banco Mundial, no âmbito do qual até 1995 foram realizadas reformas importantes, como os programas de privatização de empresas estatais, alguns serviços e recursos naturais, contexto no qual ocorre a “re”privatização da terra no pós-colonial.

Apesar da guerra civil, Angola não deixou de implementar as reformas neoliberais que se impuseram na conjuntura regional sob a intervenção do FMI e Banco Mundial.¹¹ Também em virtude da guerra civil, só a partir de 2002 alguns efeitos das reformas de mercado de anos anteriores começariam a ganhar a importância atual, como é o caso da mercantilização da terra. Pela análise dos seus relatórios, a partir desse ano a FAO começava a demonstrar preocupação com o aumento de tensões e conflitos de terra em Angola.¹²

2002: ano da paz e do início da reconstrução nacional

Do nosso ponto de vista, embora já se tenham iniciado ainda na década de 1990, os conflitos de terra tomam grandes dimensões a partir de 2002 por razões internas e de contexto regional e global. Internamente, Angola começa um amplo e ambicioso programa de reconstrução nacional ao tempo que observa o aumento de um movimento migratório interno proporcionado pela reconstrução das infraestruturas de transportes, desminagem e pela livre circulação de pessoas. A propósito disso, os estudos da migração interna em Angola têm apontado para uma tendência de concentração urbana na ordem de 63% da população nacional (INE, 2014, Lopes, 2018).

11 Neste texto, ver: Moyo & Paris (2005) e Moyo (2007).

12 Ver em: <http://www.fao.org/giews/countrybrief/country.jsp?code=AGO>

Porém, tais estudos não têm levado em conta uma tendência de maior mobilidade rural urbana em dois sentidos. Ao nível do continente esta abordagem tem considerado que parte da população rural vive no meio urbano, ao qual recorre em busca de trabalho, mas mantém suas residências também no meio rural.¹³ O movimento migratório que se observa em Angola permite pensar que o regresso, ainda que temporário, de camponeses às suas áreas de origem no período de paz constitui também um elemento central para a compreensão da pressão pela terra.

Políticas de desenvolvimento e de investimento na agricultura

Quadro geral da política e desenvolvimento agrícola

A par da reconstrução nacional, a partir de 2002 Angola passaria a experimentar sucessivos planos de desenvolvimento económico de médio e longo prazos, como a Estratégia de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, seguido do Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, e mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2012-2017) e o Plano Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022). Em todos esses planos, a agricultura vem sendo prioridade, sobretudo como medida para a diversificação da economia e a substituição das importações.

No PND (2012-2017), o setor foi subdividido em 11 subprogramas, entre os quais se destacam o Programa de Promoção da Agricultura Comercial e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Orientada para o Mercado (PND, 2012).¹⁴ Este plano definiu ainda zonas de especializações produtivas a partir das potencialidades locais e infraestruturas desenvolvidas ao longo do período colonial, a exemplo do café e do algodão. No nível macro, estes planos estão alinhados com a Política de Desenvolvimento Agrário, segundo a qual a política agrícola é subdividida entre grandes, médios e pequenos produtores.¹⁵

Em regra, desde 2007, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é o responsável pela disponibilização dos recursos financeiros, mas os créditos são operacionalizados pelos bancos comerciais. Desta forma, o financiamento agrícola ocorre basicamente através de dois tipos de créditos: o de fomento, destinados a grandes e médios empreendimentos – para fins de instalação, expansão ou requalificação de projetos –, e por meio dos créditos agrícolas de campanha, destinados a pequenos produtores e aos camponeses para aquisição de máquinas de pequeno porte, ferramentas, sementes e fertilizantes.

Por conseguinte, trata-se de financiamentos públicos, cujos recursos são suportados, em geral, pelo Orçamento Geral do Estado para os créditos de campanha, podendo, em alguns casos, pequenos produtores e camponeses se beneficiar de financiamentos externos a partir de fundos de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o Banco Africano de Desenvolvimento ou, ainda, de eventuais projetos de cooperação bilateral com outros países. Nos casos dos investimentos públicos de grande e médio porte, os fundos são suportados por financiamentos externos, sendo os maiores credores países como China, Espanha, Reino Unido, Brasil, Portugal, Israel e, mais recentemente, Emirados Árabes Unidos e Alemanha.

Nas duas últimas décadas, como resultado destes investimentos, foram reconstruídos e construídos novos polos agroindustriais, perímetros irrigados. Surgiram em quase todo o país grandes e médios empreendimentos como o Projeto Sediac (Sociedade de Estudos e Desenvolvimento Industrial, Agrícola e Comercial), na província do Cuanza Sul, assim como o Sodepac (Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda) e o projeto Biocom, ambos na província de Malanje (vide também quadro abaixo). Na maioria dos casos, estes empreendimentos são operados por meio de contratos de exploração ou de gestão consignados a empresas privadas como a Gesterra, SA, a chinesa Citic Construction e a Sopir, SA (Gestão de perímetros irrigados).

¹³ Neste texto, ver também: Moyo e Yeros (2005).

¹⁴ Foram definidos ainda os seguintes: Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Programa de Fomento da Atividade Produtiva, Programa de Promoção do Comércio Rural, Programa de Aquisição de Produtos Agroalimentares e a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹⁵ Ver Lei nº 15/05, de 7 de dezembro.

Quadro nº 2 – Alguns projetos com financiamento externo

Projeto	Província	Origem do financiamento
Fazendas Pedras Negras	Malanje	República Popular da China
Polo Agroindustrial Quizenga	Malanje	República da Espanha
Projeto Agrícola Senza Pombo	Uíge	República Popular da China
Fazenda Cacanda	Lunda Norte	República de Israel
Fazenda Cangandala	Malanje	República de Israel
Projeto Aldeia Nova	Cuanza Sul	Rep. de Israel/União Europeia

Fonte: Ministério da Agricultura, 2012.

Alguns desses projetos, ao serem concebidos a partir da recuperação dos antigos colonatos, foram construídos como aldeias rurais integradas, incorporando residências para os trabalhadores rurais, em geral, beneficiários de projeto de reassentamentos de camponeses ou de reintegração de ex-militares, como é caso do Projeto Aldeia Nova (PAN). Neste projeto – inicialmente gerido por uma empresa israelense –, os beneficiários recebiam como crédito, além de casas, utensílios, sementes e animais de criação, e eram encorajados a vender ao PAN, milho, hortaliças, galinhas e leite destinados à produção de lactícios, ovos e frangos. Dos rendimentos monetários lhes eram descontadas partes para o pagamento de parcelas do crédito. Portanto, o caso do PAN é apenas uma das formas como os camponeses vêm sendo integrados na exploração da mão de obra barata nestes sistemas de produção agrícola.¹⁶

16 O Projeto Aldeia Nova constitui parte do meu objeto de estudo para dissertação de mestrado entre 2008 e 2010.

Investimentos privados nacionais e estrangeiros

Nas últimas duas décadas, as Leis de Investimentos Privados (LIPS) estabeleceram áreas prioritárias de investimento privados, zonas econômicas especiais e zonas de desenvolvimento, às quais são garantidos incentivos fiscais e benefícios financeiros por parte do Estado angolano. Em todas as versões da lei de investimentos, agricultura e pecuária ocupam posições igualmente prioritárias, nas quais se destacam a celebração de contratos de arrendamento e a compra e concessões de estabelecimentos agroindustriais e de terras.

Porém, apesar do constante apelo ao investimento estrangeiro, predomina a presença de um capital nacional que mobiliza fundos públicos ou cujos recursos se originam da migração de capital de outros setores, como o de telecomunicações, banca e outros serviços¹⁷. O cenário desses investimentos é caracterizado majoritariamente por joint venture, sociedades anônimas e parcerias público-privadas (PPP), com grande participação do Estado, como é caso do Projeto Biocom, em que são parceiros a empresa petrolífera estatal Sonangol e as privadas Odebrecht Angola e Gráfica Damer.

Se, por um lado, o recente fim da guerra civil pode ter criado um ambiente menos atrativo para investimentos estrangeiros, fora do setor petrolífero e diamantífero, por outro lado, as Leis de Investimentos Privados (de 1979 a 2018) têm sido historicamente marcadas por seletividade, até mesmo com alguma restrição ao capital estrangeiro. Na lei vigente (nº 10/18, de 26 de junho), podem ser identificadas várias disposições que fundamentam esta afirmação, nomeadamente as figuras jurídicas da sociedade veículo de investimento e do investidor misto.

Tal como definido na lei, os investimentos em Angola devem ocorrer “preferencialmente” por meio de sociedades mistas, entre investidores internos e externos. Realça-se que a diferença entre estes não depende da nacionalidade do investidor, mas sim da origem de domicílio do capital.

A preferência pelo investidor nacional é uma estratégia que já esteve expressamente definida na Lei de Fomento do Empresariado Nacional Angolano de 2003 e no Fundo de Fomento Empresarial de 2008¹⁸. Todavia, nos últimos anos, observam-se fortes tendências de mudança para uma maior flexibilização e abertura deste capital,

17 Um exemplo disso é a fazenda Unicanda, propriedade da Unitel, operadora nacional de telefonia móvel.

18 Ver Lei nº 14/03, de 18 de julho, e Decreto nº 39/08, de 23 de julho, respectivamente.

considerando a longa crise econômica ocasionada pela redução do preço do petróleo e o engajamento do atual governo para a atração de investimentos estrangeiros como solução para o desenvolvimento da economia.¹⁹

Políticas de terras

Assim como em muitos países do continente africano, Angola herdou do período colonial a questão da terra, discussão que não poderá ser aqui aprofundada²⁰. Entretanto, é importante sublinhar que diferentemente de muitos países da região, em Angola nunca houve uma reforma da terra ou um programa equivalente de redistribuição de terra. Na nossa perspectiva, assim como em 1976, em que se altera a estrutura fundiária com a estatização e confisco da propriedade privada, a introdução do princípio de transferência da terra para o domínio privado no âmbito das reformas econômicas na década de 1990 não pode ser entendida como uma reforma da terra.

Faz-se necessário considerar que, ao nível da região ao sul do Saara, este contexto de reformas macroeconômicas coincidiu também com o fim do Apartheid na África do Sul (1994) e com as recentes independências do Zimbabwe (1980) e da Namíbia (1990), constituindo um ambiente diverso e dinâmico de “democratização”, no âmbito do qual emergiram demandas e movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do Landless People Movement, na África do Sul, e dos movimentos de ocupação de terra no Zimbabwe. Soma-se a isso o fato de essas demandas estarem associadas a lutas por restituição de terras a segmentos da população expropriada direta ou indiretamente ao longo do período colonial e pelo regime do Apartheid. Na maioria desses casos, foram desenvolvidas ações de Estado especificamente para tratar da redistribuição da terra.²¹

No caso de Angola, 1976 e 1992 foram dois momentos de alterações importantes no regime fundiário, marcados por distintas dinâmicas informais de ocupação de terra. De fato, grande parte das terras e fazendas coloniais esteve sob a ocupação da população camponesa desde a independência até o contexto de “re”privatização da década de 1990, algumas das quais abandonadas e ocupadas

19 Esta é ideia recorrente nos discursos e pronunciamentos de João Lourenço, atual presidente de Angola.

20 Sobre esta perspectiva, ver neste texto: Moyo & Yeros (2005); Sihlongoyane (2005); Moyo (2007); Gargallo, 2010.

21 Ver também: Sihlongoyane (2005); Moyo & Yeros (2005) e Gargallo (2010).

intermitentemente em decorrência dos movimentos migratórios provocados pelos confrontos militares.

Vale realçar que mesmo estas privatizações, ancoradas na primeira lei de terra pós-independência (Lei nº 21-C/92), beneficiaram mais membros da elite política e militar do país e funcionários públicos locais. Na maioria dos casos, estas propriedades vieram a ser formalizadas somente muito tempo depois, enquanto muitas delas continuam ainda por se legalizar. Essas dinâmicas de ocupação caracterizaram os primeiros importantes conflitos de terra no pós-independência. Os mais recentes são também provocados pela expansão destas propriedades, pela construção dos novos empreendimentos agropecuários ou, ainda, pelas demarcações para novas concessões de terra.

No que se refere à regulamentação, a lei de terra vigente desde 2004 objetivava ordenar a redistribuição de terra, assegurar o direito à terra às populações rurais e, de certa forma, prevenir conflitos. Mas, ao que tudo indica, ainda não alcançou tais objetivos. Cabe mencionar que esta lei manteve alguns princípios fundamentais que vinham caracterizando, de modo geral, o regime fundiário angolano desde 1992, entre os quais: a) o princípio da propriedade originária do Estado, b) do Estado como único proprietário dos recursos do subsolo, c) o princípio da não reversibilidade da nacionalização e confisco e d) o princípio da transmissibilidade para terceiros.²²

Grosso modo, esta lei manteve também a divisão da terra em duas categorias, nomeadamente: as terras concedíveis e as não concedíveis. Por conseguinte, o Estado concede terras a terceiros, singulares ou coletivos, nacionais ou estrangeiros – na forma de contratos ou títulos –, por meio de cinco tipos diferentes de direitos fundiários: direito de propriedade, domínio útil consuetudinário, domínio civil útil, direito de superfície e direito de ocupação precária. É importante esclarecer dois desses aspectos. Primeiro, o princípio da não reversibilidade da nacionalização e confisco impede que propriedades anteriores à independência possam ser reivindicadas por terceiros. O segundo diz respeito às terras concedíveis e não concedíveis. Na prática, esta divisão separa terras transacionáveis e não transacionáveis, entrando, neste último caso, as reservas florestais, as costas marítimas e as terras comunitárias. Tal como configurado na lei, as terras comunitárias, apesar de não concedíveis, constituem um tipo de direito fundiário no qual o Estado atribui às comunidades

22 Neste momento, a Lei de Terra (Lei nº 9/04, de 9 de novembro) se encontra sob revisão na Assembleia Nacional.

rurais o título de reconhecimento de ocupação de uso e posse de direito. Assim, o direito à terra comunitária é, por pressuposto, um direito assegurado aos camponeses, no entanto, cabe-lhes a obtenção dos referidos títulos.

Nesta configuração, o processo de concessão ou venda de terras deve conter, além do expediente das Administrações Municipais e Comunaís, um parecer dos chefes tradicionais, no qual se declara se a terra pretendida é ou não parte da sua comunidade. No entanto, esses dispositivos legais não têm sido suficientes para impedir a usurpação de terras de camponeses. Como veremos um pouco mais adiante, vários fatores contribuem para isso. Os conflitos de terra envolvendo comunidades rurais e agentes económicos certamente representam um aspeto relevante da questão da terra em Angola atualmente.

Não são disponíveis os dados sobre conflitos de terra, mas a análise de alguns relatórios da Provedoria de Justiça (PJ) nos permitem ter uma ideia da expressão desses conflitos (vide quadro abaixo). Segundo a PJ, os conflitos de terra já constituem a segunda maior causa de queixa depois dos motivos laborais.²³

Quadro nº 3 - Casos de conflitos de terra registado na Provedoria de Justiça de Angola em cinco anos

Nº	Ano das reclamações/queixas	Número de casos
1	2009	62
2	2010	35
3	2011	23
4	2012	37
5	2013	75
6	2014	81
7	2015	Sem informação sobre conflitos de terra
8	2016	“ “ “ “
9	2017	“ “ “ “
10	2018	“ “ “ “
11	2019	“ “ “ “
12	2020	“ “ “ “
Total de casos até 2014		313

Fonte: elaboração própria.

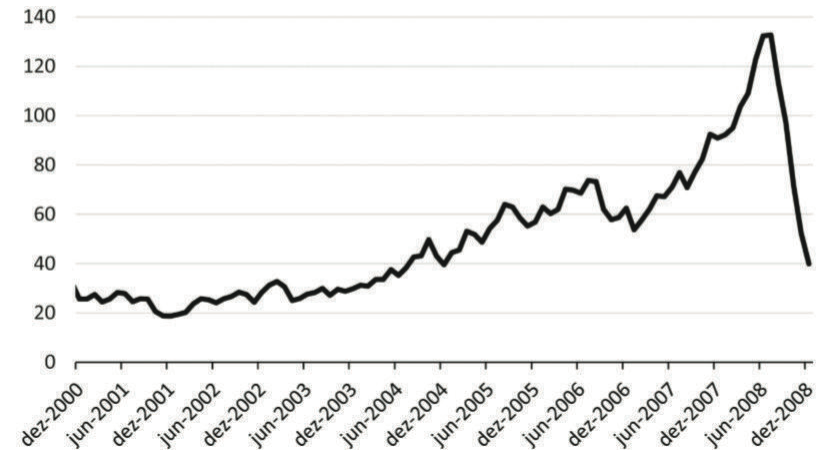
23 A Provedoria de Justiça de Angola é o órgão Estado de defesa de direitos, liberdade e garantias constitucionais dos cidadãos, ao qual recorrem pessoas que, de alguma forma, se veem injustiçadas por instituições privadas ou públicas, incluindo órgãos de Justiça.

Considerações finais

Seguindo uma tendência de expansão do agronegócio e de conversão da agricultura camponesa a um modelo de agricultura familiar orientada para o mercado, objetivando aumentar a oferta interna de alimentos e reduzir a dependência da exportação do petróleo, pela diversificação das commodities, as políticas de investimentos no setor da agricultura e pecuária vêm privilegiando desde 2002 a construção de grandes empreendimentos agropecuários. De modo semelhante, a política de terra centra-se na criação de condições para a regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e das políticas de mercado.

Nesse sentido, desde o início da década de 2000, os investimentos no setor vinham acompanhando um ciclo de crescimento económico de 13,4% ao ano até 2008, resultado do aumento do preço do petróleo (ver o gráfico abaixo).

Gráfico do preço do petróleo entre 2000-2008



Fonte: Agência Internacional de Energia. In: Bonfim et al., 2016.

Apesar de parte desses investimentos ter sido feita, muitos empreendimentos encontram-se paralisados desde o início da atual crise do petróleo de 2008, muitos dos quais nunca sequer entraram em funcionamento. A economia angolana continua a depender aproximadamente em 90% das exportações do petróleo, enquanto o BIP da agricultura variou entre 8 e 11% no mesmo período. Nesses valores, a agricultura de pequena escala representa 91% da produção

nacional, sendo responsável por 83% da mandioca, 66% das frutas e 81% da produção de cereais, com destaque para o milho e a soja (PDN, 2018; Angola, 2019)²⁴.

Contudo, se por um lado, não se observou ainda um aumento da grande produção agrícola, o mesmo não se pode afirmar relativamente ao aumento de concessões de terras ancoradas nos discursos do desenvolvimento e diversificação da economia. Apenas entre 2006 e 2016, foram concedidos entre 500 mil e 1 milhão de hectares de terra a investidores nacionais e estrangeiros de países como Reino Unido, Brasil, Portugal, Emirados Árabes Unidos, Japão, Vietnam etc.²⁵ A análise dos dados da Land Matrix e Land Portal confirma que tais investimentos em terras têm ocorrido com base em sociedades, das quais parte do capital é declaradamente nacional. Entretanto, pode-se conjecturar que parte do capital externo seja também nacional, operado a partir de offshore.

Expropriações de terra no pós-guerra civil

Na nossa visão, a Lei de Terra teve como efeitos imediatos o posicionamento de instituições, atores e procedimentos de acesso à terra e, por esta via, um papel importante na definição do campo de disputa pela terra. Entretanto, a lei não tem assegurado o direito à terra aos camponeses.

Para se ter uma ideia disso, é necessário que se leve em conta pelo menos três dimensões importantes. A primeira delas consiste no caráter expropriatório da própria legislação, que tende a favorecer grupos que possuem melhores condições de acesso à Administração Pública e aos órgãos de Justiça. A lei de terra e, desde 2011, junto com a Lei de Expropriação por utilidade pública, fundamentados no princípio do aproveitamento útil e efetivo da terra, determinam a expropriação em caso de inutilização da terra. Assim, embora não sejam transferíveis a terceiros, as terras comunitárias, como bens do domínio do Estado, são também passíveis de expropriação com base no princípio da utilidade pública.

Esse princípio tem encontrado apoio num discurso paradoxal da incapacidade produtiva e subutilização da terra por parte dos camponeses, bem como tem reforçado a ideia de que os camponeses não necessitam de muita terra para a sua sobrevivência. Atualmente, os limites de terra para as famílias camponesas variam em média entre

um e dois hectares, com tendências de redução para um hectare. Estes pressupostos, como no período colonial, ignoram o sistema de pousio da agricultura “tradicional” e ao conceber a família na lógica da família urbana e nuclear, impõe limites à produção social das famílias camponesas, que muitas vezes, confrontadas com a insuficiência da terra, recorrem ao arrendamento, à migração para as cidades e ao assalariamento²⁶.

A segunda dimensão diz respeito à literacia e domínio dos meandros burocráticos de constituição de direito à terra por parte das comunidades rurais. A burocracia para a obtenção do título, assim como para os processos de concessão, envolve percursos por diferentes instituições do Estado nos vários níveis da Administração Pública (provincial, municipal e comunal), exigindo longos deslocamentos e custos financeiros, que nem sempre podem suportados pelas populações rurais. Atualmente, organizações como a FAO, a Development Workshop e outras ONGs desenvolvem projetos que visam auxiliar os camponeses na legalização de suas terras. Em 2019, o governo lançou o “Programa Minha Terra”, ligado ao Ministério da Administração e Ordenamento do Território, com o mesmo objetivo, cujos resultados não podem ainda ser avaliados.

A terceira dimensão concerne à mediação dos chefes tradicionais. A estes foram atribuídos papéis importantes na demarcação de terras (concedíveis e comunitárias). Foram também reconhecidos como membros do poder local na Constituição da República de 2010 e integram o Conselho de Auscultação e Concertação Social (provinciais e municipais), posições pelas quais recebem um subsídio monetário do Estado²⁷.

Todavia, a vinculação desses chefes vai além de uma relação “pura” com as estruturas do Estado, quando se consideram as suas distintas filiações: parentesco, étnicas, político-partidárias etc. Também não se trata de uma relação de colaboração plena, porém de uma relação que varia de caso a caso, entre subalternização, tensão e rotura (Sango, 2004). Mas, em geral, por essa forma de relação, muitas vezes agem por interesses próprios ou se veem neutralizados na sua capacidade de decidir autonomamente nos assuntos referentes à demarcação, sendo constrangidos a jogar a favor de uma elite urbana ou de agentes econômicos.

24 Dados de referência ao ano agrícola 2018-2019.

25 Ver, por exemplo, Tump & Cassinda (2019).

26 Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2017), 18% da população rural não possui terra para o cultivo.

27 Neste texto, ver: Orre (2010) e Florêncio (2010; 2011).

Em suma, o caso de Angola demonstra o curso de uma trajetória que, embora diferenciada por sua história política, tende a se enquadrar no contexto de expansão do capital financeiro nacional e estrangeiro, particularmente na exploração de recursos naturais. Nessa perspectiva, os processos de distribuição da terra ocorrem com características similares aos de muitos países da região, com destaque para o que Moyo e Yeros (2005, p. 30) designaram de *state path*:

A state path involving land appropriated by states in the course of nation-building, presente throughout the periphery. This path is now reversal by way of privatizations, concessions to national and international capital, or conversion to eco-tourism, and feeding directly into the above two paths. (Junker path and merchant path) (grifo nosso).

As suas características incluem o acesso à terra por mecanismos de mercado, processos de titulação de terras comunitárias e emergência dos chefes tradicionais como mediadores do acesso e controle dos recursos naturais e, por conseguinte, figuras centrais nos conflitos de terra. Inclui ainda tendências de concentração de terra, surgimento de latifúndio e exploração intensiva de mão de obra barata a favor do capital.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, VALENTIM. IDEOLOGIA, ECONOMIA E POLÍTICA: A QUESTÃO COLONIAL NA IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO. ANÁLISE SOCIAL. VOL. XXVIII (123-124), p. 1.117-1.136, 1993.
- AMARAL, MIGUEL REBORDÃO. ANGOLA. CONCESSÕES DE TERRAS E DIREITOS TRADICIONAIS (1856-1973). ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENGENHARIA FLORESTAL E DOS RECURSOS NATURAIS. INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA. UNIVERSIDADE DE LISBOA. LISBOA, 2017.
- AMIN, SAMIR. O CAPITALISMO E A RENDA FUNDIÁRIA (A DOMINAÇÃO DO CAPITALISMO SOBRE AGRICULTURA) IN: AMIN, SAMIR & VERGOPOULOS, KOSTAS. A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAPITALISMO. RIO DE JANEIRO. PAZ E TERRA, 1977.
- ANGOLA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA. RELATÓRIO DE RESULTADOS DA CAMPANHA AGRÍCOLA 2018/2019. LUANDA, 2019.
- ANGOLA, REPÚBLICA DE. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MÉDIO PRAZO DO SECTOR AGRÁRIO (PDMPA) 2013 -2017. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. LUANDA, 2012.
- ANGOLA. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL 2013-2017. LUANDA, 2012.

- BANCO MUNDIAL. RELATÓRIO. ANGOLA. MEMORANDO ECONÓMICO DO PAÍS PETRÓLEO, CRESCIMENTO ALARGADO E EQUIDADE, 2006.
- BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA. A AGRICULTURA E A QUESTÃO DA TERRA - DO ESTADO NOVO A COMUNIDADE EUROPEIA. VOL. XXIX (128), (4º), 907-921, 1994.
- BENDER, GERALD J. ANGOLA SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS: MITOS E REALIDADES. (COLEÇÃO ENSAIO – 21). LUANDA, 2004.
- BENDER, GERALD J. PLANNED RURAL SETTLEMENTS IN ANGOLA, 1900-1968. IN: HEIMER, FRANZ WILHELM. HAIMER. SOCIAL CHANGE IN ANGOLA. WELTFORUM VERLAG – MÜNCHEN, 1973.
- BONFIM LUÍS; ROCHA ALVES DA; KOLSTAD, ARNE WIIG IVAR. PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE ANGOLA. IN: ESTUDOS SOBRE A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA. CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA. LUANDA, 2016.
- CASTELO, CLÁUDIA. O MODO PORTUGUÊS DE ESTAR NO MUNDO. O LUSOTROPICALISMO E A IDEOLOGIA COLONIAL PORTUGUESA (1933-1961). EDIÇÕES AFRONTAMENTO, PORTO, 1998.
- CUNHAL, ÁLVARO. A QUESTÃO AGRÁRIA EM PORTUGAL. COL. PERSPECTIVA DO HOMEM. VOL. 27. EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO, 1968.
- DIREITO, BÁRBARA. TERRA E AFRICANOS NO PENSAMENTO COLONIAL PORTUGUÊS (1920-1945). ANÁLISE SOCIAL, 213, 4º, 2014.
- FERREIRA, EDUARDO DE SOUSA. A LÓGICA DA CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DE MERCADO EM ANGOLA, 1930-74. ANÁLISE SOCIAL, VOL. XXI (85), p. 83-110, 1985.
- FERREIRA, MANUEL ENNES. NACIONALIZAÇÃO E CONFISCO DO CAPITAL PORTUGUÊS NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE ANGOLA (1975-1990). ANÁLISE SOCIAL, VOL. XXXVII (162), 47- 90, 2002.
- FLORENCIO, FERNANDO. NO REINO DA TOUPEIRA: AUTORIDADES TRADICIONAIS DO M'BALUNDU E O ESTADO ANGOLANO. IN: VOZES DO UNIVERSO RURAL. REESCREVENDO O ESTADO EM ÁFRICA. GERPRESS, LISBOA 2010.
- FLORENCIO, FERNANDO. PLURALISMO JURÍDICO E ESTADO LOCAL EM ANGOLA: UM OLHAR CRÍTICO A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO BAILUNDO. IN: ANTHROPOLOGIA PORTUGUESA (ON LINE), 28, 2011.
- FREUDENTHAL, AIDA. A BAIXA DE CASSANJE: ALGODÃO E REVOLTA. REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS, Nº 18-22, p. 245-283, LISBOA, 1995.

- FREUDENTHAL, AIDA. ARIMOS E FAZENDAS. A TRANSIÇÃO AGRÁRIA EM ANGOLA (1850-1880). CHA DE CAXINDE, LUANDA, 2005.
- GARGALLO, EDUARD. BEYOND BLACK AND WHITE: ETHNICITY AND LAND REFORM IN NAMIBIA. EDITIONS KARTHALA POLITIQUE AFRICAINE - 4, n.º 120, PAGES 153 À 173, 2010.
- HAVIK, PHILIP. 'DIRECT' OR 'INDIRECT' RULE? RECONSIDERING THE ROLES OF APPOINTED CHIEFS AND NATIVE EMPLOYEES IN PORTUGUESE WEST AFRICA. AFRICANA STUDIA, n.º 15, p 29-36. EDIÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2010.
- INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. RESULTADOS PRELIMINARES RECEN-SEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO – 2014, LUANDA, 2014. DISPONÍVEL EM WWW.INE.GOV.AO
- INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. RELATÓRIO DO INQUÉRITO DE INDICADORES MÚLTIPLOS E DE SAÚDE (IIMS) 2015-2016, JUNHO, LUANDA, 2017.
- LOPES, CARLOS M. REFUGIADOS, REINTEGRAÇÃO E MOBILIDADE INTERNA: UM OLHAR SOBRE O CASO ANGOLANO, 2002-2010. REMHU, REV. INTERDISCIP. MOBIL. HUM, v. 26, n. 54, DEZ, p. 61-76, BRASÍLIA, 2018.
- LOPES, CARLOS. A EROSIÃO DO IDEAL SOCIALISTA NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ÁFRICA. IN: ECONOMIA E SOCIALISMO. REVISTA TRIMESTRAL DE ECONOMIA POLÍTICA. ANO X, n. 69-70; DEZ. 1986.
- MARTINEZ, ESMERALDA SIMÕES. LEGISLAÇÃO PORTUGUESA PARA O ULTRAMAR (MÍMEO). CONGRESSO DE ESTUDOS AFRICANOS. UNIVERSIDADE DE LISBOA, 2010.
- MILANDO, JOÃO. DESENVOLVIMENTO E RESILIÊNCIA SOCIAL EM ÁFRICA. DINÂMICAS RURAIS DE CABINDA-ANGOLA. LUANDA. MAYAMBA EDITORA/IMPRESA NACIONAL DE ANGOLA, LUANDA, 2013.
- MOYO, SAM & PARIS YEROS. LAND OCCUPATIONS AND LAND REFORM IN ZIMBABWE: TOWARDS THE NATIONAL DEMOCRATIC REVOLUTION. IN: MOYO, SAM & PARIS YEROS. RECLAIMING THE LAND. THE RESURGENCE OF RURAL MOVEMENTS IN AFRICA, ASIA AND LATIN AMERICA. ZED BOOKS, LONDON & NEW YORK; DAVID PHILIP, CAPE TOWN, 2005.
- MOYO, SAM & PARIS YEROS. RECLAIMING THE LAND. THE RESURGENCE OF RURAL MOVEMENTS IN AFRICA, ASIA AND LATIN AMERICA. ZED BOOKS, LONDON & NEW YORK; DAVID PHILIP, CAPE TOWN, 2005.
- MOYO, SAM. THE LAND QUESTION IN SOUTHERN AFRICA: A COMPARATIVE REVIEW. IN: NTSEBEZA, LUNGISILE; HALL, RUTH (2005). THE LAND QUESTION IN SOUTH AFRICA: THE CHALLENGE OF TRANSFORMATIONS AND REDISTRIBUTIONS. HSRC PRESS, p. 60-84. SOUTH AFRICA, 2007.
- NETO, MARIA DA CONCEIÇÃO. IDEOLOGIAS, CONTRADIÇÕES E MISTIFICAÇÕES DE ANGOLA NO SÉCULO XX. LUSOTOPIE, p. 327-359, 1997.
- ORRE, ASLAK. FANTOCHES E CAVALOS DE TRÓIA? INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE. IN: AUTORIDADES TRADICIONAIS EM ÁFRICA: UM UNIVERSO EM MUDANÇA. CADERNOS DE ESTUDOS AFRICANOS. LISBOA, 2010.
- PACHECO, FERNANDO. CONTRIBUIÇÃO PARA DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL PARA O HUAMBO. MÍMEO. HUAMBO, 2003.
- PAIM, RODRIGO DE SOUZA. A QUESTÃO DA TERRA EM ANGOLA: VELHOS PROBLEMAS, VELHAS SOLUÇÕES. CADERNOS DO CEOM - ANO 20, n. 27 - LUTAS PELA TERRA, 2020.
- PDN 2018-2022. PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO. LUANDA. PND 2013-2017. LUANDA, 2018.
- PÉLISSIER, RENÉ. HISTÓRIA DAS CAMPANHAS DE ANGOLA. VOL. 2. RESISTÊNCIA E REVOLTAS (1845-1941). 3. ED. EDITORIAL ESTAMPA. LISBOA, 2013.
- ROQUE, FÁTIMA MOURA. BUILDING THE FUTURE IN ANGOLA. A VISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. CELTA EDITORA. LISBOA, 1997.
- ROSA, MARCELO CARVALHO. ESPECTRO DE MAMDANI: DESAFIOS DE UMA SOCIOLOGIA DA VIDA POLÍTICA RURAL NA ÁFRICA DO SUL CONTEMPORÂNEA. ESTUDOS DE SOCIOLOGIA. REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE. v. 15, n. 2, p. 69-91, 2009.
- SIHLONGOYANE, MFANISENI FANA. IN: MOYO, SAM & PARIS YEROS. RECLAIMING THE LAND. THE RESURGENCE OF RURAL MOVEMENTS IN AFRICA, ASIA AND LATIN AMERICA. ZED BOOKS, LONDON & NEW YORK; DAVID PHILIP, CAPE TOWN, 2005.
- TORRES, ADELINO. PACTO COLONIAL E INDUSTRIALIZAÇÃO DE ANGOLA (ANOS 60-70). ANÁLISE SOCIAL. VOL. XIX, 3º, 4º, 5º, 1.101-1.119, 1983.
- TUMP, RAINER E CASSINDA, ERNESTO. ESTUDO SOBRE SINERGIAS E CONCORRÊNCIAS ENTRE OS SECTORES AGRÍCOLAS PRIVADO E FAMILIAR EM ANGOLA. MESA REDONDA DAS ONGS ALEMÃS QUE TRABALHAM EM ANGOLA. INFORMATIONSTELE SÜDLICHES AFRIKA, BROT FÜR DIE WELT E MISEREOR IHR HILFSWERK, 2019.

VARELA, RAQUEL & PIÇARRA, CONSTANTINO. A REFORMA AGRÁRIA NOS CAMPOS DO SUL DE PORTUGAL (1975): UMA REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, PORTO ALEGRE, v. 42, n. 3, p. 1.189-1.218, SET.-DEZ. 2016.

WHEELER C, DOUGLAS & CHRISTENSEN, DIANE. TO RISE WITH MIND: THE BAILUNDO WAR OF 1902. IN: HEIMER, FRANZ WILHELM. HAIMER. SOCIAL CHANGE IN ANGOLA. WELTFORUM VERLAG – MÜNCHEN, 1973.

ZAMPARONI, VALDEMIR. DE ESCRAVO A COZINHEIRO. COLONIALISMO E RACISMO EM MOÇAMBIQUE. 2. ED. EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. SALVADOR, 2012.

Documentos:

ANGOLA, REPÚBLICA DE. DECRETO Nº 232/95, DE 8 DE DEZEMBRO. REGULAMENTO DA LEI SOBRE A CONCESSÃO DA TITULARIDADE, DO USO E APROVEITAMENTO DA TERRA.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. RELATÓRIO ANUAL DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DE ANGOLA, 2009.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. RELATÓRIO ANUAL DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DE ANGOLA, 2010.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. RELATÓRIO ANUAL DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DE ANGOLA, 2011.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. RELATÓRIO ANUAL DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DE ANGOLA, 2012.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. RELATÓRIO ANUAL DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DE ANGOLA, 2013.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. RELATÓRIO ANUAL DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA DE ANGOLA, 2014.

DOC/PT/IPAD/MU/DGE/RPAD/1415/00018F1 - PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE UMA RESERVA DE POVOAMENTO. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. LISBOA.

DOC/PT/IPAD/MU/DGE/RR/14432/05759 - SOBRE A CONVERSÃO DO CAMPONÊS AFRICANO. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. LISBOA.

PORTUGAL, REPÚBLICA DE. DECRETO Nº 16.199, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1928. CÓDIGO DO TRABALHO INDÍGENA.

PORTUGAL, REPÚBLICA DE. DECRETO-LEI Nº 39.666 DO MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, PUBLICADO NO DIÁRIO DO GOVERNO, 1ª SÉRIE, Nº 110, DE 1954.

ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. DECRETO PRESIDENCIAL Nº 216/11, DE 8 DE AGOSTO, QUE ESTABELECE AS BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS À TERRA. LUANDA, 2011.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. DECRETO Nº 39/08, DE 23 DE JULHO. FUNDO DE FOMENTO EMPRESARIAL.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. LEI Nº 14/03, DE 18 DE JULHO. LEI DE FOMENTO DO EMPRESARIADO NACIONAL ANGOLANO.

ANGOLA, REPÚBLICA. LEI Nº 9/04, DE 9 DE NOVEMBRO. LEI DE TERRA.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. LEI Nº 15/05, DE 7 DE DEZEMBRO. LEI DE BASES DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. LEI Nº 10/18, DE 26 DE JUNHO. LEI DE INVESTIMENTO PRIVADO.

ANGOLA, REPÚBLICA DE. LEI Nº 20/11, DE 20 DE MAIO. LEI DE INVESTIMENTO PRIVADO.

Estranhamento e adoecimento no corte de cana¹

TAINÁ REIS DE SOUZA²

Apresentação

Partindo da reflexão de Marx sobre estranhamento (*entfremdung*)³, presente n'Os *Manuscritos Econômico-filosóficos* (2010), é possível analisar a atual situação dos cortadores de cana adoecidos no que tange à sua subjetividade. Neste artigo, busca-se apresentar a permanência de relações estranhadas no cotidiano desses trabalhadores adoecidos – em específico, daqueles que perderam a capacidade laboral⁴. O

1 Uma versão deste artigo foi publicada na Revista *Argumentos*, v. 17, n. 1, p. 50-70, jan./jun., 2017. A discussão também está presente na primeira seção da tese de doutorado da autora, intitulada “Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais”. Defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, a pesquisa teve orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e foi financiada pelo CNPq.

2 Universidade Federal de São Carlos.

3 Silveira (1989) e Ranieri (2001) dedicaram-se a problematizar a diferença entre estranhamento (*entfremdung*) e alienação (*entäusserung*) na obra de Marx, conceitos comumente tidos como equivalentes. Para o primeiro, o estranhamento (*entfremdung*) estaria na dimensão ontológica da alienação (*entäusserung*), enquanto para o segundo, alienação e estranhamento contariam com uma unidade conceitual. No esteio desses autores, defende-se que alienação e estranhamento são distintos, mas faces de um mesmo processo. Processo esse ao qual estão submetidos os cortadores de cana.

43 A pesquisa teve base qualitativa, com observação direta em campo empírico e entrevistas de roteiro semiestruturado. A escolha do município de Araçuaí como lócus da pesquisa foi resultado do acúmulo de trabalhos que apontavam parte da região do Vale do Jequitinhonha (onde está situada Araçuaí, na microrregião do Médio Jequitinhonha) como lugar de intenso fluxo migratório para os canaviais paulistas (SILVA, 1999, LEITE,

fim das relações de trabalho não encerra o estranhamento, mas o aprofunda. Trata-se do estranhamento de si não mais produzido pelas relações de trabalho capitalistas restritas ao espaço-tempo de trabalho, mas do resultado desse estranhamento depois da expropriação da própria força de trabalho, das repercussões dessa expropriação na sociabilidade. O estranhamento aprofundado compõe, assim, o que se denomina de pós/trabalho.

O pós/trabalho não representa, como o uso do prefixo “pós” poderia indicar, um período posterior a algo, ou a superação de algo anterior (como pós-verdade, pós-estruturalismo etc.). A elaboração da noção de pós/trabalho (com barra oblíqua e não hífen) parte da própria compreensão de Marx (2010) do trabalho como constituidor de sociabilidade. Então, se uma sociabilidade é constituída no espaço-tempo de trabalho, notou-se, no caso dos cortadores de cana adoecidos e descartados, uma sociabilidade constituída no espaço-tempo seguinte, mas completamente vinculada à sociabilidade anterior. “Conjunto de relações que é, cronologicamente, posterior ao período de trabalho, mas, socialmente, são espaços-tempos e relações inteiramente entrelaçadas” (REIS, 2018, p. 16), ou seja, o pós/trabalho é um processo decorrente do adoecimento no trabalho.

O trabalho não deve ser entendido como abstração, mas como processo histórico, considerado em sua forma social determinada. A produção deve ser encarada como relação entre homem e natureza (é a transformação ontológica das coisas da natureza que produz os instrumentos e objetos). As relações dos sujeitos entre si são sustentadas pela forma como são distribuídos os produtos (objetos e instrumentos do trabalho) (GIANNOTTI, 1984), por isso podemos dizer que sob o sistema capitalista, tem-se a sociabilidade do capital.

2011, 2015, RAMALHO, 2014). O movimento contrário da migração, o retorno definitivo dos trabalhadores da cana por conta do adoecimento, trouxe informações até então não investigadas. A amostragem foi definida por meio do método “bola de neve”, uma amostragem não probabilística que usa cadeias de referências (VINUTO, 2014). Assim, informantes-chave previamente escolhidos indicam, a partir de suas redes pessoais, sujeitos de pesquisa a ser entrevistados na população geral estudada. Por sua vez, estes indicam outros e, como numa bola de neve, a amostragem cresce. Para a pesquisa em tela, estabeleceram-se como informantes-chave membros de serviços de equipamentos públicos que poderiam dar atendimento aos cortadores de cana e suas famílias. Desse modo, buscou-se o Centro de Referência em Assistência Sociais (CRAS), o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além do Sindicato Rural, médicos do SUS e representantes do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A partir desses informantes, foi possível chegar aos familiares e aos cortadores de cana.

No sistema capitalista, o corpo aceito é o corpo produtivo, o corpo que trabalha (DEJOURS, 1987). Desse modo, é preciso compreender em profundidade o *pós/trabalho* por adoecimento para os “descartados da cana”; qual trama de sociabilidades se constitui quando o sujeito está permanentemente fora das relações de troca capitalista, ou seja, quando não pode mais vender sua força de trabalho. Por meio da compreensão do trabalho como constituidor de sociabilidade, podemos entender a produção do pós/trabalho. Para tanto, faremos uma breve retomada do conceito de estranhamento em Marx (2010).

1. Breve retomada sobre o trabalho estranhado

Marx apresenta sua reflexão sobre estranhamento na obra *Manuscritos Econômico-filosóficos*. É frequente que o conceito seja confundido com alienação, mas defende-se aqui, no esteio de Ranieri (2001), que se trata de faces diferentes de um mesmo processo. Enquanto alienação (*entäusserung*) pode ser entendida como exteriorização, relacionada à atividade trabalho e vinculada ao objeto da produção, o estranhamento (*entfremdung*) é associado ao próprio ser social. As relações que levam à alienação e ao estranhamento decorrem da transformação do ser social em mercadoria força de trabalho. Marx (2010) apresenta as contradições da propriedade privada e da separação entre terra, trabalho e capital, e demonstra que a sociedade passa a ser dividida em dois grandes grupos: os proprietários e os trabalhadores (sem propriedade nenhuma a não ser a mercadoria força de trabalho). É na relação de troca capitalista de compra e venda da mercadoria força de trabalho que o sujeito, ser genérico, é cindido em suas relações com o meio, com outros sujeitos e consigo mesmo. Em resumo, torna-se estranhado.

Deve-se entender que para Marx (2010) o trabalho significa mais que mero dispêndio de energia, pois é criador de sociabilidade. Aparece como uma relação histórica entre homem e natureza, como mediador, e não só como mero emprego. O trabalho é a própria base na qual a atividade do homem se realiza, sua atividade vital. É no objeto produto desse trabalho que se realiza o ser, enquanto ser genérico. Diferentemente dos outros animais, que elaboram seus produtos (ninhos, habitações etc.) exclusivamente para atender a suas necessidades físicas de sobrevivência, o homem produz para além dessa carência física; produz livremente: “[...] na elaboração do mundo objetivo é que o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico” (MARX, 2010, p. 85).

É na relação com o produto do trabalho e com o ato de produção em si que o ser se realiza como tal. A natureza pode ser entendida como corpo inorgânico do homem, pois é apenas por meio do que é oferecido por ela que é possível ao homem efetivar sua atividade.

Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. (MARX, 2010, p. 84).

A atividade produtiva efetiva-se em sua conexão com esse meio, corpo inorgânico. “Tudo se resolve, portanto, na relação do homem com suas condições naturais de existência, e na maneira pela qual tais pressupostos, ao serem expostos pelo trabalho, de naturais se transformam em históricos” (GIANNOTTI, 1984, p. 119). O trabalho deve ser entendido em sua dimensão histórica.

É no produto do trabalho que se objetiva a existência subjetiva do homem – ser genérico. O objeto do trabalho é a materialização da concepção subjetiva do homem, e as relações entre os homens são estabelecidas também a partir das relações de produção. A sociabilidade mediada pelo trabalho seria um “elemento ineliminável do progresso humano” (RANIERI, 2001, p. 37), uma vez que é o trabalho que estabelece as relações do homem consigo mesmo, com o seu objeto da produção, com o seu meio e com os outros homens. Contudo, o que se tem com as relações de troca capitalista – em que o ser genérico converte-se em mercadoria, e o produto do trabalho é apropriado por um terceiro – é uma sociabilidade do capital. As relações passam a ser mediadas pelo capital (MARX, 2010). O objeto resultado do trabalho do sujeito não lhe pertence, pois essa atividade produtiva também não lhe pertence, mas àquele que comprou sua força de trabalho.

No trabalho alienado, o indivíduo não se apropria do resultado de sua atividade vital, transferindo a energia vital gasta ao objeto, “que se torna *coisa* no sentido de ter adquirido vida própria, um poder autônomo: o estranhamento, o alheamento” (SILVEIRA, 1989, p. 50). A energia vital despendida e apropriada nos resultados, que levaria ao processo de *subjetivação*, leva, na realidade, ao processo de *coisificação*, uma vez que a coisa se apropria do que era próprio do sujeito. Sendo ele próprio mercadoria, coisa, entende os outros também como *coisas*. As relações estão, em consequência, *coisificadas*.

Nesse sentido, quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais ele produz a si mesmo como mercadoria. E quanto mais se produz como mercadoria, mais se cinde, mais coisifica a si e às suas relações, mais se estranha.

A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital [...]. Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio, que ele cria diante de si; tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, tanto menos o trabalhador pertence a si próprio. (MARX, 2010, p. 81).

Quanto mais se valoriza o mundo das coisas, mais se desvaloriza o mundo dos homens. Os sujeitos se relacionam conforme a apropriação dos meios de produção. Sob o capitalismo não há mais relação indivíduo-indivíduo, e sim entre proprietários – dos meios de produção, da força de trabalho e da terra. Essa relação é organizada a partir da forma como cada sujeito se apropria do objeto do trabalho (GIANNOTTI, 1984).

Na relação estranhada, o homem considera o outro a partir do critério em que está inserido, a partir do padrão em que se encontra, que, no capitalismo, é a força de trabalho. A dimensão interna, subjetiva, do sujeito entende-o como trabalhador, força de trabalho, portanto, mercadoria. É a partir dessa subjetividade cindida que o sujeito se relaciona com os outros. Há uma generalização do estranhamento e da alienação nas relações intersubjetivas, inter-humanas e interclasses. Se o homem, ser genérico, não se reconhece, não tem condições de reconhecer o outro, pois “não há identidade genérica entre indivíduos submetidos ao trabalho estranhado” (RANIERI, 2001).

Assim, quando se torna mercadoria, o homem se estranha: estranhamento de si mesmo, dos seus e do meio (corpo inorgânico). Há uma cisão interior ao próprio sujeito. A perspectiva ontológica, calcada no ser genérico, permite entender a alienação para além de uma visão estritamente material, já que vai além da alienação do produto e da atividade. Articulando esses dois níveis, Marx mostra “os efeitos das relações capitalistas em uma estruturação dos próprios sujeitos” (SILVEIRA, 1989, p. 44). É precisamente sobre a subjetividade humana que o conceito de estranhamento trata. “A questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que o homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana” (MARX, 2010, p. 86).

Ao se dedicarem ao corte de cana, os trabalhadores – mercadoria força de trabalho – alienam-se da atividade vital, pois não é deles o produto do trabalho nem podem apropriar-se daquilo que, efetivamente, lhes pertence. Essa desapropriação do produto de seu trabalho, de sua atividade vital, os aliena; alienam-se do próprio ser genérico, estranham-se. Verçoza (2018) destaca que os cortadores de cana não apenas não se reconhecem nas atividades desenvolvidas durante o trabalho, mas quando vivenciam as câimbras, cangurus/birolas/canguaris⁵ e perdem o controle dos corpos, tem-se tal dimensão do estranhamento que o próprio corpo até parece não pertencer ao trabalhador.

Menciona-se a reflexão de Federici (2004) sobre a conversão do corpo-ser em corpo-máquina, quando o corpo é dissociado do ser e entregue a quem pagar o melhor preço. O cortador de cana, ao adoecer, já se encontra estranhado de si, dos seus e da natureza (corpo inorgânico); é corpo-máquina.

Os trabalhadores não são vistos como sujeitos, mas corpos. Corpo-máquina que desfere 3.498 golpes de facão por dia e realiza 3.080 flexões de coluna para cortar em média 12,9 toneladas de cana (LAAT, 2010). Corpo-máquina que extrapola a carga cardiovascular, podendo chegar a 200 batimentos cardíacos por minuto, que caminha até dez quilômetros por dia, para cortar sete toneladas de cana por dia (VERÇOZA, 2018). Corpo-máquina que pode cortar até cinquenta toneladas de cana em apenas um dia de trabalho (SILVA, 2008). Como se fosse máquina, o uso indiscriminado do corpo-trabalhador traz o desgaste. Em muitos casos, o desgaste advindo de apenas cinco, dez, no máximo 15 anos de corte de cana, resulta na perda da capacidade laboral. O corpo, separado do ser, convertido em máquina, é destruído. (SILVA, VERÇOZA, REIS, 2019, p. 45).

Enquanto corpo-máquina, despossuído de seu ser genérico, o adoecimento aparece como uma segunda despossessão: da força de trabalho. Esse sujeito, por ter se tornado força de trabalho, afasta-se de si, e por ser força de trabalho superexplorada, perde a própria característica de força de trabalho. No caso dos cortadores de cana, foi justamente um processo de expropriação que os forçou à venda da força de trabalho.

5 Denominações diferentes para a ocorrência da câimbra no corpo todo, que faz com que o trabalhador caia no chão, sem controle dos próprios movimentos, encolhendo os braços (como um canguru) e, ocasionalmente, perdendo o controle dos esfíncteres, chegando a vomitar, urinar e/ou defecar.

Será apresentado a seguir o processo de conversão do ser em corpo-máquina, as relações de trabalho no corte de cana e a conformação do cortador de cana estranhado, que possibilita o vislumbre do estranhamento aprofundado.

2. A constituição da força de trabalho: expropriação, migração, trabalho e adoecimento no corte de cana

Os cortadores de cana são, em maioria, migrantes, que saem de suas terras em busca de melhores condições financeiras. O lócus da pesquisa foi o município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, região que contou com intenso fluxo migratório para os canaviais paulistas. As relações sociais e produtivas no Vale do Jequitinhonha representaram desafios penosos para alguns de seus habitantes, resultado de uma construção exploratória do espaço – algo presente na região desde a época da mineração no século XVIII. Defende-se que a formação histórica, sociopolítica e econômica do território produziu a migração – entendida não como direito de ir e vir, mas como mobilidade produzida por necessidade, o que configura uma liberdade negativa (GAUDEMAR, 1977).

Gaudemar (1977) elabora, a partir da reflexão de Marx sobre a mercadoria força de trabalho, o que denominou de mobilidade forçada. Neste conceito, mais do que uma relação de livre venda e compra da mercadoria força de trabalho (liberdade positiva), há uma despossessão tamanha que o possuidor da mercadoria não tem outro meio de reprodução que não a venda de sua força de trabalho (liberdade negativa). A venda da força de trabalho torna-se indispensável à manutenção da vida. Nesses dois tipos de liberdade, positiva e negativa, há uma dupla determinação: “o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vendê-la” (1977, p. 90). Essa dupla determinação da liberdade permite compreender a construção social da mobilidade capitalista do trabalho – a mobilidade do trabalho é produzida historicamente.

O que tem a aparência de uma relação de troca entre proprietários (da força de trabalho e dos meios de produção) é de fato uma relação de violência e expropriação, condição necessária à constituição da força de trabalho. A liberdade de venda da força de trabalho é a essência de sua própria exploração, pois essa venda só é feita de acordo com as necessidades do capital. A mobilidade não é dos sujeitos, mas dos corpos produtivos. Mobilidade forçada e construída a fim de garantir a reprodução do capital (GAUDEMAR,

1977). É desse modo que podemos entender a migração para o corte de cana, menos como escolha, já que não há opção, e mais como necessidade.

Cabe uma breve apresentação sobre o local de origem dos cortadores de cana – Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha –, para que vejamos a concretude da mobilidade forçada.

2.1 Breve histórico do Vale do Jequitinhonha

Apresenta-se aqui brevemente a história da região que se convencionou chamar de Vale do Jequitinhonha, local de origem de muitos cortadores de cana, para onde devem retornar na entressafra e onde permanecem definitivamente após o adoecimento. A produção de subsistência esteve presente na região desde a época da mineração no século XVIII, como fornecimento de alimento às lavras, aos pequenos centros urbanos que se formavam ou como produção autônoma de subsistência, e se manteve nos demais períodos. A relação dos camponeses com a natureza era simbiótica, baseada não na delimitação de propriedade privada, mas no uso comum da terra, ocupando os espaços das chapadas, grotas e veredas como meio de viabilizar a subsistência. Os camponeses que ali habitavam plantavam milho, feijão e arroz nas grotas, colhiam raízes, caçavam, e soltavam o gado nas chapadas, e ainda pegavam barro nas veredas para a produção de artesanato, caracterizando um “modo de vida secular assentado nas relações homem-natureza, no direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum e na existência de uma história da natureza” (SILVA, 1999, p. 45).

Entretanto, para os projetos modernizadores que vinham se formando desde o período colonial, a região carecia de desenvolvimento e em diferentes momentos buscaram-se estratégias para a sua realização. No decorrer dos períodos colonial, imperial e republicano, planejamentos e ações de figuras políticas e religiosas de Diamantina ou Minas Novas dedicavam-se a seminários, reuniões e grupos de trabalho com a perspectiva de tornar o Vale do Jequitinhonha mais produtivo e competitivo em suas atividades econômicas. Contudo, por detrás do discurso do desenvolvimento, havia a proposta de que o Vale do Jequitinhonha fosse um local de intervenção estatal, retomando termos como pobreza e miséria para representar a “região” e fazê-la carente dessa intervenção (LEITE, 2015).

Criou-se um discurso de homogeneização da pobreza e do subdesenvolvimento sobre o Vale do Jequitinhonha. Essa construção discursiva seria argumento para a implantação de um projeto político

para o local, como a cessão de crédito subsidiado para a implantação da cafeicultura comercial e de larga escala, a produção de florestas homogêneas e a modernização da produção pecuária. A Ruralminas – Fundação Rural Mineira – “regulamentou” a ocupação das terras não tituladas, ignorando o uso comum das chapadas. “Esse processo resultou no condensamento da pequena propriedade, desapropriação de camponeses sem posse e títulos de terras e destruição de formas tradicionais de relações de trabalho, como a agregação” (MAIA, 2000, p. 42).

O projeto de desenvolvimento modernizador – expresso nas políticas de regularização das terras, incentivos ao reflorestamento, à pecuária extensiva e à cafeicultura – tirou dos camponeses seus meios de vida, empurrando-os para outras formas de reprodução social. A destruição e a fraudulenta compra das terras dos camponeses os expropriaram de seus meios de reprodução, tendo a venda da força de trabalho como único meio de sobrevivência – eis a mobilidade forçada, baseada na liberdade negativa preconizada por Gaudemar (1977). O assalariamento aparece como a única possibilidade de sobrevivência; constitui-se o boia-fria (LEITE, 2011). O campesinato teve no trabalho migratório temporário a única saída para a garantia de condições de subsistência. Migrar não se mostra tanto como opção, já que não há alternativas (de trabalho) para se escolher; trata-se de uma migração forçada que impôs um violento processo de proletarização ao campesinato expropriado. Assim, inicia-se a migração desses camponeses para o trabalho em outras culturas, como colheita de café, laranja e corte de cana, que se torna *permanentemente temporária*, uma vez que ocorre paulatinamente no decorrer dos anos (SILVA, 1999).

A migração do Vale do Jequitinhonha para o corte de cana não é um fenômeno que ocorre alheio a condicionais sociais e históricas. A migração é efetivada no bojo da expropriação camponesa levada a cabo pelo Estado sob a justificativa de promoção de desenvolvimento; na prática, buscava favorecer as classes dominantes. Esses expropriados tornam-se mão de obra assalariada nos canaviais paulistas; de camponeses transformam-se em boias frias. O modo de vida das famílias camponesas passa a ser organizado pelo tempo da safra, o tempo da produção capitalista. Passam por um processo de desenraizamento (SILVA, 1999). Cria-se uma massa de assalariados despossuídos não só de suas terras, mas de si mesmos, pelo processo de proletarização.

2.2 O trabalho nos canaviais paulistas

Na produção de cana-de-açúcar, a situação é de constante “burla dos direitos no trabalho” (ANTUNES, 2013). Os cortadores de cana são selecionados no local de origem, onde são arregimentados por gatos⁶. Migrantes, camponeses expropriados que saem de suas terras em busca de melhores condições financeiras, encontram uma realidade laboral penosa – pagamento por produção, alojamentos precários, alimentação deficiente e ritmo de trabalho exaustivo. “Vencem” a safra ano após ano; sendo superexplorados⁷, acompanham o desgaste de seus corpos.

No trabalho, o cortador deve abraçar certa quantidade de cana com um braço e com a outra mão golpear a cana com o podão ao rés do chão. Esse movimento exige a total curvatura do corpo. São desferidos vários golpes de facão e depois a cana deve ser lançada nas leiras⁸. Laat (2010) concluiu que, em média, os cortadores de cana desferem 3.498 golpes de facão, realizando 3.080 flexões de coluna, cortando em média 12,9 toneladas por dia. Um esforço que Alves (2007) comparou ao de um atleta corredor fundista. Além de todo este dispêndio de energia, andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta pesada e quente (botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou bonê), o que faz com que suem em abundância e percam bastante água. Junto com o suor, perdem sais minerais, e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras (ALVES, 2006). Scopinho et al. (1999) demonstraram o aumento da ocorrência de doenças cardiovasculares, psicossomáticas e do sistema gastrointestinal entre cortadores de cana. O estudo de Laat (2010) aponta que a atividade do corte de cana é penosa pelo

6 São chamadas de “gatos” as pessoas que fazem o contato entre usina e cortador de cana na região de origem do trabalhador.

7 Entende-se o pagamento por produção como meio de superexploração, uma vez que o salário pago ao trabalhador é menor que o valor de sua força de trabalho, ou seja, não garante efetivamente a reprodução da força de trabalho, submetendo-o a uma reprodução precária. (GUANAIS, 2018).

8 O eito, área do canavial que cada trabalhador deve cortar, é composto por cinco linhas de cana plantada, as ruas. O trabalho inicia-se pela linha central, onde, conforme o corte se realiza, cria-se uma fileira de cana cortada, a leira. As canas das demais ruas devem ser também depositadas na leira.

tamanho curto do ciclo da realização da tarefa que exige força, atenção e destreza. Os ciclos inferiores a 30 segundos configuram possibilidade de lesões osteoarticulares. No corte de cana, o tempo do ciclo é de 5,7 segundos para o corte de três ruas, e de 4,36, para o corte de uma rua.

É consenso que o corte da cana é um trabalho estafante, que pode gerar (e gera) uma série de debilidades físicas, quando não a morte⁹. Uma vez que o salário pago aos cortadores de cana é calculado a partir de sua produtividade, pode-se dizer que seu ganho, ou seja, o aumento da produção, e a conseqüente “melhoria” na sua condição de vida, depende de sua capacidade física (NAVARRO, 2006, ALVES, 2006). Na pesquisa de Verçoza (2016), realizada em Alagoas, estado do Nordeste brasileiro, vemos as conseqüências físicas do trabalho no corte de cana. Os cortadores de cana ingerem grande quantidade de água, em média, oito litros num dia de trabalho em que cortam sete toneladas de cana, com um gasto médio de 3.518 calorias, caminhando até dez quilômetros. Os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. A maior parte dos trabalhadores nessa atividade extrapola a carga cardiovascular limite, ou seja, tem uma grande sobrecarga na frequência cardíaca. Em Alagoas é frequente o relato dos cangurus, nome dado às câimbras que tomam o corpo inteiro dos trabalhadores, que faz com que percam o controle dos movimentos, encolhendo os braços, como um canguru. Em São Paulo, a mesma sensação é chamada pelos trabalhadores de *birôla* (SILVA, 2008), e em Araçuaí, de *canguari*.

No caso dos cortadores de cana, o “esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento” (ALVES, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e o aumento das jornadas de trabalho, uma vez que para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico. Apesar de o aumento no ritmo de trabalho garantir maior faixa salarial, já que o pagamento é calculado por produção, o salário não corresponde ao valor efetivo do trabalho. O salário dos cortadores de cana encontra-se abaixo do valor da força de trabalho, o que configura uma superexploração. A própria reprodução da força de trabalho se torna precária (GUANAIS, 2018).

9 No período de 2004 até 2007 foram registradas 21 mortes nos canaviais paulistas, supostamente por excesso de trabalho. Mortes, acidentes e mutilações são recorrentes no corte de cana. Médicos afirmam que a perda excessiva de potássio na sudorese pode levar à parada cardiorrespiratória. (SILVA, 2008).

Prazeres (2010) observa que a força de trabalho só pode ser vendida (e explorada) se há “saúde” para executar o trabalho. Não é a saúde do trabalhador em si o que importa, e sim aquela necessária à produção (RIBEIRO, 1999). Lourenço (2013, p. 185) afirma que “a alta produtividade do trabalho tem sido acompanhada do saque da vida dos trabalhadores”, sendo essa categoria (saque da vida) resultado da expropriação do trabalhador de sua própria capacidade de trabalho, que o torna imprestável precocemente para o trabalho e suas exigências no sistema capitalista. Compreende-se que os problemas de saúde dos trabalhadores não devem ser considerados como questões individuais, mas inseridos num quadro social e cultural, isto é, não são meramente ocupacionais, mas reflexo das relações sociais e da organização do trabalho (LAURELL e NORIEGA, 1989, SILVA, 2008, ALVÉS, 2008, VERÇOZA, 2018, GUANAIS, 2018).

Os cortadores de cana, migrantes, camponeses expropriados e proletarizados têm sua saúde e vida saqueadas. Na linha teórica que orienta a presente reflexão, entende-se que se tornam estranhados.

Uma vez que compreendemos o trabalho estranhado no corte de cana, podemos dar o próximo passo para o aprofundamento, decorrente do adoecimento, desse processo. Podemos, assim, constatar que esse processo está para além do espaço/tempo trabalho, permanece nas experiências e relações dos sujeitos e constitui o pós/trabalho.

3. O estranhamento aprofundado dos cortadores de cana adoecidos

O cortador de cana, estranhado de si, dos seus e da natureza – pela própria condição de força de trabalho e pelo adoecimento –, volta a sua cidade natal sem a capacidade laboral. Impossibilitado de trabalhar por problemas osteoarticulares e cardíacos, antes aquele que voltava trazendo as mercadorias ou a expectativa de compras na cidade, retorna como “descartado”. Guanais (2018) mostrou a importância do dinheiro da cana na vida das famílias migrantes. Os cortadores de cana enviam parte do salário para as famílias na cidade de origem e, ao fim da safra, a quantia recebida pode viabilizar a compra de eletrodomésticos, moto, reforma das casas, terreno ou animais. Na tentativa de alcançar maior produtividade, os cortadores de cana podem adoecer – em Araçuaí o relato mais comum foi de lombalgia, hérnia de disco e doença de chagas. Esse adoecimento os reposiciona no espaço social, uma vez que o sentido simbólico de *vencer a safra* é permanentemente impossibilitado.

Não poder carregar peso ou realizar atividades no cuidado da roça causa uma sensação de incapacidade nos cortadores de cana adoecidos, representando até uma reorganização nas relações familiares. Se antes as mulheres – chamadas viúvas de marido vivo, eram as responsáveis pelos cuidados com filhos, casa e roça quando o homem estava trabalhando na safra, a volta desse homem adoecido representa mais um cuidado pelo qual a mulher torna-se responsável. O sentimento é de dó dos maridos, como podemos observar no relato de Daiane:

Então, ele caminha mancando. Ele não aguenta. Ele senta, ele fica assim, incomodado. Ele não aguenta sentar, ele levanta quatro horas da manhã, tem hora que ele levanta e deita ali no sofá pra ver se passa a dor um pouquinho, que ele não aguenta ficar deitado. Eu tenho dó dele por causa disso, porque a coluna é uma coisa muito braba mesmo [...]. Ele não dorme, tem que tomar dipirona – e é muita – pra ver se ele consegue dormir. E mesmo assim, coitado, ele não aguenta.

As relações familiares são reorganizadas, pois aquele que anteriormente era o esteio da família torna-se um *coitado*. Há uma reconfiguração das próprias relações sociais de gênero, toda a masculinidade e virilidade associada a *vencer a safra*, ou *enfrentar o eito*, é desconstruída. Não são raros os relatos de depressão associada a problemas de coluna, como afirmou o médico ortopedista atendente do SUS. Esse médico diz que os adoecidos, principalmente aqueles que não conseguem nenhum tipo de auxílio previdenciário, enfrentam uma marginalização social.

Para Boltanski (1979, p. 167), as “regras que determinam os comportamentos físicos dos agentes sociais [...] são produto das condições objetivas que elas traduzem na ordem cultural, ou seja, conforme o modelo de dever-ser”. Já Ferreira (1994) afirma que o corpo é emblema dos processos sociais nos quais o sujeito está engajado, sendo reflexo da sociedade. Entendemos que o corpo, em classes submetidas a um trabalho superexploratório, é apenas força de trabalho, na medida em que o seu uso é destinado quase exclusivamente à produção de mais-valor¹⁰. O adoecimento retira o

10 Na região do Vale do Jequitinhonha, onde se localiza o município de Araçuaí (MG), há a realização de diversas festas culturais – católicas ou de origem quilombola –, o que mostra que quando o regime de trabalho está em suspenso (na entressafra), o uso social do corpo pode se destinar a outro tipo de atividade que não só a produtiva. Pode-se entender a manutenção de tradições culturais como uma forma de resistência que posiciona o sujeito não só como força de trabalho, mas como portador de cultura. (WILLIAMS, 2000, ECHEVERRIA, 2011).

cortador de cana dessa relação, mas ele permanece emaranhado em relações estranhadas com os outros e consigo mesmo.

Enquanto sujeito sujeitado, isto é, aquele que internalizou em sua subjetividade o reconhecimento de si mesmo enquanto coisa, o trabalhador percebe o adoecimento como vergonha. A elaboração de Dejours (1987) sobre a ideologia da vergonha ajuda a compreender esse processo. O autor mostra que há um consenso social que condena a doença e o doente; o corpo aceito nas classes empobrecidas é o corpo que trabalha, corpo produtivo. Estar fora da esfera produtiva é motivo de vergonha; não se trata de evitar a doença, mas de domesticá-la, conviver com ela para se manter enquanto força de trabalho (DEJOURS, 1987). No caso do corte de cana, a degradação do corpo faz parte do cotidiano de trabalho. As dores cotidianas do trabalho eram naturalizadas pelos cortadores de cana, os entrevistados afirmaram esconder pequenos acidentes ou recorrer a analgésicos ao fim do dia para lidar com as dores no corpo, resultado de um dia de trabalho.

As dores vivenciadas durante o trabalho eram justificadas como necessidade para o sustento da família; era preciso viver aquilo para ao fim da safra levar algum dinheiro de volta à região de origem – no caso da presente pesquisa, Araçuaí. Entretanto, a convivência com as dores crônicas depois do descarte não se enquadra na justificativa do trabalho. São vivenciadas num cotidiano de sofrimento, como Wagner e a esposa Gil relatam:

Wagner: Esses dias eu fiquei quase trinta dias sem poder andar direito.

Gil: Mas ele ficou sem poder pegar um balde d'água. E na hora que ela começa mesmo, não tem jeito, ela não para de doer.

Wagner: Trava e eu nem consigo levantar.

Gil: E ele fica inquieto... No chão não tá bom, na cama não tá bom. Ele fala que dói mesmo, que às vezes até manca.

Wagner: Quantas vezes eu fiquei a noite toda sem dormir. Deitava e não conseguia, não tinha jeito. Levantava também... Aí eu ia aí pra fora, ficava aí, e o povo dormindo.

Segundo Dejours (1987), junto com o sofrimento físico advindo da exploração da força de trabalho, deve-se levar em conta que a ex-

ploração também passa pelo aparelho mental. Gil, em conversa longe do marido, confessou que ele enfrentou um período de depressão ao vivenciar as limitações do corpo. Wagner tinha, na época da entrevista, em 2015, cinquenta anos.

Deve-se atentar para o adoecimento em sua dimensão não somente física, mas psíquica também. O adoecimento é oriundo não só do desgaste e da fadiga do corpo, mas também da alma (WEIL, 1996). As psicólogas entrevistadas relataram o adoecimento psíquico dos cortadores de cana. Além da depressão, há ainda a manifestação de transtornos mentais. Somado à predisposição para alguns transtornos mentais, o gatilho para a manifestação de alguns desses transtornos são situações traumáticas – no caso, o trabalho nos canaviais. O tipo de trabalho no corte de cana representa uma carga de estresse que, muitas vezes, é pesada demais para se aguentar. Pode ocorrer a manifestação de algum transtorno mental, como esquizofrenia, neuroses e psicoses.

Diz a psicóloga Camila que as principais reclamações dos ex-cortadores são as condições desumanas de trabalho e que “a forma de trabalho influencia na saúde mental”. O caso mais intenso observado em campo foi o de Sérgio, de 22 anos, ex-cortador de cana e diagnosticado com esquizofrenia.

Ele não pronunciava as palavras e falava sempre com a mão na frente da boca, o que dificultava a compreensão de sua fala. Não conseguia responder as coisas diretamente, muitas vezes dizendo que não poderia responder àquela pergunta. Depois, a psicóloga me explicou que isso era uma característica de mania de perseguição que a esquizofrenia tem.

Trecho do diário de campo

O caso de Sérgio foi marcante. Por meio dele se pode visualizar o alcance do estranhamento na superexploração: é a subjetividade humana sendo degradada. Entende-se que contar com a reflexão sobre a alienação e o estranhamento não encerra o sujeito apenas em relações produtivas. É com a compreensão da cisão do ser genérico e de suas relações, de sua subjetividade, de sua própria humanidade, que é possível perceber a complexidade do adoecimento no corte de cana e o aprofundamento do estranhamento. O esgotamento progressivo do cortador de cana não vem só de seu desgaste físico, mas também da sobrecarga psíquica; há uma esfera subjetiva que é impactada. Se o ser social já se encontra cindido como força de trabalho, ou seja, reconhecendo-se nas relações de trabalho capitalista, fora dela, qual

a dimensão dessa cisão do sujeito? Ele não deixa de ser estranhado depois do adoecimento, o estranhamento permanece; porém a sociabilidade não é a mesma.

O cortador de cana, sujeito estranhado, ser genérico cindido, ao adoecer deixa de ser força de trabalho, mas permanece cindido em suas relações. Quando perde a capacidade laboral, fica impedido de vender a força de trabalho, torna-se força de trabalho descartada, degradada. Enquanto força de trabalho, esteve apartado da natureza, de seu corpo inorgânico. Ao adoecer, deixa de ser força de trabalho, mas em vez de voltar a uma relação não estranhada com seu exterior, com seu corpo inorgânico, encontra-se sem disposição física para simples atividades. Está incapacitado fisicamente de se objetivar.

Considerações finais

Para as usinas, o trabalhador deixa de ser útil quando adoece. Não é mais força de trabalho, logo, está fora das relações de troca capitalista. Não pode gerar mais-valia, então é descartado. Entretanto, apesar de o trabalhador não ter mais a força de trabalho para trocar, permanece como estranhado, ou seja, reconhece-se como mercadoria, apesar de não mais sê-la. O sujeito físico, sujeitado às relações impostas pelo capital, é força de trabalho no sentido de que seus níveis subjetivos, suas relações, estão pautados pela lógica da mercadoria. Mesmo que tenha sido destituído da característica força de trabalho, sua subjetividade e relações permanecem mediadas pelo dinheiro. Então, adoecer é não ter mais força de trabalho, mas subjetivamente viver como se a tivesse, no sentido de as relações já estarem coisificadas. A perspectiva preconizada por Marx de que o trabalhador sente-se junto a si quando fora do trabalho não se aplica com o adoecimento. O sujeito está fora das relações de trabalho, mas dentro de relações sociais mediadas pela mercadoria; não deixa de ser mercadoria, torna-se mercadoria descartada. O estranhamento se aprofunda.

O trabalho no corte de cana é alienado e estranhado. Ao adoecer, perde a capacidade laboral, isto é, deixa de ter força de trabalho. Apesar de não mais ter a força de trabalho, a construção subjetiva do sujeito físico – sujeito sujeitado, ser genérico cindido – permanece. Mesmo não tendo mais força de trabalho, os sujeitos ainda se encontram em relações mediadas pela mercadoria. Mesmo fora das relações de troca capitalista, ainda estão submetidos à lógica de funcionamento do capital – o estranhamento permanece, mas aprofundado. Perder a capacidade laboral torna-se uma vergonha.

O corpo aceito socialmente é o corpo produtivo, e não cumprir essa demanda representa uma vergonha. Cabe aos cortadores de cana (sobre)viver com as agruras que trouxeram dos canaviais: incapacidade laboral, dores cotidianas, estigma. Quando o homem não pode mais trabalhar, grande parte de sua vida social é ceifada, até mesmo pelo estigma e marginalização que pode sofrer por sua condição. As consequências do trabalho na experiência e subjetividade do sujeito não se restringem ao eito, vão além do espaço/tempo trabalho.

O espaço-tempo de trabalho organiza a sociabilidade e a subjetividade dos sujeitos, mas o que observamos no caso dos cortadores de cana descartados é que, mesmo fora desse espaço-tempo, os sujeitos permanecem em relações organizadas pela lógica do capital. Desse modo, há uma intrínseca relação entre o trabalho, a sociabilidade e o período posterior a ele, especificamente no caso do descarte no corte de cana.

Referências Bibliográficas

- ALVES, F. POR QUE MORREM OS CORTADORES DE CANA? SAÚDE E SOCIEDADE. SÃO PAULO. v. 15, n. 3, SET/DEZ. 2006.
- ALVES, F. MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS DO MARANHÃO E PIAUÍ PARA O CORTE DA CANA EM SÃO PAULO. IN: NOVAES, JOSÉ ROBERTO E ALVES, FRANCISCO (ORGS.). MIGRANTES: TRABALHO E TRABALHADORES NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO (OS HERÓIS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO). SÃO CARLOS: EdUFSCAR, 2007.
- ALVES, F. PROCESSO DE TRABALHO E DANOS À SAÚDE DOS CORTADORES DE CANA. INTERFAC EHS – REVISTA DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE. SÃO PAULO, v. 3, n. 2, ABR./ AGO. 2008.
- ANTUNES, R. A CORROSÃO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL. IN: LOURENÇO, EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA, NAVARRO, VERA LÚCIA. O AVESDO DO TRABALHO III. SAÚDE DO TRABALHADOR E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS. SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, 2013.
- BOLTANSKI, L. AS CLASSES SOCIAIS E O CORPO. RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES GRAAL, 1979.
- DEJOURS, C. A LOUCURA DO TRABALHO: ESTUDO DE PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO. SÃO PAULO: CORTEZ, 1987.
- FEDERICI, S. CALIBÃ E A BRUXA. MULHERES, CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. SÃO PAULO: COLETIVO SYCORAX, 2004.

- FERREIRA, J. O CORPO SÍGNICO. IN: ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. S. (ORGS.). SAÚDE E DOENÇA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO. RIO DE JANEIRO: EDITORA FIOCRUZ, 1994.
- GAUDEMAR, J. P. MOBILIDADE DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL. EDITORA ESTAMP, 1977.
- GIANNOTTI, J. A. O ARDIL DO TRABALHO. IN: TRABALHO E REFLEXÃO: ENSAIOS PARA UMA DIALÉTICA DA SOCIABILIDADE. SÃO PAULO: EDITORA BRASILIENSE, 1984.
- GUANAIS, J. B. PAGAMENTO POR PRODUÇÃO, INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA. SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, FAPESP, 2018.
- LAAT, E. F. TRABALHO E RISCO NO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR: A MARATONA PERIGOSA NOS CANAVIAIS. 2010. TESE (DOUTORADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO) - FACULDADE DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA, SANTA BÁRBARA D'OESTE, 2010.
- LEITE, A. C. G. A MODERNIZAÇÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA MINEIRO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR “BOIA FRIA” EM SUAS CONDIÇÕES REGIONAIS DE MOBILIDADE DO TRABALHO. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM GEOGRAFIA) - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011.
- LEITE, A. C. G. O CAMPESINATO DO VALE DO JEQUITINHONHA: DA SUA FORMAÇÃO NO PROCESSO DE IMPOSIÇÃO DO TRABALHO À CRISE DA (SUA) REPRODUÇÃO CAPITALISTA. 2015. TESE (DOUTORADO EM GEOGRAFIA) - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015.
- LOURENÇO, E. A. S. ALIENAÇÃO E AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES NO SETOR SUCROENERGÉTICO. IN: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. O AVESDO DO TRABALHO III. SAÚDE DO TRABALHADOR E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS. SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, 2013.
- MAIA, C. J. “LUGAR” E “TRECHO”: MIGRAÇÕES, GÊNERO E RECIPROCIDADE EM COMUNIDADES CAMPONESAS NO JEQUITINHONHA. 2000. TESE (DOUTORADO EM EXTENSÃO RURAL) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. VIÇOSA, 2000.
- MARX, K. MANUSCRITOS ECONÓMICO-FILOSÓFICOS. SÃO PAULO: BOITEMPO EDITORIAL, 2010.
- NAVARRO, V. L. TRABALHO E TRABALHADORES DO CALÇADO: A INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA (SP): DAS ORIGENS ARTESANAIS À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. 1. ED. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2006.
- PRAZERES, T. J. NA COSTURA DO SAPATO, O DESMANCHE DAS OPERÁRIAS: UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS PESPONTADEIRAS DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM FRANCA (SP). 2010. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIÊNCIAS MÉDICAS) - FACULDADE DE MEDICINA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, RIBEIRÃO PRETO, 2010.
- RAMALHO, C. C. OS MIGRANTES CORTADORES DE CANA DO VALE DO JEQUITINHONHA: ENTRE A SUPEREXPLORAÇÃO E A RESISTÊNCIA. 2014. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL) - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÓMICAS, UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA, 2014.
- RANIERI, J. A CÂMARA ESCURA: ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO EM MARX. SÃO PAULO: BOITEMPO EDITORIAL, 2001.
- RIBEIRO, H. P. A VIOLÊNCIA OCULTA DO TRABALHO: AS LESÕES POR ESFORÇOS REPETITIVOS. RIO DE JANEIRO: FIOCRUZ, 1999.
- SCOPINHO, R. A. ET AL. NOVAS TECNOLOGIAS E SAÚDE DO TRABALHADOR: A MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR. CADERNO SAÚDE PÚBLICA, JAN./MAR., v. 1, n. 15, 1999.
- SILVA, M. A. M. ERRANTES NO FIM DO SÉCULO. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO EDITORA UNESP, 1999.
- SILVA, M. A. M. MORTES E ACIDENTES NAS PROFUNDEZAS DO “MAR DE CANA” E DOS LARANJAS PAULISTAS. INTERFACEHS – REVISTA DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE. v. 3, n. 2. ABR./AGO. 2008.
- SILVA, M. A. M.; VERÇOZA, L. V.; REIS, T. CERCAMENTOS: IMAGENS DOS CAMPONESES NA CONTEMPORANEIDADE DO BRASIL. EUTOPIA - REVISTA DE DESARROLLO ECONOMICO TERRITORAL, n. 16, DEZ. 2019. p. 31-50.
- SILVEIRA, P. DA ALIENAÇÃO AO FETICHISMO - FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO E DE OBJETIVAÇÃO. IN: SILVEIRA, P; DORAY, BERNARD. (ORGS.). ELEMENTOS PARA UMA TEORIA MARXISTA DA SUBJETIVIDADE. SÃO PAULO: VÉRTICE, 1989.
- VERÇOZA, L. V. OS HOMENS CANGURUS DOS CANAVIAIS ALAGOANOS: UM ESTUDO SOBRE TRABALHO E SAÚDE. MACEIÓ: EDUFAL, SÃO PAULO: FAPESP, 2018.
- VINUTO, J. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. TEMÁTICAS, v. 44, CAMPINAS, AGO/DEZ. 2014.
- WEIL, S. A CONDIÇÃO OPERÁRIA E OUTROS ESTUDOS SOBRE A OPRESSÃO. SÃO PAULO: PAZ E TERRA. 1996.

Assombrações, pesadelos, camelos e tatus: estranhamento e afetividades no cultivo mercantilizado de flores

JULIANA DOURADO BUENO¹

As flores trazem um significado que está ligado a sutileza, atitudes pacificadoras e beleza. Em seu estado físico, comumente são usadas como adorno, mas também para que delas sejam extraídos alimentos, fragrâncias e medicamentos. Elas são utilizadas para presentear alguém numa ocasião especial, que vai do flerte ao perdão, e como oferta aos deuses e aos mortos. Em sua acepção simbólica, as flores são usadas para se referir à parte mais importante de algo. Entretanto, quando voltamos o olhar para a produção mercantilizada dessas plantas, um novo vocabulário se descortina: “empreiteiro das flores”, esteira de vasos, leilão de plantas, jornadas exaustivas e “assombrações”.

O objetivo deste escrito é desenvolver uma reflexão sobre as formas de estranhamento e as diferentes expressões de afetividades presentes na produção mercantilizada de flores na região de Holambra (SP)².

1 Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab).

2 Este texto resulta das discussões empreendidas na tese de doutorado de minha autoria, defendida no PPGS – UFSCar, intitulada “Sobre rosas e espinhos: experiências de trabalho com flores na região de Holambra (SP)”. O trabalho foi desenvolvido sob a orientação da professora Maria Aparecida de Moraes Silva e contou com o financiamento do CNPq e da Capes. Durante a pesquisa foram entrevistadas/entrevistados 35 pessoas que vivem nos municípios de Artur Nogueira, Santo Antônio de Posse, Holambra e Mogi Mirim e trabalham nas estufas e campos de flores da região.

A produção mercantilizada das flores

O município de Holambra, fundado em 1948, tem seu protagonismo por ser conhecido como “capital das flores” e abranger em seu território a maior feira de exposição de flores da América Latina – a Expoflora. Nessa festividade, que costuma ocorrer uma vez por ano, são comercializadas milhares de plantas. Há também como “atrações” comidas, arquitetura, roupas, músicas e danças “tipicamente holandesas”.

A imigração de famílias holandesas para o interior de São Paulo resultou do projeto de um grupo de holandeses que planejava viver e trabalhar numa fazenda na região de Mogi Mirim, na década de 1940. A responsável por intermediar a negociação entre o governo brasileiro e o holandês foi uma entidade católica de agricultores holandeses, a Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda (KNBTB).

No Brasil, o órgão responsável pela negociação da vinda das famílias de holandeses foi o Departamento de Colonização do Estado de São Paulo, que tinha enorme interesse em trazer agricultores holandeses para a produção de leite em Campinas. Findadas as reuniões, estabeleceu-se um acordo por meio do qual os governos federal e estadual concederiam empréstimos para o grupo de agricultores holandeses comprar a Fazenda Ribeirão, onde hoje estão localizadas as terras pertencentes ao município de Holambra. O resultado do acordo, como mostra Corrêa (2011), “foi ideal para os holandeses conseguirem permissão para se instalar no Brasil. Eram europeus, brancos, e vieram para cá a partir da compra de terras – a Fazenda Ribeirão –, indicando que já estariam previamente instalados” (p. 97).

O Brasil, então, aparentava ser um país de portas abertas para receber imigrantes. Entretanto, “tal ‘magnanimidade’ atribuída ao nosso país teve seu reverso nas leis referentes à questão imigratória, com textos que não se deram nem ao trabalho de esconder o forte teor racista implícito em suas linhas” (CORREA, 2011, p. 80). Outros estudos (LEITE, 2007; LOURENÇO, 2001) reforçam o argumento de que a preferência pelo emprego de mão de obra imigrante em detrimento dos trabalhadores nacionais não teve somente um viés econômico ou tecnológico:

Os discursos das teses raciais e principalmente das teses eugênicas, que estiveram presentes durante o final do século XIX e até pelo menos meados dos anos 50 do século XX, foram decisivas [sic] para a aceitação de grandes levas de europeus pela elite paulista.

Nesse sentido, defendia-se que com os brancos europeus seria possível se ter uma “melhora racial”, visto que no Brasil a grande miscigenação teria criado um povo repleto de problemas trazidos pelas “raças inferiores”. (LEITE, 2007, p. 20).

Lourenço (2001) remonta aos períodos pré e pós-abolição da escravidão para analisar ensaios agronômicos que tinham o objetivo de aperfeiçoar a agricultura e desafrikanizar a nação. Tal reforma na agricultura tinha como consequência uma explícita institucionalização de medidas de segregação racial (LOURENÇO, 2001, p. 150). No caso da imigração holandesa financiada pelo governo brasileiro e paulista, a vinda do grupo foi interpretada pelo governo estadual como uma possibilidade de trazer o desenvolvimento para a agricultura, que até então não progredia por estar nas mãos dos caipiras (CORRÊA, 2011, p. 84). Naquela ocasião, foram colocados à disposição dos holandeses 5 mil hectares de terra.

Já instalados no interior de São Paulo no início da década de 1950, os holandeses plantaram culturas perenes a fim de formar a base para a renda familiar. Foi desenvolvido o cultivo de frutas cítricas (laranja, limão e tangerina) e a cafeicultura. Alguns imigrantes trouxeram da Holanda – a partir da década de 1960 – bulbos de gladiolos. O cultivo de flores teve um êxito maior, pois o transporte das flores para a comercialização era mais adequado que aquele de verduras e legumes. O gladiolo foi, durante muitos anos, a principal flor cultivada pelos produtores em Holambra. Posteriormente, buscaram novas espécies e variedades. O cultivo de flores e plantas teve um grande impulso a partir de 1977 com o fortalecimento da assistência técnica.

Após a década de 1990, não só imigrantes holandeses, mas os brasileiros também começaram a cultivar flores. O aumento no número de floricultores (tanto holandeses como brasileiros) se deu pelo fato de “muitos agricultores terem uma propriedade pequena demais para manter culturas anuais ou para cultivar citrus. Alguns começaram a produzir flores e plantas nas antigas granjas da propriedade. As telhas então deram lugar ao plástico [das estufas de flores]” (WIJNEN, 2012, p. 278). Na entrada do século XXI, Holambra se tornou também um dos principais centros de conhecimento biotecnológico (KNAAP, 2012).

No que diz respeito à comercialização das flores, é possível dizer que até 1991 as plantas eram levadas para um barracão e depois enviadas para grandes centros de distribuição em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Brasília. No início da década de 1990, um dos produtores de flores em Holambra visitou o leilão

Veiling Westland na Holanda e propôs que a Cooperativa Agropecuária de Holambra adotasse o mesmo sistema. A sugestão foi acatada e em 1991 o Veiling Holambra³ foi inaugurado oficialmente.

Atualmente, o Veiling conta com mais de 400 “associados”⁴ e comercializa para todo território nacional também pelos sistemas de intermediação e vendas online. Para que sejam comercializadas por essa e outras cooperativas, as plantas precisam atingir certo padrão de qualidade. Nos lotes de violetas, por exemplo, os vasos com 15 cm de diâmetro precisam apresentar no mínimo oito flores abertas e devem apresentar

a muda centralizada no vaso para que haja uma formação compacta, tanto para folhas como para as flores, “sem falhas”, caracterizando uma formação redonda da planta. O lote de Violeta classificado deverá apresentar uniformidade na formação e na altura das plantas. (VEILING, 2020, p. 2).⁵

As informações são transmitidas para as trabalhadoras e trabalhadores do cultivo de flores, que recebem a pressão para “dar produção e qualidade”, especialmente no período de abril a junho, e nas semanas que antecedem datas comemorativas com grande venda de flores, como o Dia das Mães, o Dia dos Namorados, Finados e o Dia Internacional da Mulher. Além da pressão para “dar produção e qualidade”, há uma variável que marca a forma de executar o trabalho: a demanda dos clientes.

Nem toda a produção de flores é destinada aos leilões de comercialização. Existem também as vendas diretas, ou seja, contratos fechados previamente com supermercados ou outras redes varejistas, por exemplo, que fazem uma encomenda de produtos. Assim, uma mesma espécie de flor destinada ao supermercado exige “qualificações” diferentes daquelas que são destinadas aos leilões e compradas por designers ou comerciantes proprietários de floriculturas. A demanda específica varia também de acordo com o país que comprará as flores.

3 O sistema Veiling é uma forma de leilão reverso de comercialização de flores e plantas ornamentais. O lance inicial (valor máximo) e as especificidades dos lotes de flores são anunciados para os compradores, que registram os lances. O objetivo é reduzir ao máximo o tempo entre a entrada das flores no galpão e a saída das plantas nos caminhões dos compradores. Disponível em <<http://www.veiling.com.br/>>

4 Os associados estão divididos em três grandes grupos de cultivo: Flores e Plantas em Vasos (FV), Flores e Folhagens de Corte (FC) e Plantas Ornamentais. Disponível em <<http://www.veiling.com.br/>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

5 Disponível em <<http://veiling.com.br/uploads/padrao/violeta-fv.pdf>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

Cria-se, portanto, um cenário para as trabalhadoras e os trabalhadores marcado pela exigência de qualidade, produtividade e flexibilidade. Esta última, caracterizada pela habilidade em cultivar as plantas de acordo com as demandas do mercado consumidor. O cenário também é marcado pelo uso de tecnologias combinado à desvalorização do trabalho manual. Tal realidade insere-se num contexto global de reestruturação do capital marcado principalmente pelo aumento da precarização do trabalho e pela consequente produção de trabalhadores sobrantes e descartáveis (ANTUNES, 2013). O processo de reestruturação do capital caracteriza-se pelo movimento pendular que vai de trabalhos mais qualificados realizados por um contingente mínimo de trabalhadores a “modalidades de trabalho cada vez mais instáveis para um universo crescente de trabalhadores” (ANTUNES, 2013, p. 21).

No contexto de produção mercantilizada de flores na região de Holambra, a precariedade do trabalho se faz presente nas jornadas exaustivas. Muitas trabalhadoras relatam que consideraram a atividade “muito difícil” de ser aprendida e que requer mais habilidade e experiência quando comparada a outras atividades realizadas na área rural (como cultivos de algodão, café, feijão e milho, por exemplo).

Além de consistir num trabalho difícil, corrido e pesado, a atividade geralmente é feita numa posição desconfortável. Muitas etapas do cultivo de flores são executadas na posição “agachada”, pois os vasos ficam no chão e algumas espécies de mudas são plantadas em canteiros. Principalmente no caso dos setores nos quais o trabalho é desenvolvido por meta, para acelerar o ritmo da produção, as trabalhadoras e os trabalhadores percorrem vários metros nos chãos das estufas com os joelhos dobrados, bem próximos ao chão. Existem outros inconvenientes e fatores de risco à saúde, entre os quais é possível destacar o espaço demasiadamente reduzido entre as fileiras de rosas, por onde as trabalhadoras passam. O espaço reduzido restringe a possibilidade de movimentação e ocasiona um ambiente propício para que as pessoas que ali trabalham sejam perfuradas pelos espinhos.

Os ruídos intensos gerados pelos climatizadores nas estufas e o risco de escorregar também foram relatados como fatores que fazem com que o ambiente de trabalho seja sentido e vivenciado negativamente. Outra condição de trabalho insalubre é a sensação térmica elevada no interior das estufas e em campo aberto. Quando estão fora dos ambientes protegidos, as trabalhadoras e os trabalhadores ficam em exposição direta aos raios solares e nem sempre as empresas fornecem chapéus ou outro equipamento de proteção

individual (EPI) que possa protegê-las(os) da incidência direta dos raios solares. No interior das estufas, a temperatura chega a ser ainda mais elevada que no ambiente externo. A falta de circulação de ar nesses espaços gera um ambiente de trabalho bastante desagradável:

Juliana – E você preferiu trabalhar em campo aberto ou dentro da estufa?

Priscila – Ah, eu preferia... eu gostava de cortar rosa no campo. Dentro de estufa é muito quente, sufoca muito a gente. Eu tinha muita falta de ar, já cheguei a quase desmaiar dentro de estufa. Eu passo muito mal quando eu trabalho dentro de estufa, na época de calor. Trabalhei muito tempo porque a gente precisa, precisava... estava num tempo difícil, eu precisava trabalhar, precisava ganhar dinheiro. (Priscila⁶, Artur Nogueira/SP, maio de 2015).

Existe ainda o risco advindo da exposição a agrotóxicos e fertilizantes. Os homens, principais responsáveis pela aplicação desses produtos, são mais submetidos a esses riscos, mesmo que utilizem EPIs. Gasparini e Freitas (2013) mostram em seu estudo que a produção de flores é uma atividade com elevado emprego de agrotóxicos. Além da pressão para a utilização ampliada de agrotóxico a fim de cumprir as exigências de qualidade na comercialização das flores, os trabalhadores das estufas são mais expostos aos venenos – em relação a outros trabalhadores agrícolas – porque o rigor para o uso desses produtos nas plantas não é tão intenso como no caso da produção de alimentos (GASPARINI; FREITAS, 2013).

No próximo tópico serão abordados os processos de estranhamento e controle da produtividade do trabalho no contexto de cultivo de flores e plantas na região de Holambra.

O estranhamento no trabalho

De acordo com Marx, o processo de estranhamento nasce como uma subordinação dos indivíduos a relações que existem independentemente deles: “A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles [indivíduos] mesmo como algo estranho, autônomo, como uma coisa” (MARX, 2011, p. 105). No âmbito do processo produtivo, segundo Marx, o processo de estranhamento se dá nos seguintes aspectos: o estranhamento do produto do trabalho, o estranhamento do processo de trabalho e o estranhamento do homem de

sua condição humana. O objeto produzido pelo trabalhador apresenta-se como um ser estranho, como um “poder independente do produtor” (MARX, 2004, p. 80). O produto do trabalho não pertence a quem o cria, e o criador não se reconhece no objeto. Do mesmo modo, o processo de trabalho aparece como algo estranho a quem realiza, pois sua própria atividade não lhe pertence.

Nas palavras de Marx (2004), o homem estranha

o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana (...). Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. (MARX, 2004, p. 85-86).

Compreendemos, nos passos da elucidação de Marx, que o trabalho no cultivo de flores se apresenta, em vários sentidos, como um trabalho estranhado, e uma das formas em que as diferentes expressões de estranhamento – neste caso, o estranhamento do produto do trabalho – se revelam nesse cultivo pode ser verificada em diferentes momentos nas narrativas de trabalhadoras e trabalhadores, em especial no que diz respeito à falta de interesse em visitar a Expoflora, ou à recusa em receber uma flor no Dia das Mães, conforme nos mostra Maísa:

Maísa – Eu, mesma, nunca me interessei mais em ir na Expoflora, por quê? O que tem lá? Só flor, né? Meu marido, mesmo, foi uma vez, só. Chamei ele para ir, às vezes... Imagina! Você acha que eu vou sair daqui para lá ver flor na Holambra? [...] Vê violeta toda hora, você vai querer ver violeta? Não. Elas [companheiras de trabalho na estufa] dão risada... Às vezes as meninas enchem o saco, quando é Dia das Mães: “Ah, Maísa, eu vou dar uma violeta de presente para você de Dia das Mães, você quer?” “Se você der um vaso de violeta para mim, eu tacho na cabeça de vocês”, eu falo. (Maísa, Artur Nogueira/SP, maio de 2013).

É preciso destacar também o controle do trabalho e a realização de uma tarefa repetitiva, que deixam marcas no corpo e na mente, conforme exposto no relato de uma trabalhadora que ressaltou a importância de ter autocontrole durante a jornada de trabalho, pois mesmo que o patrão não esteja presente o tempo todo na estufa, ele

⁶ Os nomes das trabalhadoras e trabalhadores apresentados neste texto são fictícios.

pode aparecer a qualquer momento para vigiar os trabalhadores e as trabalhadoras, sem que sua chegada seja percebida:

Mas ficar enrolando, brincando em serviço, eu não tenho coragem de fazer isso. Eu falava: “Nossa, se o patrão chegar e ver, que vergonha que a gente passa”. Não tenho coragem. Várias vezes ele chegou lá “pé por pé”, ele faz isso, ele deixava o carro lá em cima na porteira e descia a pé, para pegar, para ver se pegava funcionário parado enrolando. Quantas vezes cheguei até a pular, dar pulo para cima quando eu via, olhava para trás e ele estava atrás de mim, mas nunca me pegou parada. Mas eu não me assustava porque eu estava... eu me assustava porque ele chegava que nem assombração, assustando a gente. Mas nunca... pode chegar a hora que quisesse, mas nunca pegou eu parada. Eles gostavam, elogiavam meu serviço por causa disso, que era mais o serviço meu que rendia, e também nunca me pegou parada. Eu não tenho coragem de fazer essas coisas. Tinha vez que eu estava exausta, não aguentava nem abrir os olhos, de tanta dor nas costas e cansaço, mas nem assim eu tenho coragem de enrolar, ficar enrolando. (Priscila, Artur Nogueira/SP, maio de 2015).

Na narrativa de Priscila estão presentes muitos elementos de fundamental relevância para a nossa análise, entre os quais é possível citar o controle do processo de trabalho, a introjeção desse controle na trabalhadora (que não se sentia à vontade para “brincar em serviço”) e o processo de estranhamento do processo de trabalho, quando o patrão chegava perto dos trabalhadores como uma “assombração”. Vale destacar ainda o fato de que, mesmo identificando a exaustão (“dor nas costas”, “cansaço”), Priscila se recusava a diminuir o ritmo da produção.

O dicionário Houaiss (2012) traz a definição de assombração como “sentimento de terror causado por coisas que não se podem explicar e que frequentemente são interpretadas como sobrenaturais”, ou ainda como “alma do outro mundo; fantasma”. Diante disso, compreendemos que o processo de estranhamento se mostra além das condições objetivas e materiais de produção, já que está presente também nas subjetividades.

O relato seguinte traz elementos que nos permitem pensar nas consequências de um processo de trabalho repetitivo e estranhado:

José – Tem hora, tem dia que eu trabalho muito, tem hora que até de noite eu fico sonhando, mexendo com as plantas aqui. Acho que é muito serviço de vasinho, vai chegando, chegando, você começa a fazer um, vai fazer outro, aí fica com aquilo na cabeça, aí de noite você fica daquele jeito.

Juliana – Você sonha com as plantas?

José – Fico sonhando, fazendo... Tem hora que é tanto, por isso que tem hora que eu acordo. Aí eu nem durmo mais, aí eu vou e venho para cá [sala de sua casa]. (José, Mogi Mirim/SP, maio de 2015).

O excerto da narrativa de José evidencia a forma como o costumeiro prolongamento da jornada de trabalho, somado à execução de uma tarefa repetitiva e estranhada, trouxe consequências à sua mente, pois os vasos e o trabalho na estufa também habitam os sonhos⁷. A escolha possível para ele, naquele momento, foi interromper o sono para conseguir descansar a mente do processo de trabalho. A disponibilidade do corpo e mente é ainda mais acentuada porque José reside numa colônia de flores; sua casa está muito próxima à estufa, e nas ocasiões em que está “de plantão”, pode ser chamado a qualquer momento para irrigar uma planta ou fazer alguma manutenção na estufa.

Ainda de acordo com as reflexões de Marx, entendemos que a atividade de produção gera o homem não somente como uma mercadoria, “ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado (*entmensches Wesen*) tanto espiritual como corporalmente” (MARX, 2004, p. 92-93). É sobre tal processo de desumanização espiritual e corpóreo que queremos lançar luz nesse momento de análise. Para cumprir esse intuito, trazemos novamente as experiências laborais narradas pelos sujeitos da pesquisa.

Uma das experiências diz respeito à produção de bulbos – espécies de caules modificados ou raízes engrossadas, a partir dos quais é possível brotar flores como amarílis e tulipas. O broto ou “filhote de bulbo”⁸ é jogado na terra para, depois de enraizado e crescido, ser colhido, embalado e comercializado como um bulbo. Após sair de uma câmara fria, já separado por diferentes espécies e tamanhos, o “filhote de bulbo” é plantado nos canteiros que ficam em campo aberto. O processo do plantio se inicia com a abertura dos sulcos pelo trator. Logo em seguida, uma máquina – onde ficam

7 Compartilhamos com Bastide (2016) a seguinte reflexão: “A questão que me coloco é a de saber se o sociólogo tem o direito de ignorar a outra metade da vida, de só querer encarar o homem que está em pé ou sentado e não o homem que se deita e sonha” (p. 55). Ainda sobre a “Sociologia do sonho”, conferir Martins (1996).

8 O termo “filhote de bulbo” foi empregado por uma das trabalhadoras da região de Holambra.

12 pessoas deitadas em posição de “braços” – passa lentamente por esses sulcos. A metade delas se encarrega de depositar a muda na terra. Em seguida, outras seis pessoas que estão deitadas na máquina jogam a terra por cima da planta. Todas elas ficam somente com parte dos braços e a cabeça para fora da máquina. Essa posição faz com que as pessoas fiquem a poucos centímetros do chão, portanto, em contato direto com a terra.

O trabalho realizado no plantio de bulbos foi relatado como uma atividade bastante extenuante. Uma das trabalhadoras narrou sua experiência nessa atividade, caracterizando-a como “tudo fora do normal” na empresa em que atuava. As trabalhadoras e os trabalhadores não tinham as horas extras contabilizadas no holerite e não recebiam os prêmios a que tinham direito. O refeitório e os banheiros eram sujos e não havia um lugar para esquentar a comida. O trabalho, muitas vezes, era feito sem o uso dos EPIs. Por não receberem aventais e algum tipo de protetor para o rosto, uma trabalhadora relatou que no final da jornada se sentia como um “tatu”, porque ficava em contato direto com a terra e saía de lá com a roupa e o rosto repletos de terra. Diante das irregularidades, um grupo de trabalhadores/trabalhadoras fez a denúncia da empresa no Ministério Público, ocasião na qual tomaram conhecimento de que a empresa não possuía sequer CNPJ e que atuava, portanto, de forma irregular.⁹

A experiência de humilhação no ambiente de trabalho também é relatada por Gilson, que trabalhava no cultivo de orquídea. No excerto abaixo, o trabalhador descreve o que ele e o colega faziam quando foram chamados ao escritório da empresa para, posteriormente, ser demitidos:

Gilson – É, estava os dois juntos [Gilson e o colega de trabalho], arrancando mato, aí ele [encarregado] achou ruim porque nós cortamos. “O patrão não gosta que vocês tomem água juntos”. “Mas eu não posso tomar água?” “Se for no banheiro, é outra coisa. Enquanto um vai no banheiro, o outro fica esperando, mas

tomar água junto?”. A gente foi tomar água junto. “Pega suas coisas lá e vai falar com o homem, então”. Aí eu fui e ele me mandou embora. **A gente não é escravo**, não vai ficar com sede. Quem fica com sede, assim, é camelo. O camelo ainda tem o negócio nas costas que ele segura a água, né? A gente não tem. Nós somos seres humanos [risos]. Eu falei: **“Eu não sou camelo”**. (Gilson, Holambra/SP, maio de 2015).

A comparação dos trabalhadores e das trabalhadoras do plantio de bulbo com “tatus” e a recusa de Gilson em ser um “camelo” ou escravo revelam o processo de estranhamento e a desumanização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Uma vez que as pessoas vão perdendo a condição de humanidade, as plantas, como símbolos da expressão da natureza mercantilizada, ganham atributos animados: as mudas das plantas são chamadas de “plantas-mãe” e certos matrizeiros de plantas que exigem maior cuidado e fluxo de pessoas são chamados de “berçários”.

No próximo tópico veremos como as emoções e as afetividades marcam o cultivo de flores.

As afetividades no cultivo de flores

A perspectiva sociológica contemplada neste texto acerca das emoções nos permite compreendê-las como “significados culturais e relações sociais fundidos de maneira inseparável, e é essa fusão que lhes confere capacidade de transferir energia para a ação” (ILLOUZ, 2007, p. 15, tradução nossa). É difícil estabelecer uma categorização unânime acerca das emoções, pois as variações sobre a classificação de certos sentimentos numa mesma cultura são imensas (SCHEFF, 2012). É preciso olhar para as emoções a partir do contexto cultural e social em que estão inseridas.

Se partirmos da ideia de que as emoções se encontram presentes nas hierarquias sociais, no contexto da produção capitalista de mercadorias e sentidos, é necessário analisar as emoções em conjunto com a economia: “os repertórios de mercado se entrelaçam com a linguagem da psicologia e, combinados, proporcionam novas técnicas e sentidos para forjar novas formas de sociabilidade” (ILLOUZ, 2007, p. 20, tradução nossa).

As flores, enquanto natureza mercantilizada, expressam a conjunção dos sentimentos com lógicas mercantis, uma vez que são produzidas em escala elevada. As emoções não estão presentes somente no ritual da oferta de flor para alguém em determinadas

⁹ As irregularidades na produção de bulbos extrapolam o âmbito trabalhista e passam pelo setor ambiental. Em fevereiro de 2011, uma companhia produtora de bulbos no Ceará (ligada a um dos grupos de empresários holandeses que produzem flores em Holambra/SP) foi impedida de dar continuidade à produção de bulbos em razão do uso excessivo de agrotóxicos. A empresa fazia a aplicação aérea de agrotóxicos numa área muito próxima a residências e pastos com criação de animais. “Os moradores já reclamam de coceira na pele e problemas respiratórios, e foi comprovada a morte de animais por intoxicação. As irregularidades foram confirmadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Ceará (Adagri) e pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento”, informa o jornalista Melquiades Júnior, do Diário do Nordeste.

ocasiões; elas marcam também a divisão sexual do trabalho nos campos e estufas, no carinho e afeto recebidos pelas plantas e na distribuição desigual de afeto. Há uma apropriação das subjetividades pelo capital; no caso do comércio em grande escala de flores, a natureza e os afetos¹⁰ transformam-se em mercadoria. “Não é somente o objeto de consumo que é produzido pela produção, mas também o modo de consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores” (MARX, 2011, p. 47). A mercantilização das flores pode ser entendida como parte de um processo de reprodução do capital ancorado na subjetividade dos consumidores, que inclui a produção de estereótipos baseados nas relações de gênero.

Em diferentes discursos e relatos de empregadores, trabalhadores, trabalhadoras e manuais de orientações para o plantio está presente a noção de que mulheres possuem habilidades manuais inatas que lhe facilitariam o trato com as plantas, conforme os excertos das narrativas de Tacinara e Roberto:

Juliana – Você acha que tem algum motivo que faz com que tenha mais mulher nessa parte da colheita?

Roberto – É porque **as mulheres trabalham mais, são mais sensíveis, têm mais jeito para trabalhar**. Elas são mais calmas que os homens, por isso que tem mais mulher que trabalha. E elas têm uma atenção especial de lidar mais com a flor. (Roberto. Artur Nogueira/SP, abril de 2013).

Tacinara – Eu fico olhando, assim, aquelas violetas, tudo bonitinha, verdinha, eu fico admirando. E aí perguntam: “por que ela está assim?”. “Porque suas mãos são mãos abençoadas” [risos]. “Porque suas mãos, você fica aí, o que você tocar tudo fica bonito”. Aí, eu fico me sentindo... eu me sinto bem porque está fazendo um elogio, né? Ali é raro a pessoa te elogiar. (Tacinara. Artur Nogueira/SP, maio de 2013).

10 O Dia das Mães (maio) e o Dia dos Namorados (junho) são as datas comemorativas com maior número de flores vendidas. Nessas datas, as flores são comercializadas com apelos de sentimentos como amor, paixão e gratidão. No feriado de Finados (novembro), as flores também são vendidas em larga escala (especialmente os crisântemos) para serem ofertadas aos mortos. Para mais informações sobre o histórico do uso de flores para enfeites e ofertas aos deuses e aos mortos, conferir o estudo do antropólogo Jack Goody (1993).

O último trecho mostra que a habilidade manual de Tacinara foi classificada como “bênção” e não como um conhecimento adquirido ou desenvolvido. O entendimento de que algumas mulheres possuem o “dedo verde” e as “mãos mágicas” desde o nascimento contribui para a baixa remuneração das atividades, já que existe uma interpretação de que as habilidades não teriam sido desenvolvidas e adquiridas com o tempo, e sim presenteadas pela natureza, e por isso não precisariam ser remuneradas.

A naturalização das competências e do saber-fazer do cuidado no registro da feminilidade, ou seja, naquilo que é esperado das mulheres, possui como corolário o fato de que estes saberes, quando exercidos por homens – que serão, logo, gentis, pacientes, atenciosos, discretos, delicados – são muito mais valorizados, pois não são uma expectativa em relação a todos os homens. O resultado é que este homem será considerado uma pessoa especial, uma pessoa excepcional que obterá, por conseguinte, maiores gratificações. (MOLINIER, 2012, p. 33).

É a mesma construção que faz com que recaia sobre as mulheres o peso da responsabilidade pelos cuidados com a saúde e o bem-estar dos membros da unidade doméstica. Lançamos mão da análise feita por Beauvoir (1970) sobre as correspondências entre a mulher, a natureza, a reprodução e a agricultura de um lado, e de outro lado, a figura do homem relacionada com o poder de criação. A autora faz menção ao caso dos índios do rio Orinoco, que confiavam às mulheres o cuidado de semear e plantar, acreditando que as sementes e as raízes plantadas por elas poderiam dar mais frutos pelo fato de que as mulheres sabiam conceber e parir. Do mesmo modo, em algumas sociedades, o trabalho agrícola era confiado à mulher porque os grupos acreditavam que ela era capaz de “atrair a seu seio as larvas ancestrais” e tinha o poder de “fazer jorrar dos campos semeados os frutos e as espigas” (BEAUVOIR, 1970, p. 88).

Na Índia existia uma crença de que as plantas floresceriam com maior facilidade depois de receber as súplicas e o toque das mulheres (GOODY, 1993). Em outras sociedades, pelo contrário, a natureza feminina teria o poder de destruição – as mulheres que estivessem no período menstrual não podiam cozinhar ou se aproximar de algumas plantações porque, ao tocar as flores, a “impureza” da menstruação faria murchar as plantas (BEAUVOIR, 1970).

As plantas e o corpo feminino não apresentam somente uma relação de reprodução ou destruição da natureza, mas também são carregados de outras simbologias e metáforas. Uma delas é a expressão “colher a flor”, que para muitos grupos significa tirar a vir-

gindade de uma mulher (BEAUVOIR, 1970, p. 197). As simbologias também estão presentes na literatura, quando os poetas do Ocidente e do Oriente “metamorfoseiam o corpo da mulher em flores, em frutos, em pássaros” (BEAUVOIR, 1970, p. 197).

O antropólogo Jack Goody (1993), em estudo aprofundado sobre a representação e uso das flores ao redor do mundo, ensina que a sexualidade é o centro da existência da flor e desempenha um papel importante quando é referida à vida humana. Em muitas sociedades estão presentes comparações entre a flor e a atividade reprodutiva/menstrual das mulheres. Por meio dessa associação, muitos grupos sociais entendem que a “defloração de uma virgem” seria como se estivesse arrancando as pétalas de uma flor, tirando a sua essência (GOODY, 1993). O autor remonta ao ano de 240 a.C. e cita o Festival Romano da Floralia¹¹, que consagrava a fertilidade e os ciclos agrários – uma das celebrações do festival era um espetáculo com prostitutas que se despiam a convite dos espectadores. Nessas festividades, as flores eram associadas com a ostentação pública da sexualidade (GOODY, 1993).

Em Pompeia, na Antiguidade, o uso e a venda de flores eram associados com o sexo e com a venda de sexo. No âmbito religioso, em diferentes países como Israel e Roma, a Virgem Maria era representada por meio da imagem da flor num jardim fechado ou ainda por meio de uma rosa branca sem espinhos (GOODY, 1993). O autor ressalta que as flores não estavam relacionadas somente com as mulheres – no Egito, por exemplo, as flores eram usadas pelas mulheres, que as colocavam nos cabelos e seios, mas também por homens que a utilizavam como adorno e para extrair o perfume delas (GOODY, 1993).

No caso da produção mercantilizada de flores na região de Holambra, as clivagens de gênero marcam não somente a simbologia do comércio das plantas, como os processos de trabalho que se estabelecem nas estufas, nos campos e nas unidades domésticas. No que diz respeito ao processo de trabalho nos campos e estufas, é possível afirmar que as clivagens de gênero se expressam nos seguintes aspectos: utilização da palavra “mãe” para ser referir às plantas (planta-mãe, folha-mãe); exigência de atenção, cuidado e maior habilidade para as trabalhadoras; e na dimensão mais geral da divisão sexual do trabalho.

A pesquisa de Beceril (1995) sobre o cultivo de flores no México também demonstrou as formas pelas quais as clivagens de gênero e as emoções marcam o processo de trabalho. De acordo com a autora,

a *fecundidade* e a *fertilidade* femininas são usadas para relacionar a flor aos filhos da trabalhadora, e o local de trabalho a casa. A empresa lança mão desses termos para empregar as mulheres no cultivo, colheita e classificação das plantas. Os empregadores dão ênfase à maternidade, ressaltando os aspectos reprodutivos da mulher – para que ela cumpra sua função de portadora da vida. Assim, para os empregados e para muitas trabalhadoras, se o resultado final for uma flor de qualidade para a exportação é porque a mulher cumpriu seu poder de concepção e reprodução (BECERIL, 1995).

No contexto de produção mercantilizada das flores em Holambra, elementos como cuidado, carinho e afeto estiveram muito presentes nas narrativas de caracterização do trabalho nos campos e estufas. Nesse momento, recorreremos à discussão sociológica sobre o trabalho do *care*¹² para embasar a discussão em torno do uso do carinho e do afeto como elementos mercantilizados. O *care* pode ser entendido como cuidado, solicitude e atenção ao outro, e se expressa em forma de prática, atitude e disposição moral. O trabalho do *care* se apresenta também como um trabalho mercantilizado que cresce na sociedade capitalista num contexto de ampliação no número de mulheres que exercem atividades remuneradas (HIRATA; GUIMARÃES, 2012).

Entre outros fatores, Hirata e Guimarães (2012) mostram que as fronteiras entre o trabalho do *care* remunerado e o trabalho do *care* não remunerado são bastante tênues, o que se evidencia no fato de que o amor, o afeto e as emoções não são de domínio exclusivo das famílias, “do mesmo modo que o cuidado, o fazer e a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das ‘cuidadoras’, das ‘acompanhantes’, das ‘auxiliares’ remuneradas” (HIRATA; GUIMARÃES, 2012, p. 3). Nesse sentido, o trabalho de *care* é ao mesmo tempo “trabalho emocional e trabalho material, técnico” (HIRATA; GUIMARÃES, 2012, p. 3). Portanto, não se trata de apresentar o amor e a técnica como termos dicotômicos na esfera do trabalho; a experiência dos trabalhos do *care* revela que é possível existir um trabalho remunerado que envolve amor (ZELIZER, 2012, p. 24-25). Esse aspecto é de fundamental relevância para o paralelo que estabelecemos entre os trabalhos do *care* e o trabalho no cultivo de flores, uma vez que esta atividade combina elementos técnicos com aqueles ligados à esfera das afetividades.

Outra comparação estabelecida entre o trabalho do *care* e o de cultivo de flores está no fato de que ambos têm por objetivo manter

11 Deusa das Flores.

12 Uma das definições de *care* é cuidado.

e preservar a vida lançando mão do cuidado – entre as atividades práticas, podemos citar a eliminação e a prevenção de doenças e o acompanhamento das etapas reprodutivas e de desenvolvimento da vida das flores.

Algumas bases de reflexão sobre o trabalho do cuidado – mesmo que destinado a pessoas, e não a plantas – fornecem importantes pistas para pensar o cuidado destinado ao desenvolvimento da flor, pois a atividade nesse cultivo mescla elementos do campo técnico e das emoções.

Destacamos na narrativa abaixo o modo como as emoções e os sentimentos se mostram presentes:

Tacinara – Porque no começo ia todo mundo [para repicar mudas de violeta], ia bastante gente, bastante mulher – homem não, mulher. Aí o homem falou assim: “Nossa, está parecendo que passou um monte de vaca roçadeira aqui”, porque fazia muita bagunça, assim, tipo, umas quebravam de um jeito, outras quebravam **com raiva**, outras quebravam **com carinho**, sabe? Era a maior bagunça, ele achou que aquilo lá não estava progredindo para ele. Aí ele contratou duas pessoas para fazer só esse serviço. Que é o que eles mais preocupam, de quebrar a folhinha, para o brotinho crescer. Quando eu entrei lá, eu fiz dois serviços para depois eles colocarem eu lá. Aí depois eles colocaram eu lá, gostou, colocou duas. Ele não gostou da outra, mandou a outra embora e deixou eu: “Eu vou deixar ela. Se eu gostar dela, eu fico, se não, eu vou mandar ela embora também”. E eu lá querendo ficar, porque eu gostava. Eu comeci a gostar do serviço, **eu me apaixonei pelo serviço**, menina. Até hoje, eu fico lá, eu me sinto tão bem! Eu fico sozinha, eu adoro trabalhar sozinha. As pessoas falam: “Ai, Tacinara, eu não sei como você aguenta trabalhar sozinha”. Eu falo: “Eu adoro, adoro!”. Eu tenho raiva quando eu desço lá no meio do bando lá, sabe? [risos] Eu adoro ficar ali sozinha. **Lá eu choro, lá às vezes eu fico triste, ou eu estou alegre** [...]. Mas é muito gostoso isso que eu faço lá. Muito gostoso. Às vezes, quando eu fico de atestado, quando eu fico de férias, eu fico doídicinha para voltar de novo. Porque eu fico: “Olha, cuidado, não vai botar as pessoas para fazerem bagunça aí, hein?” [...] Porque acho que ele gosta, o André, que é o dono, acho que ele gosta do serviço que eu faço. Eu já falei até com ele, pessoalmente, eu falei: “Olha, eu faço isso aqui porque eu gosto. **Eu faço com carinho porque eu cuido, sabe?**”. Às vezes eu sou exigente, é como se eu fosse a dona, entendeu? **Às vezes eu faço o papel de como se eu fosse a dona**. Mas porque eu gosto, **eu faço com carinho**. (Tacinara, Artur Nogueira/SP, maio de 2013).

As afetividades e as emoções apresentadas na narrativa de Tacinara se entremeiam com características dos processos de estranhamento a que fizemos referência no início deste texto. A produção mercantilizada das plantas lança mão da lógica do cuidado que as trabalhadoras e os trabalhadores devem destinar à planta para que a mercadoria seja apresentada não só com uma quantidade necessária para a obtenção do lucro, mas também com uma qualidade satisfatória para passar nos procedimentos de controle de qualidade. É fundamental destacar que ela se beneficia da histórica responsabilização das mulheres pelos cuidados e atenção destinados aos membros da unidade doméstica – e como outra produção capitalista qualquer, tem o capital reproduzido por meio do trabalho não pago feminino no ambiente doméstico.

As narrativas das trabalhadoras do cultivo de flores revelam o fato de que muitas vezes outras mulheres (irmãs, tias, avós e sogras) se responsabilizam pelo cuidado com as crianças no período posterior à licença-maternidade, quando as mulheres retornam para as estufas e os campos de flores. Uma das trabalhadoras, que ocupava o cargo de encarregada no momento em que realizamos a entrevista, relatou que costumava prolongar a jornada de trabalho nos períodos de pico de produção – nestas ocasiões, o filho ficava sob a responsabilidade de sua mãe. Este fato evidencia o entrelaçamento dos trabalhos produtivo e reprodutivo.

Aceitamos a ideia de que os trabalhos no âmbito produtivo e reprodutivo estão entrelaçados, mas refutamos, ancoradas em Milkman (1999), o entendimento de que o trabalho feminino fora do âmbito doméstico é uma simples reprodução das tarefas realizadas no ambiente doméstico (socializar as crianças, fazer limpezas e cuidar de doentes): “Uma vez que o trabalho doméstico é composto por uma variedade de tarefas, essas analogias podem ser arbitrariamente ampliadas a praticamente todos os trabalhos que as mulheres possam realizar” (MILKMAN, 1999, p. 108).

As tarefas são ressignificadas como femininas, como no caso de funções que as mulheres começaram a desempenhar nas fábricas no período da II Guerra Mundial – atividades que até então eram realizadas majoritariamente por homens. Essas considerações nos fornecem a base para recusar as análises que estabelecem uma chave explicativa da “destreza manual feminina” nos espaços produtivos como adquirida por aprendizado no ambiente doméstico.

Picchio (1994) apresenta alguns elementos sobre o entrelaçamento dos espaços produtivo e reprodutivo, enfatizando o acúmulo de energia que as mulheres dedicam a outras pessoas:

O trabalho de reprodução tem sido confiado historicamente às mulheres. Isto significa que a elas se exige que compensem as insuficiências dos serviços públicos e os efeitos destrutivos do mercado de trabalho. Quanto mais encobertos são estes efeitos, mais importante é o papel da família como lugar onde se descarregam as tensões e as inseguridades de seus componentes. (*Pivchio*, 1994, p. 456, tradução nossa).

É por isso que enfatizamos, uma vez mais, como o capital se apropria não só no espaço de produção, mas das construções sociais de gênero. Queremos destacar do excerto supracitado dois aspectos: a importância de analisar o trabalho não só a partir da produção material, como também emocional; e a sobrecarga de trabalho para as mulheres como consequência da insuficiência de serviços públicos de cuidados. No que diz respeito ao trabalho emocional, enfatizamos desde já a relevância do tema para a atividade no cultivo de flores – não só porque às flores são destinadas ações de cuidado e afeto, mas pelo fato de que as mulheres relatam que continuam cuidando da família quando estão nos campos e nas estufas – por exemplo, quando utilizam o horário de almoço para telefonar para os companheiros, os filhos e as filhas.

Em relação à escassez de serviços públicos, cabe mencionar as interrupções na trajetória laboral¹³ feminina para que as mulheres cuidem das crianças em decorrência das vagas insuficientes na educação infantil (ou horários escolares inconsistentes com os laborais), e as interrupções para cuidar de membros da família que exigem cuidados especiais (idosos dependentes e pessoas com enfermidades).

As mulheres são responsabilizadas por essas atividades com o argumento de que essas tarefas são parte constituinte de sua natureza. Relacionar os cuidados com um fato natural é “um recurso que permite reduzir o custo desses cuidados” (FOLBRE; HARTMANN, 1999, p. 111, tradução nossa).

Compreendemos que a sobrecarga de trabalho para as mulheres não diz respeito somente a um problema de escassez de serviços públicos, mas também aponta para os impactos de uma política neoliberal que se reflete no âmbito de um mercado de trabalho cada vez mais desregulado e com relações flexíveis que prejudicam os trabalhadores, e ainda mais as trabalhadoras, na medida em que há

¹³As interrupções nas trajetórias laborais por motivos de casamento ou cuidado com filhos ou membros da família que necessitem de amparo são muito mais frequentes no caso das mulheres, em razão das construções sociais de gênero.

uma redução de benefícios sociais que tem como consequência uma maior carga de atividades para as mulheres (CARRASCO, 1999).

Estudos têm mostrado que as mulheres ficam com a sobrecarga de trabalho, como também são as que ocupam em maior número os postos de trabalho em período parcial, as que passam um maior número de vezes por experiências de demissão em razão do corte no quadro de funcionários e funcionárias (BEECHEY, 1994) e as que ocupam o maior número de postos de trabalho informal (VARA, 2006) nas cadeias de produção global. A divisão entre o que é considerado trabalho formal e informal hoje em dia é bastante tênue, porque um mesmo setor pode ter pessoas empregadas em condições mais estáveis [característica ligada ao mercado de trabalho formal], mas que recebem um salário muito baixo, são impedidas de ter participação sindical e submetidas a riscos no ambiente de trabalho (VARA, 2006).

Nestas cadeias de produção global, de modo geral,

as mulheres são principalmente as que cortam, costuram e embalam artigos de confecção; as que colhem e embalam frutas e hortaliças; as que cultivam e cortam flores; as que realizam o trabalho em domicílio. Os estudos indicam também que as mulheres tendem a perder esses empregos quando as empresas locais ingressam na cadeia produtiva e passam a realizar fases mais intensivas em tecnologia e em trabalho de maior qualificação. (VARA, 2006, p. 73, tradução nossa).

Vara (2006) acrescenta que as mulheres são a maioria entre as pessoas que têm contratos sazonais ou temporários. Além disso, elas têm uma menor mobilidade ascendente em relação aos homens. Barrientos (1999), em pesquisa sobre as exportações agrícolas não tradicionais¹⁴ (EANTI) em países da África, Ásia e América Latina, também mostrou que as mulheres são a maioria entre as pessoas empregadas com contratos temporários para a produção de frutas frescas, verduras e flores. De acordo com os empresários, elas são empregadas em maior número porque têm maior destreza e capacidade para realizar as atividades mais delicadas, e são consideradas como uma mão de obra mais dócil (BARRIENTOS, 1999, p. 305).

Olaizola (2009), em sua análise sobre o emprego majoritário de mulheres para a colheita de morangos no sul da Espanha, refuta o entendimento de que as trabalhadoras – em comparação com os trabalhadores – possuem uma maior flexibilidade e delicadeza nas

¹⁴ Trata-se de uma agroindústria moderna que produz alimentos frescos durante o ano todo com preços mais baixos.

mãos para tratar a fruta perecível. Ela amplia a crítica, apontando que para combater a discriminação em razão do sexo não é necessário – como fazem muitas pesquisadoras e pesquisadores – sobredimensionar a qualificação requerida para esses trabalhos realizados por mulheres. Olaizola (2009) argumenta que a crítica feminista não deve se conformar em visualizar e valorizar socialmente o trabalho desempenhado pelas mulheres nos estratos mais baixos, e sim dar um segundo passo e buscar a eliminação da estrutura fragmentada do mercado de trabalho em função do sexo e de outras hierarquias sociais (OLAIZOLA, 2009, p. 402).

Considerações Finais

Estranhamento, desumanização, emoções, pesadelos, assombrações e afetividades ancoradas em padrões de gênero fazem parte de um mesmo processo de exploração do trabalho para a reprodução do mercado de flores. Neste capítulo procuramos demonstrar que, longe de ser doce e poética, a lida diária nos campos e estufas de flores é marcada por um processo de estranhamento que diz respeito à recusa em participar de festas montadas para celebrar a cultura holandesa e para apresentar o colorido das plantas num cenário que pouco corresponde à realidade cotidiana de homens e mulheres empregados no cultivo de flores na região de Holambra.

Procuramos evidenciar que o entendimento sobre a distribuição desigual de afetos (plantas que recebem carinho e trabalhadoras interrompidas por “assombrações”) é de grande valia para pensarmos o caso da produção de flores, pois as trabalhadoras são submetidas a longas jornadas de trabalho, especialmente durante o período de pico para a produção do Dia das Mães e do Dia dos Namorados. Durante o período de “pico de produção”, algumas empresas costumam prolongar as jornadas de trabalho para atender à demanda – isso faz com que as pessoas trabalhem mais de dez horas por dia e estejam ocupadas também durante o sábado e o domingo. Há ainda aquelas que – durante os períodos de pico – trabalham de manhã e à tarde numa empresa e depois trabalham como diaristas, à noite, nas estufas de outros padrões que ficam próximas de suas residências.

Não é somente no período de pico de produção o momento em que os trabalhadores e as trabalhadoras precisam lidar com a gestão das emoções. Existe uma complexidade de relações que nem sempre beneficiam os trabalhadores e as trabalhadoras – referimo-nos à escassez de oferta de vagas para crianças em escolas públicas de educação infantil. Muitas trabalhadoras no período pós-parto, depois

de transcorrido o período de licença-maternidade, encontram dificuldades para obter vagas nas escolas públicas. Já que nem todas as empresas disponibilizam auxílio-escola para que o pai e a mãe possam continuar trabalhando, algumas famílias recorrem às redes de parentesco e vizinhança para compartilhar o cuidado das crianças, ou ainda levam as crianças para acompanhar o trabalho no interior das estufas.

Finalmente, entendemos que o capital, em busca de reprodução, apropria-se das construções sociais de gênero em diferentes etapas de seu curso. No caso da produção agrícola, isso se revela no fato de que as mulheres pagam a conta das contradições do capital, das sucessivas tentativas de redução de custos nos diferentes elos da cadeia produtiva. Elas pagam o preço da redução de salários para lidar com as consequências das variações climáticas, e o fazem porque são a maioria entre as demitidas quando alguma variedade de muda não “rende” a quantidade desejada.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, RICARDO. “A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E SUAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS. INFORMALIDADE, INFOPROLETARIADO, (I)MATERIALIDADE E VALOR”. IN: RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL II. 1. ED. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013. P. 13-27.
- BARRIENTOS, STEPHANIE “LA MANO DE OBRA FEMININA Y LAS EXPORTACIONES GLOBALES: MUJERES EN LAS AGROINDUSTRIAS CHILENAS”. IN: VILLOTA, PALOMA. (ED.) GLOBALIZACIÓN Y GÉNERO. MADRID: EDITORIAL SINTESIS, 1999.
- BASTIDE, ROGER. “O SONHO”. IN: O SONHO, O TRANSE E A LOUCURA. TRAD. CARLOS EUGÊNIO MARCONDES DE MOURA. SÃO PAULO: TRÊS ESTRELAS, 2016.
- BEAUVOIR, SIMONE. O SEGUNDO SEXO. FATOS E MITOS. SÃO PAULO: DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO, 1970.
- BECERIL, OFELIA. “¿CÓMO LAS TRABAJADORAS AGRÍCOLAS DE LA FLOR, EN MÉXICO, HACEN FEMENINO EL PROCESO DE TRABAJO EN EL QUE PARTICIPAN?” IN: FLORES, SARA MARÍA LARA. (COORD.) JORNALERAS, TEMPORERAS Y BÓIAS-FRIAS: EL ROSTRO FEMININO DEL MERCADO DE TRABAJO RURAL EN AMÉRICA LATINA. CARACAS: EDITORIAL NUEVA SOCIEDAD. 1995, p. 181-192.

- BEECHEY, VERONICA. GÉNERO Y TRABAJO. REPLANTEAMIENTO DE LA DEFINICIÓN DE TRABAJO. IN: BORDERÍAS, CRISTINA; CARRASCO, CRISTINA, ALEMANY, CARMÉ. [COMPILADO] LAS MUJERES Y EL TRABAJO: RUPTURAS CONCEPTUALES. BARCELONA: ICARIA: FUHEM, D. L. 1994.
- BUENO, JULIANA DOURADO. SOBRE ROSAS E ESPINHOS: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO COM FLORES NA REGIÃO DE HOLAMBRA (SP). TESE DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA. SÃO CARLOS: UFSCAR, 2016.
- CARRASCO, CRISTINA “INTRODUCCIÓN: HACIA UNA ECONOMIA FEMINISTA”. IN: CARRASCO, CRISTINA. [ED.] MUJERES Y ECONOMIA. NUEVAS PERSPECTIVAS PARA VIEJOS Y NUEVOS PROBLEMAS. BARCELONA: ICARIA EDITORIAL, 1999.
- CORRÊA, ANA CLÁUDIA PINTO. HOLAMBRA ALÉM DAS FLORES: UMA EXPERIÊNCIA DE IMIGRAÇÃO HOLANDESA. HOLAMBRA-SP: EDITORA SETEMBRO, 2011. 307p.
- FOLBRE, NANCY; HARTMANN, HEIDI. “LA RETÓRICA DEL INTERÉS PERSONAL: IDEOLOGIA Y GÉNERO EN LA TEORÍA ECONÓMICA”. IN: CARRASCO, CRISTINA. [ED.] MUJERES Y ECONOMIA. NUEVAS PERSPECTIVAS PARA VIEJOS Y NUEVOS PROBLEMAS. BARCELONA: ICARIA EDITORIAL, 1999.
- GASPARINI, MARINA FAVRIM; FREITAS, CARLOS MACHADO. TRABALHO RURAL, SAÚDE E AMBIENTE: AS NARRATIVAS DOS PRODUTORES DE FLOR FRENTE AOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS. AMBIENTE & SOCIEDADE. SÃO PAULO, v. XVI, n. 3, p. 23-44, JUL.SET.2013.
- GOODY, JACK. THE CULTURE OF FLOWERS. NEW YORK: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1993.
- HIRATA, HELENA; GUIMARÃES, NADYA ARAUJO. INTRODUÇÃO. IN: HIRATA, HELENA; GUIMARÃES, NADYA ARAUJO. [ORG.] CUIDADO E CUIDADORAS. AS VÁRIAS FACES DO TRABALHO DO CARE. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS S. A., 2012.
- ILLOUZ, EVA. INTIMIDADES CONGELADAS. LAS EMOCIONES EN EL CAPITALISMO. MADRID: KATZ EDITORES. 2007.
- LEITE, JONATHAN DE SOUZA. HOLAMBRA – ENTRE FLORES E ESPINHOS. A IMIGRAÇÃO HOLANDESA E A SEGREGAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL NA CIDADE DAS FLORES. MONOGRAFIA (CIÊNCIAS SOCIAIS), UNESP MARÍLIA, 2007.
- LOURENÇO, FERNANDO ANTONIO. AGRICULTURA ILUSTRADA: LIBERALISMO E ESCRAVISMO NAS ORIGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. CAMPINAS, EDITORA DA UNICAMP, 2001. 223 p.
- MARX, KARL. GRUNDRISSE: MANUSCRITOS ECONÓMICOS DE 1857-1858. ESBOÇOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. TRAD. MARIO DUAYER, NÉLIO SCHNEIDER. SÃO PAULO: BOITEMPO; RIO DE JANEIRO: ED. UFRJ, 2011.
- _____. MANUSCRITOS ECONÓMICO-FILOSÓFICOS. TRAD. JESUS RANIERI. SÃO PAULO: BOITEMPO EDITORIAL, 2004.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA (ORG.). (DES)FIGURAÇÕES. A VIDA COTIDIANA NO IMAGINÁRIO ONÍRICO DA METRÓPOLE. SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC, 1996.
- MILKMAN, RUTH. “PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE LA SEGREGACIÓN SEXUAL EN EL TRABAJO REMUNERADO”, SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, n° 5, p. 107-115, 1998/1999.
- MOLINIER, PASCALE. “ÉTICA E TRABALHO DO CARE”. IN: HIRATA, HELENA; GUIMARÃES, NADYA ARAUJO. [ORG.] CUIDADO E CUIDADORAS. AS VÁRIAS FACES DO TRABALHO DO CARE. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS S. A., 2012.
- OLAIZOLA, ALICIA REIGADA. LAS NUEVAS TEMPORERAS DE LA FRESA EN HUELVA. FLEXIBILIDAD PRODUCTIVA, CONTRATACIÓN EN ORIGEN Y FEMINIZACIÓN DEL TRABAJO EN UNA AGRICULTURA GLOBALIZADA. (TESE DE DOUTORADO). ANTROPOLOGÍA SOCIAL. UNIVERSIDAD DE SEVILLA. 2009.
- PICCHIO, ANTONELLA. EL TRABAJO DE REPRODUCCIÓN, TEMA CENTRAL EN EL ANÁLISIS DEL MERCADO LABORAL. IN: BORDERÍAS, CRISTINA; CARRASCO, CRISTINA, ALEMANY, CARMÉ. [COMPILADO] LAS MUJERES Y EL TRABAJO: RUPTURAS CONCEPTUALES. 1. ED. – BARCELONA: ICARIA: FUHEM, D. L. 1994.
- KNAAP, ANNEMARIE VAN DER. HOLAMBRA. CIDADE DAS FLORES. PARTE II – 1998-2012. HOLAMBRA: EDITORA SETEMBRO, 2012.
- SCHEFF, THOMAS J. ‘UMA TAXONOMIA DAS EMOÇÕES: COMO COMEÇAR’. RBSE – REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA EMOÇÃO, 11 (31), p. 12- 30, ABR. 2012.
- VARA, MARÍA JESÚS “EMPLEO FEMININO EN LAS CADENAS DE PRODUCCIÓN GLOBAL”. IN: ESTUDIOS SOBRE GÉNERO Y ECONOMIA. MADRID: AKAL, 2006.
- WIJNEN, KEES. HOLAMBRA. CIDADE DAS FLORES. PARTE I – 1948-1998. HOLAMBRA: EDITORA SETEMBRO, 2012.
- ZELIZER, VIVIANA. “A ECONOMIA DO CARE”. IN: HIRATA, HELENA; GUIMARÃES, NADYA ARAUJO. [ORG.] CUIDADO E CUIDADORAS. AS VÁRIAS FACES DO TRABALHO DO CARE. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS S.A., 2012.

Vigilância e intensificação do trabalho na colheita mecanizada de cana no Complexo Agroindustrial Canavieiro paulista¹

LEONARDO FERREIRA REIS²

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALVES³

Introdução

A modernização do CAI Canavieiro paulista durante as décadas de 2000 e 2010 é marcada por três processos intrinsecamente ligados. O primeiro é a expansão da produção de cana-de-açúcar, que aumenta de 189,04 para 434,07 milhões de toneladas entre os anos de 2000 e 2013 (CAMARA; CALDARELI, 2016). Neste período, também cresceu a pressão da sociedade contra a queima dos canaviais (GOULART, 1997) e as denúncias de morte de cortadores manuais de cana por exaustão no trabalho (FACIOLI, 2008). Associado a este processo, foi consolidada a colheita mecanizada no estado de São Paulo, tornando-se a operação preponderante no corte de cana.

1 Texto resultante de pesquisa de doutorado com bolsa financiada pela Capes e realizada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSCar, concluída em 2017.

2 Doutor em Engenharia de Produção pelo PPGE/UFSCar (2017), Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGE/UFSCar (2013), Graduação em Engenharia de Produção pela UFOP (2009). Professor do Magistério Superior com ocupação atual no curso de Engenharia de Saúde e Segurança, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). E-mail: <leofreis@unifei.edu.br>

3 Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP, Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, Graduação em Economia pela UFRJ. Professor do Magistério Superior, professor aposentado do Departamento de Engenharia de Produção (DEP) UFSCar. E-mail: <chiquinho@dep.ufscar.br>

A modernização e a expansão só foram possíveis com o aumento do crédito para investimentos no agronegócio, o que foi viabilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo mercado de *commodities* (vendas no mercado futuro), num processo de financeirização dos grupos econômicos do complexo. Porém, com a crise econômica de 2008, a capacidade de pagamento dos créditos recebidos ficou comprometida, agravando o endividamento das usinas. No contexto altamente competitivo da produção de *commodities*, a redução de custos foi crucial para a sobrevivência financeira das usinas, o que está diretamente relacionado com o aumento da produtividade, permitindo aos grupos econômicos o acesso a novos investimentos e a rolagem de suas dívidas (PITTA et al., 2014).

Nesse período, as denúncias emanadas dos movimentos sociais (movimentos sindicais de trabalhadores, movimentos ambientalistas) tiveram eco na opinião pública nacional e internacional. Isso acarretou uma pressão de investidores e possíveis compradores internacionais para que os produtores e potenciais exportadores de álcool⁴ resolvessem estes dois problemas: o ambiental, causado pelas queimadas, e o social, decorrente das mortes por excesso de trabalho. O corte mecanizado de cana-de-açúcar, associado a diversas peças publicitárias e ao apoio do governo federal, daria uma imagem “verde” a esse setor (ALVES, 2009; GAMEIRO, 2019), atendendo a exigências do potencial mercado consumidor internacional e aliviando as pressões internas e externas (GAMEIRO, 2017). A mecanização do corte de cana tornou-se a principal mudança técnica da produção canavieira paulista na década de 2010 (REIS, 2017).

Em consequência da mecanização, o número de cortadores manuais de cana, trabalhadores historicamente submetidos a condições degradantes de trabalho (ALVES, 2006), passa de 156.682 trabalhadores no ano de 2007 (BACCARIN; BARA, 2009), para 57.515 no primeiro semestre de 2016 (BACCARIN; FERREIRA, 2016). Ou seja, apenas 36,7% do contingente de trabalhadores manuais permaneceram no complexo canavieiro paulista, relegando as atividades manuais a uma posição de auxiliar da colheita mecanizada (REIS;

4 Nesse período, o Brasil e os EUA queriam tornar o etanol uma commodity de circulação internacional. Para isso, era necessário que os países potenciais importadores da Europa e da Ásia introduzissem o etanol em suas matrizes energéticas, com a justificativa de reduzir os gases causadores do efeito estufa, principal indutor das mudanças climáticas mundiais. A crise econômica internacional de 2008 jogou por terra as pretensões dos governos brasileiro e estadunidense quanto ao etanol, que, por esse motivo, não teve a demanda internacional acrescida e voltou a ser um combustível com demanda apenas nacional.

ALVES, 2015). Por outro lado, houve aumento de 74,3% entre 2007 e 2014 de trabalhadores ocupados na mecanização (BACCARIN, 2016), operação que passou a ser preponderante na produção agrícola do CAI Canavieiro paulista.

Com o papel central que as operações mecanizadas passaram a ter na valorização do capital do complexo canavieiro, a produção científica sobre as condições de trabalho na colheita tem avançado (SCOPINHO et al., 1999; NARIMOTO, 2012; SILVA et al., 2014; VERGINIO; ALMEIDA, 2013). Porém, a relação entre as práticas gerenciais e as tecnologias utilizadas na operação de máquinas é ainda pouco estudada (BUNDE; CALAÇA, 2018).

Uma das estratégias gerenciais tradicionalmente utilizadas para aumentar a produtividade no corte manual de cana, através da intensificação do trabalho, foi o pagamento por produção (GUANAIS, 2016, ALVES, 2008). Embora duramente criticado por ser o responsável pelas mortes por excesso de trabalho no corte manual (ALVES, 2006; VILELA et al., 2015), essa forma de pagamento ainda é mantida nas operações mecanizadas, só que com o nome de remuneração variável (REIS; ALVES, 2008).

A fiscalização gerencial sobre os trabalhadores, outra estratégia tradicional do setor (SCOPINHO, 2000), passa a ser realizada com o auxílio de novas tecnologias nas operações das máquinas, como o computador de bordo. Esse é um sistema de aquisição de dados que produz vários indicadores sobre o trabalho mecanizado (MAGALHÃES; CERRI, 2007; BUNDE; CALAÇA, 2018; ZANGIROLAMO et al., 2018). O computador de bordo permite à gerência apurar e vigiar as atividades realizadas pelo operador em todo o processo de colheita, em tempo real. Neste contexto, o presente estudo objetiva demonstrar que o uso combinado de inovações tecnológicas e da remuneração variável aumenta a vigilância sobre os trabalhadores para elevar a produtividade através da intensificação do trabalho dos operadores de máquinas.

Fundamentação Teórica

Na busca por aumento da produtividade, a mecanização da colheita foi retomada no CAI Canavieiro paulista na década de 2000, chegando a representar 90% da área colhida na safra 2016/17 (FREDO; CASER, 2017). Porém, este investimento implicou significativo aumento do capital imobilizado na produção, elevando o risco de crescimento dos custos. Para entender este processo, faremos uma rápida digressão teórica.

Segundo Marx (2010 [1867]), a maquinaria transfere uma parte do seu valor ao produto à medida que é utilizada, ou seja, ao invés de baratear o produto, encarece-o na proporção do seu próprio valor. Assim, é extremamente necessário que a alíquota transferida para a mercadoria seja a menor possível, o que só pode ser obtido com a produção de maiores quantidades de mercadorias. Isso significa aumento da produtividade do trabalho. Portanto, quanto maior o uso da máquina, menor o valor transferido por ela ao valor do produto gerado. Para reduzir esse risco, a gerência busca formas de aumentar a produtividade do trabalho na operação de máquinas.

As colhedoras de cana devem, em seis anos, ter transferido todo o seu valor à cana produzida, que é o tempo de vida útil desse equipamento. Além do desgaste pelo uso intenso a que são submetidas, as máquinas podem se tornar obsoletas à medida que o progresso técnico avança (BONFIM RODRIGUES; GRIGOLI ABI SAABI, 2007). Quanto maior a quantidade de cana colhida antes de o valor da colhedora ser completamente depreciado, menor é o impacto que a máquina terá sobre o custo de produção da operação de colheita. Por isso as usinas buscam manter as máquinas em funcionamento durante um período mais longo de horas em trabalho através da inclusão de trabalho noturno e da redução das paradas na produção (NARIMOTO, 2012; SILVA et al., 2014). Isso se dá com o aprimoramento das técnicas de gestão e organização do trabalho, intensificando o ritmo (BUNDE; CALAÇA, 2018; REIS, 2017; SCOPINHO et al., 1999; SILVA et al., 2014).

Para aumentar a produtividade do trabalho agrícola, as usinas passaram a combinar o trabalho mecanizado com o manual, fazendo deste segundo um auxiliar do primeiro (REIS; ALVES, 2015), já que em 2017 ainda existiam 55.530 trabalhadores manuais nos canaviais paulistas (BACCARIN, 2019). Esta combinação de atividades manuais e mecânicas é apenas um dos aspectos da dinâmica contraditória de modernização do CAI Canavieiro paulista. Neste processo, as novas tecnologias, que incluem o controle automatizado através de computadores de bordo e piloto automático, guiado por GPS, são introduzidas. No entanto, permanecem as relações de trabalho baseadas na superexploração dos operadores de máquina e, por isso, anacrônicas, como o pagamento por produção, as condições de trabalho precárias e a falta de pagamento de direitos trabalhistas (SILVA, 1981; ALVES, 1991; ANDRADE, 1994; FERNANDES, 2011; GUANAIS, 2016; REIS, 2017; CORREA et al., 2017).

No corte mecanizado, a gerência tem como referência de produção a capacidade operacional das máquinas e não a energia

despendida pelos trabalhadores que as operam. Essa subordinação do ritmo dos trabalhadores ao ritmo das máquinas implica a degradação das condições de trabalho e a ocorrência de acidentes e adoecimentos (NARIMOTO, 2012; SCOPINHO et al., 1999; VERGINIO; ALMEIDA, 2013). A subordinação às colhedoras mecanizadas envolve a relação entre seu trabalho e o desempenho da máquina e, conseqüentemente, os fatores que determinam seu custo de operação.

Fatores exógenos à operação das máquinas também influenciam os custos de produção no corte mecanizado de cana (BASTOS et al., 2016; PELLOSO et al., 2019), assim como em outras colheitas mecanizadas (SANTOS et al. 2016). Entre estes, destaca-se a baixa produtividade dos canaviais, medida em toneladas de cana por hectare; os custos da operação mecanizada são mais altos do que o do corte manual (BASTOS et al., 2016). Nessas áreas, as usinas combinam operações mecanizadas com atividades manuais de suporte, para manter ou elevar a capacidade de operação das máquinas (REIS; ALVES, 2015).

Para tentar compensar esses fatores exógenos, a gestão de recursos humanos das usinas inclui práticas organizacionais e implantação de tecnologias que pressionem os operadores a aumentar seu ritmo de trabalho (REIS; ALVES, 2020; BUNGE; CALAÇA, 2018). Com este objetivo, diferentes Sistemas de Pagamento Variável (SPV) são utilizados, pois as adaptações nas formas de pagamento por produção, tornando-as mais “rigorosas” ou mais “suaves”, são cruciais para o aumento da produtividade (ARROWSMITH et al., 2010; COX, 2005). No CAI canavieiro paulista, o pagamento por produção é historicamente relacionado ao controle rigoroso dos trabalhadores e a condições penosas de trabalho, com implicações graves para a sua saúde (ALVES, 2006; ALVES, 2008; VILELA et al., 2015).

A lógica da gestão profissional, que passa a vigorar no CAI canavieiro paulista a partir da década de 2010 (SOUZA, 2011; REIS; ALVES, 2020), aprofunda a subordinação da gerência da produção à gerência financeira, e essa às instituições que representam os interesses dos acionistas majoritários das usinas de cana (MUNDO NETO, 2013). Tal esquema de gestão exige a produção de indicadores acurados sobre a produção, tanto para aumentar seu controle sobre o processo quanto para planejar os investimentos financeiros dele decorrentes (PAIVA; MORABITO, 2007; PAVANI, 2019).

Associando esta demanda do mercado financeiro à necessidade de elevar a produtividade do corte mecanizado da cana, a gerência

adota um sistema de pagamento dos operadores vinculado a indicadores variados. Na tentativa de criar uma aparência moderna ao tradicional pagamento por produção, as usinas começam a chamar o novo SPV de remuneração variável. Segundo Reis e Alves (2018), este SPV é análogo ao pagamento por peça, descrito por Marx (2010 [1867]), e mantém a mesma lógica do pagamento por produção do corte manual de cana, baseada na dinâmica do prêmio e castigo. Essa lógica é uma antiga forma de adestramento para o trabalho e consiste, em síntese, em premiar as atitudes positivas para a produção e em punir as negativas. Se o trabalhador produzir mais, ganhará mais e será premiado; se produzir menos ou desviar da qualidade padrão, será castigado e ganhará menos (SOUZA, 2011; REIS; ALVES, 2020).

Enquanto no pagamento por produção esta definição se dá essencialmente pela capacidade do próprio corpo dos trabalhadores em aumentar a produtividade diária (GUANAIS, 2016; SOUZA, 2011), a remuneração variável utiliza dezenas de indicadores para o seu cálculo (REIS; ALVES, 2020). A principal delas continua a ser a produtividade média alcançada, medida em toneladas de cana colhida pelas máquinas. Caso o trabalhador atinja a meta de produção determinada pela gerência, considerando o tipo de cana e do terreno, o trabalhador receberá um prêmio; por exemplo, 30% sobre o piso da categoria de operadores de máquinas. Porém, o recebimento desse adicional pelo cumprimento da meta só ocorrerá se o trabalhador não tiver cometido erros, que acarretam em punição, ou seja, na diminuição desse adicional. São observados os seguintes indicadores no cálculo do castigo: gasto excessivo de diesel; paradas de operação desnecessárias ou além do previsto; quebras no equipamento; faltas não justificadas no serviço; absenteísmo; faltas disciplinares e outros fatores considerados como erros pela gerência (REIS; ALVES, 2020).

O principal instrumento da gerência para identificar esses erros – que sempre são dos operadores – é o computador de bordo, equipamento instalado nas máquinas colhedoras (MAGALHÃES; CERRI, 2007; BUNDE; CALAÇA, 2018; ZANGIROLAMO et al., 2018). Segundo estes autores, o computador de bordo é um sistema de gerenciamento da produção que possui três dispositivos: o primeiro fornece dados sobre a produção e as condições de operação da máquina, como a quantidade de cana cortada por hora; a pressão das faquinhas de corte basal da cana; a velocidade da máquina; o ritmo do elevador, que transporta a cana já cortada para os tratores; a rotação em que o motor está operando; o nível de óleo hidráulico; a temperatura da água de resfriamento do motor, entre outros.

O segundo instrumento, o Global Positioning System (GPS), é utilizado na localização espacial da máquina e no acionamento do piloto automático. Esses dois dispositivos eletrônicos, depois de calibrados e acionados, não sofrem intervenção do operador, pois os próprios equipamentos captam e transmitem automaticamente as informações coletadas à central de controle, localizada na usina (MAGALHÃES; CERRI, 2007).

O terceiro dispositivo fornece informações sobre a variedade da cana, as condições do terreno, o clima e as atividades realizadas pelo operador. Este instrumento exige a interação constante com o operador, que deve apontar detalhes sobre as atividades que está executando durante a sua jornada de trabalho (BUNDE; CALAÇA, 2018; ZANGIROLAMO et al., 2018). Este sistema é de suma importância para a gerência, pois permite receber informações precisas sobre o trabalho do operador, que fica isolado na cabine das máquinas em amplas áreas das frentes de corte, dificultando a fiscalização presencial dos gerentes.

São, ao menos, 48 tipos diferentes de apontamentos que o trabalhador pode registrar no computador de bordo, envolvendo atividades quando está em operação e quando está parado; este segundo apresenta seis subgrupos para detalhar o motivo da interrupção (ZANGIROLAMO et al., 2018). É interessante notar que entre todos esses comandos descritos por Zangirolamo et al. (2018), apenas um trata de algo relacionado às necessidades fisiológicas do operador, no caso, o horário de refeição. Não existe nenhum apontamento para outras demandas fisiológicas, psicossociais, ou sobre questões organizacionais que possam impactar na capacidade de trabalho do operador. Nestas condições de fiscalização, os trabalhadores só podem ir ao banheiro quando o trabalho é interrompido por outros motivos, como a manutenção da máquina (NARIMOTO, 2012; SCOPINHO et al., 1999).

Uma vez feito o apontamento, todas as informações do computador de bordo são transmitidas, em pacotes de dados chamados GRPS (*General Radio Package Service*), a um software de Sistema de Gestão localizado na central de controle das usinas (Novaes & Santos, 2017).

... através do computador de bordo instalado no equipamento ele detecta automaticamente os sinais e estados do equipamento e envia os dados de apontamento e monitoramento para um servidor e pode ser acessado [pelo gerente] de um computador ou smartphone através do software do monitoramento SGPA. Isto aumenta a confiabilidade nos dados e traz, em tempo real,

a situação dos equipamentos nas operações produtivas, além de permitir monitorar a frota em suas diversas frentes de trabalho e gerar relatórios gerenciais e relatórios on-line. (Novaes & Santos, 2017, p. 266, adendo nosso).

Para ilustrar o potencial deste sistema, Bunge e Calaça (2018) apresentam o caso do grupo Raízen, que realiza o monitoramento das frentes de colheita das suas 24 usinas numa única central de controle, localizada na sede da empresa, em Piracicaba (SP). A moderna gestão do trabalho no CAI Canavieiro paulista faz uso de novas tecnologias para aprimorar o gerenciamento das atividades e a vigilância dos trabalhadores, sobretudo dos operadores de máquinas colhedoras de cana. O instrumento que permite gerenciar essa multiplicidade de operações e indicadores é o computador de bordo. Este aparato é acoplado aos tratores e colhedoras de cana, mas não é operado pelo trabalhador, que apenas introduz informações, quando solicitado. É a gerência, nas centrais de controle, dentro das usinas, que faz uso das informações por ele produzidas. Uma das principais funções dos dados é o cálculo do salário do trabalhador no sistema de remuneração variável.

Metodologia

Utilizou-se, nesta pesquisa, o método de estudo de caso a partir dos três preceitos de Gibbert & Ruigrok (2010) sobre o rigor científico recomendado a este tipo de pesquisa qualitativa: 1) relatar ações concretas de pesquisa; 2) priorizar os tipos de validação interna – causalidade dos fenômenos; ou validação externa – generalizações possíveis; 3) realizar o uso criativo dos recursos disponíveis.

Focado nos mecanismos utilizados pela gestão para controlar e aumentar a produtividade do trabalho, a coleta e a análise de dados dos estudos de caso ocorreram em três etapas:

a) A primeira, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema e estabelecer mediações confiáveis para futuras visitas e entrevistas sistematizadas, deu-se pela análise de informações bibliográficas e por visitas a produtores de cana na Região Administrativa de Barretos (SP). A partir dos resultados desta primeira etapa, definiu-se que a escolha dos estudos de caso se daria pela disponibilidade de gerentes e trabalhadores das usinas para o fornecimento de informações.

b) A segunda etapa contou com a produção de roteiro de campo para a realização de entrevistas e observações sistemáticas sobre o processo de trabalho e as práticas gerenciais. Nesta etapa, foram

feitos cinco estudos de caso no estado de São Paulo ao longo dos anos de 2014 a 2016, em meses variados do período de safra. Três desses estudos de caso foram realizados em usinas canavieiras, localizadas na Região Administrativa (RA) Central do estado de São Paulo, na RA de Bauru e na RA de São José do Rio Preto; dois casos se deram em duas fazendas de produtores de cana, uma na RA de São José do Rio Preto e outra na RA de Barretos. Durante este levantamento, verificou-se que os trabalhadores não se sentiam à vontade para fornecer alguns tipos de informações no ambiente de trabalho. Decidiu-se, então, realizar mais dois estudos de caso para entrevistá-los no ambiente doméstico: um ocorreu na RA de Ribeirão Preto e outro na RA de Marília.

Para a coleta de dados foram feitas entrevistas semiestruturadas com gestores e trabalhadores da produção canavieira. Foram transcritas 17 entrevistas, sendo seis gerentes agrícolas, cinco gerentes de recursos humanos, dois trabalhadores manuais e quatro operadores de máquinas. Também foi feita a análise de documentos, como jornais (Revista Canavieiros, JornalCana, Cana Online, Grupo Idea, CEISE-BR, UNICA, entre outros), e de documentos fornecidos pelas usinas, como mapas, quadro de tarefas para a operação da colhedora mecanizada e dados sobre a produtividade das máquinas. As informações coletadas por observação direta nos espaços gerenciais e de operação foram registradas em imagens, vídeos e anotações em diário de campo.

As entrevistas com gestores tiveram por objetivo levantar informações sobre o funcionamento das tecnologias de controle e das práticas gerenciais adotadas na organização do trabalho canavieiro. Os trabalhadores entrevistados forneceram informações sobre seu ponto de vista quanto a esses dispositivos, assim como acerca dos efeitos do controle gerencial sobre suas condições de trabalho e vida. Ao confrontar o discurso gerencial com o dos trabalhadores, sob a luz do arcabouço teórico-metodológico aqui apresentado, foi possível evidenciar as contradições inerentes ao processo de modernização neste setor, com o foco nas estratégias gerenciais de vigilância do trabalho.

c) A terceira etapa da pesquisa consistiu na sistematização dos dados coletados a partir de quatro categorias analíticas:

– Histórica, social e econômica, com foco no processo de modernização do CAI Canavieiro paulista durante e após a década de 2000;

– Processo de trabalho canavieiro, nas etapas de preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e transporte da cana;

- Progresso técnico, fundamentalmente sobre a automação da produção canavieira; e, por fim,
- Organizacional, ou seja, as estratégias gerenciais utilizadas para controlar e intensificar o trabalho, com o foco no pagamento por produção.

Essas quatro categorias foram escolhidas a partir da literatura sobre o processo de expansão e modernização do complexo agroindustrial canavieiro (ANDRADE, 1994; RAMOS, 1999; CAMARA; CALDARELI, 2016; PITTA et al., 2014), o trabalho na colheita mecanizada do corte de cana (NARIMOTO, 2012; SCOPINHO et al., 1999; SILVA et al., 2014) e as práticas gerenciais nas usinas canavieiras (SCOPINHO, 2000; SOUZA, 2011; REIS; ALVES, 2020).

Nesse percurso metodológico, foram atendidas as três recomendações de Gibbert & Ruigrok (2010) sobre o método de estudo de caso, respectivamente: 1) pela descrição em etapas da investigação, apresentando o caminho adotado para a realização da pesquisa; 2) por levantar elementos de validação interna, sobre os fenômenos estudados, e de validação externa, tendo como referência teórica o paradigma gerencial de controle da força de trabalho na produção agrícola do CAI Canavieiro paulista (MUNDO NETO, 2013; REIS; ALVES, 2015); e 3) pelo apontamento dos limites e dificuldades encontrados, assim como os caminhos metodológicos adotados para superá-los.

Resultados e Discussão

As estratégias de resistência dos operadores e a Remuneração Variável

A vigilância rigorosa sobre os trabalhadores está presente em diferentes setores da economia brasileira, sendo uma característica sociotécnica do capitalismo brasileiro (FLEURY; VARGAS, 1983). O processo histórico de formação do CAI Canavieiro paulista faz com que esta rigorosidade tenha ainda algumas peculiaridades; a principal delas se dá pelo fato de os proprietários das usinas também possuírem as terras onde a cana é produzida (RAMOS, 1999). Além disso, os custos operacionais da colheita são superiores aos de todas as outras etapas da produção agrícola, fazendo com que a gerência das empresas canavieiras tenha grande interesse em fiscalizar todas as atividades relativas ao corte, carregamento e transporte da cana (REIS, 2017).

Nesta etapa, as máquinas colhedoras de cana realizam, ao mesmo tempo, duas das três atividades da colheita, o corte e o

carregamento, ficando apenas a atividade do transporte para outros equipamentos. A colheita, também, é diretamente responsável pela oferta de matéria-prima básica para o processo industrial das usinas. Esta não pode ser estocada, uma vez que após o corte a sacarose da cana entra em processo de degradação. Assim, qualquer problema no fornecimento de cana pode interromper todo o processo industrial, causando a ociosidade de um grande volume de capital imobilizado, o que onera significativamente os custos de produção. Portanto, a etapa da colheita tem um papel crítico para a gestão da cadeia produtiva.

Da mesma forma que a gerência tem consciência da importância desta etapa, os operadores também a têm, pois podem utilizá-la a seu favor em estratégias para barganhar melhorias nas condições de trabalho ou nos seus salários. Enquanto o corte da cana era majoritariamente manual, os cortadores realizaram diversas greves, com destaque para as mobilizações da década de 1980, com importantes vitórias para a categoria (ALVES, 1991). Na década de 2010, quando a mecanização estava presente na maioria das áreas de colheita, as paralisações e as greves foram realizadas por cortadores de cana, tentando garantir o cumprimento da legislação trabalhista, principalmente nas usinas em processo de recuperação judicial (MENEZES; COVER, 2016; CORREA et al., 2017). Já as greves e paralisações dos operadores de máquinas colhedoras são menos comuns, apesar de também ocorrerem (G1, 2012).

Mas não só em greves a resistência camponesa é possível (MENEZES, 2002), pois, no cotidiano do trabalho, e mesmo no espaço de reprodução social, os cortadores manuais de cana mostraram ser possível criar estratégias para amenizar a exploração do seu trabalho (COVER, 2011). O mesmo é feito pelos operadores de colhedoras, conforme o relato a seguir.

Operador de colhedora: Aí o que acontece, o pessoal lá na lavoura, ele reduz a média da máquina pra trabalhar, um [quilômetro] por hora. A usina vai ficar tacaña. Uma frente hoje de colhedora, de quatro colhedora hoje, nessa velocidade... o trabalho deles normal, uma colhedora hoje por dia vai cortar umas seiscentas, quinhentas toneladas de cana por dia. Se o cara reduzir, ele não vai cortar nem 150. Ele não carrega nem um caminhão, não carrega nem um rodotrem pra ir pra usina. Aí o dono da usina vai na usina, e vê que a usina está batendo ferro com ferro. O que está acontecendo? Já pergunta pro líder de frente que é o encarregado: Fulano, o que está acontecendo? Não está chegando caminhão aqui na usina? A usina está parando, a usina vai parar! O encarregado não sabe explicar, ele não vai poder falar no rádio, aí o que vai acontecer? O dono

vai lá na lavoura pra ver o que está acontecendo. Aí ele pega a caminhonete dele e vai lá na frente, aí ele conversa com o líder de frente, o encarregado da frente, o que está acontecendo? Ah, os menino tá trabalhando aí, mas desse jeito. Mas por quê? Ah, eles tão reclamando negócio de salário, tá difícil, não está tendo jeito. Mas eles não parou? Parou ainda não, eles falou que não vai parar, só que o ritmo de trabalho deles vai ser assim de agora pra frente. Aí vai lá, faz uma reunião, reúne todo mundo lá, conversa, aí volta todo mundo ao normal, mas é difícil. (Informação verbal).

O trabalhador entrevistado descreve uma ação chamada “Operação Tartaruga”, quando todos os operadores de colhedoras de uma ou mais frentes de colheita reduzem o ritmo de trabalho de forma coordenada, aumentando o risco de interrupção do fornecimento de matéria-prima à usina, com impactos diretos no custo de produção industrial. Tal coordenação só é possível porque os trabalhadores contam com sua experiência no trabalho e com suas redes de relacionamentos, e geralmente visam melhorias pontuais nas condições de trabalho e salário. O ritmo de trabalho mais lento durante um período da jornada é algo comum de ocorrer devido às variabilidades da produção, como o tipo de cana, ou do terreno em que a máquina está operando, justificativas que podem ser utilizadas de forma dissimulada para evitar retaliações individuais. Assim, não fica configurado um enfrentamento direto, nem sequer existe uma liderança evidente num movimento como este.

Numa paralisação completa da produção, como ocorre em greves, o conflito ficaria evidente, o que geralmente é tratado com retaliações, uma vez que estão inseridos num ambiente de trabalho permeado por relações de dominação e estruturas de controle rigorosas. Por isso, a dissimulação do descontentamento e do conflito é uma estratégia de luta necessária à obtenção de melhorias nas condições de trabalho (MENEZES, 2002).

Para coibir este tipo de estratégia de resistência, as usinas usam diversas tecnologias e práticas gerenciais, entre as quais se destaca o pagamento por produção que, historicamente, é utilizado na colheita do CAI Canavieiro paulista para intensificar o trabalho (ALVES, 2006; GUANAIS, 2016; VILELA et al, 2015). Na colheita mecanizada, este mecanismo é aprimorado, passando a ser chamado de remuneração variável (REIS; ALVES, 2018).

A remuneração variável é composta pela soma de duas parcelas: uma fixa, determinada pelo piso salarial da categoria e definida nos acordos coletivos de trabalho; a outra, variável, estabelecida pela combinação de diferentes indicadores, que ora premiam, ora punem

os trabalhadores, de acordo com os resultados do trabalho. Dessa forma, a gerência acena com a possibilidade de o trabalhador vir a receber uma remuneração até 30% maior, caso ele atinja a meta de produtividade. Porém, a obtenção desse diferencial depende de o trabalhador ser bem avaliado por outros parâmetros, que envolvem a qualidade do trabalho, a disciplina e o comportamento de forma geral. Esse prêmio só será efetivamente ganho, após a análise destes fatores, pela gerência (REIS; ALVES, 2020).

A importância conferida aos critérios de premiação e castigo varia com os tipos de empresa, de gestão profissional ou familiar. Existe pelo menos um indicador indiscutivelmente prioritário a todas elas: a “produtividade”, medida em toneladas de cana cortada por hora/dia (REIS; ALVES, 2020). Esse é o indicador central no cálculo da remuneração dos operadores de máquinas em quaisquer empresas. Este indicador incentiva o trabalhador a gastar mais energia física e mental para produzir o máximo possível e ser mais bem remunerado, incentivo que só é eficiente se o salário base for mantido em níveis baixos, como ocorre hoje no pagamento dos operadores de máquinas (REIS; ALVES, 2008). Entre os critérios punitivos utilizados para reduzir a remuneração, destacam-se: o absenteísmo; paradas excessivas; quebras no equipamento e gastos de diesel (RAMOS et al., 2016b; REIS; ALVES, 2020).

Ao utilizar esses indicadores no cálculo, a gestão das usinas pode repassar aos trabalhadores parte dos custos da operação das máquinas e inibir comportamentos indisciplinados. Tais comportamentos podem ser compreendidos tanto por ações que podem gerar algum risco ao processo, fugindo ao procedimento padrão prescrito pela gerência, quanto para punir operadores que possam colocar em prática estratégias de resistência à exploração a que são submetidos no trabalho. Porém, assim como ocorria no corte manual de cana (ALVES, 2008; GUANAIS, 2016), no sistema de remuneração variável, os trabalhadores não têm nenhum controle sobre o cálculo do seu salário, pois os diversos indicadores que o influenciam são determinados por dispositivos técnicos controlados apenas pela gerência.

Indicadores de desempenho: computador de bordo e controle do trabalho

Uma vez discutido o papel central da Remuneração Variável para o controle gerencial sobre os trabalhadores, é preciso compreender como as tecnologias auxiliares são utilizadas para coletar

seus indicadores de prêmio e punição. O computador de bordo é a tecnologia mais importante neste quesito, pois permite que a gerência tenha acesso a informações sobre a operação em tempo real, interligando diretamente a sala de Controle da Produção, dentro das usinas, às máquinas, nas frentes de trabalho.

Antes da inclusão dos computadores de bordo nas colhedoras de cana, a gerência obtinha informações sobre a produção das máquinas através das anotações do apontador, que acompanhava as frentes de corte para registrar, numa ficha, alguns dados, como a produção nas frentes de trabalho e ordens de serviço para atividades variadas. Estas fichas eram levadas até a usina, onde os auxiliares de escritório inseriam manualmente esses dados no sistema de informação.

Coordenador de Planejamento Agrícola: Então o mesmo que ele via no papel, ele vê no celular. É é mais rápido, né? Muito mais dinâmico o negócio. Então, pra você ter uma ideia, num dia o operador apontava cinco linhas, seis linhas de operação. Se ele ia, às vezes, tomar um café, dez, quinze minutos, ele não apontava. Se ele ia num banheiro, ali, vinte minutos, ele não apontava. (Informação verbal).

Estes documentos não permitiam o controle gerencial em tempo real sobre paradas não programadas ou o controle refinado de tempos ociosos. Assim, só era possível saber o que havia ocorrido no passado, através da análise de séries históricas, tendo pouco uso como indicadores de desempenho do processo.

Já o computador de bordo recebe informações de duas fontes diferentes: a primeira é o próprio operador, que através de códigos específicos para cada situação, indica para a central de controle na usina todos os procedimentos realizados. A segunda são os sensores automáticos existentes na máquina, que repassam informações sobre a localização e as condições de funcionamento das colhedoras.

Operador de colhedora: O computador de bordo funciona assim: a partir do momento que eu pego a máquina pra trabalhar, eu digito meu código de operador, digito lá a hora que eu peguei a máquina pra trabalhar e os processos que vão ocorrendo diários, no decorrer da noite. O abastecimento com o comboio para às duas horas da manhã. Eu parei o comboio pra abastecer, eu marco lá um código, código de parada de abastecimento do comboio, código um, comboísta está abastecendo. Comboísta acabou de abastecer, eu abro de novo lá, que é o [código] 62, que é colheita, aí eu já entro na rua de cana, já entro colhendo e já sabe que a máquina está trabalhando. Faltou um transbordo, eu estou parado por falta de transbordo, eu coloco que estou parado por falta de transbordo. A usina está quebrada, usina parada.

Faltou caminhão na roça de transporte, coloco lá o código do transporte de caminhão faltando. Às vezes acontece de faltar caminhão na roça, e os transbordos estão trabalhando, então já sabe que não é o transbordo que está parado, é falta de caminhão na roça [...]. Às vezes acabou o óleo diesel da máquina, você tem de colocar aguardando comboio, até o comboio chegar na máquina. Aí o comboio chegou na máquina, a máquina está parada por falta de óleo, o comboio chegou na máquina, você já tem que pôr o código que o comboísta chegou pra abastecer a colhedora. Então a central de controle sabe tudo isso aí, através desse computador ela sabe tudo. (Informação verbal).

Para que os trabalhadores passem a utilizar o computador de bordo da forma como a gerência espera, é necessário realizar treinamentos, não só para aprenderem conhecimentos técnicos sobre a tecnologia como, também, comportamentais (ZANGIROLAMO et al., 2018). Aos gestores, estes treinamentos são utilizados para apresentar e debater os relatórios com a visão global do processo, apurando sua capacidade de análise e a solução de problemas operacionais. Porém, nos treinamentos voltados aos trabalhadores, são apresentados relatórios que mostram apenas os resultados do desempenho de cada máquina ao longo dos turnos, expondo os operadores que não realizaram adequadamente os apontamentos, como uma forma de levá-los a corrigir sua atitude. Com o treinamento, a gerência deixa claro aos operadores que eles estão sendo acompanhados em tempo real e que consegue identificar as dissimulações ou falhas nos procedimentos através do computador de bordo. Dessa forma, a gerência padroniza o comportamento dos operadores, como demonstrado na fala, a seguir, de um supervisor de controle agrícola:

Supervisor de Controle Agrícola: Como que funciona? É um lance de cultura em aceitar você ser vigiado. O que é ser vigiado? É uma sala de controle, um core, dependendo do nome que a empresa dá, tem vários nomes. Aceitar o que eu tinha te dito [ordens gerenciais], por favor, desliga a máquina, motor ocioso, olha, aponta o motivo tal, o transbordo tal está parado por falta de máquina. E você está parado por falta de quê? Aguardando por falta de transbordo. Então, você tem hoje um tempo pra trocar a faquinha. Ao longo da safra você consegue medir, então você começa a colocar esses fatores tempo em cada motivo improdutivo, e a própria máquina te avisa, te dá um alarme. (Informação verbal).

A Central de controle, que recebe essas informações, é equipada com monitores instalados nas paredes, que mostram o *status*

de todas as máquinas e caminhões em operação na produção canavieira, desde o preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita, até o transporte da cana para a usina. As imagens destas telas e o acompanhamento detalhado do funcionamento das máquinas são feitos por técnicos à frente de computadores, que avaliam, individualmente, o desempenho de cada operação, principalmente durante os turnos diurnos, quando são realizadas mais operações na produção canavieira.

A automação das máquinas, com o uso do piloto automático e do computador de bordo, permite à gerência ter mais controle sobre as pausas no trabalho, estabelecendo o tempo padrão para qualquer procedimento. Esse tempo é calculado pela média gasta nestas atividades. Com condições mais favoráveis de trabalho e operadores mais experientes, obtém-se maior produtividade. Por outro lado, o trabalho, pode tornar-se mais pesado e arriscado em situações adversas ou para operadores menos experientes, que devem continuar atendendo às metas estabelecidas pelo tempo padrão.

Operador de colhedora: Às vezes você encostou no comboio pra abastecer e a máquina já não dá partida. Aí você já passa um rádio, a máquina 25 não está pegando na partida. Então você já tira o código do comboio e coloca aguardando o eletrícista. Aí você está aguardando o eletrícista, aí lá na usina ele vai puxar esse gráfico, opa, quanto tempo demorou pro eletrícista chegar lá na roça? Aí vai ver quantas horas a máquina ficou parada devido à falta de eletrícista, à falta da mecânica. (Informação verbal).

Zangirolamo et al. (2018) relatam que a usina estudada tinha como metas semanais de tempo padrão nas paradas as seguinte referências: refeição – 18 horas, troca de turnos – 4:30 horas e abastecimento/lubrificação – uma hora. Porém, os trabalhadores realizaram essas atividades, em média, nos seguintes tempos: 14:55:37 horas, 04:11:27 horas e 00:47:58 minutos, respectivamente, todos abaixo das metas estabelecidas pela gerência. Tendo como base os valores coletados em campo, é possível reduzir o tempo padrão nesta usina, estreitando o espaço de manobra que os operadores possuem durante o trabalho, independentemente das variabilidades que cada um enfrenta no cotidiano de cada atividade.

Os poros na jornada de trabalho, considerados “perdas invisíveis” pela gerência, são momentos em que a operação não está sendo realizada e a gerência não sabe exatamente o que os trabalhadores estão fazendo. Para evitar tais momentos, a gerência possui uma série de mecanismos. O primeiro é o acionamento automático de sinal sonoro dentro da máquina quando determinada operação ultrapasa

o tempo padrão. O alarme do computador de bordo dispara quando ocorre alguma mudança fora do padrão na operação da máquina, como, por exemplo, alterar a sua velocidade, o que coíbe algumas estratégias de resistência dos trabalhadores, como a operação tartaruga. Ainda, se o alarme não for suficiente, os técnicos da sala de controle chamam os operadores pelo rádio para perguntar por que o tempo padrão foi excedido, exigindo uma justificativa para o atraso prolongado.

Os relatórios de desempenho e de comportamento, produzidos em tempo real, permitem à gerência aperfeiçoar a advertência aos trabalhadores, identificando exatamente em qual aspecto da produção cada operador se mostra mais omissivo. Bunge e Calaça (2018) chamam de “chicote eletrônico” esse novo sistema de controle do trabalho nas usinas canavieiras, fazendo uma analogia ao instrumento de castigo utilizado sobre as pessoas escravizadas no período colonial. De certa forma, as bases da superexploração do trabalho, descrita por Guanais (2016), para o corte manual de cana são reproduzidas nas operações mecanizadas, indicando que o processo de modernização recente aprofundou a estrutura de dominação dos trabalhadores do CAI Canavieiro paulista.

Conclusão

A eficiência produtiva do Complexo Agroindustrial Canavieiro paulista, no atual período de consolidação da mecanização das atividades de colheita, é obtida mediante a combinação de tecnologias mecânicas, eletrônicas e informatizadas, com um controle gerencial extremamente rigoroso sobre os trabalhadores. O pagamento pelo sistema de remuneração variável, a padronização do trabalho e a vigilância eletrônica exercida pelo computador de bordo são os principais elementos da nova configuração das condições de trabalho dos operadores de máquinas. A associação desses elementos permitiu a obtenção de elevados níveis de produtividade, auxiliando na reprodução financeira do complexo canavieiro paulista em períodos de queda no preço das commodities, reduzindo os custos de produção.

Esses elementos associados constituem, também, o principal indicador de que as relações de trabalho permanecem precárias no CAI Canavieiro paulista, embora muito se tenha investido na sua modernização. Este processo é acentuado porque o aumento da vigilância sobre os trabalhadores inibe as suas estratégias de resistência que, no cotidiano, permitem aliviar sua carga de trabalho ou

obter melhorias salariais pontuais. Não tendo autonomia para gerir minimamente o seu tempo, nem condições de verificar o cálculo dos seus salários, aprofunda-se a condição de dominação a que os trabalhadores são submetidos. A padronização do tempo de realização das atividades e o estabelecimento de metas resultam na eliminação do que a gerência chama de perdas invisíveis ou tempos de não-trabalho. Se para a gerência isto significa maior produtividade, para os trabalhadores significa a intensificação do seu trabalho e o esgotamento físico e mental, porquanto estão todo o tempo sob vigília.

Pelo exposto neste artigo, fica claro que a combinação entre tecnologias de controle do trabalho e práticas gerenciais para incentivar o aumento da produtividade, como a remuneração variável, reproduz as condições precárias que, historicamente, adoecem os trabalhadores do CAI Canavieiro paulista, pois estas são estruturantes do processo de modernização do referido complexo.

Bibliografia

- ALVES, F. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SINDICALISMO: LUTAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS DA REGIÃO CANAVIEIRA DE RIBEIRÃO PRETO. 1991, 347 f. Tese (DOUTORADO EM ECONOMIA) - INSTITUTO DE ECONOMIA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, 1991.
- ALVES, F. PORQUE MORREM OS CORTADORES DE CANA. SAÚDE SOC. v. 15, n. 3, p. 90-98, DEZ. 2006. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?PID=S0104-12902006000300008&script=scl_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000300008&script=scl_abstract&tlng=pt). ACESSO EM: SET. 2020.
- ALVES, F. TRABALHO E TRABALHADORES NO CORTE DE CANA: AINDA A POLÊMICA SOBRE O PAGAMENTO POR PRODUÇÃO E AS MORTES POR EXCESSO DE TRABALHO. IN: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. AGROCOMBUSTÍVEIS SOLUÇÃO? A VIDA POR UM FIO NO EITO DOS CANAVIAIS. SÃO PAULO: CCJ – CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA JUVENTUDE, 2008, p. 22-48.
- ALVES, F. POLÍTICAS PÚBLICAS COMPENSATÓRIAS PARA A MECANIZAÇÃO DA CANA CRUA. RURIS. v. 3, n. 1, p. 153-178. 2009. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IFCH.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/687](https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/687). ACESSO EM: SET. 2020.
- ARROWSMITH, J.; NICHOLAISEN, H.; BECHTER, B.; NONELL, R. THE MANAGEMENT OF VARIABLE PAY IN EUROPEAN BANKING. THE INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RESOURCE MANAGEMENT, 21(15), 2716–2740. 2010. DOI:10.1080/09585192.2010.528654

- BACCARIN, J. G. A INDÚSTRIA ABARCA A CANA DE AÇÚCAR E CORTA RENTE O TRABALHO VOLANTE: MUDANÇAS TECNOLÓGICAS RECENTES NA LAVOURA CANAVIEIRA E IMPACTOS NA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2016. 187 f. Tese (LIVRE-DOCÊNCIA) – FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, JABOTICABAL, SÃO PAULO, 2016.
- BACCARIN, J. G. EFEITOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DE MUDANÇAS TECNOLÓGICAS RECENTES NA CANA-DE AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL. REVISTA PEGADA, v. 20, n. 3. 141-173 p. 2019. [HTTPS://DOI.ORG/10.33026/PEG.v3i20.6559](https://doi.org/10.33026/PEG.v3i20.6559)
- BACCARIN, J. G.; BARA, J. G. BOLETIM – OCUPAÇÃO FORMAL SUCROALCOOLEIRA EM SÃO PAULO. JABOTICABAL, n. 2. MAR. 2009. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FCAV.UNESP.BR/#!/DEPARTAMENTOS/ECONOMIA-RURAL/DOCENTES/JOSE-GIACOMO-BACCARIN/BOLETIM-OCUPACAO-SUCROALCOOLEIRA-EM-SAO-PAULO/](http://www.fca.v.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo-baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/)>. ACESSO EM: FEV. 2017.
- BACCARIN, J. G.; FERREIRA, J. V. B. N. BOLETIM SUCROCUAÇÃO CENTRO-SUL. JABOTICABAL, n. 71, OUT. 2016 DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FCAV.UNESP.BR/#!/DEPARTAMENTOS/ECONOMIA-RURAL/DOCENTES/JOSE-GIACOMO-BACCARIN/BOLETIM-OCUPACAO-SUCROALCOOLEIRA-EM-SAO-PAULO/](http://www.fca.v.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo-baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/) BOLETINS-2016/>. ACESSO EM: FEV. 2017.
- BASTOS, K. J. J.; LANDELL, M.; MIRANDA, E. INFLUÊNCIA DA PRODUTIVIDADE DA CANA-DE-AÇÚCAR NO CUSTO DO CORTE MECANIZADO. REVISTA IPECEGE, v. 2, n. 4, 42-59 p. 2016. [HTTPS://DOI.ORG/10.22167/R.IPECEGE.2016.4.42](https://doi.org/10.22167/r.ipecege.2016.4.42)
- BOMFIM RODRIGUES, E.; GRIGOLI ABI SAAB, O. J. AVALIAÇÃO TÉCNICO-ECONÔMICA DA COLHEITA MANUAL E MECANIZADA DA CANA-DE-AÇÚCAR (*SACCHARUM SPP*) NA REGIÃO DE BANDEIRANTES – PR. SEMINA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS [EN LINEA], v. 28 OCT./DIC. 2007. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.REDALYC.ORG/ARTICULO.OA?ID=445744086005](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445744086005)> ISSN 1676-546X.
- BUNDE, A.; CALAÇA, M. TRANSFORMAÇÕES E EXCLUSÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO: O CASO DO GRUPO RAÍZEN. REVISTA PEGADA. v. 19, n. 3, p. 114-175, p. 2.018. DOI: 10.33026
- CAMARA, M. R. G.; CALDARELLI, C. E. EXPANSÃO CANAVIEIRA E O USO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO. ESTUD. AV. v. 30. n. 88, SÃO PAULO, SET./DEZ. 93-11, p. 2016. CAMARA & CALDARELLI, 2016. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0103-40142016.30880008](http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880008)

- CAPITANI, D. H. D.; MATTOS, F. MEASUREMENT OF COMMODITY PRICE RISK: NA OVERVIEW OF BRAZILIAN AGRICULTURAL MARKETS. *REV. ECON. SOCIOLOG. RURAL*. PIRACICABA (SP), v. 55, n. 3, JUL.-SET., 515-532, p. 2.017. [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/1234-56781806-94790550306](https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550306)
- CORREA, E. G.; TEIXEIRA, G. P. S.; PIMENTEL, G. B.; PEREIRA, G. G.; JARSCHHEL, H.; REIS, L. F.; ROSA, L.; VEIGA, P. R. V.; SALATA, R.; AUGUSTO, T. G. A.; SOUZA, V. N. C. LUTAS SOCIAIS NO CAMPO - SÃO PAULO 2014-2015. 1. ED. CAMPINAS: IFCH/UNICAMP, 88p. 2017.
- COX, A. THE OUTCOMES OF VARIABLE PAY SYSTEMS: TALES OF MULTIPLE COSTS AND UNFORESEEN CONSEQUENCES. *THE INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RESOURCE MANAGEMENT*, 16(8), 1.475-1.497. (2005). DOI:10.1080/09585190500220697
- COVER, M. O. “TRANCO DA ROÇA” E “A VIDA NO BARRACO”: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES EM SETOR DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO. 2011. 183 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) - CENTRO DE HUMANIDADES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2011.
- EID, F. PROGRESSO TÉCNICO NA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA. *INFORMAÇÕES ECONÔMICAS*, SP, v. 26, n. 5, MAI. 1996. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.AGENCIA.CNPIA.EMBRAPA.BR/GESTOR/CANA-DE-ACUCAR/CATALOGO/REC000FX-G9YKI702WYIV80SOHT9HB2J2CWX.HTML](http://www.agencia.cnpia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/catalogo/REC000fx-g9Yki702WYiv80soht9hb2j2CWx.html)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- FACIOLI, I. CORTADORES DE CANA MORTOS NO SETOR CANAVIEIRO PAULISTA. IN: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. AGROCOMBUSTÍVEIS SOLUÇÃO? A VIDA POR UM FIO NO EITO DOS CANAVIAIS. SÃO PAULO: CCJ (CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA JUVENTUDE), 2008. p. 19-21.
- FLEURY, A. C. C.; VARGAS, M. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR E SETE ESTUDOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA. SÃO PAULO, ATLAS. 1983.
- FERNANDES, V. PRIMEIRO RESGATE DE TRABALHADORES ESCRAVIZADOS EM COLHEITA MECANIZADA. BRASIL DE FATO. SÃO PAULO, 22. DEZ. 2011. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.BRASILDEFATO.COM.BR/AUDIO/PRIMEIRO-RESGATE-DE-TRABALHADORES-ESCRAVIZADOS-EM-COLHEITA-MECANIZADA-OC/](https://www.brasildefato.com.br/audio/primeiro-resgate-de-trabalhadores-escravizados-em-colheita-mecanizada-oc/)>. ACESSO EM: FEV. 2017.
- FREDO, C. E.; CASER, V. D.; SACHS, R. C.; OLIVETTE, M. P. A.; VEIGA FILHO, A. A. MECANIZAÇÃO NA COLHEITA DA CANA-DE-AÇÚCAR PAULISTA SUPERA 80% NA SAFRA 2012/13. *ANÁLISES E INDICADORES DO AGRONEGÓCIO*, SÃO PAULO, v. 10, n. 2, FEV. 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IEA.SP.GOV.BR/FTPIEA/AIA/AIA-31-2014.PDF](http://www.iesa.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-31-2014.pdf)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- FREDO, C. E. CASER, D. V. MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DA CANA-DE-AÇÚCAR ATINGE 90% NA SAFRA 2016/17. *ANÁLISES E INDICADORES DO AGRONEGÓCIO*, SÃO PAULO, v. 12, n. 6, JUN. 2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IEA.SP.GOV.BR/FTPIEA/AIA/AIA-35-2017.PDF](http://www.iesa.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-35-2017.pdf)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- G1, GREVE SUSPENDE COLHEITA DE CANA EM USINA DE SERTÃOZINHO (SP). *GLOBO RURAL*. SÃO PAULO, 25 JUN. 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://G1.GLOBO.COM/ECONOMIA/AGRONEGIOS/NOTICIA/2012/06/GREVE-SUSPENDE-COLHEITA-DE-CANA-EM-USINA-DE-SERTAOZINHO-SP.HTML](http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/06/greve-suspende-colheita-de-cana-em-usina-de-sertaozinho-sp.html)>. ACESSO EM: ABR. 2020.
- GAMEIRO, M. B. P. O FETICHE DA MERCADORIA “VERDE”: A QUESTÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IMAGEM DO ETANOL BRASILEIRO. 2017. 311 F. TESE (DOUTORADO EM SOCIOLOGIA) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, UFSCAR, SÃO CARLOS, 2017.
- GAMEIRO, M. B. P. LES STRATÉGIES DISCURSIVES DU MINISTÈRE DE L’AGRICULTURE DANS LE PROCESSUS DE VERDISSEMENT DE L’ÉTHANOL AU BRÉSIL, BRÉSIL(S) [EN LIGNE], v. 16, 1-16, p. 2019. URL: [HTTP://JOURNALS.OPENEDITION.ORG/BRESILS/5894](http://journals.openedition.org/bresils/5894); DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.4000/BRESILS.5894](https://doi.org/10.4000/bresils.5894)
- GIBBERT, M.; RUIGROK, W. THE ‘WHAT’ AND ‘HOW’ OF CASE STUDY RIGOR: THREE STRATEGIES BASED ON PUBLISHED RESEARCH. *ORGANIZATIONAL RESEARCH METHODS*. 000 (00), SET. 1-28. 2010. DOI: 10.1177/1094428109351319
- GOULART, M. P. MINISTÉRIO PÚBLICO E PRÁTICAS RURAIS AMBIENTAIS: O COMBATE ÀS QUEIMADAS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO NORDESTE PAULISTA. *REV. DIREITO AMBIENTAL*. SÃO PAULO, v. 2, n. 5, JAN.-MAR. 56-75 p. 1997.
- GUANAIS, J. B. PAGAMENTO POR PRODUÇÃO, INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA. 2016. 311 F. TESE (DOUTORADO EM SOCIOLOGIA) - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, CAMPINAS, 2016.
- MAGALHÃES, P.S.G.; CERRI, D.G.P. YIELD MONITORING OF SUGAR CANE. *BIOSYSTEMS ENGINEERING*, LONDON, v. 96, n. 1, p. 1-6, 2007. [HTTPS://DOI.ORG/10.1016/J.BIOSYSTEMSENG.2006.10.002](https://doi.org/10.1016/j.biosystemseng.2006.10.002)
- MARX, K. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA – LIVRO PRIMEIRO, VOLUME I: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL, REGINALDO SANT’ANNA (TRAD.). 27ª ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 571 F. 2010 [1867].
- MENEZES, M. A. O COTIDIANO CAMPONÊS E SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE JAMES C. SCOTT. *RAÍZES*, CAMPINA GRANDE, v. 21, n. 1, JAN./JUN. p. 32-44. 2002. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://RAIZES.REVISTAS.UFCG.EDU.BR/INDEX.PHP/RAIZES/ARTICLE/VIEW/177](http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/177)>. ACESSO EM: SET. 2020.

- MENEZES, M. A.; COVER, M. MOVIMENTOS “ESPONTÂNEOS”: A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES MIGRANTES NOS CANAVIAIS. *CADERNO CRH*, SALVADOR, v. 29, n. 76, JAN-ABR, 133-148 p. 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.SCIOLO.BR/SCIELO.PHP?PID=S0103-49792016000100133&SCRIPT=SCI_ABSTRACT&TLNG=PT](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792016000100133&script=sci_abstract&tlng=pt)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- MUNDO NETO, M. AS CONCEPÇÕES DE CONTROLE EM DIFERENTES MOMENTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA. IN: JARDIM, M. C. (ORG.). ESTADO E MERCADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS, A PRODUÇÃO DE ALIANÇAS. SÃO PAULO: CULTURA ACADÊMICA, 2013. 163 p.
- NARIMOTO, L. R. O TRABALHO DOS OPERADORES DE MÁQUINAS COLHEADORAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: UMA ABORDAGEM ERGONÔMICA. 2012. 183 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO) – PPGEP/UFSCAR, SÃO CARLOS. 2012.
- NOVAES, A. L.; SANTOS, L. C. SISTEMA DE MONITORAMENTO VEICULAR - SETOR SUCROALCOOLEIRO: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA GESTÃO EMPRESARIAL. *COLLOQUIUM AGRARIAE*, v. 13, n. ESPECIAL, JUL.-DEZ., p. 262-267. 2017. DOI: 10.5747/CA.2017.v13.nesp.000203
- PAIVA, R. P. O.; MORABITO, R. UM MODELO DE OTIMIZAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO AGREGADO DA PRODUÇÃO EM USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. *GESTÃO & PRODUÇÃO*, SÃO CARLOS, v. 14, n. 1, JAN./ABR. 25-41 p. 2007. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0104-530X2007000100004](http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2007000100004)
- PAVANI, D. A. B. INDICADORES DE DESEMPENHO EM USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: UMA PROPOSTA DE MODELO. 2019. 109 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO) – PPGEP/UFSCAR, SÃO CARLOS, 2019.
- PELLOSO, M. F., LIMA, A. A., PELLOSO, B. F., SILVA, A. P. DA. PERDAS NA COLHEITA MECANIZADA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM RESPOSTA A DIFERENTES VELOCIDADES DA COLHEIDORA E DE ROTAÇÃO DO EXTRATOR PRIMÁRIO. *COLLOQUIUM AGRARIAE*. ISSN: 1809-8215, 15(2), 114-120. 2019. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://REVISTAS.UNOESTE.BR/INDEX.PHP/CA/ARTICLE/VIEW/2780](http://revistas.unoeste.br/index.php/ca/article/view/2780)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- PITTA, F. T.; XAVIER, C. V.; NAVARRO, C.; MENDONÇA, M. L. EMPRESAS TRANSNACIONAIS E PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL. *RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS*. SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, 36 p. 2014.
- RAMOS, P. AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO BRASIL. SÃO PAULO: HUCITEC, 1999, 245 p.
- RAMOS, C. R. G.; LANÇAS, K. P.; LYRA, G. A.; SANDI, J. CONSUMO DE COMBUSTÍVEL DE UMA COLHEIDORA DE CANA-DE-AÇÚCAR EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DE OPERAÇÃO. *REV. BRAS. ENG. AGRÍC. AMBIENT.* [ON-LINE]. v. 20, n. 6, 588-592, p. 2016A. ISSN 1415-4366. [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/1807-1929/AGRIAMB.V20N6P588-592](https://doi.org/10.1590/1807-1929/AGRIAMB.V20N6P588-592).
- RAMOS, C. R. G.; LANÇAS, K. P.; SANTOS, R. S.; MARGINS, M. B.; SANDI, J. EFICIÊNCIA E DEMANDA ENERGÉTICA DE UMA COLHEIDORA DE CANA-DE-AÇÚCAR EM TALHÕES DE DIFERENTES COMPRIMENTOS. *REVISTA ENERGIA NA AGRICULTURA*. v. 31 n. 2, 121-12, p. 2016B. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.17224/ENERGAGRIC.2016v31n2p121-128](https://doi.org/10.17224/ENERGAGRIC.2016v31n2p121-128)
- REIS, L. F. MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO PAULISTA E SEUS EFEITOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO. 2017. 250 p. TESE (DOUTORADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO), PPGEP/UFSCAR, SÃO CARLOS, SP, 2017.
- REIS, L. F.; ALVES, F. O NOVO MODELO DE MODERNIZAÇÃO DO CAI CANAVIEIRO PAULISTA: A VELHA COMBINAÇÃO ENTRE O ARCAICO E O MODERNO. *REVISTA DA ABET*, v. 13, n. 1. 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://PERIODICOS.UFPB.BR/INDEX.PHP/ABET/ARTICLE/VIEW/24862](https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/24862)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- REIS, L. F.; ALVES, F. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL: UM EUFEMISMO PARA O TRADICIONAL PAGAMENTO POR PRODUÇÃO DO CAI CANAVIEIRO PAULISTA. 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, OUT. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ANPOCS.COM/INDEX.PHP/ENCONTROS/PAPERS/42-ENCONTRO-ANUAL-DA-ANPOCS/SPG-5/SPG42/11550-REMUNERACAO-VARIVEL-UM-EUFEMISMO-PARA-O-TRADICIONAL-PAGAMENTO-POR-PRODUCAO-DO-CAI-CANAVIEIRO-PAULISTA?FORMAT=HTML](http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/spg-5/spg42/11550-remuneracao-variavel-um-eufemismo-para-o-tradicional-pagamento-por-producao-do-cai-canavieiro-paulista?format=html), ACESSO EM: JUL. 2019.
- REIS, L. F.; ALVES, F. BRAZILIAN SUGARCANE AGRO-INDUSTRY HUMAN RESOURCES MANAGEMENT: STRATEGIES TO INCREASE WORK INTENSITY. *GEST. PROD.* v. 27, n. 2, SÃO CARLOS, 1-20 p. 2020. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/0104-530x5147-20](http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x5147-20)
- SANTOS, L. N.; FERNADES, H. C.; SILVA, M. L.; TEIXEIRA, M. M.; SOUZA, A. P. AVALIAÇÃO DE CUSTOS DA OPERAÇÃO DE EXTRAÇÃO DA MADEIRA COM FORWARDER. *REVISTA CERNE*, v. 22, n. 1, 27-34 p. 2016. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/01047760201622012076](http://dx.doi.org/10.1590/01047760201622012076)
- SCOPINHO, R. A. VIGIANDO A VIGILÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA E A PRÁTICA EM SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO. 2000. 270 F. TESE (DOUTORADO) - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, ARARAQUARA, 2000.

- SCOPINHO, R. A.; EID, F.; VIAN, C. E. F.; SILVA, P. R. C. NOVAS TECNOLOGIAS E SAÚDE DO TRABALHO: A MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR. CAD. SAÚDE PÚBLICA, v. 15, n. 1, JAN.-MAR. 147-161p. 1999. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0102-311X1999000100015](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000100015)
- SILVA, G. S. PROGRESSO TÉCNICO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA. SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC, 210, p. 1981.
- SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. QUANDO A MÁQUINA “DESFILO”, OS CORPOS SILENCIAM: A TECNOLOGIA E DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NOS CANAVIAIS PAULISTAS. CONTEMPORÂNEA. v. 4, n. 1, JAN.-JUN. 85-115 p. 2014. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.CONTEMPORANEA.UFSCAR.BR/INDEX.PHP/CONTEMPORANEA/ARTICLE/VIEW/194](http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/194)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- SOUZA, M. Z. A. MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇAS: DA CONTAGEM DE CABEÇAS À GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS. 2011. 188 F. TESE (DOUTORADO ENGENHARIA DE PRODUÇÃO) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, SÃO CARLOS, 2011.
- THIOLLENT, M. CRÍTICA METODOLÓGICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENQUETE OPERÁRIA. SÃO PAULO: POLIS, 270, p. 1982.
- VERGINIO, C. J.; ALMEIDA, L. M. M. C. EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA COLHEITA MECANIZADA DA CANA-DE-AÇÚCAR: ESTUDO DE CASO DE UMA USINA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE OUROESTE, ESTADO DE SÃO PAULO. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SP, v.43, n. 5, SET./OUT. 2013. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IEA.SP.GOV.BR/FTPIEA/PUBLICACOES/IE/2013/TEC1-1013.PDF](http://www.iewa.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2013/tec1-1013.pdf)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- VILELA, R. A. G.; LAAT, E. F.; LUZ, V. G.; SILVA, A. J. N.; TAKAHASHI, M. A. C. PRESSÃO POR PRODUÇÃO E PRODUÇÃO DE RISCOS: A “MARATONA” PERIGOSA DO CORTE MANUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR. REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL, SÃO PAULO, v. 40, n. 131, p. 30-48. 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ABSTRACT&PID=S0303-76572015000100030&LNG=PT&NRM=ISO&TLNG=PT](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0303-76572015000100030&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. ACESSO EM: SET. 2020.
- ZANGIROLAMO, A.; SOUZA; Y. R. F.; CORRER, I.; DANTAS, A. C. ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO VISANDO AUMENTO NA QUALIDADE DA COLETA DE DADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO: PESQUISA-AÇÃO EMU MA EMPRESA DO SETOR SUCROENERGÉTICO. XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. FORTALEZA, CE, 13 A 16 OUT. 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ABEPRO.ORG.BR/BIBLIOTECA/TN_STO_206_226_27834.PDF](http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_206_226_27834.pdf)>. ACESSO EM: SET. 2020.

Metalúrgicos em luta: revisita à memória das greves e mobilizações em Volta Redonda¹

SABRINA DE OLIVEIRA MOURA DIAS²

ANA CLARA MATIAS ROCHA³

BRUNO CECÍLIO OLIVEIRA⁴

MARIA CAROLINA BARCELLOS FERREIRA⁵

Introdução

A cidade de Volta Redonda tem sido lócus regular de interesse de diversos pesquisadores, entre eles cientistas sociais, historiadores e cientistas políticos. A cidade tornou-se objeto de grande interesse uma vez que sediou importantes acontecimentos da política nacional, como a construção da primeira grande usina siderúrgica integrada do Brasil e da América Latina, e acontecimentos ligados às grandes mobilizações que marcaram o período de transição para a democracia. O presente texto tem por objetivo somar-se às discussões sobre

1 Agradecemos à Faperj pela concessão de bolsa de Iniciação Científica no período de agosto de 2016 a julho de 2018, o que tornou possível a realização de parte desta pesquisa.

2 Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Volta Redonda e do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap). Pesquisadora do Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (Cemesf) e do Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense (Gedesf). Contato: sabrinamoura@id.uff.br

3 Mestranda em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) e integrante do Cemesf e do Gedesf. Contato: acmatiasrocha@id.uff.br

4 Mestrando em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) e integrante do Cemesf. Contato: brunocecilio7@id.uff.br

5 Mestranda em Sociologia (PPGS/UFF) e integrante do Cemesf e do Gedesf. Contato: mcarolbarcellos@hotmail.com

as mobilizações e greves ocorridas em Volta Redonda nos anos 1980 e início dos anos 1990, no entanto, utiliza-se como matéria-prima básica a memória desses acontecimentos.

Em Volta Redonda, a efervescência política que marcou o período da transição para a democracia ganhou destaque pela abrangência das mobilizações, pela participação plural, pela violência da repressão aos grevistas e pela repercussão desses acontecimentos no panorama nacional e internacional. A alcunha “caldeirão” (Graciolli, 1997) traduz a conjuntura de ativismo, engajamento e violência que caracterizou as greves e paralisações ocorridas em 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989 e 1990, e as ações coletivas espetaculares, como o “abraço à usina”⁶. Buscou-se, a partir de entrevistas realizadas com trabalhadores e (principalmente) ex-trabalhadores, analisar a memória de um grupo que tem sido tratado de maneira genérica e pelo senso comum como “a geração das greves”.

Em comum com outros textos publicados, buscaremos dar enfoque às ações e mobilizações coletivas que tinham por objetivo imediato a conquista de direitos, melhores salários e condições de trabalho, mas cujo significado político extrapolou a esfera da produção. Não obstante, este texto se distancia das demais pesquisas por se constituir num trabalho realizado essencialmente com as memórias e as narrativas dos trabalhadores, a maior parte deles operários comuns do chão de fábrica.

Na esteira de Pollak (1992), consideramos que a história produzida a partir da fonte oral possui o mesmo potencial e os mesmos riscos que a fonte escrita, portanto, a hierarquização entre estes tipos de documentos é inócua. Este tipo de abordagem busca combater o fetichismo do documento escrito como atestado da “verdade”, da autenticidade, da objetividade e da fidedignidade de um acontecimento, malgrado o fato de estes documentos escritos (muitos deles oficiais) serem objeto da subjetividade de quem os produz e sujeitos às interpretações do próprio pesquisador. Neste sentido, a metodologia da história oral traz à tona a possibilidade de superação das dicotomias entre objetividade e subjetividade, sujeito e objeto, documento escrito e fonte oral, entre passado e presente.

Ao atuar na produção de novas fontes sobre o passado, o pesquisador amplia as possibilidades de conhecimento dos acontecimentos,

⁶ O “abraço à usina” consistiu na formação de um cordão humano de cidadãos de Volta Redonda de mãos dadas em torno da usina, chegando a perfazer 12 km de extensão. O “abraço” em apoio ao movimento grevista foi organizado por sindicalistas e membros de movimentos sociais em novembro de 1988.

estreitando a distância entre passado e presente, e diluindo as fronteiras entre história e memória:

Na história oral, o objeto de estudos do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes. (Amado e Ferreira, 2005, p. XV).

A história oral não se constitui em mero apêndice das pesquisas arquivísticas, mas em núcleo de investigação dos processos históricos e sociais que permite a recuperação da história a partir de outras perspectivas (Amado e Ferreira, 2005). Com base nessa perspectiva, buscou-se nesta pesquisa captar visões plurais sobre os acontecimentos, dando destaque à relação entre engajamento/militância e percepção.

Além de buscar recuperar as vicissitudes de acontecimentos através da metodologia da história oral, objetivou-se entender essas memórias e identidades através do conceito de geração. As gerações podem ser apreendidas de diferentes formas, entre elas, a partir das experiências comuns relativas à vivência e testemunho de acontecimentos que Sirinelli (2005) denomina de “inauguradores”, ou seja, capazes de criar e/ou modelar uma geração. Trabalhar com o conceito de geração não é tarefa fácil, nem trivial, pois remete a um tipo de “periodização” fluida e a demarcações temporais pouco rígidas e definidas. No entanto, o reconhecimento de seu valor analítico para a compreensão de fatos e acontecimentos a partir de pontos de vista e perspectivas de determinados grupos está sedimentado na história (Sirinelli, 2005). O conceito de geração não encerra em si um sentido biológico, como regularmente concebido pelo senso comum. Ele se define a partir do estabelecimento mais ou menos deliberado de “fronteiras simbólicas” que introduzem formas de homogeneização interna de grupos, concomitantemente a um processo de diferenciação em relação ao exterior (Pessanha e Morel, 1991). Esses processos de construção social da identidade estão marcados por uma experiência comum do tempo e pelo compartilhamento de uma cultura comum.

Buscando romper com uma abordagem linear e objetivista, e refletindo sobre a construção de um conceito sociológico de gerações, Karl Mannheim estabelece como elemento essencial da definição geracional a percepção de um “tempo interno”, que se relaciona com diferentes variáveis “externas”, tais como a contemporaneidade, a coetaneidade, a idade, a vivência dos mesmos

acontecimentos e uma mesma posição sócio-histórica (Weller, 2010). Não é a análise isolada dessas variáveis que define uma geração, mas as inter-relações das variáveis internas e externas. É a forma particular como os atores sociais apreendem, selecionam, interpretam, percebem, conferem sentido e coerência aos fenômenos que define uma geração.

Como elementos comuns à “formação” dos entrevistados que chamamos de “geração das greves” estão: a cultura e o *habitus* da fábrica, uma idade similar, o testemunho e a participação nas mobilizações coletivas dos anos 1980 e 1990. A forma como lembram esses acontecimentos traz à tona uma série de elementos que denotam a composição de um acervo de memória compartilhada e coletiva. Os trabalhadores que entrevistamos conformam uma geração, pois essas experiências e vivências dos anos 1980 e 1990 permitem a esses trabalhadores elaborar narrativas que estabelecem uma identidade relativamente coesa dentro do grupo, e em que a própria definição de situação emerge de um contraste reiterado com aquilo que eles entendem como a experiência da geração anterior, ou a “geração” da “época” de seus pais.

No entanto, há diferenças de ênfase, de seleção e de conteúdo nas narrativas que não parecem ser atributo apenas da subjetividade a partir da qual os indivíduos interpretam os acontecimentos passados. Na análise das narrativas, estabeleceu-se uma subdivisão dos entrevistados em dois grupos, chamados de Grupo 1, formado por quatro entrevistados que participaram ativamente dos movimentos, ou que apresentaram em seus relatos uma militância ou engajamento passado ou presente em movimentos sociais de diferentes matizes (sindical, religioso, de bairro ou político)⁷; e grupo 2, formado por ex-metalúrgicos que participaram dos movimentos, mas não apresentaram em

7 Neste grupo estão dois ex-presidentes do sindicato dos metalúrgicos e dois militantes de movimentos sociais. Entre eles, Marcelo Felício, que ingressou na empresa em 1976, participou ativamente do sindicato e tornou-se presidente da entidade entre 1988 e 1991. Foi demitido da empresa em 1992. Renato Soares, seguindo os passos do pai, entrou na empresa em 1978, onde se tornou cipista e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos entre 2006 e 2014. Atualmente é vice-presidente da entidade. José Maria Silva, militante do Movimento Ética na Política, entrou nos quadros da CSN em 1973, onde atuou como cipista. Participou ativamente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); foi demitido da empresa em 1997. Evaldo Silva nasceu em Pernambuco e mudou-se para cidade de Volta Redonda em busca de uma vida melhor. Trabalhou em empreiteira até o ingresso nos quadros da CSN em 1973. Participou ativamente da Comunidade Eclesial de Base (CEB) e foi presidente de associação de bairro. Foi demitido durante a privatização da empresa em 1993, quando somava cerca de vinte anos de trabalho

suas narrativas nenhum vínculo passado ou presente com instituições e/ou movimentos que pudessem remeter a uma identidade e um discurso mediados por uma socialização política como o primeiro grupo. A visão de mundo resultante da socialização política parece ter influência no conteúdo e na forma de narrar os eventos, assim como na apreensão dos acontecimentos pela memória.

Essa divisão não foi estabelecida *a priori*, mas a partir do momento em que se observou que, a despeito de os entrevistados serem contemporâneos, de terem sido testemunhas e partícipes das greves na usina nos anos 1980 e 1990, de pertencerem a uma mesma conexão geracional (Weller, 2010), a forma de narrar e o conteúdo das narrativas acerca desses acontecimentos divergiam de maneira mais ou menos profunda. Considera-se, a partir da estrutura das entrevistas, a existência entre os entrevistados de duas unidades geracionais distintas⁸.

Seis dos dez entrevistados jamais haviam narrado os acontecimentos grevistas para um pesquisador, e alguns deles não se “reencontravam” com essa narrativa havia anos ou décadas. Embora muitas pesquisas tenham sido produzidas sobre as greves na CSN, e particularmente sobre a greve de 1988, tornou-se lugar-comum privilegiar a perspectiva das lideranças sindicais e políticas, os narradores “legitimados” e oficiais desta história. Não se pretende, no entanto, trocar uma narrativa (dos sindicalistas, militantes e lideranças) por outra (dos trabalhadores comuns), mas apontar as continuidades e descontinuidades nas narrativas sobre os acontecimentos que fazem parte de uma memória compartilhada.

Entre os entrevistados que não tinham nenhum tipo de militância, era frequente certo desconforto e hesitação na fala. Afirmações tais como “não sei se sei ao certo”, “não sei se vou me lembrar”, “não sei se o que eu sei é importante”, “eu não tenho como provar” ou “essa é apenas a minha visão” resumiam uma

8 Os entrevistados participam de uma mesma situação de classe e geracional (em termos de posição social e do nascimento). Também fazem parte de uma mesma conexão geracional, pois estabeleceram vínculos concretos que implicaram um destino comum dentro de uma unidade sócio-histórica, e da participação em práticas coletivas comuns (Weller, 2010). Consideramos, no entanto, que os entrevistados do que chamamos de “Grupo 1” e “Grupo 2” formam unidades geracionais distintas, uma vez que há diferenças na forma pela qual estratificam, classificam e se enxergam como partícipes desses acontecimentos. Por “grupo 1” e “grupo 2” não pretendemos sugerir a existência de grupos concretos, mas de especificidades relativas à maneira como esses indivíduos desenvolvem “perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado” (Weller, 2010, p. 215).

preocupação em ocupar “corretamente” uma posição inédita de autoridade. A impressão de que as lideranças falam por muitos e que os trabalhadores comuns falam apenas por si próprios, e que carregam uma visão tacanha e limitada da realidade, consiste ao mesmo tempo em preconceito e equívoco metodológico e teórico. De fato, algumas personagens históricas têm grande capacidade de alterar não apenas o próprio destino, mas o curso dos acontecimentos. Embora seja importante destacar o papel destas personagens, cujas decisões têm impactos que afetam diretamente os acontecimentos e o destino de outros, e que desempenham um papel ativo na história e na memória dos acontecimentos, negligenciar outras perspectivas e outros “lugares” a partir dos quais esse passado é reconstruído equivale a uma simplificação e a um reducionismo típicos das abordagens totalizantes, pretensamente universalistas.

Do ponto de vista prático, é interessante notar que entre o grupo de trabalhadores e ex-trabalhadores entrevistados pela primeira vez, as respostas às perguntas e provocações feitas eram mais diretas, enquanto entre aqueles cujas narrativas haviam sido construídas em outras situações ao longo dos últimos trinta a quarenta anos, era mais frequente um desvio da questão em direção a uma forma de enquadramento pré-moldado dos acontecimentos. Pollak (1992) define bem a situação de estranhamento do “entrevistado ocasional”:

(...) o primeiro critério, a meu ver, é reconhecer que contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. (Pollak, 1992, p. 213).

A forma como “selecionamos” a realidade não é natural, por isso, a narrativa do entrevistado ocasional emerge como um processo de seleção e de construção da história que ocorre diante do pesquisador. Esse processo não obedece necessariamente aos marcadores oficiais, nem se estrutura num conjunto coeso e organizado. Como aspecto conspícuo e regular dessas entrevistas estava a emotividade no ato de rememorar e construir-se como sujeito da história, aliada ao esforço de transformar em narrativa a própria trajetória e acontecimentos passados que, de outra forma, talvez nunca viessem à tona.

Como a maior parte dos entrevistados era, à época das entrevistas, formada por aposentados ou demitidos da empresa, não era

incomum certa nostalgia em relação aos vínculos fortes da identidade de trabalhador metalúrgico, com todas as relações que a cercavam. O distanciamento dos acontecimentos narrados e da condição de metalúrgico parecia trazer clareza na definição do trabalho como difícil e áspero, mas que guardava também suas virtudes e certa segurança sobre a identidade.

Esta pesquisa tem como objetivo trabalhar a memória não como uma matéria inerte, permanente e de estrutura linear, senão como elemento mutável, amiúde revisitado/questionado à luz das questões e problemas presentes. A memória coletiva e a individual, consideradas isoladamente ou em relação uma com a outra, não são estáticas, portanto, também não são fixas as referências identitárias que tais memórias sustentam. Tendo em vista o papel do imaginário das greves na memória coletiva e individual, busca-se ao longo do texto recuperar os elementos sólidos e recorrentes, e os voláteis da memória sobre a relação com a empresa e as greves.

Em princípio, será feita uma revisão bibliográfica com enfoque nas características fortes que vincularam os destinos da empresa aos destinos da cidade e dos seus cidadãos. A estrutura de relações do tipo company-town desempenhou um papel importante na construção das identidades dos trabalhadores-cidadãos como uma extensão das relações que se produziam no interior da fábrica. A solidez dos laços estabelecidos entre cidade e a siderúrgica é essencial para discutir as imagens nas narrativas que perpassam a relação com a empresa, pois esta relação se inicia na trajetória destes entrevistados mesmo antes da sua efetiva identidade de trabalhador, antes de ocuparem um lugar na produção.

Foram dirigidas poucas perguntas aos entrevistados, uma vez que o intuito era estimular que eles desenvolvessem livremente, em termos de ordenação e prioridade, a narrativa sobre as greves. De maneira geral, os eixos principais das questões giravam em torno da trajetória particular dentro da empresa, da visão sobre as greves, da participação de grupos específicos nas ações coletivas e da visão em relação às principais lideranças do movimento à época das greves.

A menina dos olhos: desenvolvimento, trabalho e repressão

Construído nos anos 1940, o parque produtivo siderúrgico da Usina Presidente Vargas (UPV) tinha por objetivo materializar a nova organização social concebida pelo Estado Novo. A construção de uma usina siderúrgica em área rural, de baixa densidade demográfica e de escassa atividade econômica moderna e industrial,

alterou profundamente as características do espaço e da região como um todo. A iniciativa de construir a primeira usina integrada brasileira, e o maior empreendimento da produção de aço da América Latina à época, representou uma ruptura de trajetória em relação à vocação regional e nacional, baseada na predominância de atividades agrícolas de exportação, dependência da importação de artigos manufaturados de aço e seus derivados.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ergueu-se como um colosso erigido em aço, estruturas, galpões, fornalhas, chaminés, cinzas, calor e suor. Desde a sua inauguração, à parte sua função produtiva, encarnou um verdadeiro monumento ao desenvolvimento. A inauguração da indústria, com o capital do Estado, foi resultado das negociações que definiram a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado dos Aliados (Monteiro, 1995, Veiga e Fonseca, 2008). Indústria de base, a siderúrgica seria o alicerce para o desenvolvimento de uma série de outras indústrias nacionais, como a automobilística, de máquinas e ferramentas, eletrodomésticos, construção civil, entre outras.

A inauguração da CSN nos anos 1940 colocava a cidade de Volta Redonda e a região Sul Fluminense no mapa da produção nacional e representou um marco no desenvolvimento das novas relações de classe, da industrialização de base, do crescimento e do trabalho regulado. Da região antes marcada pelas fazendas e lavouras do outrora opulento Vale do Café, surgiu não apenas uma nova empresa, mas toda uma cidade. Toda a estrutura urbana de iluminação, habitação, esgoto, transporte e até mesmo de lazer foi financiada pela então estatal e, mesmo com a constituição de uma autoridade municipal em 1954, parte desses serviços permaneceu até o final dos anos 1960 sob a responsabilidade da empresa (Veiga e Fonseca, 2008).

A lógica “Quem tem ofício, tem benefício” não poderia ter melhor expressão do que na cidade de Volta Redonda. A empresa trazia consigo a modernidade em forma e conteúdo: arquétipo do progresso e da produção industrial, sinônimo de expansão das modernas relações de trabalho consagradas pela Constituição de 1937 e pela CLT em 1943, a cidade atraiu centenas de milhares de trabalhadores de regiões e estados distantes e circunvizinhos em busca de oportunidades de emprego.

Sob os auspícios do progresso, do trabalho regulado e da disciplina do trabalho industrial, foram formadas as primeiras gerações de trabalhadores da Usina Presidente Vargas (UPV) (Morel, 1989). A vila operária construída no entorno para abrigar os trabalhadores da empresa acentuava a contiguidade e a integração entre interior e o ex-

terior da usina e estreitava as relações de amizade, de vizinhança e de trabalho. Por ser uma grande empresa, que marca física, econômica e socialmente a cidade de Volta Redonda, as trajetórias dos cidadãos estão marcadas pela centralidade da usina na formação e na gestão da cidade.

Durante a ditadura militar, mais precisamente no ano de 1973, a cidade do aço tornou-se área de segurança nacional, o que levou ao aprofundamento da supressão das liberdades civis e políticas e ao aumento da vigilância e da repressão sobre os cidadãos. A ameaça constante de repressão pairava sobre o cotidiano de membros de movimentos sociais, de partidos políticos, de sindicalistas e ativistas. Nos anos 1980 e 1990 destacam-se na memória oficial e coletiva as mobilizações grevistas e a privatização em 1993. No decorrer dessas greves, a literatura apontou fartamente o papel de membros da Igreja, das associações de bairros e de figuras “heroicas” como o dirigente sindical Juarez Antunes e o bispo Dom Waldyr Calheiros nesses movimentos.

Notas de uma memória herdada e compartilhada: o ingresso em um novo estatuto, ou ainda, mais do que ser trabalhador...

A forma como a siderúrgica se inscreve geograficamente no espaço da cidade, marcada pela centralidade do parque industrial, também se reflete na construção do imaginário dos entrevistados sobre “ser trabalhador” da CSN. Desde o princípio, a estrutura urbana estava subordinada ao traçado da indústria. Volta Redonda, antigo distrito de Barra Mansa, nasceu antes de tudo como a cidade da indústria, e não o contrário. A concepção da indústria antecedeu e determinou o projeto de construção da cidade (Lopes, 2003).

A disposição dos bairros e sua ocupação pela classe trabalhadora mimetizavam a lógica hierárquica da empresa (Lopes, 2003) numa cidade onde as fronteiras tênues entre os mundos da produção e da reprodução social faziam emergir uma organização social com poucas nuances e descontinuidades entre trabalho, comunidade e vida. Da mesma forma que a CSN desempenhou um papel importante na construção da cidade, a empresa também foi fundamental para a formação da identidade operária da “Cidade do Aço”. Ser um trabalhador da usina era considerado um status social, e portar um uniforme da empresa era motivo de orgulho.

A relação estabelecida entre funcionário/cidadão e empresa consolidava uma imagética da complementaridade entre a centralidade física e simbólica da empresa:

(...) A CSN naquela época tinha muito status. Se você entrasse em uma loja com um uniforme da CSN, as pessoas faltavam pouco te carregar no colo (...). Ninguém falava de sair da CSN; quem entrava na CSN tinha aquela visão assim: “porra, tô feito”. Era como se fosse hoje o “ah, eu fiz uma prova aqui para o Ministério Público, eu sou concursado, tô bem pra caramba”. (O)⁹

A identidade dos cidadãos volta-redondenses da geração das greves ainda era marcada pela CSN como esteio da cidadania, do reconhecimento social e de realização profissional. Alguns marcadores temporais apareceram de maneira recorrente nas narrativas, entre eles, a data de ingresso nos quadros da CSN. Em algumas narrativas, não há nenhuma hesitação para identificar a data precisa de entrada na usina. Em geral, os entrevistados que ingressaram diretamente nos quadros da siderúrgica, ou que passaram previamente por empresas terceirizadas, tinham uma memória clara de sua transformação em empregados da CSN, e o tom enfático com o qual rememoravam o acontecimento guardava um significado específico. A data de entrada nos quadros da siderúrgica simbolizava um marco zero, uma nova condição. À pergunta “quando você entrou na CSN?”, um dos entrevistados respondeu indicando o dia, o mês e o ano de sua entrada, em 1975. Sobre o acontecimento, afirmou: “Não se esquece disso” (D)¹⁰. E quando questionado sobre o porquê de tal afirmação, respondeu:

Não se esquece porque era um evento ímpar na vida, né? Entendeu? Você é adolescente, é, tá ali, todo mundo naquela expectativa, né? Porque criam na gente a expectativa de que você vai para CSN, você vai trabalhar na CSN, nós estamos se preparando para ser um operário CSN, né? Então, quando você está na Escola Técnica, você, sua intenção é o quê? É melhorar o seu conhecimento para você ser fichado e posteriormente você ir para dentro da CSN, trabalhar, seguir sua vida profissional, entendeu?” (D)

Em outro relato:

A gente trabalhava, era solteiro, a gente tinha um salário razoável, um bom salário na época, então, era o sonho. “Eu vou trabalhar na CSN”. Ali a gente ia trabalhar até aposentar. E começou aquele negócio de greve, do pessoal reivindicar mais salário, e tal. Eu lembro que tinha até a girafa. Era muito bom, a gente tinha décimo terceiro. E tinha a girafa, a girafa era uma participação

⁹ O, nascido em Volta Redonda. O pai trabalhou na área da laminação. Ingressou como eletricitista na CSN em 1989 e aposentou-se na empresa.

¹⁰ D, nascido em Volta Redonda. O pai trabalhou na Aciaria. Ingressou na CSN em 1975, onde se aposentou em 1999.

dos lucros da CSN. Então a gente tinha o décimo terceiro em dezembro, e tinha em março a girafa, era outro salário até. Era bacana, era legal. A gente podia adiantar a girafa. Era bom, era uma boa empresa de se trabalhar. (A)¹¹

A sensação de continuidade e de garantias permeia a narrativa dos entrevistados, a despeito do regime de estabilidade dos servidores públicos não abranger os trabalhadores da então estatal. Na verdade, esta sensação de estabilidade parece ser resultado da percepção de uma baixa taxa de demissão até os anos 1980, situação que marcou a experiência da geração dos pais. O acontecimento – ingresso nos quadros da siderúrgica – nestes depoimentos se traduz como um ponto definidor de toda a trajetória ulterior.

Nas narrativas, ao se perguntar sobre a própria trajetória e a relação com a empresa, era comum o sentimento de orgulho e/ou de conquista associado ao emprego na siderúrgica. O sentimento de orgulho era ampliado entre aqueles que estudaram na Escola Técnica Pandiá Calógeras¹² (ETPC), referência nacional na formação industrial à época de sua implantação, e que tinha por objetivo qualificar a mão de obra para o trabalho industrial. Esta geração que participou das greves beneficiou-se da qualificação e de uma formação técnica formal.

No relato dos entrevistados, o emprego na usina, ou dá continuidade à trajetória paterna, como um legado, ou, nos casos em que o pai não trabalhou na siderúrgica, cumpre as expectativas familiares de ascensão social. A CSN é vista como a oportunidade e como a possibilidade de “fazer a vida”:

Meu pai trabalhou na laminação, não sei se era a frio ou se era a quente, mas meu pai trabalhou ali vinte e tantos anos. Na época, tinha aquele posto de mestre: eram níveis, nível tal e tal. E meu pai por mais um pouco pegava a vaga de mestre. Ele não pegou, não sei o que aconteceu. Meu pai veio de Barra do Pirai, ele era alfaiate, só que chega a hora que não tava dando. Barra do Pirai é uma cidade pequena, não dava dinheiro. Aí ele veio para Volta Redonda – ele, minha mãe e mais dois filhos, e foram morar no

¹¹ A, nascido em Volta Redonda. O pai trabalhou como motorista para a diretoria da CSN. Entrou na CSN em 1987, com 19 anos, por indicação do pai. Embora não se identificasse como liderança ou militante nos movimentos, apenas como participante, seu nome aparecia nos relatórios das greves elaborados pela CSN (Dossiê Greves CSN, 1990, CEMESF). Foi demitido em 1990.

¹² Fundada em 19 de abril de 1944, antes Escola Profissional da Companhia Siderúrgica Nacional, permitiu um aprendizado formal sobre a indústria, formando gerações de técnicos e profissionais da CSN.

Nove de Abril, que é um bairrozinho que parece que agora que deu uma melhorada, na época não tinha nada lá. Vieram fazer a vida aqui. (O)

Meu pai foi um dos precursores de partida do conversor da Aciaria LD, né? Aciaria nova, entendeu? Era uma pessoa semianalfabeta que chegou a ir aos Estados Unidos para poder fazer curso lá, né? Na Aciaria modelo deles lá, para poder dar partida aqui nesse conversor de Volta Redonda. Isso foi muito importante, entende? (D)

(...) na época, tinham tantos benefícios, né? A CSN tinha, depois que você fazia trinta anos, tinha o pé na cova. Ele [o pai do entrevistado] recebeu esse prêmio por três anos. Trabalhou 33 anos na CSN (...). Ele era ajudante de eletricista, mas como ajudante de eletricista ele dirigia caminhão, fazia tudo. Era possível ser feito isso tudo pelo pessoal que trabalhava na época; não exigia muita qualificação para exercer certas funções. Ele só foi classificado eletricista mesmo quando ele foi pro Escritório Central, que ele ia lá na sala de máquina (...). (E)¹³

A primeira geração de trabalhadores da CSN tinha, em sua maioria, baixa escolaridade e aprendeu o ofício pela experiência no trabalho (Pessanha e Morel, 1991). O trabalho na empresa representou para eles uma forma de ascensão social. Em geral, nesses contrastes estabelecidos com a trajetória paterna reveste-se o discurso de um tom especial de realização, de trajetória ascendente, de cumprimento das expectativas familiares. A entrada na siderúrgica aparece amiúde como realização profissional, e como realização pessoal. A codificação dos conhecimentos tácitos e sua transformação em conhecimento formal, os diplomas e a formação técnica passaram a ser requisitos ao ingresso e à ascensão profissional para a geração dos trabalhadores entrevistados.

A construção da subjetividade dos indivíduos baseada numa relação de afeto e num sentimento de pertencimento é determinante para a explicação sobre a forma como se desenrolaram as greves. A indústria siderúrgica possui a peculiaridade de que, alguns de seus equipamentos, tal como os altos-fornos, não podem ter o funcionamento interrompido, o que levou os trabalhadores a realizarem as chamadas “greves de ocupação” com o intuito de cuidar da estrutura, evitando eventuais danos e prejuízos (Graciolli, 2007). O sentimento

¹³ E, nascido em Volta Redonda. O pai trabalhou como ajudante de eletricista e eletricista na CSN. Começou a trabalhar na usina em 1978, com 18 anos, e se aposentou na empresa.

era de que a usina era uma extensão da casa, e pertencia a eles tanto quando eles a ela: “A minha visão era de que a ponte era minha. Eu detestava estar num horário que tinha manutenção preventiva. Eu não gostava de chegar lá e ver meu equipamento parado. E quando sujava? Era o mesmo que sujar a minha casa. Não gostava” (C)¹⁴.

A contiguidade entre a vida dentro e fora da produção faz com que os conflitos e acontecimentos grevistas se transformem em conflitos internos, eliminando as barreiras entre trabalho, fé e vida pessoal:

Então aconteceu um fato muito interessante dentro desse conflito [greve de 1988] que acontecia dentro de nós mesmo, apesar de eu participar de tudo lá, escrever boletim, lendo, participando de reuniões, mas eu tinha conflito. Então teve um momento que eu entrei em desespero, uma interrogação: “será que tô certo mesmo?”. Tinha como desistir e abandonar os companheiros, mas eu não queria abandonar, eu estava alimentado pelo sindicato, até pela minha fé que eu tinha na Igreja, então eu pedi a Deus pra me mostrar um meio de me fortalecer. (Silva, Evaldo)

A geração das greves produziu uma subjetividade peculiar, na encruzilhada entre a experiência herdada dos pais e a vivência da repressão às greves e da privatização da usina nos anos 1990 e, portanto, talvez seja aquela que estabeleceu a relação mais ambígua para com a empresa e o trabalho. A despeito do sentimento de que a CSN não era mais a “mãe” que havia sido, o contexto da greve e, particularmente, a privatização da empresa em 1993, representaram uma ruptura abrupta que fez emergir nos trabalhadores uma ideia de que aquilo não mais lhes pertencia¹⁵. O trabalho na empresa já não é mais percebido como mecanismo de diferenciação, desvaloriza-se o *status* operário. Concomitantemente, as narrativas sobre a privatização trazem um sentimento de alienação e separação de parte de suas histórias.

As entrevistas, em grande parte, reforçavam o sentimento de orgulho e de pertencimento que o ingresso na usina proporcionou aos entrevistados. Essas características fortes da identidade e trajetórias pessoais associadas à empresa foram intensamente produzidas pelo discurso oficial estado-novista, e extraoficialmente, pela cultura

¹⁴ C, nascido em Volta Redonda, trabalhou numa empreiteira até entrar para os quadros da CSN em 1987. Trabalhou em diferentes setores da empresa até a aposentadoria.

¹⁵ A privatização apareceu espontaneamente na narrativa de todos os entrevistados. Ela emergiu como um forte marcador temporal de ruptura mesmo entre aqueles que permaneceram na usina após o processo.

local. A CSN era tida para a primeira geração como “mãe”, como grande fomentadora dos direitos trabalhistas e de cidadania na cidade de Volta Redonda (Morel, 1989). É preciso ressaltar que a geração das greves se encontrava no limite entre a experiência do Estado desenvolvimentista demiúrgico e da empresa-mãe, e a privatização da estrutura produtiva e da cidade.

O exercício de rememoração que os entrevistadores estimularam lidava exatamente com esse embate entre a memória herdada e parcialmente experienciada (a empresa-mãe) e a memória das greves, perseguições, demissões e privatização. Manteve-se o afeto pela empresa e pelo trabalho, a despeito de sua reiterada aspereza e dureza, aliado ao saudosismo de uma imagem compartilhada da “empresa-mãe”, que teria marcado a experiência da geração anterior.

Memórias do ativismo e da luta operária: consciência ou contingência?

Para Graciolli (1997), as greves e paralisações sucessivas nos anos 1980 tinham um caráter pedagógico e consistiam em estratégia do sindicato de fortalecimento da identidade coletiva e de aprendizado da gramática de mobilização pelos trabalhadores, após um período de duro cerceamento desta forma de ação e protesto. Nos anos 1980, no Brasil, a greve parece representar o mecanismo mais expressivo e contundente do repertório de ação dos sindicatos, particularmente dos sindicatos cutistas representantes do Novo Sindicalismo.

No primeiro contato com os entrevistados esclarecemos que a entrevista versaria sobre as greves na CSN. No decorrer das narrativas, após responder a questões sobre a própria trajetória e o ingresso na empresa, alguns entrevistados começavam espontaneamente a discorrer sobre os acontecimentos relativos às greves. À exceção dos trabalhadores do grupo 1, no grupo 2, poucos trabalhadores guardavam na memória as datas e/ou acontecimentos vinculados aos movimentos que antecederam e sucederam a greve de 1988. As greves e paralisações realizadas entre 1984 e 1990 não aparecem de forma distinta e clara na memória e, por vezes, esses movimentos se confundem com outros acontecimentos. Apenas as greves de 1988 e de 1984 foram lembradas por alguns entrevistados, esta última, por ter sido a primeira de uma sucessão de ações coletivas desta natureza. Da sucessão de mobilizações sem identificação de acontecimentos específicos na memória, destaca-se em alguns depoimentos a presença recorrente do Exército na usina durante estas ações, porém, inicialmente, sem a existência do uso da violência. Este período é

considerado como de certa banalização da mobilização coletiva para parte do grupo 2, dada a frequência com a qual ela ocorria e a incapacidade de recuperar na memória as causas¹⁶ de cada uma dessas ações.

Já a greve de 1988 parece estar bem sedimentada na memória dos entrevistados, no entanto, é possível que acontecimentos de outras mobilizações tenham sido incorporados à memória desta greve em razão de seu caráter traumático. Ao falar das greves, as narrativas versavam, sobretudo, acerca da violência inesperada na greve de 1988 e da perseguição e retaliação àqueles que participaram – mesmo como coadjuvantes – das mobilizações. A maior parte dos entrevistados narra as greves como um “campo de batalha”, a despeito do poder desigual de que gozavam os agentes do Estado. Na memória dos entrevistados de ambos os grupos, a violência do Exército contra “trabalhadores” era injustificada. Nota-se uma dimensão de valorização moral da condição de trabalhador como forma de condenar a violência e de legitimar o movimento:

Ninguém ali era bandido, era tudo trabalhador. O que a gente queria? Queria um reconhecimento salarial, melhores condições. Se queria tantas horas, hora extra, não sei o quê, salário (...). Mas não era ninguém bandido. (A).

Reforçando a postura ativa dos trabalhadores na resistência à invasão, um dos entrevistados estabelece um paralelo entre a invasão da CSN e as guerrilhas:

Então tinha muito isso, ninguém gostava muito de falar sobre o Exército porque ele ficou muito marcante. Muito marcado naquela coisa da invasão e tal. Mas eu via muita gente contando as histórias lá dentro, de como a coisa aconteceu. Muitas pessoas falavam, assim, até com certo orgulho: “Ah, eles vieram aqui, nós colocamos as coisas em cima deles, nós viramos o vagão da locomotiva pra fechar a rua...”. Tinha gente que colocou fio energizado no corrimão, e quando o soldado ia subindo levava choque. Então, foi uma coisa assim meio que de guerra (...). Então é muito interessante, assim, como aconteceu a luta, pelo que lutaram, pelo objetivo, pelas metas. Você vê hoje e tá tudo aí largado. (O)

16 Muitas vezes, as causas desses movimentos eram apresentadas de maneira genérica, sem muita precisão, como movimentos para “melhorar os salários” e condições de trabalho. A CSN é identificada como uma “boa empresa” para se trabalhar mesmo nas narrativas que atribuem a greve à “questão salarial”. Esta ambiguidade, conforme indicamos acima, parece um sintoma da experiência fronteiriça da geração das greves, entre a memória dos pais de um lado, e as greves e a privatização da empresa de outro.

O engajamento individual – embora em diferentes níveis – ou coletivo aparece em todas as narrativas, assim como o destaque da postura ativa dos trabalhadores na luta e defesa de seus interesses. Embora este não seja por vezes o ponto a partir do qual se estrutura a narrativa da greve, nenhum dos entrevistados negligenciou a morte de três trabalhadores, fato responsável por marcar a greve de 1988 e por diferenciá-la dos demais movimentos. Sobre as mortes, à exceção de um, todos os entrevistados do grupo 1 arrolaram os nomes dos trabalhadores mortos como uma forma de reproduzir a memória política construída em torno dessas mortes¹⁷.

Há diferenças na forma de construção da sucessão dos acontecimentos que culminaram na greve, que parece vinculada tanto à trajetória pregressa do entrevistado, quanto à regularidade imposta ao ato de lembrar. Entre os entrevistados do grupo 1, há um engajamento subjetivo dos sujeitos e uma implicação pessoal mais direta na descrição das sequências de acontecimentos. Isto se reflete em narrativas mais organizadas e cadenciadas. Em contraste, a memória dos trabalhadores do grupo 2 é mais errática, sujeita a idas e vindas, e deriva muitas vezes de um esforço de transformar, pela primeira vez depois de trinta anos, a experiência de um acontecimento numa narrativa coesa.

Este maior/menor engajamento/militância em movimentos sociais e o exercício prévio de ordenação da narrativa sobre as greves refletem-se nos discursos produzidos. Nos relatos do entrevistado que atualmente é sindicalista, e à época era membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), e do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos durante a greve de 1988, a natureza estrutural e classista do acontecimento era reforçada regularmente pela recorrência da afirmação do caráter coletivo das ações e da ideia sobre a existência de uma consciência de classe, acentuada pelo uso de termos/conceitos como “luta de classe”, “exploração”, “o capital”. Da mesma forma, a noção de direitos, cidadania e de luta estrutural aparece na perspectiva dos entrevistados que fazem ou fizeram parte de movimentos sociais.

Esse uso tácito ou deliberado de conceitos marxianos pelos membros e ex-membros do sindicato é uma característica forte da

17 Durante muitos anos, para o sindicato e outros movimentos sociais e políticos da cidade, a reivindicação da memória dos trabalhadores mortos na greve tornou-se palavra de ordem. Essa memória vem sendo reproduzida desde as históricas greves em atos públicos a partir da “chamada” do nome de cada dos trabalhadores mortos – Willian, Walmir e Barroso – seguida da reprodução em coro pela plateia da palavra “presente”.

narrativa desses entrevistados, em contraste com a narrativa dos trabalhadores comuns, nas quais as críticas têm um caráter mais imediato, e cujas referências à identidade coletiva (nós) nas mobilizações são mais efêmeras e aparecem como efeito (mais do que causa) dessas ações espetaculares. A participação nas mobilizações entre o grupo 2 aparece como resultado da busca por melhores condições de trabalho e salário, mas também como efeito de uma forte estrutura de coerção coletiva¹⁸.

Embora a literatura acadêmica tenha reforçado o caráter político da greve de 1988, através da qual o sindicato dos metalúrgicos buscava fazer valer a Constituição e o direito à jornada de trabalho de seis horas para trabalhadores em turno ininterrupto de revezamento¹⁹, apenas dois entrevistados do grupo 2 recuperaram na memória este sentido²⁰. Uma das exceções do grupo 2, um entrevistado reivindica o turno de seis horas como causa forte da greve de 1988:

(...) três pessoas morreram, isso oficialmente, porque teve mais. Três pessoas morreram pra conseguir direitos, e hoje ninguém preza. Um deles é o turno de seis horas – ninguém tá fazendo o turno de seis horas mais. Eu acho que há falta do povo nessa questão da história, a consciência da história. Ninguém sabe de nada (...). (O)

Essa menção ao “turno de seis horas” consiste numa recuperação do passado à luz do presente: a negociação coletiva de 2017 descontinuou a jornada prevista por lei para trabalhadores em turno ininterrupto de trabalho que vinha sendo praticada desde 2008.

18 Os entrevistados participavam tanto porque “todos” estavam participando, quanto porque havia o arrastão. O arrastão consiste na parada progressiva e forçada do trabalho das áreas e setores produtivos. A violência de trabalhadores contra seus pares parece ter sido mais potencial do que real. A ameaça também criava uma justificativa para a parada, pois a tornava obrigatória, “engajando” também aqueles que não queriam participar porque temiam retaliações.

19 Os documentos e relatórios elaborados pelos superintendentes da CSN também demonstram que em 20 de setembro de 1988, o então deputado constituinte Juarez Antunes adentrou a usina juntamente com dirigentes sindicais, buscando mobilizar os trabalhadores para a greve, anunciando como uma de suas principais pautas o direito à jornada de seis horas que integrava o texto da Constituição de 1988, promulgada apenas alguns dias após. (Dossiê Greves CSN, 1990, CEMESF).

20 Em contraste, entre os entrevistados do grupo 1, todos mencionaram o “turno de seis horas” como uma das pautas da greve de 1988. Marcelo Felício, que à época da greve era o presidente do sindicato dos metalúrgicos, identificou na jornada de seis horas a causa forte do movimento paretista.

Diferentemente da jornada de seis horas, a questão da segurança apareceu com frequência entre o grupo 2 como elemento explicativo para a realização das greves. A peculiaridade das funções exercidas em situações de risco constante aponta para a construção forte na memória coletiva dos ex-trabalhadores dos liames entre a condição de metalúrgico e a vida, entre trabalho e existência.

Conclusão

Neste texto, buscou-se recuperar parte das memórias relacionadas às ações e mobilizações coletivas dos trabalhadores da CSN ocorridas na cidade de Volta Redonda nos anos 1980 e início dos anos 1990. Diante destes acontecimentos históricos que tomaram projeção nacional e internacional, e que por isso formaram também um número de narradores legitimados, intentou-se reconstituir prioritariamente (mas não exclusivamente) as memórias não “oficiais”, assim como perceber a forma como o distanciamento temporal promove releituras dos eventos através da seleção e dos esquecimentos. Buscou-se ainda ressaltar a experiência difusa da geração das greves, marcada por mudanças radicais na empresa que tiveram impacto sobre as trajetórias e estratégias de vida, bem como sobre a forma como apreendem a relação com o trabalho.

Se, por um lado, as narrativas pessoais que descrevem a Cidade do Aço reforçam o projeto modernizador, o caráter original e as esperanças suscitadas pelo desenvolvimento industrial, por outro, não deixam de refletir o desencanto e o ressentimento pela repressão aos movimentos e pela privatização da empresa. Na memória coletiva, compartilhada, permanece a ideia da “empresa-mãe” e uma perspectiva da ruptura e corte geracional entre as experiências em relação à geração dos pais. As greves são retomadas a partir de uma perspectiva que privilegia a ideia de ativismo e luta. Neste sentido, os trabalhadores são apresentados como sujeitos da história, e as greves como verdadeiros “campos de batalha”.

As trajetórias individuais e o maior ou menor engajamento e militância criam leituras ligeiramente diferentes em relação às causas das greves. Enquanto militantes de movimentos sociais, sindicalistas e ex-sindicalistas fazem uma leitura sobre as greves a partir de seus aspectos políticos e acentuam a união da classe trabalhadora nesses episódios, a perspectiva dos grupos não engajados (formalmente) tende a reforçar a ausência de segurança no trabalho e a luta por melhores salários como o foco dessas ações coletivas. O distanciamento desses acontecimentos gera uma imagem difusa da ocorrência

das várias greves, principalmente entre o grupo 2, de forma que apenas os movimentos de 1984 e 1988 são retomados em suas particularidades. A greve de 1984 é lembrada como a primeira greve na usina e como um movimento vitorioso; já a greve de 1988, a partir da memória traumática da morte dos trabalhadores. Embora a greve de 1988 tenha sido considerada vitoriosa pelo movimento sindical, pelos militantes e pela historiografia local, ela é por vezes considerada uma greve derrotada na perspectiva dos entrevistados do grupo 2, seja pela condição de luto perpétuo que ela trouxe, seja pelos acontecimentos que se seguiram, o principal deles, a derrota sofrida com a privatização da empresa.

Ainda que a greve seja vista como um movimento legítimo, mesmo entre os entrevistados que não se identificavam claramente com os projetos políticos das esquerdas, elas eram frequentemente rememoradas com saudosismo e como um hiato, uma experiência datada, singular, quase um museu imaterial da classe trabalhadora, como uma herança sem herdeiros, um passado sem lastro no tempo presente.

Entrevistados

GRUPO 1

FELÍCIO, MARCELO [62 ANOS] [SET. 2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS E ANA CLARA MATIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 13 SET. 2018.

SILVA, EVALDO [63 ANOS] [JAN. 2019]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 18 JAN. 2019.

SILVA, JOSÉ MARIA [67 ANOS] [OUT. 2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS, BRUNO CECÍLIO E MARIA CAROLINA BARCELLOS. VOLTA REDONDA, RJ, 16 OUT. 2018.

SOARES, RENATO [59 ANOS] [OUT. 2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS, BRUNO CECÍLIO E MARIA CAROLINA BARCELLOS. VOLTA REDONDA, RJ, 24 OUT. 2018.

GRUPO 2

D [60 ANOS] [DEZ.2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS E ANA CLARA MATIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 19 DEZ. 2018.

O [52 ANOS] [OUT.2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 17 OUT. 2018.

U [62 ANOS] [OUT. 2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS E ANA CLARA

- MATIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 21 OUT. 2018.
- E [59 ANOS] [JAN. 2019]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS E ANA CLARA MATIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 10 JAN. 2019.
- A [51 ANOS] [DEZ. 2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS E ANA CLARA MATIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 26 DEZ. 2018.
- C [54 ANOS] [SET.2018]. ENTREVISTADORES: SABRINA MOURA DIAS E ANA CLARA MATIAS. VOLTA REDONDA, RJ, 12 SET. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEDÊ, EDGARD. D. A. T. FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM VOLTA REDONDA. VOLTA REDONDA, NOVA GRÁFICA EDITORA, 2010.
- DOSSIÊ GREVES CSN. CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE (CEMESF) (DIGITALIZADO). CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO (CEDOC) DA CSN. RELATÓRIO DA GREVE DE 1990. DOSSIÊ GREVES CSN – CX 7737. VOLTA REDONDA, 1990.
- FERREIRA, MARIETA DE MORAES; AMADO, JANAÍNA. APRESENTAÇÃO. IN: FERREIRA, MARIETA DE MORAES; AMADO, JANAÍNA. USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL. 6. ED. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2005.
- GOMES, ANGELA DE CASTRO. A INVENÇÃO DO TRABALHISMO. 3ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2005.
- GRACIOLLI, EDILSON. UM CALDEIRÃO CHAMADO CSN: RESISTÊNCIA OPERÁRIA E VIOLÊNCIA MILITAR NA GREVE EM 1988. UBERLÂNDIA: EDUFU, 1997.
- GRACIOLLI, EDILSON. PRIVATIZAÇÃO DA CSN: DA LUTA DE CLASSES À PARCERIA. SÃO PAULO: EDITORA EXPRESSÃO POPULAR, 2007.
- JORNAL O GLOBO, 8 DE NOVEMBRO DE 1988. METALÚRGICOS EM GREVE OCUPAM CSN, RIO DE JANEIRO.
- LIMA, RAPHAEL DA COSTA. CSN E VOLTA REDONDA: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA DE DEPENDÊNCIA E CONTROLE. POLÍTICA E SOCIEDADE, v. 12, n. 25, 2013.
- LOPES, ALBERTO. A AVENTURA DA FORMA: URBANISMO E UTOPIA EM VOLTA REDONDA. RIO DE JANEIRO: E-PAPERS, 2003.
- MONTEIRO, GERALDO T. M. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA: 50 ANOS BRASILEIROS. RIO DE JANEIRO: FSB COMUNICAÇÕES, 1995.
- MOREL, REGINA L. M. A FERRO E FOGO CONSTRUÇÃO E CRISE DA “FAMÍLIA SID-ERÚRGICA”: O CASO DE VOLTA REDONDA (1941-1968). TESE (DOUTORADO EM SOCIOLOGIA) IFLCH, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), SÃO PAULO, 1989.

- POLLAK, MICHEL. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. ESTUDOS HISTÓRICOS, RIO DE JANEIRO, VOL. 5, N. 10, 1992, P. 200-212.
- PESSANHA, ELINA G. DA F.; MOREL, REGINA LÚCIA DE M. GERAÇÕES OPERÁRIAS: RUPTURAS, CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, RIO DE JANEIRO, ANPOCS/RELUME DUMARÁ, 17, P. 68-83.
- SANTANA, MARCO A. DA PLENITUDE AO VAZIO NA CIDADE DO AÇO: MEMÓRIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM VOLTA REDONDA (1980/1990). IN: REVISTA DE HISTÓRIA ORAL, v. 9, RIO DE JANEIRO, 2007.
- SIRINELLI, JEAN-FRANÇOIS. A GERAÇÃO. IN: FERREIRA, MARIETA DE MORAES; AMADO, JANAÍNA. USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL. 6. ED. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2005.
- VEIGA, SANDRA M; FONSECA, ISAQUE. VOLTA REDONDA: ENTRE O AÇO E AS ARMAS. IMO'S GRÁFICA E EDITORA LTDA., 2008.
- WELLER, WIVIAN. A ATUALIDADE DO CONCEITO DE GERAÇÕES DE KARL MANNHEIM. REVISTA SOCIEDADE E ESTADO. VOL. 25, Nº 2, MAIO/AGOSTO 2010.

Crise do Capital e os Impactos da Reestruturação Produtiva na Produção de Calçados – Região do Vale dos Sinos (RS)

HAIDÉE DE CAEZ PEDROSO RODRIGUES¹

Introdução

O presente artigo é fruto de acúmulos teóricos e empíricos de pesquisa realizada junto aos sindicatos e empresas na produção de calçados na região do Vale dos Sinos, localizada no estado do Rio Grande do Sul (RS). O foco desta investigação voltou-se às principais conexões econômicas e políticas existentes entre as grandes, as médias e pequenas empresas (MPEs) e os sindicatos de trabalhadores. É consenso na literatura acadêmica que o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo tem cada vez mais acirrado as contradições entre classes, refletindo as principais expressões da questão social², em seus

1 Doutora em Serviço Social, atualmente é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: haideerodrigues@yahoo.com.br

2 A questão social é aqui compreendida como “[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

aspectos econômicos, sociais e culturais³. Uma das consequências de expansão do capital é a flexibilização da produção, através das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o que impõe desafios à resistência dos trabalhadores, num contexto de aprofundamento das formas da terceirização e subcontratação da força de trabalho no Brasil.

Nossos estudos têm como base a teoria marxiana que parte do pressuposto teórico-metodológico de que a análise do desenvolvimento do capitalismo não é somente o estudo das leis tendenciais do seu modelo econômico, mas também das relações sociais que o conformam e que lhe dão sustentação. Marx (1979) ensina que para a apreensão dos fenômenos e do seu movimento é necessário partir do concreto, porque o concreto é a síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade do diverso. Torna-se o concreto o ponto de partida, ainda que limitado do ponto de vista de suas determinações e contradições, mas ainda assim é o ponto de partida da intuição e da representação necessárias ao desenvolvimento da investigação.

As principais questões que serviram de ponto de partida à nossa pesquisa foram: qual a relação produtiva entre as MPEs e as grandes empresas? Quais as estratégias de gestão do trabalho por parte das MPEs? Quais as implicações políticas, econômicas e sociais dessa divisão do trabalho? Quais as particularidades do desenvolvimento das cadeias produtivas a partir das MPEs na atualidade?

Este estudo teve por objetivo central contribuir para o acúmulo teórico da discussão sobre o mundo do trabalho no cenário contemporâneo e das atuais expressões da questão social, investigando as principais conexões da produção na realidade das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e suas relações com as grandes empresas e associações de classe, principalmente no que se refere à gestão do trabalho nas MPEs, num contexto social, político e econômico da terceirização e da flexibilização do trabalho no Brasil.

Além da pesquisa teórica, também realizamos pesquisa bibliográfica sobre o histórico da produção de calçados na região do Vale dos Sinos (RS) e efetuamos entrevistas com segmentos institucionais de referência, como sindicatos de trabalhadores e MPEs, através de questionário com perguntas abertas.

³ Os debates centrais sobre os impactos do desenvolvimento do capitalismo e o aumento das desigualdades sociais são vistos entre os principais pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente, de diversas áreas do conhecimento, a exemplo de Alves (2010), Antunes (2006; 2005, 2002), Chesnais (1996), Chossudovsky (1999), Harvey (2014), Iamamoto (2007), Mészáros (2011; 2009), Mota (2008), Pochmann (2012), entre outros.

Buscaremos, na primeira parte do artigo, apresentar o debate teórico sobre a crise do capital e as estratégias de reorganização produtiva que impactaram o mundo do trabalho. No segundo momento, abordaremos as atuais estratégias da produção flexível via interiorização e descentralização produtiva na produção de calçados da região do Vale dos Sinos (RS). Por fim, seguem nossas considerações finais e as principais referências bibliográficas.

1. Crise estrutural do capital e os impactos à classe trabalhadora

O sistema capitalista, ao longo de seu desenvolvimento, vivencia e supera crises que não possuem uma única causa, já que se trata do resultado da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. Existem diversas possibilidades de ocorrência de crises, e há a propensão de produzir graves tensões no processo de acumulação. Tendem a ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação.

Embora saibamos da ocorrência de crises em diferentes países nas últimas décadas, há de se destacar que a crise do capital vivenciada desde os anos de 1970 é fundamentalmente uma crise estrutural que atingiu de forma particular as relações políticas e econômicas mundiais (MÉSZÁROS, 2011). Manifestou-se em quatro aspectos fundamentais:

- a) Seu caráter universal, ou seja, a crise atual não está restrita a uma esfera particular, mas se estende ao capital em sua totalidade.
- b) Sua abrangência é global, pelas próprias características contemporâneas do capitalismo, em lugar de restrita a um conjunto particular de países.
- c) Sua “escala de tempo” é extensa, contínua, permanente, em lugar de limitada, como foram as crises anteriores.
- d) Em comparação aos grandes cataclismos e colapsos de crises passadas, seu modo de operar poderia ser chamado de “rastejante”. Esta é uma crise longa e de caráter estagnante que opera com a possibilidade de erupções explosivas no futuro.

Por isso alguns limites imediatos de expansão do capital são rearranjados, e o papel do Estado é fundamental nesse processo. É necessário articular as estruturas jurídicas segundo as necessidades do capital, por meio da adoção de medidas liberalizantes, reformistas e repressivas que facilitem sua concentração e bloqueiem, ainda que temporariamente, a crise estrutural. Ao capital resta apenas falsear suas contradições (MÉSZÁROS, 2006).

Também é necessária à expansão capitalista a redução nos custos de realização e circulação, já que quanto mais longo é o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual de mais-valor (HARVEY, 2005).

Ainda segundo Harvey:

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução das barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produções eficientes (organização serial e a divisão detalhada do trabalho, sistemas de fábrica e de linha de montagem, divisão territorial do trabalho e aglomeração em grandes cidades), redes de circulação (sistemas de transportes e comunicação) e de consumo (formas de uso de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades). (HARVEY, 2014, p. 212).

Notemos que há a necessidade de criar aglomerados produtivos a fim de minimizar os custos de circulação e o tempo de giro do capital a partir da descentralização produtiva e de uma maior racionalização da produção territorial. Intenta-se viabilizar com maior rapidez os tempos de giro de produção, na troca e no consumo, a partir da ruptura das barreiras espaciais, para uma maior exploração por parte do capital, possibilitando o aproveitamento de diferenciações locacionais.

As estratégias para a superação da crise estrutural articularam medidas políticas e econômicas no âmbito da reestruturação produtiva, da financeirização da economia e das políticas neoliberais. Tais medidas não evitaram a “onda longa recessiva”, que mesmo retomando as taxas de lucratividade, não conseguiu manter o crescimento das décadas anteriores. Também elas não se deram de forma linear e sequencial, mas compuseram, ao longo das últimas décadas, uma série de ações de cunho social, econômico e político, a depender das particularidades das relações de classes de cada país.

As medidas decorrentes da liberalização financeira e das reformas do Estado, principalmente via medidas neoliberais, comprometeram os gastos públicos com o capital financeiro em detrimento do investimento público. As estratégias de reestruturação produtiva que marcaram a fase de internacionalização dos mercados produziram, de forma ágil e rápida, a mundialização e a externalização das etapas do processo produtivo, intensificando os métodos de exploração da força de trabalho e a concentração de capitais em um número menor de capitalistas.

No que se refere especificamente à reestruturação produtiva, as principais mudanças voltaram-se à instauração de processos produtivos inovadores tanto na produção como nas relações de trabalho, sob a forte influência do modelo japonês ohnista/toyotista. As características desse modelo são: instituição da polivalência do trabalhador, uma vez que o trabalhador passa a operar várias máquinas simultaneamente e num nível máximo de intensidade; importação de técnicas de gestão tipo just in time e kanban tanto para as empresas “mãe” quanto para as subcontratadas, o que significa produzir somente o necessário e no menor tempo/reposição de produtos somente depois de sua venda; introdução de incrementos tecnológicos, provocando a extinção de milhares postos de trabalho; flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados e dos padrões de consumo, em contraposição aos modelos de produção em massa que predominaram durante décadas; transferência da base industrial dos países desenvolvidos para localidades onde o custo da força de trabalho é mais barato (ANTUNES, 2006).

A externalização da produção para as subcontratadas acarretou a destruição de postos de trabalho na “empresa-mãe” e a criação de outros vínculos com as atividades terceirizadas. Em geral, esses novos postos de trabalhos são piores que os anteriores, tanto em termos de condições de trabalho, remuneração e segurança de trabalho, como de direitos sociais. Mesmo que as taxas de ocupação permaneçam quase as mesmas, há uma clara precarização das ocupações (SILVA, 2012).

Tais mudanças na esfera da produção impactaram também a subjetividade do trabalhador, visando à adesão dos trabalhadores às propostas de acumulação capitalista. Isso envolve estratégias de subjetivação de alguns valores e práticas em que se misturam “repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local do trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY, 2014, p. 119).

Devido à descentralização produtiva, aos processos flexíveis de subcontratação e à terceirização, cresceu o número das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) criadas. Muitas delas, formadas por trabalhadores expulsos das grandes empresas e que passaram a fornecer serviços, só que sob a condição de pessoa jurídica e não como trabalhador assalariado.

No Brasil, os números de representatividade das MPEs sob a contratação da força de trabalho são de fato impactantes. De 2000 a 2008, as MPEs foram responsáveis por aproximadamente 54% dos empregos formais do país; em 2008, os pequenos negócios respondiam por 51% da força de trabalho urbana empregada no setor privado. Como resultado, as MPEs foram responsáveis por

aproximadamente metade dos postos de trabalho formais criados entre 2000 e 2008 (MADI; GONÇALVES, 2012). É o segmento que possui o maior número de horas trabalhadas (KREIN, BIAVASCHI, 2012), com altos índices de rotatividade (FRACALANZA; FERREIRA, 2012).

Vejam os seguintes aspectos da produção na região do Vale dos Sinos (RS) que expressam a adoção de medidas flexíveis como a substituição da produção de uma empresa por várias pequenas unidades, as MPEs interligadas por rede e a expansão do trabalho em domicílio com remuneração por peça/produção⁴.

2. Manifestações da questão social em face da interiorização e da descentralização da produção de calçados na região do Vale dos Sinos (RS)

As estratégias de interiorização e descentralização da produção de calçados no Vale dos Sinos (RS) são fruto das intervenções de reestruturação produtiva e estenderam-se para as microrregiões vizinhas com o objetivo de terceirizar partes da produção de calçados. As empresas de produção verticalizadas foram substituídas por uma gestão horizontalizada com o predomínio de redes de subcontratação⁵.

A reestruturação produtiva no ramo dos calçados assumiu características heterogêneas, mesclando métodos taylorista-fordistas com a criação de unidades flexíveis horizontalizadas e ampliando a formação de redes de subcontratação, num incentivo à promoção de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) para o fornecimento de insumos e produtos às grandes empresas.

O processo de terceirização, em muitos dos casos, passa

4 O salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que cresce o número de peças produzidas durante o mesmo tempo, isto é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça. Essa variação do salário por peça, enquanto puramente nominal, provoca lutas contínuas entre capitalista e trabalhador. Ou porque o capitalista aproveita o pretexto para rebaixar realmente o preço do trabalho, ou porque o aumento da força produtiva do trabalho é acompanhado de um aumento da intensidade dele. Ou porque o trabalhador toma a sério a aparência do salário por peça, como se lhe pagassem seus produtos não sua força de trabalho, e por isso se opõe a um rebaixamento do salário, que não corresponde ao rebaixamento do preço da venda da mercadoria (MARX, 1988, p. 138).

5 A subcontratante (em geral, representada por uma empresa de grande porte) solicita à subcontratada (representada às vezes por empresas pequenas, às vezes por indivíduos isolados ou um conjunto deles) a elaboração ou o beneficiamento de um produto inteiro ou de parcela dele, sob a forma de peças ou componentes, ou até mesmo um serviço que vai compor de algum modo seu produto final. Essa relação pode ser formalizada via contrato convencional ou por acordo verbal (RUAS, 1993, p. 26).

também pela quarteirização, em que a pré-fabricação é transferida para as MPEs que, por sua vez, deslocam parte das tarefas para os ateliês de menor porte ou para o trabalho nos domicílios. Um dos impactos sociais mais expressivos desse processo foi o reforço ao ocultamento das situações de trabalho infantil historicamente já existentes, além do envolvimento de idosos na produção.

Esses ateliês (que tanto podem ser domésticos ou dentro das MPEs) realizam as atividades de costura, a pré-fabricação, a forração dos saltos e palmilhas, os enfiados e a cartonagem (caixa de sapatos), além da costura do cabedal (SCHNEIDER, 2004).

A interiorização da produção permitiu a contratação precária de trabalhadores das zonas rurais, pois a característica econômica e social da região é marcada pela forte presença da agricultura familiar de origem colonial e sem histórico de organização sindical (SCHNEIDER, 2004). É possível a remuneração desses trabalhadores por peça/produção, o que contribui para a informalização do setor.

As várias etapas do processo produtivo podem ser executadas de forma independente uma das outras. Necessitam de poucos investimentos em capital fixo; demandam contratação de força de trabalho em abundância que em geral é de baixa qualificação; possibilitam a fragmentação do processo produtivo; favorecem o surgimento de empresas especializadas em uma ou mais partes da produção. Trata-se de um setor que possibilita a coexistência de empresas modernas de grande porte com pequenas empresas de produção artesanal (SOUZA et al., 2012).

O trabalho artesanal é uma característica do ramo de calçados desde suas origens e assim permanece até hoje. Embora atualmente exista a tecnificação de etapas do processo produtivo, o trabalho artesanal não deixou de existir e até mesmo se intensificou a partir da interiorização dessas empresas, sobretudo através do trabalho em domicílio:

Nos ateliês domiciliares da indústria de calçados a relação é, geralmente, e, sobretudo, predatória. Sem o apoio das empresas contratantes, os padrões de gestão desses ateliês continuam precários, prejudicando, na própria base, o aprimoramento dos níveis de eficiência, qualidade e rapidez da produção de calçados. Em lugar de colaboração, o que se observa são relações marcadas pela desconfiança e oportunismo de parte a parte. Segundo gerentes entrevistados em pesquisa recente, o principal interesse das empresas contratantes é, ainda, a redução nos custos de produção e a transferência para terceiros dos problemas de controle e disciplina da mão de obra e dos pagamentos dos benefícios sociais. (RUAS, 1993, p. 40).

Essas precárias condições de trabalho também impactam a saúde desses trabalhadores e de suas famílias. Quando ocorre o trabalho em domicílio é o constante cheiro da cola no ambiente, o pó do couro, equipamentos improvisados para o desenvolvimento de suas atividades, o ruído das máquinas que não cessa nem mesmo nos fins de semana (NAVARRO, 2006). As doenças mais comuns são as Lesões por Esforço Repetitivo (LERs), sendo frequente a automedicação, uma vez que esses trabalhadores necessitam continuar produzindo mesmo com a dor, senão não serão remunerados, o que inclui o uso constante de analgésicos e anti-inflamatórios. Outros problemas de saúde são cefaleia, dor de estômago, problemas na coluna e adoecimento mental (principalmente casos como depressão) (LOURENÇO, BERTANI, 2009).

Apesar dessas condições precárias do trabalho em domicílio, as empresas veem nessa dinâmica ainda a potencialidade do trabalho feminino, uma vez que transfere aos domicílios parte da produção que pode ser “conjugada” com as demais tarefas domésticas, por ser “flexível”. Portanto, observa-se a forte presença das desigualdades de gênero tanto no âmbito privado quanto no emprego formal. Neste, os homens em geral são profissionais qualificados e se encontram numa posição favorável diante da empresa; as mulheres, quando vinculadas formalmente às empresas, em geral possuem menor qualificação e se encontram numa posição ainda mais subordinada (ABREU, SORJ, 1993).

Essa “rede” de subcontratação ou de fornecedores está no modelo de desenvolvimento da produção flexível, pois a forma de organização mais recomendada é a de pequenas unidades flexíveis, interligadas e organizadas de forma horizontal. A terceirização significa incluir outras empresas como parceiras na cadeia de criação de valor, mas sob o controle e o comando das grandes empresas monopolizadoras do mercado (REICHERT, 2004, p. 59).

Pudemos observar, a partir da pesquisa realizada no Vale dos Sinos (RS), que a formação dessa “rede” de produção antecede as determinações da reestruturação produtiva, já que foi criada pelos próprios trabalhadores; estes, de forma cooperativa, iniciaram a produção de calçados manufaturados na região, com o posterior desenvolvimento de empresas familiares. Esse “caldo” cultural preservado ao longo de gerações é visto pelas grandes empresas como uma potencialidade a ser explorada.

Trata-se da presença constante da “atmosfera industrial” (GARCIA, 1996), o que significa dizer que há uma forte influência na comunidade de valores tradicionais e de instituições que garantem

a formação voltada às necessidades da produção das empresas na localidade, estimulando valores dirigidos à cultura do trabalho como dignificante, ainda que sob precárias condições. Essa cultura tende a ser mais reproduzida de maneira informal do que profissional tanto nas instituições sociais quanto nos demais espaços de sociabilidade. Torna-se algo comum e corriqueiro o estabelecimento de contratos informais de trabalho sem grandes questionamentos por parte dos trabalhadores.

No entanto, este cenário histórico também foi marcado por contradições entre classes, principalmente pela atuação política do movimento reivindicatório dos trabalhadores. Em nossos estudos e pesquisas identificamos que, embora haja o arrefecimento das lutas sociais na atualidade, nem sempre foi este o processo. A intervenção política dos sindicatos dos sapateiros emergiu na região nos anos de 1930, caudatários de um contexto político de organização dos trabalhadores em âmbito nacional⁶. Ampliaram sua mobilização nos anos de 1940 e 1950 com a criação do sindicato de vestuário, além dos já existentes sindicatos de sapateiros e hoje contam com sindicatos dos vestuários, sapateiros e componentes para calçados, abrangendo um número maior de trabalhadores em outros municípios.

A formação dessas entidades deu-se a partir da necessidade de representação política dos trabalhadores para lutar por piso salarial e melhores condições de trabalho dos trabalhadores formalizados. A queda no número de trabalhadores sindicalizados ocorreu nos anos de 1990, quando também acontece a crise econômica no setor, gerando o aumento do desemprego devido ao fechamento de muitas fábricas e ao crescimento da subcontratação.

Ainda assim, os sindicatos dos sapateiros permanecem com sua atuação na região Vale dos Sinos (RS), reivindicando direitos trabalhistas principalmente através de mecanismos de convenções coletivas junto ao segmento patronal. O foco dessas reivindicações continua a ser a garantia de piso salarial e condições de trabalho para os trabalhadores formalizados nas grandes empresas e MPEs, não abrangendo os trabalhadores informais.

A organização desses sindicatos se vincula à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias dos Calçados e do Vestuário no Rio Grande do Sul (FETICVERGS) e/ou à Federação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Calçados do Rio Grande do Sul, e em termos nacionais, à Confederação Nacional dos Trabalhadores

⁶ Para uma leitura mais aprofundada sobre a formação histórica dos sindicatos no Brasil, ver Badaró (2009), Carvalho (2011) e Gomes (1979).

do Ramo de Vestuário (CNTRV). É com as Federações que se busca realizar um trabalho de maior mobilização com os trabalhadores não sindicalizados e, assim, contribuir para a formação de outros sindicatos, principalmente nas zonas rurais.

Destacamos que, apesar de os acordos coletivos ocorrerem entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal, eles não são cumpridos na sua integralidade, sendo muitas vezes “flexibilizados”, essencialmente na relação com as MPEs. Nestas, a violação dos acordos coletivos é uma prática recorrente, principalmente no que se refere às condições de trabalho.

As MPEs alegam que não possuem a mesma estrutura das grandes empresas para o cumprimento das determinações contidas nos acordos coletivos. Quando questionadas sobre o não cumprimento das medidas, argumentam que se efetivarem todas as determinações do acordo coletivo, isso implicará a possível demissão de funcionários.

Observamos em nossa pesquisa que os representantes dos sindicatos dos sapateiros intervêm na relação entre trabalhadores e gestores das MPEs a partir de uma espécie de “negociação local” quando as MPEs não conseguem viabilizar as garantias preconizadas no acordo coletivo. Na prática, os sindicatos são convocados para agir quando há resistência por parte de trabalhadores em aceitar que as MPEs flexibilizem direitos preconizados na convenção coletiva. As lideranças sindicais atuam junto aos trabalhadores para o estabelecimento de consensos entre as classes, sob a justificativa de que a flexibilização é necessária para a permanência de empregos nas MPEs, ainda que violem as garantias sociais conquistadas coletivamente.

As MPEs constituem o segmento que mais emprega a força de trabalho na região, devido às estratégias de subcontratação. Tal característica faz com que elas disponham de forte peso econômico e político local.

O piso salarial negociado entre o coletivo dos trabalhadores e o coletivo empresarial é aplicado a todas as empresas, sejam elas grandes ou MPEs. Atualmente o piso do sapateiro é de R\$ 1.163,00 ou R\$ 5,29 a hora. O salário das outras categorias como costureira, cortador, montador, etc. é de livre negociação com a empresa. Historicamente, os sindicatos dos sapateiros lutaram por aumento salarial que atendesse às perdas inflacionárias mais o crescimento real. Mas diante da forte crise na organização sindical e dos impactos da reestruturação produtiva, a possibilidade de negociação tem sido cada vez mais reduzida. Exemplo é que no ano de 1985 o percentual de aumento salarial chegou a 83% e em 1989 a 85%; no ano de 1996,

esse valor caiu para próximo a 10%, e em 2017 houve a menor taxa histórica: 2,5%⁷.

Os sindicatos dos trabalhadores realizam ações como a atuação voltada à saúde do trabalhador e também políticas focadas às mulheres em fase de amamentação, auxílio para estudantes e apoio funeral. Realizam cursos de qualificação em parceria com projetos governamentais e privados que abrangem qualificações além da fabricação dos calçados, como cursos de informática, de corte e costura, técnico na área farmacêutica, eletricitista, vendas etc.

Os sindicatos que contam com um maior número de filiados disponibilizam serviços médicos em várias especialidades: consulta com clínico geral, dentista, ginecologista, pediatra, exames e auxílio às famílias. Percebemos nas entrevistas realizadas com lideranças sindicais que a possibilidade do provimento da assistência à saúde é vista com muito orgulho por eles e por isso não tecem críticas quanto às políticas públicas de saúde destinadas aos trabalhadores em geral.

As convenções coletivas são os principais mecanismos de negociação com o segmento patronal no lugar das greves para tentar manter os empregos, ainda que defendendo residualmente as mobilizações no interior das fábricas. Há pouca adesão dos trabalhadores às assembleias; a estratégia tem sido realizar reuniões informais, incluindo a formação de Comissões de Fábrica.

O trabalho de mobilização para novas sindicalizações permanece, cada vez mais esporádico. Ainda assim, os sindicatos dos sapateiros têm tentado realizar atividades de mobilização e filiação dos trabalhadores informais que trabalham em domicílio nas zonas rurais. No, entanto, os resultados são incipientes porque muitos têm aderido à modalidade de Micro Empreendedor Individual (MEI), que não se vincula aos sindicatos e/ou instituição representativa, o que contribui para a ampliação da desmobilização e para o crescimento da subcontratação e do trabalho precário.

Considerações Finais

Pudemos perceber, ao longo da explanação, que as estratégias de superação da crise do capital impactaram sobremaneira as condições materiais e subjetivas dos trabalhadores, principalmente no que se refere à sua capacidade organizativa para a garantia dos seus direitos sociais. Na produção de calçados na Região do Vale dos

⁷ Informações obtidas através do site <http://sindparobe.org/>.

Sinos (RS) também não foi diferente, pois tais medidas intensificaram a subcontratação já existente e ampliaram parte considerável da produção para a modalidade de trabalho em domicílio nas zonas rurais.

Embora o sindicato dos sapateiros tenha conseguido manter, apesar das diferentes conjunturas, o espaço da negociação coletiva com o segmento patronal, prevalecem constantes ataques do capital à classe trabalhadora, ainda que sob formas veladas ou dissimuladas, configurando-se em formas contemporâneas de expressão da questão social. Exemplo disto são as ações dos sindicatos junto às MPEs, pois possibilitam a violação de garantias contidas nas negociações dos acordos coletivos sob o argumento de garantia de empregos.

É necessário resgatar a luta histórica da classe trabalhadora para recompor as estratégias de luta e mobilização social com o intuito de ampliação da consciência de classe ante a conjuntura adversa, o que do nosso ponto de vista deve incluir a participação dos trabalhadores informais.

A manutenção do espaço das negociações coletivas é uma conquista histórica para os trabalhadores, mas deve-se ampliar a pauta política tanto para incluir as desigualdades de gênero de forma mais contundente, quanto para avançar em outras pautas a fim de barrar os processos de terceirização que intensificam as formas de precarização da força de trabalho.

Referências Bibliográficas

- ABREU, ALICE; SORJ, BILA. TRABALHO A DOMICÍLIO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS – UMA REVISÃO DA LITERATURA RECENTE. IN: ABREU, ALICE; SORJ, BILA. O TRABALHO INVISÍVEL – ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES A DOMICÍLIO NO BRASIL. RIO DE JANEIRO. RIO FUNDO ED., 1993.
- ALVES, GIOVANNI. O NOVO (PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2010.
- ANTUNES, RICARDO. RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL (ORG.). SÃO PAULO: BOITEMPO, 2006.
- _____. ADEUS AO TRABALHO? – ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO. 11. ED. SÃO PAULO: CORTEZ; CAMPINAS, SP: EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2006.
- _____. OS SENTIDOS DO TRABALHO: ENSAIO SOBRE A AFIRMAÇÃO E A NEGAÇÃO DO TRABALHO. 6. ED. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2002.

- _____. O CARACOL E SUA CONCHA: ENSAIOS SOBRE A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2005.
- _____. A SUBSTÂNCIA DA CRISE E A EROSION DO TRABALHO. IN: SAMPAIO JR, PLÍNIO A. (ORG.) CAPITALISMO EM CRISE: A NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL. SÃO PAULO: EDITORA INSTITUTO JOSÉ LUIS E ROSA SUNDERMANN, 2009.
- _____. A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E SUAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS: INFORMALIDADE, INFOPROLETARIADO, (I)MATERIALIDADE E VALOR. IN: ANTUNES, RICARDO (ORG.). RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL II. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013.
- AZEVEDO, B. “SEM LENÇO, SEM DOCUMENTO”: NOTAS SOBRE O TRABALHO FABRIL EM DOMICÍLIO. IN: REVISTAS ENSAIO FEE, PORTO ALEGRE, 1988, 9(1): 126-135.
- CARVALHO, JOSÉ MURILO. CIDADANIA NO BRASIL. 14. ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2011.
- CHESNAIS, FRANÇOIS. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. TRAD. SILVANA FINZI FOÁ. SÃO PAULO: XAMÃ, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, MICHEL. A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA: IMPACTOS DAS REFORMAS DO FMI E DO BANCO MUNDIAL. TRAD. MARYLENE PINTO MICHAEL. SÃO PAULO: MODERNA, 1999.
- FRACALANZA, PAULO SÉRGIO; FERREIRA, ADRIANA N. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: ROTATIVIDADE DA FORÇA DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. IN: MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: MERCADO DE TRABALHO E IMPLICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: IPEA, 2012.
- GARCIA, RENATO DE CASTRO. AGLOMERAÇÕES SETORIAIS OU DISTRITOS INDUSTRIAIS: UM ESTUDO DAS INDÚSTRIAS TÊXTIL E DE CALÇADOS NO BRASIL. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. CAMPINAS, 1996.
- GUERRA, OSWALDO; TEIXEIRA, FRANCISCO. A SOBREVIVÊNCIA DAS PEQUENAS EMPRESAS NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, VOL. 30, N.º 1, (117), p. 124-139, JANEIRO-MARÇO, 2010.
- GOMES, ÂNGELA M. CASTRO. BURGUESIA E TRABALHO: POLÍTICA E LEGISLAÇÃO SOCIAL NO BRASIL 1917-1937. RIO DE JANEIRO: EDITORA CAMPUS, 1979.
- HARVEY, DAVID. A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO. 2. ED. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2005.

- HARVEY, DAVID. CONDIÇÃO PÓS-MODERNA. 25. ED. SÃO PAULO: LOYOLA, 2014.
- IAMAMOTO, MARILDA VILLELA. SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: CAPITAL FINANCEIRO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL. SÃO PAULO: CORTEZ, 2007.
- _____. RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. 18. ED. SÃO PAULO: CORTEZ; [LIMA, PERU]: CELATS, 2005.
- KREIN, JOSÉ D.; BIAVASCHI, MAGDA. CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NO SEGMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. IN: SANTOS, ANSELMO; KREIN, JOSÉ; CALIXTRE, ANDRÉ (ORGS.). MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: MERCADO DE TRABALHO E IMPLICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: IPEA, 2012.
- LINHART, DANIÈLE. A DESMEDIDA DO CAPITAL. TRAD. WANDA CALDEIRA BRANT. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2007.
- LOURENÇO, EDVÂNIA; BERTANI, IRIS. A RELAÇÃO TRABALHO E SAÚDE NO SETOR CALÇADISTA DE FRANCA, SÃO PAULO. IN: REVISTA KATÁLYSIS, v. 12, n. 2, p. 152-160, JUL./DEZ. 2009.
- MADI, MARIA ALEJANDRA C.; GONÇALVES, JOSÉ RICARDO B. PRODUTIVIDADE, FINANCIAMENTO E TRABALHO: ASPECTOS DA DINÂMICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES) NO BRASIL. IN: SANTOS, ANSELMO; KREIN, JOSÉ; CALIXTRE, ANDRÉ (ORGS.). MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: MERCADO DE TRABALHO E IMPLICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: IPEA, 2012.
- MARX, KARL. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. LIVRO I. TRAD. RUBENS ENDERLE. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013.
- _____. PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. TRAD. OLINTO BECKERMAN. SÃO PAULO: GLOBAL EDITORA, 1979.
- _____. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. VOLUMES 1 E 2. 3. ED. TRAD. REGIS BARBOSA E FLÁVIO R. KOTHE. SÃO PAULO: NOVA CULTURAL, 1988.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. PARA ALÉM DO CAPITAL. TRAD. PAULO CÉZAR CASTANHEIRA E SÉRGIO LESSA. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2011.
- _____. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2009.
- _____. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO: UM GRANDE DESAFIO PARA A ESQUERDA. IN: ANTUNES, RICARDO. RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL (ORG.). SÃO PAULO: BOITEMPO, 2006.
- _____. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO: UM GRANDE DESAFIO PARA A ESQUERDA. IN: SILVA, LUIZ ANTÔNIO. MERCADO DE TRABALHO, ONTEM E HOJE: INFORMALIDADE E EMPREGABILIDADE COMO CATEGORIAS DO ENTENDIMENTO. IN: SANTANA, MARCO AURÉLIO; RAMALHO, JOSÉ RICARDO. ALÉM DA FÁBRICA: TRABALHADORES, SINDICATOS E NOVA QUESTÃO SOCIAL. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2012.
- MONTAÑO, CARLOS. MICROEMPRESA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA. SÃO PAULO: CORTEZ, 1999.
- MOTA, ANA ELIZABETE. QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO. IN: MOTA, ANA ELIZABETE (ORG.). O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. ED. REV. E AMPL. SÃO PAULO: CORTEZ, 2008.
- NAVARRO, VERA. INDÚSTRIA DE CALÇADOS NO TURBILHÃO DA REESTRUTURAÇÃO. IN: ANTUNES, RICARDO. RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL (ORG.). SÃO PAULO: BOITEMPO, 2006.
- PINTO, GERALDO. A MÁQUINA AUTOMOTIVA EM SUAS PARTES: UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NA INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2011.
- POCHMANN, MARCIO. NOVA CLASSE MÉDIA? O TRABALHO NA BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL BRASILEIRA. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2012.
- RUAS, ROBERTO. NOTAS ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO A DOMICÍLIO, REDES DE SUBCONTRATAÇÃO E AS CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO. IN: ABREU, ALICE; SORJ, BILA. O TRABALHO INVISÍVEL – ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES A DOMICÍLIO NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: RIO FUNDO ED., 1993.
- SANTOS, ANSELMO L.; KREIN, JOSÉ D.; CALIXTRE, ANDRÉ B (ORG.). IN: SANTOS, ANSELMO; KREIN, JOSÉ; CALIXTRE, ANDRÉ (ORGS.). MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: MERCADO DE TRABALHO E IMPLICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: IPEA, 2012.
- SCHNEIDER, SÉRGIO. O MERCADO DE TRABALHO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA DO RIO GRANDE DO SUL: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO. IN: COSTA, ACHYLES; PASSOS, MARIA CRISTINA (ORG.). A INDÚSTRIA CALÇADISTA NO RIO GRANDE DO SUL. SÃO LEOPOLDO/RS: EDITORA UNISINOS, 2004.
- SEBRAE. MODELO DE ENCADEAMENTO PRODUTIVO EM GRANDES EMPREENDIMENTOS – PARCEIRA ENTRE PEQUENAS E GRANDES EMPRESAS – CASO ODEBRECHDT. RIO DE JANEIRO: 2015.

SILVA, LUIZ ANTÔNIO. MERCADO DE TRABALHO, ONTEM E HOJE: INFORMALIDADE E EMPREGABILIDADE COMO CATEGORIAS DO ENTENDIMENTO. IN: SANTANA, MARCO AURÉLIO; RAMALHO, JOSÉ RICARDO. ALÉM DA FÁBRICA: TRABALHADORES, SINDICATOS E NOVA QUESTÃO SOCIAL. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2012.

O Avanço do Capital Privado na Educação Pública e a Precarização do Trabalho Docente em Tempos de Pandemia

PAULIANE GONÇALVES MORAES¹

INTRODUÇÃO

Surgido em 2019 na cidade de Wuhan, na China, um novo vírus impactou diversas sociedades no mundo. O coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença Covid-19, pode provocar desde leves sintomas até a morte. No dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), anunciou oficialmente numa coletiva de imprensa que o mundo estava numa situação pandêmica e medidas de isolamento e cuidado deveriam ser adotadas com urgência para conter as contaminações. No mesmo mês, o Brasil registrou seus primeiros casos de Covid-19, tornando-se parte da maior crise sanitária do mundo.

Desde o acometimento das primeiras contaminações e a propagação do vírus no Brasil, a sociedade como um todo viu-se diante de grandes desafios nos diversos segmentos. Associada

¹ Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), professora na Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, Mestre em Educação, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Galvão (<http://lattes.cnpq.br/0054673032961970>), e membro dos Grupos de Pesquisa “Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar” e “Trabalho e Práxis”. Este trabalho é realizado com apoio da Fapes (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) – Código de Financiamento 001. E-mail: paulianerhodes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6131931679314895>.

à crise econômica, social e cultural, a pandemia agravou as condições de vida da classe trabalhadora. Na educação, a nova realidade de isolamento abriu um fosso que aumentou ainda mais a desigualdade social nesse segmento. O trabalho dos professores e o aprendizado dos alunos ficaram comprometidos. As escolas públicas brasileiras e grande parte das escolas privadas do país adotaram a forma de ensino remoto, a distância – EaD (Educação a Distância) ou *online*. Desprevenidos, professores e alunos se deparam com as plataformas, sem formação, equipamentos, qualificação e preparo.

Diante da realidade descrita e de toda a complexidade que a envolve, pretende-se neste trabalho: i) identificar as interferências do capital privado na educação pública brasileira; ii) apresentar o cenário de precarização do trabalho docente, ainda maior, na realidade pandêmica. Este trabalho baseia-se no materialismo histórico-dialético, cujo precursor foi Karl Marx (2013), e na teoria pedagógica histórico-crítica – baseada no materialismo histórico-dialético, que compreende a educação como atividade mediadora no seio da prática social global (SAVIANI, 2007; 2011; 2014). Apesar de se compreender os limites físicos de exposição do conteúdo neste trabalho, buscou-se contribuir com a síntese coesa a fim de aglutinar a luta da classe trabalhadora em favor de uma sociedade justa e igualitária.

1. INTERFERÊNCIAS DO CAPITAL PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

O cenário educacional brasileiro, as escolas e universidades públicas e tudo que as envolve têm sido afetados em grande medida pelo capital privado. A falta de aplicação de recursos financeiros, baixos salários, adoecimento de docentes e discentes e a precarização do trabalho transformaram a educação do Brasil em algo muito distante do que realmente deveria ser – isto é, um bem inalienável da humanidade. Como instância organizativa e institucional, a educação tem sido tratada como um serviço a ser prestado ou uma mercadoria² a ser comprada ou adquirida por meio da filantropia³ (FRIGOTTO, 2005).

2 Em linhas gerais, mercadoria é o que se produz para o mercado, ou melhor, o que é produzido para vender e não para ser usado imediatamente por quem o produziu (MARX, 2013).

3 David Harvey considera a filantropia uma “lavagem de consciência” das elites que se tornou um negócio gigantesco e milionário (só nos EUA, possui 9,4 milhões de pessoas empregadas e gastos de US\$ 316 bilhões). Enquanto se vangloriam por fazer uma “boa ação”, milhões de pessoas no mundo todo se veem presas a um sistema que

Pela perspectiva do mercado, a educação deve ser entendida como uma mercadoria consumida de forma individual e não como um direito social coletivo. A educação, cuja principal finalidade é a reprodução do ser social (LUKÁCS, 2018), virou mercadoria. Os grandes grupos investidores incentivam e aplicam políticas educacionais homogeneizadoras em diferentes países sem considerar as especificidades locais (SAVIANI, 2007). Vislumbrando ganhos, o capital privado viu na educação brasileira grande potencial, sobretudo num cenário de pandemia em que o ensino remoto virou alternativa. Desde o acometimento do vírus, a situação da educação brasileira se agravou de forma considerável.

Antes da pandemia, o mercado já tinha resultados satisfatórios⁴ de lucratividade no âmbito da educação, com parcerias público-privadas, oferta de produtos relacionados (livros, videoaulas, programas de ensino etc.) e valorização de suas ações no mercado financeiro, a exemplo do processo de elaboração e aprovação da BNCC⁵. Naquela época, o setor privado já se mostrava forte e muito presente por meio dos representantes dos aparelhos privados (MORAES, 2020).

O Movimento Pela Base Nacional Comum (MPB) destacou-se no cenário por representar um grupo de grande notoriedade e, desde então, tem atuado na oferta de cursos e no apoio aos professores⁶. Sua composição se dá por entidades de renome no âmbito comercial, grupos monopolistas ligados ao capital financeiro, como

“não permitirá o florescimento de sua natureza ou não lhe dará a oportunidade de viver uma vida feliz e realizada” (HARVEY, 2016, p. 195).

4 Cf. AGUIAR, Victor. Por que as ações do setor de educação subiram em bloco? Seu dinheiro, São Paulo, 10 mai. 2019. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/acoes-educacao/>. Acesso em: 10 dez. 2020. Ver também: SILVEIRA, Daniel. Em meio à crise, mercado de educação é o que mais cresce em número de empresas no Brasil, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/26/em-meio-a-criese-mercado-de-educacao-e-o-que-mais-cresce-em-numero-de-empresas-no-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

5 Em 2015, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) iniciou sua formulação pública. O documento final foi homologado em dezembro de 2018. Para saber sobre todas as etapas da construção do documento, cf. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 9 dez. 2020.

6 Importante destacar que se trata de formação voltada para o atendimento às demandas do sistema capitalista de produção. Não garante a formação direcionada e rica em determinações, busca ocultar as diferenças de classe e garantir a adaptação dos profissionais às diversas realidades sociais de exclusão e precariedade.

Fundação Lemann⁷, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação (TPE), entre outros. Desde que o grupo foi construído e publicizado, mostra-se com fortes intenções de cunho economicista.

Agora, desde o acometimento do vírus no Brasil, esses atores nacionais têm se destacado na oferta de aulas remotas. Com a Medida Provisória expedida pelo MEC, nº 934, de 1º de abril de 2020, foi possível reorganizar os calendários escolares, sem a obrigatoriedade de cumprir os 200 dias letivos, mas mantendo-se as 800 horas letivas – aval que permitiu o fortalecimento do ensino remoto, que se posterga até o momento.

Por meio de campanha Todos contra a Corona, pertencente ao TPE, esses grupos têm avançado com pautas no Congresso Nacional por intermédio de figuras políticas como o deputado Felipe Rigoni⁸. Ele tem trabalhado em favor de medidas que beneficiam o setor privado desde que foi eleito. Entre outras figuras políticas, Felipe Rigoni se destacou em dezembro de 2020 ao apresentar pauta em favor do setor privado. O conteúdo da proposta era alterar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb⁹. A alteração garantiria, em

7 Jorge Paulo Lemann é criador e diretor da Fundação Lemann, que passou a investir massivamente na educação a partir de 2002. A Fundação Roberto Marinho foi criada pelo jornalista Roberto Marinho, em 1977, e hoje é pertencente ao Grupo Globo. Atualmente, a fundação está presente em vários projetos, como o “Prêmio Jovem Cientista”, e em instituições ligadas ao patrimônio nacional, como, por exemplo, museus: “Museu de Arte do Rio”; “Museu da Imagem e do Som”; “Museu do Amanhã”. O Instituto Ayrton Senna, criado em 1994 pela família Senna, é liderado pela empresária Viviane Senna, irmã do tricampeão de Fórmula 1 Ayrton Senna. O Instituto Inspirare também é um grupo familiar, mantido com recursos da família Gardin, é detentor de 20% da empresa Odebrecht. Esse monopólio é conhecido por estar constantemente nos noticiários econômicos, políticos e policiais por envolvimento em corrupção. “Todos pela Educação” (TPE) se refere a um grupo amplo de pessoas ligadas a institutos, fundações, organizações sociais, todos da iniciativa privada e atores governamentais (MORAES, 2020).

8 Engenheiro, coach e político brasileiro, deputado federal pelo Espírito Santo. Sua especialização em Políticas Públicas, realizada em 2016 na Universidade de Oxford, na Inglaterra, foi custeada pela Fundação Lemann e pela Fundação Estudar.

9 Cf. CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. [Carta à sociedade brasileira]. Destinatário: sociedade brasileira. Brasil, 17 dez. 2020. 1 carta. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/12/17/vitoria-da-escola-publica-regulamentacao-do-fundeb-e-aprovada-com-garantia-de-recurso-publico-para-escola-publica/>. Acesso: 18 dez. 2020.

média, 15,9 bilhões de reais da educação pública para o setor privado. Depois de forte pressão popular e de instituições que lutam pela educação pública no país, as alterações propostas não foram aprovadas e o Fundeb segue com sua originalidade.

Outra figura de grande destaque é a Cogna Educação, uma *holding* formada pelas instituições Kroton, Somos Educação, Platos, Saber e Vasta Educação, que também tem ampliado sua atuação no Brasil. No segundo semestre de 2020, a *holding* anunciou o lançamento de um marketplace de educação voltado para jovens e adultos. A intenção é integrar produtos de ensino da empresa com produtos oferecidos por terceiros. Conforme Rodrigo Galindo, presidente da Cogna, o intuito é preservar os negócios da empresa em meio à crise gerada no setor educacional pela pandemia (KOIKE, 2020)¹⁰.

Nesse sentido, a educação tem se aprimorado como uma agência com a finalidade de atender a interesses corporativistas e/ou clientelistas, configurando-se como espaço voltado para o atendimento do mercado. Esse cenário desconsidera a função primordial da escola, que é a transmissão-assimilação do saber sistematizado, função que deve ser defendida e reafirmada constantemente na sociedade (SAVIANI, 2011).

Além dos atores nacionais que se destacam na educação, já mencionados, há também os grandes conglomerados internacionais presentes e atuantes no Brasil. A rede Atlas é uma delas. Trata-se de uma *think tank*¹¹, denominado *Atlas Economic Research Foundation*, com sede em Washington, D.C., nos EUA. Fundada por Antony Fisher, um britânico fundador da *Hayekian Institute of Economic Affairs* (Instituto Hayekiano de Assuntos Econômicos), no Reino Unido, e atuante desde 1981. Fisher também foi participante do *Manhattan Institute* (Instituto Manhattan), nos EUA, e do *Pacific Research Institute* (Instituto de Pesquisa do Pacífico), localizada no Canadá – todos com o intuito de avançar, ainda mais, com o sistema capitalista (BALL, 2014; MORAES, 2020).

Presente em todo o mundo, com mais de 87 diretórios na América Latina e Caribe¹², a missão central da *Atlas* é conceder

10 KOIKE, B. Cogna terá marketplace de ensino superior com 1 milhão de alunos. Valor Econômico, São Paulo, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/12/14/cogna-ter-marketplace-de-ensino-superior-com-1-milho-de-alunos.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2020.

11 São instituições ou organizações que objetivam produzir e difundir conhecimento ultraliberal sobre temas políticos, econômicos e científicos.

12 Pode-se verificar no site da Atlas a quantidade de diretórios espalhados no mundo

oportunidades e garantir a prosperidade por meio do fortalecimento de uma rede global de organizações independentes da sociedade civil. O intuito é promover a liberdade individual e remover barreiras para alcançar o que denominam de “florescimento humano”¹³. Trata-se de uma maneira poética de justificar e garantir o cumprimento das prerrogativas do sistema capitalista em vigor, que se resumem, basicamente, em exploração e lucratividade.

A *Atlas Network* tornou-se o ponto convergente de poder mundial, com interferência no Brasil. Arelada a essa instituição há a *Liberty Network* (Rede da Liberdade), com os mesmos ideais e presente no Brasil por meio do Instituto Millenium, Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Atlântico, Instituto Mises e Instituto de Estudos Empresariais (BALL, 2014). Em consenso com essas instituições, fomentadoras do ensino remoto e de tudo que as sustenta, em âmbito nacional ou internacional, o trabalho docente tem se transformado, levando profissionais da educação ao esgotamento físico e mental, como se verá adiante.

2. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REALIDADE PANDÊMICA

A realidade pandêmica que atingiu o Brasil no início de 2020 intensificou, ainda mais, a exploração dos trabalhadores. As crises políticas e econômicas dos últimos anos também tiveram papel considerável nesse processo, direcionando o país a diversas reformas, como as trabalhistas e a previdenciária – a exemplo da Lei da Terceirização¹⁴, aprovada em 2017 pelo governo de Michel Temer¹⁵.

No âmbito da educação, o trabalho dos professores foi diretamente afetado. Sem direcionamento claro e ausência de medidas

concretas e organizadas que visassem ao direito à educação pública, a vida cotidiana foi reorganizada em torno do trabalho remoto¹⁶. Questão colocada de forma autoritária e antidemocrática por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), que publicou o Parecer nº 5/2020 – atualizado mais adiante pelos Pareceres nº 8, 9 e 11/2020 – sobre a reorganização do calendário escolar e sobre as possibilidades pedagógicas a serem adotadas, nas instâncias privadas e públicas, no período pandêmico (BRASIL, 2020).

O documento indicou as dificuldades presentes na educação brasileira, porém foi evasivo no que se refere ao acesso democrático, revelando a influência latente do setor privado (LIMA et al., 2020). Menos ainda, as questões objetivas referentes ao trabalho dos professores foram tratadas. As demandas para a realização desse modelo de trabalho tiveram de ser sanadas de forma individual pelos professores, tais como espaço do lar adequado, acessórios (mesa, cadeira, luminária), equipamentos tecnológicos de qualidade (*notebook*, fone, câmera, *mouse* etc.) e internet. De forma abrupta, tiveram de se adaptar a

[...] uma realidade em que há mais de 4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet. Em uma realidade em que 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador. (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2020, p. 14).

Professores, de instituições públicas e privadas, esgotaram-se na preparação de material *online* e em adaptações do material para ser impresso, isso para também atender a estudantes sem acesso à internet. Com carga horária excedida e forte pressão dos governos e instituições privadas, os profissionais da educação tiveram de se adaptar e inventar maneiras de manter o vínculo com os alunos no período de isolamento social, ao tempo que fosse garantida a aprendizagem.

Para além da dificuldade objetiva do trabalho, houve o comprometimento da privacidade dos docentes, pois plataformas digitais e aplicativos de comunicação (*Zoom*, *Meet*, *Hangouts* e demais ferramentas digitais ligadas às empresas como a Google) passaram a ter acesso aos comportamentos e informações dos profissionais.

16 Atividades de ensino-aprendizagem diversificadas que podem incluir vídeoaulas, ensino online, atividades enviadas a discentes, leituras, realização de seminários e/ou participação de lives.

todo, organizados por continentes. Cf. ATLAS NETWORK. Partners [S.I.]. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/2>. Acesso em: 18 dez. 2020.

13 Cf. ATLAS NETWORK. Nossa história [S.I.]. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>. Acesso em: 30 jul. 2019.

14 Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que trata da desregulamentação e perda de direitos sociais do trabalho com a ampliação da jornada e informalidade. Chancela a exploração exacerbada e desumaniza o trabalho e suas relações.

15 Figura política filiada ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que tomou posse após a destituição da presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016. Michel Temer tornou-se presidente por meio de um impeachment, fruto de um golpe jurídico, midiático e parlamentar em meio à crise político-econômica e social.

Para Junqueira (2020, n. p.):

O Google e seus parceiros comerciais, por exemplo, estão reativando parcerias com secretarias de estado e prefeituras para oferecer pacotes tecnológicos com seus produtos (o *Google for Education*, que inclui o *G Suite* e o Google Sala de Aula). Intensificaram também a divulgação de conteúdos pedagógicos e a oferta de treinamentos a educadores do país, orientando como realizar atividades remotas para a educação básica e superior na perspectiva das chamadas “boas práticas para aulas *online*”.

Sem transparência no processo de coleta de dados realizados por essas empresas, os professores foram bombardeados por uma infinidade de conteúdos de formação e aperfeiçoamento, além de criar conteúdos para abastecer essas plataformas que, sabidamente, baseiam-se no modelo de negócios do chamado *Big Data*¹⁷. A jornada de trabalho aumentou demasiadamente, levando muitos profissionais ao esgotamento mental. Há, inclusive, relatos de aumento considerável de professores acometidos por ou em processo de agravamento da estafa, estresse e abalo mental, também conhecido como “síndrome de burnout”¹⁸.

Particularmente, as mulheres foram as mais afetadas, conforme a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018: em 1996, as mulheres eram 51,4% do corpo discente; em 2018, elas são 54,6% (FONAPRACE, 2020), em maior parte, responsáveis pela organização do lar, pelo cuidado das crianças e idosos, como reflexo da sociedade patriarcal brasileira. Assim, as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas. No cenário pandêmico, em meio às novas demandas, desdobram-se com as dificuldades do novo modo de trabalho, pautado pelo excesso e pela desregulamentação. Essa configuração exaustiva se repete no ensino infantil, fundamental e médio (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2020).

17 Trata-se de um complexo conjunto de dados gerados pelo uso da internet. Esses “[...] são coletados, analisados e vendidos a diversos segmentos do mercado e instituições variadas, que buscam informações privilegiadas para direcionar suas ações de marketing digital a fim de oferecer produtos com base nos prognósticos do comportamento futuro dos clientes em potencial” (JUNQUEIRA, 2020, n. p.).

18 OLIVEIRA, Joana. Em meio à rotina de aulas remotas, professores relatam ansiedade e sobrecarga de trabalho. El País, São Paulo, 21 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-sobrecarga-de-trabalho.html>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONCLUSÕES

A interferência privada na educação vem se intensificando nas últimas décadas e se fortalecendo diante do caos pandêmico. Reverter esse processo em andamento é questão complexa e demanda políticas públicas de enfrentamento, seja por força de lei, seja mediante projetos exequíveis. Saviani (2014) aponta para a necessidade de se adotar medidas concretas e coordenadas para a educação, assim como reconhecê-la como prioridade social e política. Isso, em conjunto unificado e articulado com as questões educacionais em todo o território brasileiro com normas e procedimentos comuns, válidos para todo o país, assim como combater figuras políticas que trabalham em prol do setor privado – algo nada simples de ser feito, porém de extrema necessidade, ainda mais num período pandêmico como o atual.

No que tange ao trabalho remoto, as estratégias também são cotidianas. Fortalecer grupos locais de professores e demais profissionais da educação em reuniões escolares, departamentais, unidades, conselhos, sindicatos. Disseminar informações que desvendam a realidade perversa envolvida no discurso romântico do trabalho remoto. Articular alianças entre movimentos de luta também é um caminho a ser adotado. Somar forças no cenário atual de retrocessos é fortalecer-se e ter condições de garantir enfrentamentos.

Tais medidas são genéricas e requerem a análise das questões locais, da realidade de cada instituição; podem ser mais ou menos intensas, dados os problemas de cada realidade. O que não deve ser desconsiderado é que a educação deste país está sendo atacada em todas as frentes e ruma para uma maior desqualificação. Cabe defendê-la para garantir sua preservação e melhoria, pois se trata de elemento essencial na luta pela emancipação, um direito de todos, indiscriminadamente. À educação cabe promover a cidadania e a democracia, e não o adoecimento e a segregação. É por meio dela que a sociedade pode transformar e construir novas formas de organização e participação no sentido da contra-hegemonia (ARAÚJO, 2019).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, VICTOR. POR QUE AS AÇÕES DO SETOR DE EDUCAÇÃO SUBIRAM EM BLOCO? SEU DINHEIRO, SÃO PAULO, 10 MAI. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SEUDINHEIRO.COM/ACOES-EDUCACAO/](https://www.seudinheiro.com/aco-es-educacao/). ACESSO EM: 10 DEZ. 2020.

- ARAÚJO, RONALDO MARCOS DE LIMA. ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: DUALIDADE, DIFERENCIAÇÃO ESCOLAR E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. 1. ED. ELETRÔNICA. UBERLÂNDIA: NAVEGANDO, 2019.
- ATLAS NETWORK. PARTNERS [S.I.]. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ATLAS-NETWORK.ORG/PARTNERS/GLOBAL-DIRECTORY/LATIN-AMERICA-AND-CARIBBEAN/2](https://www.atlas-network.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/2). ACESSO EM: 3 AGO. 2019
- _____. NOSSA HISTÓRIA [S.I.]. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ATLASNETWORK.ORG/ABOUT/OUR-STORY](https://www.atlasnetwork.org/about/our-story). ACESSO EM: 30 JUL. 2019.
- BALL, STEPHEN JHON. A EDUCAÇÃO GLOBAL S.A.: NOVAS REDES POLÍTICAS E O IMAGINÁRIO NEOLIBERAL. TRAD. JANETE BRIDON. PONTA GROSSA: EDITORA UEPG, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. BRASÍLIA, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR/HISTORICO](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico). ACESSO EM: 9 DEZ. 2020.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. [CARTA À SOCIEDADE BRASILEIRA]. DESTINATÁRIO: SOCIEDADE BRASILEIRA. BRASIL, 17 DEZ. 2020. 1ª CARTA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CAMPANHA.ORG.BR/NOTICIAS/2020/12/17/VITORIA-DA-ESCOLA-PUBLICA-REGULAMENTACAO-DO-FUNDEB-E-APROVADA-COM-GARANTIA-DE-RECURSO-PUBLICO-PARA-ESCOLA-PUBLICA/](https://campanha.org.br/noticias/2020/12/17/vitoria-da-escola-publica-regulamentacao-do-fundeb-e-aprovada-com-garantia-de-recurso-publico-para-escola-publica/). ACESSO EM: 18 DEZ. 2020.
- FONAPRACE. V PESQUISA NACIONAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (AS) GRADUANDOS (AS) DAS IFES: 2018. BRASÍLIA, DF: ANDIFES, 2019. DISPONÍVEL EM: [WWW.ANDFES.ORG.BR](http://www.andifes.org.br). ACESSO EM: 17 DEZ. 2020.
- FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA NA ATUALIDADE: LIÇÕES DA HISTÓRIA. IN: LOMBARDI, JOSÉ CLAUDINEI; SAVIANI, DERMEVAL; NASCIMENTO, MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO (ORGS.). A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, 2005.
- HARVEY, DAVID. 17 CONTRADIÇÕES E O FIM DO CAPITALISMO. TRAD. ROGÉRIO BETTONI. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2016.
- KOIKE, B. COGNA TERÁ MARKETPLACE DE ENSINO SUPERIOR COM 1 MILHÃO DE ALUNOS. VALOR ECONÔMICO, SÃO PAULO, 14 DEZ. 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://VALOR.GLOBO.COM/EMPRESAS/NOTICIA/2020/12/14/COGNA-TER-MARKETPLACE-DE-ENSI-NO-SUPERIOR-COM-1-MILHO-DE-ALUNOS.GHTML](https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/12/14/cogna-ter-marketplace-de-ensino-superior-com-1-milho-de-alunos.ghtml). ACESSO EM: 18 DEZ. 2020.
- LUKÁCS, GYÖRGY. PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL I. 2. ED. TRAD. CARLOS NELSON COUTINHO, MARIO DUAYER E NÉLIO SCHNEIDER. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2018.
- LIMA, RENATA SOUZA DE ET AL. AVANÇOS NEOLIBERAIS NO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PARECER Nº 05/2020. BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT, CURITIBA, v. 6, n. 9, p. 65.182-65.201, SET. 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BRAZILIANJOURNALS.COM/INDEX.PHP/BRJD/ARTICLE/VIEW/16156/13221](https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16156/13221). ACESSO EM: 17 DEZ. 2020.
- MARX, KARL. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: LIVRO I: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL. TRAD. R. ENDERLE. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013.
- MORAES, PAULIANE GONÇALVES. OS CURRÍCULOS DE CASCAVEL (PR) E BAURUR (SP) À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE GEOGRAFIA. 2020. 144 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA, 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAIS4.UFES.BR/POSGRAD/TESES/TESE_14260_PAULIANE%20GON%20ALVES%20MORAES.PDF](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese/tese_14260_PAULIANE%20GON%20ALVES%20MORAES.pdf). ACESSO EM: 22 NOV. 2020.
- OLIVEIRA, D. A.; JÚNIOR, E. P. DESAFIOS PARA ENSINAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE. IN: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. (ORGS.). A DEVASTAÇÃO DO TRABALHO: A CLASSE DO LABOR NA CRISE DA PANDEMIA. BRASÍLIA: GRÁFICA E EDITORA POSITIVA, 2020, p. 207- 228.
- OLIVEIRA, JOANA. EM MEIO À ROTINA DE AULAS REMOTAS, PROFESSORES RELATAM ANSIEDADE E SOBRECARGA DE TRABALHO. EL PAÍS, SÃO PAULO, 21 MAI. 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BRASIL.ELPAIS.COM/BRASIL/2020-05-21/EM-MEIO-A-ROTINA-DE-AULAS-REMOTAS-PROFESSORES-RELATAM-ANSIEDADE-SOBRECARGA-DE-TRABALHO.HTML](https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-sobrecarga-de-trabalho.html). ACESSO EM 17 DEZ. 2020.
- SAVIANI, DERMEVAL. PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES. 11. ED. REV. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, 2011.
- _____. SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: SIGNIFICADO, CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, 2014.
- _____. TRABALHO E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E HISTÓRICOS. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, v. 12, n. 34, p. 152-80, JAN./ABR. 2007. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/RBEDU/V12N34/A12V1234.PDF](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf). ACESSO EM: 10 OUT. 2018.

SILVEIRA, DANIEL. EM MEIO À CRISE, MERCADO DE EDUCAÇÃO É O QUE MAIS CRESCE EM NÚMERO DE EMPRESAS NO BRASIL, DIZ IBGE. G1, RIO DE JANEIRO, 26 JUN. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/ECONOMIA/NOTICIA/2019/06/26/EM-MEIO-A-CRISE-MERCADO-DE-EDUCACAO-E-O-QUE-MAIS-CRESCE-EM-NUMERO-DE-EMPRESAS-NO-BRASIL-DIZ-IBGE.GHTML](https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/26/em-meio-a-crise-mercado-de-educacao-e-o-que-mais-cresce-em-numero-de-empresas-no-brasil-diz-ibge.ghtml). ACESSO EM: 10 DEZ. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. PROJETO DO CAPITAL PARA A EDUCAÇÃO, VOL. 4: O ENSINO REMOTO E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO. BRASÍLIA, DF: ANDES-SN, 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ISSUU.COM/ANDESSN/DOCS/CARTILHA_ENSINO_REMOTO](https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto). ACESSO EM: 12 DEZ. 2020.

*Sólo una vez he llorado,
callado llanto de indio;
fue en la sierra del Tolima
al tirar mi tiple al río.*

Atahualpa Yupanqui. En el Tolima.

ISBN 978-3-00-070553-3



el tiple